

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

PRISCILA DELGADO DE CARVALHO

A produção do transnacional:

compilações da agricultura familiar e camponesa na Contag e no MPA

Belo Horizonte

2018

PRISCILA DELGADO DE CARVALHO

A PRODUÇÃO DO TRANSNACIONAL: COMPILAÇÕES DA AGRICULTURA
FAMILIAR E CAMPONESA NA CONTAG E NO MPA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais
como requisito para a obtenção do título de Doutora em
Ciência Política.

Linha: Inovações da Democracia no Século XXI/
Reconhecimento, Gênero e Feminismo

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marlise Matos

Belo Horizonte

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos e às militantes da Contag e do MPA pela disponibilidade para compartilhar histórias e por atender às infindáveis demandas por documentos. Em especial, a Marciano Toledo, Jozelita Tavares, Valter Israel e Josineide Costa, do MPA e, na Contag, ao William Clementino, Alessandra Lunas, Alberto Broch e aos assessores e assessoras Luiz Facco, Leia Oliveira, Amarildo Carvalho e à Éryka Galindo.

À professora Marlise Matos, que me recebeu na UFMG, guiou-me pelos caminhos do feminismo decolonial e, sobretudo, topou as aventuras teóricas que propus com uma confiança fora do comum e me deixou sempre abertas as portas do NEPEM.

À professora Sonia Alvarez, pela orientação no período de doutorado sanduíche no CLACLS da Universidade de Massachusetts – Amherst.

Aos professores Dawisson Belém Lopes, Marcelo Rosa e Leonardo Avritzer que integraram as bancas de projeto e qualificação e cujas críticas e sugestões foram essenciais. Igualmente, agradeço às professoras e professores do DCP pelas disciplinas inspiradoras e pelas leituras e diálogos, em especial ao Ricardo Fabrino e ao Juarez Guimarães.

Ao Alessandro Magno e à Thaís Amorim de Araújo, da Secretária do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/UFMG, pela permanente disposição e atenção.

À Johanna Monagreda e ao Thiago Coacci, que além de ótimas companhias, dedicaram-se a ler trechos diversos deste trabalho, desde o projeto. Luciana Andrade e Leonardo Barros também fizeram valiosos comentários. Agradeço também às considerações de Millie Thayer, Kevin Young e Cristina Scheibe Wolffe, Laura Martello e Iris do Carmo, em Amherst. Às colegas da UFMG, com quem aprendi sempre, em especial à Mariela Rocha, à Isis Arantes e à Rayza Sarmento. À Sara Pimenta que me ofereceu documentos de acervo pessoal sobre a Contag. Os problemas que permanecem no texto, evidentemente, são de minha responsabilidade.

Agradeço imensamente aos não-exemplares Marcelo Rosa e Camila Penna de Castro pela constante disposição para conversar sobre essas ideias em cada uma das etapas do trabalho, em especial pela reunião para discussão do projeto onde estiveram mais colegas do grupo de pesquisa, a quem agradeço também.

Um agradecimento especial às amigas e amigos que me receberam em Brasília durante as pesquisas de campo, Lidia, Daniel, Tetê e Pablo; Anna, Marcio, Olivia e Lara; Juliana e Bruno. À Ina, que compartilhou a casa, o carro e sua própria versão de Brasília. Às amigas e amigos da vida toda, espalhadas por São Paulo, Rio, Brasília, Curitiba, Maceió e agora também Vitória: vocês foram sempre essenciais. À Oona, Rachel, Carol; à Marcy, Anna, Lidia, Daniel, Fabi, Marina, Thaís, Marcio Yonamine, sempre obrigada. À Geertje, que tornou Amherst familiar por uns dias. À Sarah e ao Jim pelo reencontro.

À Carol Rocha e ao Bernardo Vaz, por terem me recebido em BH e ajudado a fazer daqui uma nova casa. À Raymara e Roger, Larissa e à Celina, que chegaram em seguida.

À Gislene e ao Roberto, a quem tenho a sorte de chamar de pais, pelo que compartilhamos e pela presença constante, apesar da distância. À Ina, melhor irmãzinha do mundo, e ao Marcos. Aos Rochas e aos Delgados, pelas raízes. São de vocês essas folhas todas. Ao Honório Pereira, à Vânia, grandes apoiadores, e à D.Doris (*in memoriam*).

Ao Honório, que transformou meus rabiscos impacientes nas figuras da tese e, antes e mais, acompanhou toda essa jornada, do Cerrado até aqui. Obrigada pela presença e pelas estradas.

À Capes, pelas bolsas de doutorado e de doutorado sanduíche, e às cidadãs e cidadãos do país que, além de sustentar, dão sentido à universidade pública.

Not everything is political, perhaps, but politics gathers everything together, so long as we agree to redefine politics as the entire set of tasks that allow the progressive composition of a common world.

Latour, B. (2009). Politics of nature. Boston, MA: Harvard University Press, p.53

RESUMO

Ativistas brasileiros de origem rural vêm, por meio de suas organizações, atuando para influenciar debates internacionais e se tornaram atores relevantes em algumas disputas transnacionais. Esta tese discute como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) estabeleceram articulações transnacionais e traduziram para suas plataformas políticas ideias, conceitos e práticas oriundos de coletivos internacionais ao quais se aliaram – ou que ajudaram a fundar. Três ferramentas analíticas foram empregadas para a análise dos dados coletados na pesquisa, que se baseou em documentos, entrevistas e observação participante. Inicialmente, Contag e MPA foram apresentadas a partir das relações que as conformam, por meio da ferramenta analítica do campo discursivo de ação, que denominei dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Em seguida, observou-se a transnacionalização das organizações de origem nacional por meio das disputas em que se engajaram, utilizando-se as controvérsias como ferramenta analítica. No caso da Contag, foram identificadas controvérsias sindicais, sobre condições de trabalho, sobre a liberalização do comércio internacional, sobre modelo de agricultura (via agricultura familiar) e sobre direitos das mulheres. No caso do MPA: sobre soberania alimentar; sobre modelos de agricultura, em especial a agricultura camponesa que compreende debates sobre sementes, biodiversidade e agrotóxicos; e, por fim, sobre a presença de mulheres nos debates transnacionais. Na segunda parte da tese, o modo de compilar foi a ferramenta analítica empregada para observar o interior das controvérsias e discutir como cada organização produziu seu engajamento nas disputas e debates transnacionais. Orientou essa pesquisa o entendimento de que atores e escalas não estão totalmente definidos previamente às ações, de forma que o texto enfatiza como foram produzidos e transformados no decurso das ações. São argumentos centrais do trabalho 1) que a construção de laços transnacionais é relevante para a constituição das organizações de agricultores/as contemporâneas no Brasil; 2) que não apenas se engajam em práticas transnacionais, mas também estão criando ou disputando os elementos que compõem o transnacional; 3) há vários "transnacionais" parciais, que dependem das associações estabelecidas por cada organização, sendo que algumas das relações estabelecidas são mais bem descritas pelo conceito de “translocal”; e 4) que, a partir dessas experiências, é possível sugerir a inclusão do engajamento em disputas como aspecto característico dos processos de transnacionalização.

PALAVRAS-CHAVE: Transnacional, translocal, tradução, controvérsias, modos de compilar, rural, sindicatos, movimentos sociais, agricultura familiar, soberania alimentar, campesinato.

ABSTRACT

Brazilian rural activists and their organizations have managed to influence some of the international debates concerning them, having become relevant actors in some transnational disputes. The dissertation focuses on how the National Confederation of the Workers in Agriculture (Contag), and the Movement of Small Farmers (MPA) created transnational ties, translating to their political platforms ideas, concepts, and practices from international collectives in which they engaged or helped to create. Three analytical tools were deployed to analyze the data collected during the research, which was based in documents, interviews, and participatory observation. In the introduction, Contag and MPA were presented in terms of their relations with other actors, using the tool of "discursive fields of action" of the rural workers. Additionally, the transnationalization of these Brazilian organizations was analyzed by means of the disputes in which they engaged, using the notion of "controversies" as the main analytical tool. In the case of Contag, controversies were identified over trade unionism, work conditions, liberalization of international trade, models of agriculture (family farming), and women's rights. In the case of MPA, the controversies were over food sovereignty; agriculture models – especially peasant farming which includes debates over native seeds, biodiversity, and pesticides; and, finally, the presence of women in international debates. In the second part, the "mode of gathering" tool was used for observing the controversies from inside and discussing how each organization produced its engagement in transnational disputes. This research was driven by the understanding that neither actors nor scales are totally defined before the action, therefore the research emphasizes the way in which they were produced and transformed throughout Contag's and MPA's activities. The empirical data supports that 1) establishing transnational ties is relevant for the contemporary Brazilian farmers organizations; 2) they not only engage in transnational practices but also dispute what is part of "the transnational"; 3) there are several partial transnational experiences, which depend on the associations established by each organization, and some of those connections are better described as "translocal"; and 4) from these experiences, it is possible to include the engagement in disputes as a defining feature of the transnationalization processes.

KEYWORDS: Transnational, translocal, translation, controversies, modes of gathering, rural, trade unions, social movements, family farming, food sovereignty, peasants.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Síntese dos processos de organização dos dados coletados Fonte: elaboração própria.....	44
Figura 2 - Dinâmica de interação da Contag com a OIT na década de 1970: conexões com normas internacionais como recurso para disputa doméstica.....	112
Figura 3 – Síntese das associações transnacionais da Contag com temas e atores sindicais nas primeiras controvérsias internacionais nas quais se envolveu (décadas de 1960 e 1970)	114
Figura 4 – Dinâmica de interação entre Contag, OIT e o Estado brasileiro: pressão e cooperação ...	133
Figura 5 - Síntese das associações transnacionais da Contag com temas e atores sindicais a partir da década de 1990.....	134
Figura 6 – Síntese das associações transnacionais da Contag em torno da agricultura familiar no Mercosul	159
Figura 7 – Dinâmica de interação entre sindicatos, organização internacional e Estados, na REAF .	161
Figura 8 – Desdobramentos das associações da Contag com a agricultura familiar 01.....	166
Figura 9 – Desdobramentos das associações da Contag com a agricultura familiar 02.....	170
Figura 10 – Dinâmica de tradução, nas compilações do MPA em torno da soberania alimentar.....	186
Figura 11 – Dinâmica de tradução, nas compilações do MPA em torno do campesinato.	194
Figura 12 – Conjunto de associações do MPA em torno das sementes	197
Figura 13 – Dinâmica de pressão sobre governos e organizações internacionais articulando protestos e pressão institucional.....	203

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Articulação das ferramentas analíticas da tese.....	39
Quadro 2 – Síntese das controvérsias transnacionais da Contag, da década de 1960 até 2017	50
Quadro 3 – As controvérsias transnacionais do MPA, da década de 1990 até 2017	56
Quadro 4 – Síntese das controvérsias da Contag e do MPA.....	69
Quadro 5 - Efeitos do modo de compilar da agricultura familiar	163
Quadro 6 – Desdobramentos da soberania alimentar, apresentadas no Plano Camponês do MPA....	182
Quadro 7 – Síntese das dinâmicas encontradas nas compilações de Contag e MPA.....	242
Quadro 8 – Síntese das performances ou ações encontradas nas compilações da Contag e do MPA	244
Quadro 9 – Congressos, presidentes e vice-presidentes, estrutura de relações internacionais e assessores(as) da área na Contag	265
Quadro 10 – Síntese do Plano Camponês do MPA	266

LISTA DE SIGLAS

AFA	Associação de Agricultores da Ásia
Aiaf	Ano Internacional da Agricultura Familiar
Alca	Área de Livre Comércio das Américas
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
AP	Ação Popular
CCSCS	Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul
CDB	Convenção da Diversidade Biológica
Celac	Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CG-Fome	Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome
CIOSL	Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres
CIP	Comitê Internacional de Planejamento para a Soberania Alimentar
Cloc	Coordenadoria Latino Americana de Organizações do Campo
CMT	Confederação Mundial do Trabalho
CNFR	Comissão Nacional de Fomento Rural
CNTTR	Congressos Nacionais de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
CGRFA	Comissão de Recursos Genéticos para Alimentação e Agricultura da FAO
CONAETI	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil
Contraf Familiar	Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
CIP	Comitê Internacional de Planificação para a Soberania Alimentar
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Conamuri	Coordenação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas do Paraguai
Conatrae	Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo
Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Contar	Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais
Coprofam	Coordenadoria de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul
COP	Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica
Coprofam	Coordenação das Organizações de Produtores Familiares do Mercosul
Cosan	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSA	Conselho de Segurança Alimentar
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DNTR	Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais
FAA	Federação Agrária Argentina
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FCES	Fórum Consultivo Econômico e Social
Fetraf Familiar	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
Fida	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FNPETI	Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
FRM	Fórum Rural Mundial

FSM	Federação Sindical Mundial
Funai	Fundação Nacional do Índio
IADESIL	Instituto Americano de Desenvolvimento e Sindicalismo Livre
IALA	Instituto Agroecológico Latino-americano Paulo Freire
IDEC	Instituto de Defesa do Consumidor
IFAP	Federação Internacional de Produtores Agrícolas
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
IPEC	Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil
MAB	Movimento de Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MMTR-NE	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MSC-CSA	Mecanismo da Sociedade Civil do Conselho Mundial de Segurança Alimentar
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
Oestebio	Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de
Biocombustíveis	e Produtos Agropecuários do Sul do Brasil
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ORIT	Organização Regional Interamericana de Trabalhadores
PADRSS	Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PCB	Partido Comunista Brasileiro
Prodecet	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSB	Partido Socialista Brasileiro
REAF	Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar
REBRIP	Rede Brasileira pela Integração dos Povos
REDD	Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal
Redelac	Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe
RIAD	Rede Interamericana Agricultura e Democracia
ROPFA	Rede de Organizações de Camponeses e Produtores da África do Oeste
SBSTTA	Subsidiary Body on Scientific, Technical and Technological Advice
SGT	Subgrupo de Trabalho
STA	Secretaria de Trabalhadores Agrícolas da Contag
TDD	Terra de Direitos
TIRFAA	Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e
Agricultura	
UCAM	União de Cooperativas Agrícolas de Marracuene
UISTAFP	União Internacional dos Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura,
Florestas e Plantações	
Uita	União Internacional de Trabalhadores da Alimentação, Agrícolas, de Hotéis,
Restaurantes, Tabaco e Afins	
Uitab	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
Unasul	União de Nações Sul-Americanas
VPSRI	Vice-presidência e Secretaria de Relações Internacionais da Contag

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
A pesquisa: um olhar de formiga para processos transnacionais	22
Transnacional, translocal, transnacionalização: definições.....	26
Contag e MPA no campo discursivo de ação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais	29
PARTE 1 - Introdução: as controvérsias como ferramentas analíticas.....	41
Capítulo 1 - Olhando as transnacionalizações a partir das controvérsias: as experiências da Contag e do MPA.....	48
1.1 As controvérsias transnacionais da Contag.....	50
1.2 As controvérsias transnacionais do MPA.....	56
1.3 Transnacionalizações, no plural	63
1.4 Definindo transnacionalizações a partir das controvérsias	66
Capítulo 2 – Produzindo o transnacional: as controvérsias sobre agricultura e sobre a presença das mulheres.....	69
2.1 Agricultura familiar e camponesa: duas entradas no debate sobre modelos de agricultura.....	71
2.2 As mulheres na ação transnacional: feminismo camponês e as Margaridas pelo mundo	79
2.3 O debate sobre escalas e a produção do transnacional.....	89
PARTE 2 – Introdução: os “modos de compilar” como ferramenta analítica	92
Capítulo 3 – Os “modos sindicais” de construir conexões internacionais na experiência da Contag.....	101
3.1 Trabalhadores rurais do mundo, uni-vos: solidariedade internacional e disputas sindicais.....	103
Resistindo à ditadura: conexões de sindicalistas exilados.....	108
Liberdade sindical: transnacional como recurso	110
Síntese das primeiras compilações sindicais	114
3.2 Reformulando as conexões com o sindicalismo internacional: as práticas contemporâneas.....	115
Das controvérsias sobre o projeto político da Contag, novos sentidos para a ação transnacional.....	115
Negociações salariais e campanhas: reconfigurando as relações com organizações sindicais	120
3.3 Contra o trabalho infantil e escravo, projetos inovadores.....	126
Transformações nos modos de compilar sindicais e relativos ao trabalho	133
Capítulo 4 – Traduzindo a agricultura familiar na ação internacional da Contag: participação e políticas públicas.....	137
4.1 Críticas aos modelos de desenvolvimento e à liberalização comercial.....	140

4.2 Traduzindo as discussões da ALCA e da OMC para agricultores familiares e trabalhadores rurais	142
4.3 Levando as demandas de pequenos produtores ao Mercosul: primeiras tentativas	149
4.4 Associando a agricultura familiar ao Mercosul.....	154
4.5 O que caracteriza esse modo de compilar?	159
4.6 Impactos do modo de compilar	163
Capítulo 5 – Primeiras conexões do MPA: a tradução do campesinato e da soberania alimentar	174
5.1 A opção pelo campesinato e a inclusão da soberania alimentar no Plano Camponês .	176
Traduzindo a soberania alimentar.....	180
Traduzindo o campesinato.....	188
5.2 Carregando formulações para a CLOC	193
Capítulo 6 – O MPA na controvérsia sobre sementes: produção, intercâmbios e debates institucionais	197
6.1 A reação contra sementes transgênicas: protestos e os “processos institucionais”	199
Tratado internacional sobre recursos fitogenéticos	209
6.2 Experiências de cooperação em sementes: método para fortalecer a agricultura camponesa	213
Produzindo um modo internacional de promover sementes crioulas	214
Intercâmbios e cooperações.....	218
Venezuela: o desafio da cooperação com governos	219
Apoiando a produção de sementes por organizações camponesas de Moçambique e do Paraguai	221
6.3 Da cooperação à reação: o MPA na campanha Não ao ProSavana	226
CONCLUSÕES	231
REFERÊNCIAS.....	249
ANEXO 1 – Síntese dos Congressos, presidentes e vice-presidentes, Estrutura de relações internacionais e assessores(as) da contag.....	265
ANEXO 2 – Sistematização do Plano Camponês.....	266
ANEXO 3 – Lista de entrevistas	267

INTRODUÇÃO

De que modo trabalhadores e trabalhadoras rurais, agricultores e agricultoras familiares, camponeses e camponesas brasileiras, por meio de suas organizações políticas, se tornaram relevantes em disputas transnacionais? Como traduziram, para suas atividades, ideias, conceitos e práticas oriundas de coletivos internacionais aos quais se aliaram? Como foram modificados nesses processos e como os impactaram? Guiada por essas perguntas, nesta tese, investiguei os processos de transnacionalização da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)¹ e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Propus, para responder a essas indagações, uma abordagem teórico-metodológica que partiu do exercício de situar essas organizações, relacionalmente, no que denominei campo discursivo de ação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil, a partir da ferramenta proposta por Alvarez (2014). Trata-se de campo atravessado por conexões nacionais e transnacionais. Em seguida, observei as controvérsias transnacionais em que MPA e Contag se envolveram, buscando compreender os processos de transnacionalização por meio das disputas a partir das quais cada uma delas articulou laços transnacionais (LATOUR, 2005, 2008a). Por fim, analisei os modos como cada uma dessas organizações foi encontrando maneiras para se engajar nas controvérsias.

Na medida em que foram encontrando modos próprios de reunir elementos – os modos de compilar (LAW, 2004; ROSA, 2015a) – essas organizações passaram a ter efeitos sobre os coletivos (e sobre as redes) de que participam e sobre os debates que lhes concernem. Foram ganhando relevância e pavimentando a consolidação de suas articulações transnacionais em determinados assuntos, tais como a demanda por políticas públicas para agricultura familiar, no caso da Contag, e a difusão de metodologias para a reprodução e conservação de sementes crioulas conectadas ao debate sobre biodiversidade e agricultura, no caso do MPA.

Ao observar as articulações produzidas por essas duas organizações é possível afirmar que, apesar da mesma origem nacional e rural, a transnacionalização de cada uma delas passa

¹ Em 2015, a Contag passou por um processo de “dissociação sindical”, separando a representação de trabalhadores rurais e de agricultores familiares. A representação do primeiro grupo passou a ser feita pela recém-criada Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar) e a Contag manteve a sigla, que passou a responder por Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (PICOLOTTO; MEDEIROS, 2016). Emprego, nesse trabalho, a denominação anterior porque foi esta a utilizada na maior parte do período de atuação da Contag aqui estudado.

por temas, articulações e debates distintos. A Contag mantém conexões com o universo sindical, discute condições de trabalho, envolve-se nas polêmicas e ações questionando a liberalização do comércio internacional, debate o modelo de agricultura a partir da perspectiva da agricultura familiar e vem configurando a presença das mulheres nos debates transnacionais. O MPA, por sua vez, envolveu-se rapidamente em debates sobre comércio internacional, mas consolidou seus laços transnacionais por meio dos debates sobre soberania alimentar, sobre o modelo de agricultura – defendendo a agricultura camponesa – e vem igualmente produzindo, por meio de suas articulações transnacionais, debates sobre a presença das mulheres na ação do campesinato.

Cada organização, portanto, articula elementos diferentes em sua transnacionalização, por meio de modos diferentes de produzir essas compilações, atravessados por suas alianças e conformações prévias. Não há uma transnacionalização unívoca, mas transnacionalizações que são construídas na contingência das experiências.² Haverá, possivelmente, tantas transnacionalizações quantas organizações forem pesquisadas. Existem, no entanto, temas que se sobrepõem e, justamente por serem importantes para grupos distintos, se tornam mais fortes e estáveis, produzindo com mais evidência aquilo que, ao cabo, entendemos como “o transnacional”. Nos dois casos estudados, essas sobreposições encontram-se nos debates sobre modelos de agricultura que a Contag aborda pela via da agricultura familiar enquanto que o MPA os aborda pela via da agricultura camponesa, e nos debates sobre a presença e direitos das mulheres.

Ao longo da pesquisa, foi ficando evidente que, ao se inserirem em controvérsias que envolvem atores/as ou disputas internacionais, Contag e MPA foram sendo modificadas, de forma que é possível afirmar que a construção de laços transnacionais é relevante para a constituição mesma das organizações de agricultores e agricultoras contemporâneas no Brasil. Simultaneamente, as organizações brasileiras e seus aliados internacionais – ao disputar quais elementos compõem as controvérsias transnacionais, promover polêmicas, aportar enfoques,

² Experiência é um conceito compartilhado por teóricas feministas e teóricos marxistas. Os feminismos, como movimento social e intelectual, conferiram centralidade à "experiência das mulheres" desafiando, com abordagens contextuais e narrativas, o que a ciência considera conhecimento e objetividade (FURLIN, 2012). Joan Scott tem olhar crítico sobre os limites de leituras históricas sobre a experiência e sugere que torná-las visíveis "expõe a existência de mecanismos repressores, mas não seu funcionamento interno ou sua lógica", propondo então que experiências não seja a origem da explicação, mas o que se busca explicar, aquilo sobre o que se produz conhecimento, historicizando-as (SCOTT, 1999, p. 5). Em sua crítica ao estruturalismo marxista, E.P. Thompson encontra na experiência histórica e cultural a possibilidade de compreensão do "diálogo existente entre ser social e consciência social", entre determinação e agência (MARTINS, 2006, p. 117). Com esta noção, o autor entende o processo de formação de classes como historicamente situado (MELO JÚNIOR, 2011).

conceitos, questionar quais atores/as são relevantes, referendar ou criticar práticas e normas – estão disputando quais ideias, corpos e objetos precisam ser levados em conta. Fazendo isso, esses grupos de agricultores e agricultoras não apenas se engajam em práticas transnacionais, mas também estão disputando o que faz parte “do transnacional”.

Identificam-se, assim, duas dinâmicas relacionadas: a transnacionalização tem impactos, simultaneamente, sobre as organizações de origem rural, em dinâmica interna, e sobre a produção do transnacional, em dinâmica externa às organizações, e que influencia tanto o campo discursivo de ação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, como atores/as e disputas além dele (ALVAREZ, 2014a). Isso significa que, nessa tese, trato simultaneamente de transnacionalização – um processo – e da produção do transnacional – um conjunto de relações, um substantivo. Ao longo dos capítulos, buscarei apontar essas dinâmicas em situações concretas.

Essas organizações rurais brasileiras não têm, como é de se esperar, o mesmo poder de decisão de atores estatais ou o poder econômico das empresas transnacionais, mas elas constroem, com seus aliados, maneiras de associar elementos aos debates e de transformar temas em questões disputadas. Aliás, justamente porque há diferenças de poder e restrições para que grupos rurais influenciem debates transnacionais e nacionais, eles se organizam coletivamente, trocam informações, encontram linguagens comuns, constroem redes e campanhas baseadas em ideias e princípios, como vêm postulando as teorias contemporâneas sobre os movimentos sociais (ALVAREZ et al., 2017; ALVAREZ; ESCOBAR; DAGNINO, 2000; DELLA PORTA; DIANI, 1999; KECK; SIKKINK, 1998; MCADAM; TARROW; TILLY, 2001; MELUCCI, 1996).

Aproximando-me de autoras e autores que analisam tais processos a partir das particularidades da experiência latino-americana, ao analisar como coletivos de origem rural estabelecem suas articulações transnacionais, espero contribuir para o entendimento sobre como grupos “do Sul”³ transnacionalizam-se e impactam o transnacional, sempre e quando agem para agregar elementos às disputas que julgam importantes, modificando-as. Busco, paralelamente, contribuir para tornar mais complexas as narrativas sobre como e por que grupos rurais engajam-se em debates e ações transnacionais e, a partir dos debates sobre ativismo transnacional, adicionar elementos à ideia de que a transnacionalização de coletivos

³ Sul, aqui, não tem um sentido geográfico, mas de metáfora sobre a história das ciências sociais, em busca de “ênfatizar consequências teóricas e metodológicas da forma colonial como a disciplina (...)foi estabelecida, excluindo do seu cânone autores e experiências de fora da Euro-América.” (ROSA, 2015b, p. 1).

rurais é explicada pela resistência à internacionalização do capitalismo. Com base na pesquisa aqui apresentada, é possível afirmar que há mais do que reação e há diferentes formas de reagir, que passam não apenas por mudanças ou incentivos externos, por alterações nos contextos políticos, pela localização nas redes, mas, sobretudo, pelas articulações que cada grupo é capaz de estabelecer e pelas associações que são capazes de criar, para interferir nas disputas políticas que lhes interessam.

Vivem em áreas rurais, no Brasil, aproximadamente 15,6% da população do país – ou 29,9 milhões de pessoas (IBGE, 2010). O campo continua perdendo moradores para as cidades, mas o ritmo de urbanização diminuiu sensivelmente na última década, ao passo que a produção rural teve crescente relevância, tanto pelo seu impacto econômico como pelo crescente reconhecimento do papel dos pequenos agricultores na produção de alimentos. Em 2006, data do último censo agropecuário, havia, no Brasil, 4,36 milhões de estabelecimentos caracterizados como agricultura familiar – 84,4% do total de estabelecimentos agropecuários, que ocupavam 24% da área, sendo responsáveis por 34% da receita. Neles, trabalhavam 74% do total de trabalhadores rurais do país. Esses trabalhadores e trabalhadoras associam-se em organizações de diversos perfis. Eram associados a sindicatos 24% dos homens e 32,9% das mulheres rurais ocupadas em atividades agrícolas eram associadas a sindicatos (IBGE, 2009). As taxas de sindicalização rurais brasileiras apresentam tendências de crescimento que destoam da chamada crise do sindicalismo (ANTUNES; BATISTA, 2015; RODRIGUES, 2015). Além disso, a literatura especializada vem demonstrando impactos da organização e mobilização nas áreas rurais para além das questões agrícolas e agrárias: na superação de desigualdades (CARTER, 2010), nas disputas políticas locais e nos processos de significação e diferenciação social que ocorrem pelo país afora (ROSA, 2011) e na formulação de políticas públicas (GRISA; SCHNEIDER, 2015; SCHNEIDER; SILVA; MARQUES, 2004).

Assim, contrariando as narrativas que previam o fim do campesinato com o avanço do capitalismo nas áreas rurais, desafiando o viés urbano dos estudos sobre movimentos sociais e invertendo as narrativas que igualam o rural à distância e ao atraso, ao longo do século XX, trabalhadores e trabalhadoras rurais aglutinaram-se em sindicatos e movimentos sociais, conformando alianças e construindo maneiras de serem tomados em conta em debates que lhes afetam.

Esses processos extrapolam fronteiras nacionais. Populações rurais organizadas vêm conquistando crescente visibilidade em ações transnacionais (BORRAS; EDELMAN; KAY,

2008a; BORRAS JR.; EDELMAN, 2016; MCKEON, 2015). Passados 20 anos dos grandes protestos e conferências globais, merecem atenção as mudanças e as permanências nas articulações entre atores/as não estatais, nos espaços e temas tratados. Justifica-se, assim, a relevância da atenção, na Ciência Política brasileira, sobre como grupos rurais vêm se organizando politicamente para interferir nos temas que lhes concernem, nacional e internacionalmente.

A Contag é uma confederação sindical nacional que articula 27 federações estaduais, que, por sua vez, reúnem cerca de quatro mil sindicatos, segundo informações da própria Contag.⁴ O MPA autodenomina-se um movimento social, possuindo mecanismos fluidos de afiliação, de definição de bandeiras e prioridades e estabelecendo internamente os critérios e tarefas de coordenações e direção. Esse movimento afirma estar presente em 17 estados do país e mantém uma secretaria nacional em Brasília.

Denomino ambas como organizações em sentido amplo, dado que possuem estruturas e normas para seu funcionamento e para seleção de dirigentes, diferenciando-as de movimentos – que emprego, aqui, no sentido usado pelos próprios grupos, indicando um tipo específico entre esses coletivos. A Teoria da Mobilização de Recursos chamou atenção para a relevância de “organizações não estatais” tais como fundações, organizações religiosas, organizações de movimentos sociais e organizações de apoio para tornar as mobilizações possíveis, na medida em que são capazes de redistribuir recursos necessários para viabilizar a ação coletiva (EDWARDS; MCCARTHY, 2004). Cabe, porém, ressaltar que o perfil das organizações brasileiras aqui estudadas é mais político do que econômico, não tendo, portanto, o termo organização, aqui, o mesmo perfil encontrado na literatura internacional.⁵

A seleção de casos, entre organizações rurais brasileiras, foi orientada pela busca de heterogeneidade e variação⁶, tendo como principal critério o perfil da organização (movimentista/ sindical) de forma que os casos estudados permitam observar diferentes

⁴ Dados sobre números de sindicatos e sindicalização rural no Brasil são imprecisos. Além dos dados das próprias organizações, há um Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, do Ministério do Trabalho e Emprego, mas este só contabiliza unidades registradas e atualizadas no sistema, de modo que sindicatos com eleições atrasadas ou que não informaram mudanças nas diretorias não são contabilizados (RODRIGUES; LADOSKY, 2015). Em 2015, nesse cadastro, havia 2.831 sindicatos de trabalhadores rurais, que representavam 26,2% do total de sindicatos de trabalhadores (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2015).

⁵ Isso não questiona a relevância da atenção aos recursos para que não se entenda a ação coletiva como decorrência direta de problemas ou desigualdades, levando-se em conta que se requer de conhecimentos, recursos financeiros e humanos, entre outros, para que sejam formuladas estratégias e realizadas atividades.

⁶ Entendo que esse critério é idêntico ao da diversidade entre os casos, conforme apresentado por Gerring (2007).

formatos organizacionais e seus distintos efeitos (LAW, 2004, p.6). Observou-se, ainda, o tempo de existência dos grupos. Entre os sindicais, a escolha da Contag se justifica pela longevidade da confederação, fundada em 1963 e reconhecida pelo Estado brasileiro em 1964, que permite uma visão ampla de processos que se desenvolveram nas últimas décadas.

Outro critério de seleção foi a existência ou não de pesquisas sobre a transnacionalização dos grupos em questão. Não foram encontrados, na pesquisa bibliográfica, estudos sobre a transnacionalização das confederações sindicais rurais estabelecidas no Brasil, atualmente. No caso dos movimentos, ao contrário, a experiência de transnacionalização do MST é razoavelmente pesquisada ou mencionada no interior de estudos gerais sobre este movimento (BRINGEL, 2011; BRINGEL; FALERO, 2008; FERNANDES, 2010; RUBBO, 2013). Já o MPA foi tema de um número significativamente menor de estudos. Há crescente interesse acadêmico sobre sua ação nacional, que levou à publicação de alguns *papers*, além de textos elaborados pelos próprios militantes em cursos de graduação e especialização. Sobre sua ação transnacional, especificamente, há alguns registros do próprio MPA sobre suas atividades e uma tese sobre a construção de conhecimento por esse movimento que aborda como, no contexto da Via Campesina, esses homens e mulheres ativistas vêm empregando o conceito de soberania alimentar, analisando algumas de suas conexões transnacionais (MPA, 2015a; NIEMEYER, 2014).

Ao trabalhar com dois grupos aos quais tem sido destinada menor atenção pelos estudos acadêmicos, mas que vêm se estabelecendo como atores relevantes em debates transnacionais, pretendi contribuir com a diversificação das narrativas disponíveis sobre a transnacionalização de coletivos rurais brasileiros.

A pesquisa: um olhar de formiga para processos transnacionais

Em síntese, o que faço, neste trabalho, é observar a transnacionalização da Contag e do MPA a partir de um olhar “de formiga” para os fluxos globais, para usar a metáfora compartilhada por Thayer (2010) e Latour (2008a). A primeira autora, que estuda a transnacionalização dos feminismos, analisa como esse processo é produzido nas interações entre trabalhadoras rurais no sertão pernambucano, feministas de ONGs de Recife e financiadoras internacionais, explorando múltiplas formas de colaboração e conexão com um olhar que articula Teoria Feminista e a Teoria da Política Cultural (ALVAREZ et al., 2014;

ALVAREZ; ESCOBAR, 1992; ALVAREZ; ESCOBAR; DAGNINO, 2000). Dialogo, especialmente. com essa abordagem por entender que ela reúne ferramentas e conceitos embasados na experiência latino-americana para a análise de atores/as coletivos/as da região. Deste conjunto teórico, trabalho, sobretudo, com as definições de transnacionalização e de translocal, que apresentarei na próxima seção, e com os “campos discursivos de ação”, ferramenta da qual lanço mão, na última parte desta Introdução, para apresentar a Contag e o MPA.

O segundo autor brinca com o sentido da sigla que nomeia a teoria que ajudou a desenvolver. A Teoria do Ator-Rede, ou *Actor-Network Theory*, tem ANT, ou formiga, como sigla em inglês. Essa teoria não aborda especificamente transnacionalizações, dado que não se trata de uma teoria substantiva, mas de um conjunto de pressupostos e sensibilidades que compõem uma perspectiva epistemológica segundo a qual a sociedade e os elementos heterogêneos que a compõem são continuamente formados (e transformados) por conjuntos de associações. Sob essa perspectiva, as metodologias para estudar processos sociais – e políticos – devem “rastrear as associações” entre elementos heterogêneos, lentamente, passo a passo, como fazem as formigas em seu caminhar (LATOUR, 2008a, 2008b, LAW, 1992, 2009; MOL, 2010).

Associações são, nessa abordagem, toda forma de conexões, contatos, relações entre atores-rede que se estabelecem – podendo, depois, serem desfeitas. Fala-se em atores-rede, por sua vez, para ressaltar que são formados pela reunião de diversos elementos heterogêneos (LAW, 2004). Ao serem, simultaneamente, atores e redes, a recorrente oposição entre agência e estrutura se dissolve: é na ação que as estruturas vão sendo conformadas. É nesse sentido que o termo ator-rede, ou actante (para usar um termo neutro em termos de gênero) será usado nas páginas a seguir. Em sua ação contínua de associar-se, compor-se e recompor-se, são compilados elementos tão heterogêneos como pessoas, ideias, outras organizações, instituições internacionais, governos, práticas, instrumentos de trabalho, documentos, eventos, formas de agir.

Atores/as são, simultaneamente, materiais e semióticos, isto é, são corpos, objetos, instrumentos, e também as práticas e os discursos que emitem e que são emitidos sobre eles (HARAWAY, 1995; LAW, 2009). Cada ator-rede é formado por um conjunto de conexões e, ao relacionar-se, conformam redes. Isso diz de um “mundo social” que não é um domínio, mas um conjunto de conexões (LATOUR, 2008a, p.14). A Teoria do Ator-Rede (TAR) provê, portanto, a base epistemológica, a partir da qual entendo atores/as (ou actantes) como

constituídos pelas associações que estabelecem, e metodológica, estruturando a pesquisa na identificação das associações e das controvérsias. É, portanto, oriunda da TAR a ênfase nas controvérsias, que na Parte 1 desta Tese emprego como ferramenta de análise para construir narrativas sobre a transnacionalização de coletivos rurais partindo das disputas em que se engajaram.

Alinho-me a Yehia (2007), Go (2013), Rosa (2014) e Conway (2016) no entendimento de que esta abordagem oferece recursos metodológicos capazes de dar respostas efetivas às preocupações das teorias ou epistemologias “do Sul”, em busca de análises e ferramentas que tenham por base as experiências e questões enfrentadas especialmente por grupos subalternos, cujas práticas nem sempre são perceptíveis ou valorizadas se as lentes teóricas usadas para analisá-las são simplesmente baseadas em modelos oriundos de outras regiões do planeta.

Além dessas duas referências teóricas, para um olhar específico sobre os atores rurais aqui estudados, dialogo especialmente com as formulações de Sigaud (2000; 2010) e Rosa (2011), oriundas da Antropologia Política, que partem da forma-movimento como uma linguagem construída por grupos rurais para dialogar com a sociedade e o Estado e fazer demandas ao último. Essa linguagem, porém, não é fixa e vem sendo continuamente conectada a outros elementos, criando novos arranjos circunstanciais, ou novos “modos de compilar” (LAW, 2004; ROSA, 2015a).

Ao longo dos capítulos a seguir, então, transito especialmente entre essas referências – evidentemente interdisciplinares – que, entendo, dialogam na medida em que compartilham conexões teóricas e filosóficas pós-estruturalistas. Há, aqui, portanto, uma proposta sobre como olhar a transnacionalização das organizações: por meio das disputas, das controvérsias em que se engajam, dos modos de compilar que criam e dos campos discursivos de ação que conformam.

Por fim, dialogo, mais pontualmente, com teorias sobre movimentos sociais, ação coletiva e sindicalismo, centrais para estabelecer conexões entre as discussões aqui apresentadas e os debates contemporâneos sobre ação coletiva e mobilização social.

Cabe, por fim, dizer que, com esse intuito de seguir as associações, a pesquisa tomou como base fontes documentais, complementadas por entrevistas e observação participante em eventos promovidos pelo MPA e pela Contag, ou dos quais participaram. As informações levantadas abrangem o período desde a fundação das organizações até o ano de 2017. As principais fontes de documentos foram as próprias organizações, que forneceram anais de

congressos, jornais, publicações, notas e relatórios internos, além de arquivos como o da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do MST e de documentos disponibilizados por organizações com as quais MPA e Contag interagiram. Estive na sede da Contag para acompanhar eventos e um curso sobre cooperação internacional e também em seu 12º Congresso. Visitei duas cooperativas ligadas ao MPA no Oeste de Santa Catarina e acompanhei o 1º Congresso Nacional do MPA. Nessas ocasiões, além das entrevistas, coletei publicações e solicitei materiais aos militantes. Entre outubro de 2015 e dezembro de 2017, foram realizadas entrevistas com 44 lideranças, assessores e funcionários ou ativistas de organizações internacionais, governamentais e não governamentais.

O objetivo dessa pesquisa não foi comparar as trajetórias do MPA e da Contag. Para a Teoria do Ator-Rede, explicar é “um empreendimento muito prático de construção do mundo, que consiste em relacionar entidades com outras entidades” (LATOUR, 2008, p. 151). Assim como em outras abordagens com influências pós-estruturalistas, não se trata exatamente de identificar causas, mas de compreender que agências são evocadas e identificar os muitos mediadores que agem em cada situação, decisão, disputa. Em outras palavras, há que se identificar elementos que, reunidos, permitam que haja transformação no curso dos acontecimentos (LATOUR, 2008, p.94).

Para Annemarie Mol, a questão que a TAR pergunta não é de onde vêm as atividades de quem/ o que age, mas para onde elas vão: “os efeitos são cruciais”. O objetivo da pesquisa é tornar visíveis, perceptíveis, efeitos específicos promovidos nos processos de transnacionalização da Contag e do MPA. De acordo com essa pesquisadora, os estudos de caso

não têm como objetivo confirmar achados ou encontrar padrões, mas buscar casos que contrastem com outros; adicionar camadas, enriquecer o repertório. Está em questão a coexistência de diferentes formas de lidar com problemas, enquadrar preocupações, encenar, dar existência (*enact*) à realidade. (...) A pesquisa explora os méritos e inconvenientes de diferentes modos de ordenação e, com isso, de diferentes modos de coordenação (MOL, 2010, p. 264).

São, portanto, descrições detalhadas o resultado dos trabalhos sob essa perspectiva (LATOUR, 2008b; VENTURINI, 2010). Elas nos permitirão, ao cabo, construir uma narrativa que pode confirmar ou questionar as narrativas já conhecidas sobre o transnacional/translocal, a transnacionalização e os grupos rurais e, portanto, podem permitir ganhos teóricos, em uma linha semelhante àquela defendida por Rueschemeyer (2003) sobre os estudos de caso.

O restante dessa Introdução tem duas seções. Na primeira, apresento e discuto definições sobre transnacional e transnacionalização que serão centrais para o desenvolvimento da tese e, na segunda, apresento a Contag e o MPA situando-os no mesmo campo discursivo de ação de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Transnacional, translocal, transnacionalização: definições

O termo “transnacional” foi empregado por Keohane e Nye com grande repercussão, definido como os “contatos, coalizões e interações através das fronteiras estatais que não são controladas por órgãos centralizados de relações internacionais de governos” (NYE; KEOHANE, 1971, p. 23). Putnam (1988) identificou “jogos de dois níveis” com vias que permitiam interações entre política doméstica e internacional, mas, já na década seguinte, quando análises sobre a ação coletiva transnacional se multiplicaram, Keck e Sikkink (1998, p. 4) defendiam que a divisão entre âmbitos nacionais e internacionais se tornavam cada vez mais artificiais, dado que as redes que eles descreviam, participavam, simultaneamente, “da política doméstica e interacional, baseando-se em uma variedade de recursos, como se fossem parte de sociedades internacionais. Porém, usavam desses recursos estrategicamente para afetar um mundo de Estados e de organizações internacionais construídas por Estados”. Anos depois, Tarrow (2005) falava em “cosmopolitas enraizados”, novamente destacando as interações e o esfumaçamento das fronteiras entre elas, mas mantendo uma leitura que separava arenas políticas domésticas e internacionais, entendendo-as como interconectadas, porém, distintas (p.2). No geral, a área de pesquisa vem se sofisticando e as interações entre atores/as estatais e não estatais seguem desafiando analistas a encontrar abordagens “dinâmicas, multidisciplinares e em diferentes escalas nos estudos sobre ação coletiva transnacional” (VON BÜLOW, 2014, p.14). Para tanto, essa autora propõe uma abordagem atenta à dupla inserção dos grupos, em sistemas políticos nacionais e sua posição em redes sociais, que seriam capazes de explicar estratégias, objetivos e enquadramentos adotados pelas organizações da sociedade civil.

Vasta literatura, portanto, vem discutindo interações transnacionais e conectando questões de disciplinas como a Ciência Política, a Sociologia, a Antropologia e as Relações

Internacionais, mas também de teorias feministas, pós e decoloniais, entre outras.⁷ No presente trabalho, nos aproximamos tematicamente do conjunto de pesquisas interessadas em como, a partir da sua atuação nacional, organizações foram construindo laços transnacionais, ou transnacionalizando-se. Rootes (2005) observou as tentativas de transnacionalização de ativistas ambientais britânicos e, mesmo face à União Europeia e à crescente dimensão transnacional de grupos ali originados e que tendem a ser vistos como grandes organizações globais, apontou a persistente relevância de campanhas nacionais. Della Porta e Tarrow (2005) identificaram três processos por meio dos quais grupos de origem nacional transnacionalizam-se: difusão, internalização e externalização.

Nos estudos sindicais, Evans (2015) aponta ser pouco desenvolvido o tema de como movimentos nacionais de trabalhadores “aproveitam as diferenças” entre terrenos nacionais e globais, observando não apenas situações de perdas e desestruturação, mas também sinergias e como isso afeta a abertura do trabalhismo nacional às alianças internacionais, bem como seus efeitos sobre atores/as nacionais (inclusive brasileiros, que destaca em seu texto por meio da experiência da CUT).

Em contraponto, a literatura sobre o movimento feminista é rica em análises sobre como processos transnacionais são produzidos e modificados a partir das experiências locais. Ao acompanhar a construção de articulações ao longo do tempo e a partir de grupos de diferentes locais, pesquisas com esse perfil tiveram forte influência sobre as questões aqui trabalhadas (ALVAREZ, 2000; DESAI, 2009; THAYER, 2010).

Assim, de forma geral, o termo transnacional vem sendo usado como qualificador da ação coletiva, de movimentos sociais, dos sindicatos e da sociedade civil, não sem disputas sobre seu significado e abrangência. Apesar das enormes diferenças teóricas entre essas abordagens e da complexificação contínua que propuseram ao entendimento das diversas imbricações entre “o local e o global”, a maioria delas compartilha a metáfora do local como o “micro” e o transnacional como “macro”, sintetizada na representação das escalas como um triângulo. Mesmo quando se trata de redes sociais e de compreender as múltiplas e continuadas interações entre as escalas, seja por meio dos indivíduos, seja por meio das

⁷ Em um corte temático, algumas enfocaram campanhas (BORRAS, 2008; KECK; SIKKINK, 1998; VON BÜLOW, 2014), outras conferências da ONU (PIANTA, 2001; PIANTA; SILVA; ZOLA, 2005), os fóruns sociais mundiais (CONWAY, 2012; SANTOS, 2006), protestos globais e a conformação dos movimentos altermundistas (PLEYERS, 2010; SEOANE; TADDEI, 2001), movimentos agrários transnacionais (BORRAS, 2010; BORRAS; EDELMAN; KAY, 2008a; BORRAS; FRANCO, 2009), a conformação de organizações transnacionais camponesas (BALETTI; JOHNSON; WOLFORD, 2008; DESMARAIS, 2013), movimentos no cone sul das américas (JELÍN, 2003), para citar apenas alguns.

organizações, a metáfora das escalas permanece, em exemplo pujante de como as categorias que usamos para analisar o mundo terminam por fazer parte da constituição mesma do mundo e acabam por orientar de forma constante o nosso olhar.

Esse olhar, entretanto, vem sendo questionado, via caminhos diferentes, por Teorias Feministas, pela Teoria da Política Cultural e pela Teoria do Ator-Rede. A TAR propõe substituir a metáfora do triângulo por uma metáfora de redes e conexões, suspendendo, durante a pesquisa, a preocupação com as escalas para dar lugar à observação de como os atores-rede articulam suas conexões. Não há “micro” ou “macro”, apenas elementos mais ou menos conectados. A diferença entre um local restrito e outro mais amplo está, portanto, na quantidade de conexões que estabelece, e não em sua localização em determinado ponto de uma escala (LATOUR, 1996, p. 5).

Feministas ligadas à teoria da política cultural latino-americana cunharam o conceito de translocalidade para captar movimentos e cruzamentos multidirecionais de feminismos e feministas. Referem-se à maneira como as mulheres latino-americanas transitam entre localidades distintas, historicamente situadas e culturalmente específicas, transpondo não apenas fronteiras entre nações, mas entre culturas, relações emocionais e materiais. Tais cruzamentos são material e fisicamente custosos e, por vezes, arriscados. São também atravessados por relações de poder que produzem os locais e definem as posições em que as mulheres são colocadas a cada cruzamento, impactando diretamente a sua vida. O “translocal” define ainda a própria experiência das pesquisadoras e das teorias feministas, constantemente deslocadas e traduzidas em suas viagens por entre fronteiras (ALVAREZ et al., 2014).

Assim, articulando essas perspectivas, tem-se um transnacional conformado pelas conexões entre elementos heterogêneos e especial atenção a conexões entre lugares distintos que não passam apenas por clivagens nacionais e cuja conexão precisa ser lida em termos de impactos culturais e materiais.

Em relação à transnacionalização adotei, como ponto de partida, a definição de Alvarez (2000) que conceitua o processo pelo emprego de práticas e enquadramentos discursivos oriundos dos engajamentos com atores/as de outros países, não partindo, portanto, da realização de atividades conjuntas. Com base na pesquisa, proponho que, além disso, seja possível entender como definidora do processo de transnacionalização desses grupos a sua atuação no sentido de estabelecer ou engajar-se em disputas: contribuindo para transformar em questões públicas temas que, de outro modo, estariam estabilizados, seriam tomados como consensos, esses grupos conseguem, de fato, inserir-se nas contendas sobre os elementos que

compõem aquilo que compreendemos como transnacional. Foi resultado dessa pesquisa, portanto, uma adaptação do conceito de transnacionalização do qual se partiu, de forma a nele incluir o engajamento dos grupos em disputas como central para compreender o processo. Voltarei a essa definição, em detalhes, apresentando também conceituações alternativas, no capítulo 1. Antes, porém, apresento a Contag e o MPA situando-as no processo de organização de trabalhadores e trabalhadoras rurais brasileiras.

Contag e MPA no campo discursivo de ação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais

Contag e MPA são organizações independentes, mas fazem parte de um mesmo “campo discursivo de ação” dos trabalhadores e trabalhadoras rurais brasileiros, posto que compartilham “questões interpretativas e preocupações político-culturais”, “mesmo quando (...) chegam a diagnósticos radicalmente opostos” (ALVAREZ, 2014a, p. 16). Trata-se de organizações que se relacionam e articulam conjuntos de agricultores que, por sua vez, guardam semelhanças em seu perfil econômico e cultural – não representam nem articulam produtores de grande porte, mas pequenos proprietários ou assalariados rurais em sua enorme diversidade de atividades, tamanhos das propriedades e integração com o mercado capitalista. Elas compartilham, mesmo enquanto disputam, um conjunto de ideias, conceitos, formulações e posicionamentos sobre o mundo rural.⁸

Entendo a conformação desse campo em pelo menos quatro eixos: 1) dos debates centrais, em especial aqueles sobre reforma agrária, crédito e políticas públicas para agricultura familiar e camponesa, mas também perpassado por discussões sobre a atenção à presença de mulheres, jovens e idosos; 2) dos grupos envolvidos, com uma evidente multiplicação das organizações de perfil sindical e a mudança na configuração do campo discursivo de ação com a entrada dos movimentos, na década de 1980; 3) das categorias de identificação, que variam ao longo do tempo e são marcadas por tensão permanente entre abrangência, inclusão, especificidade e delimitação dos coletivos; e 4) das articulações no interior do campo, que permitem sistematizar plataformas comuns, mesmo que parciais e

⁸ A noção de campo vem sendo usada por diferentes autoras brasileiras e latino-americanistas, com especiais raízes entre autoras feministas. Doimo (1995) trabalha com a noção de “campo ético-político” e é mencionada por Alvarez (2014) como uma de suas bases. Matos propôs entender estudos de gênero e feminismo como campo novo para as ciências e, mais tarde, com um perfil mais normativo, propôs um campo científico-crítico-emancipatório das diferenças como experiência de descolonização acadêmica (MATOS, 2010, 2012). Cada um a seu modo enfatiza relações e as interações entre atores/as de diversos perfis institucionais e organizacionais.

instáveis, fortalecendo algumas pautas e categorias de identificação em detrimento de outras. Além disso, vou pontuar, rapidamente, ao longo do texto a seguir, referências a articulações com temas e actantes internacionais que permeiam o campo discursivo de ação, buscando começar a construir o argumento de que tais conexões são uma das dimensões de sua ação contemporânea, não uma nova escala de ação.

Nas páginas a seguir, busco descrever esse campo de maneira muito breve, com o intuito de situar a constituição dos dois grupos aqui estudados, a Contag e o MPA, bem como apontar trabalhos que trazem informações sobre esses processos. O emprego dessa ferramenta, para o campo em questão, não traz nenhuma ruptura, pois boa parte das análises sobre a emergência desses grupos já os coloca em relação; porém, entendo permite dois deslocamentos importantes: traz teoricamente para dentro desse conjunto as relações com o Estado, ou com setores do Estado, que foram continuamente presentes; e permite que, mesmo falando de uma coletividade, haja espaço para a diferenciação de práticas sindicais e movimentistas (no sentido usado pelos atores/as) que, apesar de dialogarem, disputarem e se influenciarem, precisam ser analiticamente diferenciadas para evitarmos a avaliação de atores com constituições e atribuições distintas sob padrões idênticos, o que, a meu ver, dificulta a compreensão das trajetórias singulares. A descrição do campo é simétrica e a leitura das relações se dá a partir das associações, mas isso não significa que, composta a rede, não seja relevante observar o que é específico de cada grupo, a partir das diferentes figurações que assumem (que, ao cabo, trata-se de associações de elementos diferentes).

Por fim, os campos discursivos de ação são ferramenta útil para nos desviar da polifonia teórica e empírica do termo “movimentos sociais” que, a depender da abordagem teórica, podem ser lidos como massas, como conjuntos de organizações, como conjuntos de performances ou como redes (COACCI, 2018).

Usando os campos discursivos de ação para analisar o ativismo rural

Processos de organização de trabalhadores e trabalhadoras rurais, escravizados ou livres, indígenas ou negros, permeiam a história brasileira, mesmo que sejam pouco registrados (MEDEIROS, 1989, p. 11). Porém, foi apenas a partir de meados do século XX que a “questão agrária” se tornou objeto de debate no Brasil e a reforma agrária entrou nas discussões públicas nacionais. Três grupos políticos direcionaram os debates até a década de 1960: as Ligas Camponesas, o Partido Comunista Brasileiro e o sindicalismo cristão – que se

dividia entre uma ala maior, conservadora, interessada em combater ideias socialistas, e uma ala progressista. Já naquele momento, havia conexões com atores/as e debates internacionais, via Igreja Católica e via partidos políticos de esquerda. A crítica aos problemas fundiários brasileiros era creditada, em parte, ao “monopólio da terra, vinculado ao capital colonizador estrangeiro” na Declaração do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Sobre o Caráter da Reforma Agrária (1961). Esse discurso anti-imperialista permeia o campo discursivo de ação até os dias atuais.

Foram aquelas três forças políticas que fundaram os sindicatos de trabalhadores rurais, fortaleceram as demandas por sua regulamentação pelo Estado brasileiro (conquistada em 1962), organizaram os primeiros encontros articulando os setores rurais mobilizados e compuseram a primeira diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em 1963 (MEDEIROS, 1989; PALMEIRA, 1985; PAULA; STARLING; GUIMARÃES, 2006; RICCI, 1999).

Formada por sindicatos municipais na base, federações estaduais e uma confederação nacional, a estrutura sindical manteve o formato piramidal estabelecido desde 1939 por Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, separou a representação de grandes agricultores daquela dos trabalhadores rurais e pequenos agricultores, e estabeleceu conexões diretas com o Estado, via financiamento e atribuições repassadas aos sindicatos (ANTUNES; BATISTA, 2015; AROUCA, 2009). Essa dupla conexão, com o Estado e com as federações estaduais/sindicatos, é a fonte primordial de associações da Contag e tem impactos na conformação do campo aqui analisado. O Estado nunca foi um ator totalmente externo, já que os sindicatos brasileiros estão, em alguma medida, a ele relacionados, por meio da definição sobre as categorias de trabalhadores e trabalhadoras os quais representam, da atribuição de funções pelo poder público, das normas sobre contribuições sindicais. Mesmo que isso não defina, por si, o que fazem ou o que são sindicatos, federações e confederação (como bem argumenta Ricci, 1999, contrapondo-se à literatura anterior), trata-se de associações relevantes para a conformação de limites e possibilidades da ação sindical.

Pouco após sua fundação, a Contag enfrentou o duplo desafio de consolidar-se e sobreviver ao Golpe de 1964 e aos anos de fechamento político que o seguiram. Sofreu intervenção do governo Federal, mas conseguiu reeleger uma diretoria independente em 1968. Equilibrando-se entre forças políticas internas e as pressões externas, a Contag testemunhou o processo de modernização conservadora da agricultura brasileira (SILVA, 1996), em meio ao regime autoritário e com forte apoio estatal (PALMEIRA, 1989). Os sindicatos ganharam

atribuições na oferta de assistência social, atenção à saúde e de acesso de trabalhadores à previdência rural, tendo muitos deles, com isso, intensificado o perfil assistencialista, enquanto, paralelamente, a Contag e algumas federações buscavam influenciá-los a pressionar por direitos trabalhistas por meio de greves e outros dispositivos previstos nos recém-criados Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e Estatuto de Terra (1964). Sua atuação, no período, foi denominada “sindicalismo prudente” posto que buscava atuar dentro dos limites legais (NOVAES, 1991). Denúncias de situações concretas ao poder público, campanhas salariais, greves, demandas por reforma agrária e por melhores preços para produção agrícola, foram parte das práticas. Mais tarde, a Contag participou também das mobilizações pela redemocratização (MEDEIROS, 2001, p. 105) e dos debates da Constituinte de 1988.

Enquanto isso, as lutas no campo se intensificaram, fosse pela ação de grupos radicais de resistência ao regime autoritário, fosse pela violenta expansão da fronteira agrícola e pela formação de uma agroindústria que modificava as relações de trabalho no meio rural (MEDEIROS, 1989, p.90). Nesse processo, novos coletivos organizaram-se, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), fundada em 1975 com o objetivo de apoiar a organização popular. Ligada à institucionalidade da Igreja Católica, a CPT envolveu-se em lutas por terra, denunciou violências no campo e orientou o trabalho pastoral nesse sentido. Foi elemento central para o questionamento das ações sindicais e do modo sindical de buscar soluções para conflitos, criticado pelo assistencialismo e formalismo (MEDEIROS, 2001, p.106). Esteve, ao lado de igrejas progressistas, na base da formação de movimentos sociais que emergiram no início dos anos 1980, já no processo de redemocratização, quando, no Sul do país, produtores sem acesso à terra passaram a demandá-la. Os motivos imediatos das mobilizações foram vários – o aumento dos custos por hectare, a chegada de novas gerações à idade adulta, encontrando dificuldade em adquirir novas porções de terras, dificuldades econômicas, desencanto com as condições de produção e de vida nas áreas de fronteira agrícola que vinham, até então, absorvendo novas gerações. Nesses processos, foi fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), em 1984, usando a ocupação de terras e a constituição de acampamentos como mecanismo de mobilização e pressão. (CARTER, 2010; FERNANDES, 2010; SIGAUD, 2010; STEDILE; FERNANDES, 1999).

O MST trouxe as demandas por reforma agrária e os trabalhadores rurais sem terra para a linha de frente dos debates nacionais, dada a efetividade das suas ações e o sucesso das estratégias de ocupações e acampamentos rurais, que levaram a desapropriações de terras e ao estabelecimento de assentamentos. Reconfigurou limites e modos de agir dos trabalhadores

rurais, redefinindo a forma de apresentar demandas ao Estado democrático recém-conquistado. Também estabeleceu conexões com pesquisadores e redes de apoio nacionais e internacionais. Esse novo ator alterou as correlações de forças no interior do campo discursivo. Influenciou inclusive a criação de outros coletivos que, sob a denominação de movimentos, lançaram mão de ocupações, acampamentos e protestos para alcançar seus próprios objetivos políticos (ROSA, 2010). Mais tarde, ficou evidente que além da reprodução daquilo que Sigaud Rosa e Hernandez (2010) denominaram “forma-movimento”, houve também espaço para novas práticas e maneiras de agir. Essa é uma das chaves que explica a criação e o perfil do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), criado entre 1996 e 1998; do Movimento de Atingidos por Barragens (1991), do Movimento das Mulheres Camponesas (1995) e de dezenas de outros movimentos regionais que também organizaram trabalhadores rurais demandando terra e políticas públicas.

Paralelamente à configuração do eixo movimentista dentro do campo discursivo de ação, houve importantes reconfigurações nas relações sindicais, que trouxeram novas disputas para seu interior, sobretudo com a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, do qual participaram as oposições sindicais que vinham se estruturando em todo o país. Isso garantiu a inclusão da reforma agrária entre as demandas da Central. A Contag esteve nos eventos iniciais, mas não na fundação da CUT, expressando assim seu desacordo com o espaço que as oposições sindicais ali obtiveram. Na central, foi fundado um Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR). Apesar da curta duração, ali se consolidou uma nova força política no sindicalismo rural que acabou por ser incorporada à Contag, buscando transformá-la por dentro, levando à extinção do DNTR e à incorporação de lideranças dessa origem nas diretorias a partir de então. A Contag foi afiliada à CUT entre 1991 e 2009, em associação que oficializou a entrada do novo sindicalismo nas práticas sindicais rurais (FAVARETO, 2006).

A fundação do MPA, entre 1996 e 1998, foi associada a todo esse conjunto de elementos. Uma seca prolongada no sul do país em um período de crise econômica foi o mote, mas a formação de um movimento de agricultores de pequeno porte, com terra, que organizou acampamentos e protestos para expressar demandas por crédito e condições de produção esteve ligada às críticas ao modelo sindical vigente e às oposições sindicais, ao descontentamento com o fim do DNTR, à projeção do MST e de suas estratégias que reconfiguravam a gramática das relações entre Estado e os pobres rurais, à ênfase na organização de base daquele movimento e da CPT. Nessa conjuntura, as demandas e

questionamentos que tomaram forma no Sul do país logo encontraram reverberação em vários estados do Brasil, transportadas pela rede de ativistas, sindicalistas e religiosos ligados à questão da terra e dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (CARVALHO, 2016; ISRAEL DA SILVA, 2011; NIEMEYER, 2005). Ao reivindicar a denominação como “pequenos agricultores” o MPA diferenciava-se simultaneamente dos sem-terra e dos agricultores e agricultoras familiares. Sua pauta incluía reforma agrária, mas privilegiou temas como crédito e condições de produção, moradia e outras demandas para “viver bem no campo” (COSTA, 2014). Mais tarde, fizeram nova opção de identificação como camponeses e camponesas, em tema que discutiremos no capítulo 5.

No final da década de 1990, portanto, a Confederação sindical já não tinha o monopólio da expressão das demandas dos trabalhadores rurais (MEDEIROS, 2001, p. 108). Em resposta às pressões que vinha sofrendo interna e externamente, o sindicalismo rural contaguiano reconfigurou algumas de suas práticas, inclusive incorporando ocupações de terras entre elas (ROSA, 2011). Também passou a realizar manifestações anuais de larga escala, tendo se reunindo com outros atores/as na promoção do Grito da Terra, que mais tarde assumiu inteiramente (MEDEIROS, 2001, p.111). Por fim, a Contag iniciou um processo de debates e formulações que desaguou na reformulação de sua plataforma política, conferindo lugar central à agricultura familiar. Alguns pesquisadores entendem que, com isso, a pauta da reforma agrária e dos direitos trabalhistas teriam sido abandonadas em detrimento do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural, numa associação em que transparece o aumento da relevância de pequenos proprietários, de sindicalistas do Sul do país e das lideranças cutistas no interior da Confederação (FAVARETO, 2006). A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, fortaleceu o termo, trazido para o Brasil na interação entre pesquisadores e sindicalistas, também no interior do poder público, difundindo-o (NEVES, 2007; PICOLOTTO, 2011). A agricultura familiar foi, aos poucos, se transformando em uma bandeira defendida pela Contag nacional e internacionalmente, como discutiremos ao longo da Tese.

Paralelamente, ainda no interior da Confederação, demandas relativas a diferenças geracionais e de gênero se estruturaram a partir da década de 1990 e inspiraram novas manifestações de âmbito nacional como a Marcha das Margaridas (CASTRO, 2005; IPEA, 2013; MOTA, 2006; PIMENTA, 2013; SILVA, 2008b). Mais tarde, os Festivais da Juventude seguiram caminho semelhante. De fato, não apenas a Contag, mas o campo discursivo de ação como um todo foi impactado por debates de gênero e feministas e, posteriormente, de geração

(ANDRADE, 2007; NEVES; MEDEIROS, 2013a; SALVARO; LAGO; WOLFF, 2014; SILIPRANDI, 2009).

É fato, também, que para além das disputas, havia espaços, ações e momentos de convergência entre as organizações brasileiras, a exemplo da Campanha 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular, que questionou as celebrações do “descobrimento” em todo o continente e facilitou a fundação da Coordenadoria Latino Americana de Organizações do Campo (Cloc), da qual inicialmente participaram a Contag e o MST. Mais tarde, divergências sobre leituras em relação ao sentido e à possibilidade de influência sobre o Mercosul foram centrais, tanto para o afastamento da Contag desse processo, quanto para seu investimento na articulação da Coordenadoria das Organizações de Produtores Familiares do Mercosul (Coprofam). Movimentos e sindicatos rurais encontraram-se, diversas vezes, nos protestos e conferências internacionais dos anos 1990, compartilhando assentos em reuniões e ativismo em protestos, ainda que, por vezes, com ênfases diferentes.

Nada disso arrefeceu, porém, a tendência à multiplicação de organizações no campo discursivo de ação, dentro e fora do sindicalismo. Picolotto (2011) nomeia esse processo, durante o período de redemocratização, como sendo de reconfiguração da representação política nessa área, seguido pela emergência da categoria agricultura familiar como central para o sindicalismo no final do século 20. Foram criadas federações sindicais estaduais voltadas especificamente para esse público. Estas, em 2004, fundaram uma segunda articulação nacional sindical, a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar, Fetraf (PICOLOTTO, 2011). A organização foi, recentemente, renomeada Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil, e segue afiliada à CUT.

Em âmbito mais geral, em 2007, uma nova confederação sindical nacional foi criada, com forte presença de trabalhadores rurais. A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) afiliou federações estaduais ligadas à Contag e se tornou outra força de disputa por espaços e linhas políticas no interior da Confederação Rural (MEDEIROS, 2014; RODRIGUES; LADOSKY, 2015).

Ao longo das décadas, políticas públicas para populações rurais foram estabelecidas em progressiva complexificação do relacionamento entre as organizações do campo e o Estado, que articulam posturas críticas e reivindicativas, proposições e o cumprimento de papéis de execução e cogestão de políticas públicas (GRISA; SCHNEIDER, 2015). As demandas ao Estado foram expressas igualmente em ações de protesto e em esforços e

influência e negociação. Já na era Lula/Dilma, foram estabelecidas “rotinas de protestos” anuais pelo MST que realizou marchas e ocupações, pelas manifestações da Fetraf e pelos Gritos da Terra, assumidos pela Contag. Na era Lula/Dilma, os grupos organizados intensificaram a prática de pressão direta a gestores públicos, aos quais tiveram maior acesso nesse período (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). Cabe marcar, aqui, que não foi apenas a ação do MST, mas do conjunto de movimentos rurais, que inclui MPA, MAB, MMC, além de aliados de movimentos populares e estudantil, e que passaram a se reunir, a partir do início dos anos 2000, sob a denominação de Via Campesina Brasil, explicitando sua conexão com a organização transnacional de camponeses. Além disso, foram instituídos e revigorados conselhos de direitos, cuja participação na área foi objeto de discordância entre movimentos e sindicatos (SCHNEIDER; SILVA; MARQUES, 2004).

Nesse sentido, teve papel de destaque o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado em 1999 e fortalecido pós 2003. Abers, Serafim e Tatagiba (2014) atribuem a certa fraqueza do MDA no interior do governo Lula a sua propensão a se apoiar nos protestos rotineiros como forma de pautar temas na gestão federal, influenciando, portanto, nas relações internas de um “governo heterogêneo” – essa estratégia incluiu também ações internacionais e teve reflexos especialmente sobre as estratégias da Contag, como veremos a seguir.

Fruto dessas interações, a Lei da Agricultura Familiar (2006) foi promulgada governo Lula, no qual o montante de recursos para políticas na área foi multiplicado em sete vezes, ainda que, em paralelo, o apoio ao agronegócio também tenha se expandido e que as questões sobre acesso à terra e reforma agrária tenham permanecido (MEDEIROS, 2014, p.273-275). O agronegócio, aliás, substituiu o latifúndio no horizonte mais amplo de disputas entre trabalhadores rurais e proprietários de terras.

Foi, por fim, a partir da formalização da categoria agricultura familiar que um senso agrícola foi realizado em 2006, com dados sobre a importância da agricultura familiar na produção de cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil (DEL GROSSI; MARQUES, 2010; IBGE, 2009). Isso se tornou base para um discurso, compartilhado por gestores públicos (especialmente do MDA e de outras pastas de perfil social), sindicatos e movimentos sobre a importância da pequena agricultura para o país. Especificamente sobre as duas organizações aqui estudadas, enquanto a Contag privilegiou, nesse período, as demandas por políticas públicas para a agricultura familiar, o MPA atuou intensamente em políticas de apoio à produção e à qualidade na vida do campo. Assumiu, via cooperativas, ações de

promoção de políticas públicas de assistência técnica e produção de sementes – em dinâmicas que, como veremos, têm impactos nas estratégias internacionais de ambos.

Medeiros defende haver duas frentes distintas da relação entre sindicalismo e movimentos com as administrações petistas no governo Federal:

uma fortemente marcada por uma perspectiva negocial, que é o campo da agricultura familiar; outra marcada pela tensão e dificuldade de estabelecer negociação, que é a frente do acesso à terra, seja por meio de desapropriação e compra, seja por meio de demarcação de terras para populações tradicionais (MEDEIROS, 2014, p.277)

Entendo essa abordagem como mais rica e empiricamente embasada do que aquelas que veem o fim do debate sobre reforma agrária neste campo discursivo de ação, ao mesmo tempo em que ela deixa entrever que a discussão sobre agricultura ganhou proeminência em relação à “questão agrária” que marcou a instituição desse campo discursivo de ação. Além da agricultura familiar, outras formas não hegemônicas de agricultura vêm sendo defendidas pelos agricultores de pequeno porte: o MPA, especialmente, vem adotando a “agricultura camponesa”, como discutiremos em maior profundidade adiante. Nos debates internacionais, de forma similar, as discussões e normas sobre alimentação e agricultura se mostraram campo mais fértil para a inserção de organizações rurais brasileiras do que os muito mais raros debates sobre reforma agrária – outro tema que será aprofundado nos capítulos a seguir.

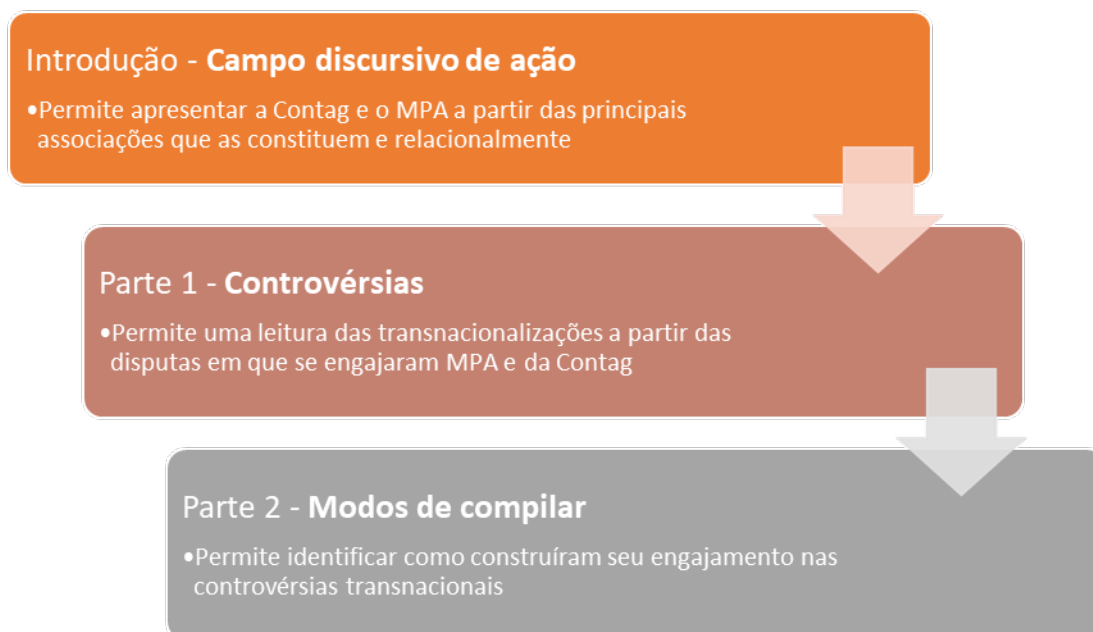
Em suma, ao longo dessa seção, apresentei, simetricamente e de maneira relacional, as duas organizações que serão estudadas ao longo da Tese, articulando-as com outros atores/as, debates e transformações políticas nas quais se envolveram. Busquei, assim, (re)agregar Contag e MPA a partir das associações que estabeleceram e que, dentro da perspectiva que orienta este trabalho, os conformam. Lancei mão, para isso, de pesquisas na área, reunidas sob uma ferramenta de análise que são os campos discursivos de ação. Ao fazer isso, estou sugerindo que é possível articular essa ferramenta analítica à perspectiva epistemológica aqui adotada, na medida em que tais campos também são compostos, na definição de Alvarez, por cruzamentos entre pessoas, práticas, ideias e discursos”, sem **me** preocupar a priori com o formato que assumem (ALVAREZ, 2014b, p. 18).

Por fim, cabe dizer que, ao nomear esse campo como “dos trabalhadores rurais”, tenho consciência de que a opção engendra definições políticas, teóricas e empíricas relevantes (ALVAREZ, 2014, p.46). Trata-se de uma categoria que fez parte da construção do sindicalismo rural no Brasil, na tentativa de encontrar um termo ao mesmo tempo “genérico”

e “menos neutro”, pela referência ao trabalho, como apontou Palmeira (1985). Creio que, com esse termo, aponto para a historicidade do campo discursivo de ação, mantenho a referência à classe trabalhadora que é cara às organizações que o compõem - mesmo que em intensidades muito distintas -, e diferencio-os dos grandes proprietários rurais. Mantenho, também a especificidade do trabalho agrícola, mesmo entendendo que há uma tendência de ampliação do campo, que poderia ser lido como um que vem incorporando conjuntos mais amplos de atores/as e temas, também rurais, mas não necessariamente agrícolas, em articulações com indígenas, quilombolas, pescadores/as, povos das florestas, etc. As tentativas, sempre parciais e temporárias, de formar coalizões que aglutinem para além das diferenças, como o Fórum Nacional de Reforma Agrária no início dos anos 2000 (SCHERER-WARREN, 2006) ou o mais recente Encontro Unitário das Populações do Campo, Águas e Floresta, são bons marcadores para essa expansão (“Declaração do Encontro Nacional Unitário de Trabalhadores e trabalhadoras, povos do campo das águas e das florestas”, 2012). Neste último, estiveram reunidos agricultores e agricultoras de diversos perfis, extrativistas, indígenas, pescadores e pescadoras, além dos movimentos agroecológicos, em uma evidente nova expansão do campo, no qual trabalhadores rurais e pequenos agricultores são, atualmente, um segmento entre muitos outros, inseridos em um conjunto mais amplo de povos do campo, floresta e água.

Estrutura da Tese

Assim, para analisar os processos de transnacionalização de organizações rurais brasileiras, esta Tese foi estruturada por essa introdução, seguida de duas partes, cada uma delas contando com uma breve introdução na qual apresento as ferramentas analíticas empregadas nos capítulos seguintes.



Quadro 1 – Articulação das ferramentas analíticas da tese

Fonte: elaboração própria

Na introdução, além de tratar do tema, dos procedimentos metodológicos, da escolha dos casos e de alguns conceitos centrais, apresentei as duas organizações estudadas usando como ferramenta analítica situá-las no mesmo campo discursivo de ação de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Essa ferramenta me permitiu “reconstruir” as organizações a partir das principais associações que as compõem.

Na primeira parte, lanço mão das controvérsias como ferramenta analítica que permite observar a transnacionalização das organizações de origem nacional por meio das disputas em que se engajam. Após apresentar e discutir essa ferramenta, no texto introdutório, no Capítulo 1 apresento as controvérsias que compõem a transnacionalização do MPA e da Contag para, no final, discutir a definição de transnacionalização a partir dessas experiências. No Capítulo 2, observo especificamente as controvérsias que ambas compartilham sobre agricultura e sobre a presença das mulheres nos debates transnacionais, nas quais cada uma das organizações se engaja por caminhos específicos. A partir delas, discuto como esses grupos contribuem para a produção do transnacional e retomo a ideia de que não há um transnacional único no qual as organizações entram e saem, mas conjuntos específicos de elementos reunidos e, ao cabo, “transnacionais” específicos. O resultado dessa primeira parte, então, é uma narrativa na qual foram apresentadas as controvérsias transnacionais identificadas nas experiências do MPA e da Contag.

Na segunda parte, os modos de compilar são a ferramenta analítica empregada para observar o interior das controvérsias e discutir como cada organização foi construindo seu engajamento nas disputas e debates transnacionais nos quais se envolveu. Na introdução da Parte 2, defino os modos de compilar e, nos Capítulos 3 e 4, discuto os modos de compilar da Contag, primeiro enfocando as controvérsias sobre sindicalismo e trabalho e, em seguida, as controvérsias sobre comércio e agricultura familiar, nas quais a Contag produz modos próprios de reunir elementos por meio dos quais consolidaram sua inserção transnacional.

Nos capítulos seguintes, volto-me para a experiência do MPA. No Capítulo 5, discuto como o MPA traduziu conceitos e propostas de origem transnacional para sua ação cotidiana para, no Capítulo 6, examinar como esse mesmo grupo incorporou-se aos debates sobre sementes e biotecnologia a partir de experiências locais e da inserção em debates institucionais em organizações internacionais, por via da mediação da Via Campesina, tendo nesses processos também construído modos próprios de reunir elementos por meio dos quais se consolidou como ator relevante em alguns dos debates que priorizou.

PARTE 1 - INTRODUÇÃO: AS CONTROVÉRSIAS COMO FERRAMENTAS ANALÍTICAS

Nesta primeira parte, sintetizo o processo de construção de laços transnacionais pelo MPA e pela Contag a partir das controvérsias em que cada um dos grupos se engajou, de forma a oferecer uma visão geral do que são os processos de transnacionalização na experiência de duas organizações rurais brasileiras.

Inicialmente, apresento as controvérsias como categoria analítica e, a partir disso, os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa. Argumento que as controvérsias são uma ferramenta útil na medida em que contribuem para a identificação de como os laços transnacionais são construídos a partir das disputas e associações estabelecidas por cada um dos grupos estudados que, por sua vez, também vão sendo modificados pelas suas práticas. Isso permite um deslocamento da compreensão das transnacionalizações como processos de reação a mudanças no cenário global que afetariam relações eminentemente locais para um olhar que valoriza como as organizações de origem local foram estabelecendo laços com atores/as internacionais – de outros países ou do sistema internacional.

Controvérsias são aqui definidas como disputas políticas nas quais os e as actantes se envolveram e por meio das quais ficam visíveis conexões que estabeleceram. Trata-se de questões marcadas por desentendimentos, disputas e incertezas; pautas ainda não estabilizadas, cujos sentidos e composições são disputadas (LATOUR, 2008a; LAW; CALLON, 1994; VENTURINI, 2010). Controvérsias permitem que se estudem objetos antes que sejam estáveis, tornando visíveis conexões que podem, em seguida, se fixar ou desaparecer (RODRÍGUEZ-GIRALT, 2011, p. 22).

Não se trata, assim, de disputas entre os grupos aqui estudados, mas de questões externas, nas quais cada um deles se envolveu ou ajudou a estabelecer. Nessas disputas, tornam-se visíveis as conexões estabelecidas pelos grupos em sua ação, dado que ao se posicionar eles precisam dizer como pensam, com quem conversam, com quais grupos se aliam ou se opõem. Por fim, as disputas também são momento(s) propícios para que novas conexões (ou associações) sejam estabelecidas (LATOUR, 2008a).

Tal perspectiva, como já afirmei na Introdução, coloca em diálogo leituras sobre movimentos sociais latino-americanos a partir das lentes da política cultural - sintetizada por

Thayer na expressão “os movimentos sociais não têm relações, eles são relações” (THAYER, 2010, p. 6), e a leitura, também relacional, informada pela Teoria do Ator-Rede, segundo a qual atores são conformados por associações que estabelecem (LATOUR, 2008a; LAW, 2004; MOL, 2010). Nesse sentido, se entendemos que os grupos são formados por conexões e que nas controvérsias a que se engajam eles expressam essas conexões e instituem novas conexões, então, as controvérsias são oportunidades para a redefinição do que é cada grupo – por meio da criação de novas articulações e alianças e, se for o caso, da substituição de outras, prévias.

Mas o engajamento em controvérsias tem também um sentido externo. Levando essas formulações para o debate sobre como os grupos pesquisados construíram suas relações transnacionais, tem-se que se engajar em controvérsias existentes ou, ainda, criar novas controvérsias, são algumas das principais maneiras por meio das quais atores-rede, que não teriam, *a priori*, poder para influenciar, diretamente, questões internacionais, conseguem interferir em tais debates. Ao se inserir nessas disputas, eles, igualmente, modificam-nas e modificam a si mesmos. Assim podem ser entendidas as disputas sobre o que conta como agricultura; do que conta como sementes e quais as consequências disso para a estratégia de conservação de sementes; de quais corpos e ferramentas cabem no debate sobre biotecnologia; de quem entra nas salas de discussão da ONU sobre como superar a fome, entre muitos outros. Os entendimentos sobre o que está em disputa e as estratégias para transformar questões aparentemente estabilizadas em temas disputados variam, mas a lógica que as orienta é semelhante.⁹

Em suma, partindo das controvérsias, pode-se compreender quais elementos os grupos estudados agregam e buscam associar às disputas, pois é nelas que se engajam que precisam tornar explícitas ideias, aliados e opositores, objetos e todo o tipo de elementos heterogêneos a que se associam.

⁹ Esse é um entendimento próximo àquele da perspectiva construtivista de Keck e Sikkink (1998, p. 2), que identificam como novidade nas redes transnacionais de *advocacy* que estudam sua habilidade de mobilizar informação, justamente, para “ajudar a criar novas questões e categorias e para persuadir, pressionar e alavancar questões frente a organizações muito mais poderosas e governos. Ativistas em redes não apenas influenciam os resultados da política, mas transformam os termos e a natureza dos debates.” Ativistas nem sempre são bem-sucedidos, mas apesar disso são crescentemente relevantes nos debates sobre políticas. Possivelmente a principal diferença com o construtivismo resida na composição das redes e na transformação dos próprios actantes quando se engajam nas controvérsias. Há, ainda, uma diferença de foco, que na presente pesquisa reside menos nos atores transnacionais e mais em como grupos de base nacional engajam-se e são afetados por esses processos.

Controvérsias são, assim, uma ferramenta analítica, a partir da qual organizei um enorme conjunto de relações, seguindo a intuição da TAR de que “é mais possível encontrar ordem depois de deixar os atores empregarem as diversas controvérsias em que estão imersos” (LATOUR, 2008a, p.42).

Nessa parte da tese, busco resumir as controvérsias de forma a oferecer uma visão geral do que são os processos de transnacionalização na experiência de duas organizações rurais brasileiras, o MPA e a Contag. Em seguida, na segunda e última parte, retorno detalhadamente a algumas dessas controvérsias para discutir as suas respectivas conexões, isto é, as associações que as compõem, a partir da identificação dos “modos de compilar” que as organizam.

Controvérsias e conexões, nesse sentido, já vêm sendo usadas para a análise de disputas ambientais (RODRÍGUEZ-GIRALT, 2011), de interações entre poder público e movimentos sociais na construção das políticas de reforma agrária no Brasil (PENNA, 2015) e as disputas ambientais em torno da construção de Belo Monte (FLEURY, 2014).

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa teve como fontes documentos e publicações do MPA e da Contag, além de entrevistas realizadas com militantes de ambos e observação participante em atividades, algumas delas organizadas por esses grupos e outras nas quais eles estiveram presentes. Também foram pesquisados documentos e realizadas entrevistas com pessoas de organizações com as quais Contag e MPA se relacionam. Em cada uma dessas fontes, busquei identificar associações (laços, conexões) que os grupos estudados estabeleceram com questões, temas e instituições internacionais. Isto é, restringi a busca de associações àquelas que se referissem a ideias, processos, pessoas, grupos, atividades, instâncias, instituições de outros países que não o Brasil, ou ao sistema internacional, ou à ação de atores brasileiros em instituições e espaços internacionais. Não delimitei, a priori, quais tipos de ideias, nem quais formatos de grupos, nem o tipo de interação que ali ocorria – buscava, portanto, uma descrição simétrica (LATOUR, 2008).¹⁰

¹⁰ Essa a metodologia toma como base a cartografia das controvérsias (LATOUR, 2008a; VENTURINI, 2010), mas a modifica porque aqui o objetivo não é entender as controvérsias em si, mas as maneiras como atores constituídos nacionalmente conseguem estabelecer relações com atores de outros países por meio do engajamento em controvérsias. A cartografia das controvérsias, conforme sistematização de Venturini (2010a), identifica as associações que compõem cada tema em disputa, em cinco passos: identificação dos termos do debate e da rede de referências que eles ativam (textos ou discursos técnicos, científicos ou produzidos pelos atores); identificação dos atores envolvidos (humanos ou não-humanos); reunião dos atores em redes;

O primeiro resultado foi uma longa lista contendo referências a debates, conceitos e ideias cunhadas ou utilizadas em disputas internacionais, ações, interações e contatos com outros grupos. Em seguida, reorganizei essa lista aproximando temas correlatos, isto é, agrupei as associações em conjuntos de disputas com temáticas semelhantes. O resultado foi uma lista de controvérsias, isto é, de disputas nas quais esses atores-rede se engajaram.

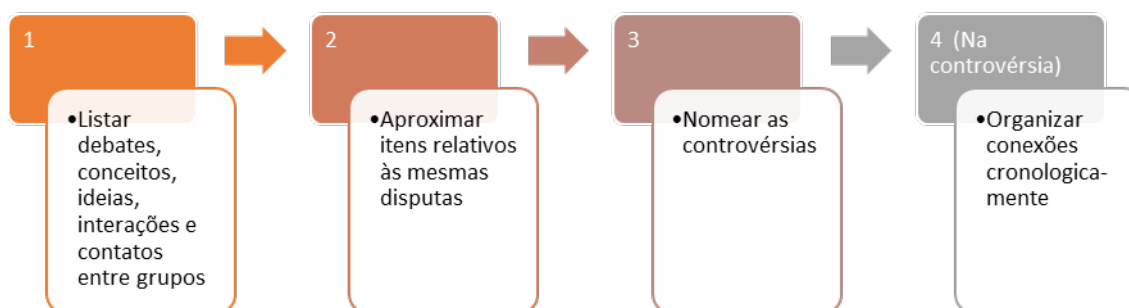


Figura 1 – Síntese dos processos de organização dos dados coletados
Fonte: elaboração própria

Por fim, no interior de cada uma das controvérsias, organizei as conexões cronologicamente. A atenção às transformações da ação transnacional desses grupos ao longo do tempo tem sido um tema importante desde que essa pesquisa era ainda um projeto. Isso decorre do entendimento de que transnacionalização não é um estado, mas um processo (DELLA PORTA; TARROW, 2005; THAYER, 2010; VON BÜLOW, 2014). E que esse

identificação das visões de mundo, ideologias, significados atribuídos pelos atores às questões em disputa – identificando, inclusive, os entendimentos de mundo distintos conforme construídos pelos atores: este é o quinto passo. Adaptando essa metodologia ao meu problema de pesquisa, eu parti das associações relatadas em documentos, publicações e entrevistas para, em seguida, organizá-las em temas – as controvérsias. Posteriormente, no interior das controvérsias, organizei as informações sobre associações cronologicamente.

processo tem dimensões temporais e espaciais (BRINGEL; FALERO, 2008; TARROW, 2009 [1998]; VON BÜLOW, 2014).¹¹

Daí que não seria possível compreender a transnacionalização das organizações brasileiras sem observar como elas foram construindo e transformando suas articulações. Ao dissociar esse processo em diversas controvérsias, é possível perceber não apenas uma, mas as várias temporalidades que o compõem.¹²

Assim, esse último procedimento, de organizar linearmente as conexões no interior das controvérsias facilitou perceber como associações relativas a cada disputa foram sendo estabelecidas e transformadas e, no limite, como se influenciam mutuamente. Essa estratégia abre a possibilidade de ganhos analíticos na medida em que, ao não partir diretamente para uma periodização única e geral das associações encontradas na pesquisa, foi possível perceber como diferentes disputas permanecem e se transformam. Assim, foi possível chegar a periodizações várias, que contribuem para entender como diferentes disputas foram sendo construídas e reconstruídas, em lugar de períodos que se sucedem. Com isso, foi possível perceber e conferir destaque às simultaneidades.

Atenção a disputas e conflitos

Conflitos são constitutivos da política. Por diversas vias teóricas, abordagens contemporâneas sobre movimentos sociais e ação coletiva ratificam esse entendimento na medida em que mantém a atenção aos conflitos, que ganha sentidos peculiares em cada uma delas. Para autores e autoras da Teoria da Política Contenciosa, tais formas de agir são expressões de conflitos com outros interesses (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001; TILLY; WOOD, 2013). Já Melucci (1996) define movimentos sociais como categoria analítica que designa forma específica de ação coletiva, entre as muitas possíveis, que torna manifesto um conflito, além de evocar solidariedade e questionar os limites de compatibilidade do sistema no qual a ação ocorre (MELUCCI, 1996, p.28). Para Mouffe, que

¹¹ Tarrow (2009 [1998]) e von Bülow (2014) traduzem-na na construção de matrizes que situam processos nos eixos temporal e espacial. Em ambos, o foco está nas escolhas dos atores por diferentes formatos de articulações transnacionais, enquanto no meu caso a ênfase está na construção desses laços a partir dos grupos nacionais. Tendo essa pergunta como norte, minha opção teórica e metodológica prioriza a identificação das associações e de seus efeitos.

¹² Agradeço à professora Cristina Scheibe Wolffe, da UFSC, e professora visitante da *Fulbright Chair of Brazilian Studies* do Centro de Estudos da América Latina, Caribe e de Estudos Latinos (CLACLS) da Universidade de Massachusetts, Amherst, pela paciência com que escutou e questionou minhas divagações sobre o tempo e por indicar que melhor seria trabalhar com temporalidades.

articula marxismo e pós-estruturalismo, a política trata de disputas para estabelecer uma ordem e organizar a coexistência humana em condições sempre conflituosas, porque atravessadas pelo político (MOUFFE, 1999). É, em parte, por compartilhar desses pressupostos que a análise a partir das controvérsias me parece interessante para a análise dos fenômenos aqui estudados.

No caso da Teoria do Confronto Político, boa parte do foco reside em como o conflito se expressa publicamente, de forma que as mobilizações, protestos e campanhas são categorias centrais para se identificar que há, ali, grupos organizados – seja como movimentos, seja como redes, seja como expressões da sociedade civil.¹³ Essa abordagem revigorou o entendimento dos fenômenos de ação coletiva nacionais e transnacionais, mas tem limites importantes para compreender as “dimensões culturais da política que cruza fronteiras”, como argumenta Thayer (2010, p. 5). Para a autora, os limites são relacionados a uma tendência a atentar para estruturas formalizadas – sejam organizações, campanhas, eventos ou instituições – com um olhar que os percebe como pré-estabelecidos: “o foco [está] em como entidades já existentes respondem a oportunidades e obstáculos em um contexto de crescente globalização, e não nos processos pelos quais os movimentos se configuram e sustentam alianças” (ibid.).

Ao observar as disputas por meio das controvérsias, o que busco é uma ferramenta que permita ver ações e disputas mesmo quando elas não se traduzem em protestos, campanhas ou atividades entre grupos de diversos países, compreendendo as interações a partir do trabalho de estabelecer, formular e enunciar disputas e do sentido que elas têm no interior das práticas e formulações dos grupos. Com isso, afasto-me de categorias como as oportunidades e restrições políticas colocadas pelo contexto. É claro que as relações com entes externos importam, mas sempre dependem de como são lidas pelos atores/as e dificilmente serão capazes de definir a possibilidade ou o formato da ação, como a literatura da política contenciosa por vezes sugere – uma crítica, aliás, já bem estabelecida (GOODWIN; JASPER, 1999).

A consequência disso para o estudo da ação transnacional é que mesmo quando não se vê o confronto explícito (nos protestos, movimentos ou redes de abrangência transnacional), é possível perceber que há ação e o trabalho de tornar questões estabilizadas em temas

¹³ Pesquisadores vêm propondo que identidades (DELLA PORTA; DIANI, 1999) e enquadramentos componham também essa abordagem (MCADAM; MCCARTHY; ZALD, 1996). Em meu entendimento, o segundo conceito foi incorporado no trabalho dos principais formuladores dessa teoria, mas não o primeiro, como fica evidente em McAdam, Tarrow e Tilly (2001).

conflituosos. A consequência disso é que se deixa de ver coalizões e protestos de abrangência transnacional como o auge da ação coletiva transnacional, passando a um olhar em que o processo de construção de articulações, em diversos formatos, é colocado no centro.

Nesse sentido, há aqui aproximações com Melucci, na medida em que se entende que esses grupos tornam conflitos manifestos. Por vezes, eles disputam sentidos de conflitos existentes; por outras, agem para transformar em disputas questões que, antes deles, pareciam dadas, inquestionáveis. Porém, nessa pesquisa, movimentos sociais não são uma categoria analítica – ao contrário, são uma categoria nativa, usada pelos grupos estudados para definir a maneira como se organizam. Nesse sentido, e também pelo entendimento de cultura como conjuntos de práticas e símbolos compartilhados, eu dialogo, especialmente, com a Teoria da Política Cultural, que entende movimentos sociais como lutas por democratização no interior da sociedade civil tanto quanto fora dela. Mesmo sem me aprofundar, aqui, nas definições de sociedade civil, o entendimento de o que está em jogo é uma disputa pelo que se define como arena política. Nos termos de Alvarez; Escobar e Dagnino (2000, p. 15), “o que está fundamentalmente em disputa [pelos movimentos] são os parâmetros da democracia, são as próprias fronteiras do que deve ser definido como arena política: seus participantes, instituições, processos, agenda e campo de ação” (idem, p.15). Para essa abordagem, projetos políticos que orientam essas disputas são, ao cabo, construções simbólicas, relacionadas à cultura.

A partir dessa ferramenta analítica das controvérsias, então, no Capítulo 1, a seguir, lanço mão das controvérsias para apresentar as experiências de transnacionalização da CONTAG e do MPA conferindo destaque às simultaneidades. No capítulo seguinte, o foco se volta para como, apesar do poder limitado desses atores/as no cenário internacional, eles e elas vêm sendo capazes de contribuir para a construção daquilo que entendemos como “o transnacional.” – aqui, o tema da construção das escalas volta a ser discutido. Para tanto, apresento duas controvérsias compartilhadas pelo MPA e pela CONTAG, argumentando que mesmo quando tratam de disputas semelhantes, as associações estabelecidas por cada grupo são particulares, de forma que cada um associa elementos particulares às controvérsias em que se engaja e que, na sobreposição desses elementos, eles vão contribuindo para produzir aquilo que chamamos de transnacional.

CAPÍTULO 1 - OLHANDO AS TRANSNACIONALIZAÇÕES A PARTIR DAS CONTROVÉRSIAS: AS EXPERIÊNCIAS DA CONTAG E DO MPA

Este capítulo traz uma visão geral das articulações transnacionais, isto é, dos engajamentos com atores/as e temas oriundos de outros países ou de questões do sistema internacional, construídos pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a partir da descrição das controvérsias nas quais se engajaram. Por meio dessa ferramenta, é possível observar como estão sendo produzidos os processos de transnacionalização por elas protagonizados, observando como diversas disputas se desdobram simultaneamente.

O que emerge dessas descrições não é uma transnacionalização única na qual os diversos grupos entram, ou à qual eles simplesmente aderem, mas distintas transnacionalizações, a partir das diferentes associações que estabelecem em suas próprias experiências.

Com base na descrição apresentada nas páginas a seguir, ao final do capítulo, retorno às definições sobre transnacionalização a partir da experiência aqui narrada para discutir de que forma eles impactam a noção de transnacionalização. Antes de prosseguir, porém, cabe registrar que não espero, aqui, tratar de todas as disputas e controvérsias transnacionais nas quais esses grupos se envolveram, mas de algumas delas: as que puderam ser identificadas a partir dos documentos consultados, entrevistas e observação participativa que foram realizados, dentro dos limites de tempo e dos recursos desta pesquisa.

Em suma, na experiência da Contag, a transnacionalização passou, inicialmente, pelas disputas sobre modelos de sociedade que se sedimentavam em controvérsias no interior do sindicalismo. Outras das fontes iniciais de articulações internacionais foram as disputas por liberdade sindical no contexto do regime político autoritário. A esse primeiro conjunto, denomino (a) controvérsias sindicais. Em paralelo, novas associações foram sendo construídas em controvérsias sobre as (b) condições de trabalho, a (c) liberalização do comércio internacional e, por fim, sobre o (d) modelo de agricultura a ser priorizado nos países. Na Contag, essas últimas são orientadas pela defesa de que a agricultura familiar precisa ser tomada em conta nas decisões nacionais e transnacionais para a área. Foi a partir

dos debates sobre a agricultura familiar que a Confederação Brasileira de Trabalhadores na Agricultura fortaleceu sua presença internacional, com reflexos sobre outras controvérsias, em especial àquela relativa à (e)presença das mulheres no sindicalismo rural.

Na experiência do Movimento dos Pequenos Agricultores, as associações internacionais em torno da (c*) controvérsia sobre o modelo de agricultura são permeadas por debates sobre agricultura camponesa, as disputas e experiências sobre sementes e biodiversidade e pelos conflitos sobre o uso de agrotóxicos. No cotidiano do movimento, esses temas muitas vezes andam juntos e se sobrepõem, mas aqui os mantenho separados para possibilitar a análise.

As outras controvérsias que marcam o processo da transnacionalização desse grupo tratam das disputas entre (b*) soberania alimentar – conceito empregado pela Via Campesina em contraponto ao de segurança alimentar e que o movimento brasileiro vem traduzindo em suas formulações e práticas. Por fim, compõem as associações transnacionais do MPA as (d*) controvérsias estabelecidas pelas mulheres, seja via sua atuação frente a violência contra as mulheres - que incorpora a campanha da Via Campesina sobre o tema -, seja nas formulações sobre o feminismo camponês.

Observadas lado a lado, as controvérsias que compõem a ação transnacional do MPA e da CONTAG apontam para duas trajetórias bastante distintas, mas também para algumas sobreposições. A seguir, apresento essas controvérsias de maneira sintética, de forma a poder, com base nelas, caminhar para um entendimento específico de transnacionalização a partir das experiências das organizações rurais brasileiras aqui estudadas.

Da forma como venho definindo nesse trabalho, a transnacionalização de grupos rurais de origem nacional passa pelo emprego de práticas e enquadramentos discursivos -oriundos dos engajamentos com atores/as de outros países, conforme definição de Alvarez (2000, p.3). Com base na pesquisa aqui apresentada, proponho que, além disso, é necessário entender como definidora do processo de transnacionalização desses grupos a sua atuação no sentido de estabelecer controvérsias: contribuindo para transformar em disputas públicas internacionais temas que, de outro modo, seriam tomados como dados. Por meio dessas ações, esses grupos estão, de fato, disputando os elementos que compõem aquilo que compreendemos como transnacional. Ao mesmo tempo, eles vão sendo transformados, dado que, ao se inserir em disputas, eles estabelecem novas articulações que, ao cabo, passam a fazer parte do que são esses coletivos.

1.1 As controvérsias transnacionais da Contag

Controvérsias - Contag	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2017
a) Controvérsias sindicais													
Modelo de ação sindical/ filiação a um sindicato													
Resistência à ditadura (exilados e estratégias)													
Liberdade Sindical (OIT)													
b) Controvérsias sobre condições de trabalho													
Trabalho escravo (OIT)													
Trabalho infantil (OIT)													
c) Controvérsia sobre a liberalização do comércio internacional													
Impacto do comércio internacional													
Acordos de livre comércio - luta contra ALCA													
Acordos de livre comércio - agricultura na OMC													
d) Controvérsias sobre modelo de agricultura													
AF no Mercosul													
Demanda pelo Ano Internacional AF													
Demandas por políticas públicas para AF em outros espaços													
e) Controvérsia sobre a presença de mulheres no sindicalismo (nac/internac)													
Mulheres na integração regional													
Margaridas pelo mundo													

Quadro 2 – Síntese das controvérsias transnacionais da Contag, da década de 1960 até 2017

Fonte: elaboração própria

Antes mesmo da fundação da Contag, as primeiras conexões internacionais que emergiram nos discursos dos trabalhadores rurais, que se organizavam no início da década de 1960, eram de críticas ao “capital colonizador estrangeiro”, vinculado ao monopólio da terra, isto é, ao latifúndio, ao qual se opunham (“Declaração do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Sobre o Caráter da Reforma Agrária”, 1961). Criada a Contag, em 1963, a construção de associações (laços, conexões) com grupos provenientes de outros países ocorre, de fato, em torno de disputas sobre o modelo de sociedade defendido pela confederação sindical, que se traduzia em controvérsias sobre as articulações com as diferentes correntes do sindicalismo internacional e sobre as condições de atuação do sindicalismo sob o governo autoritário que se instalou após 1964. Podem ser situados aqui, também os debates sobre liberdade sindical que faziam referência a organizações internacionais. *Essas controvérsias, que denomino sindicais* (e que estão representadas como item a, na figura acima) foram sendo estabelecidas praticamente desde a fundação da Contag

e continuam, até os dias atuais, sendo fontes importantes para a inserção transnacional da confederação brasileira. Ao longo do tempo, entretanto, elas foram transformadas tanto pelas mudanças na configuração do sindicalismo internacional como pelas mudanças no interior da Contag e, por fim, pelas transformações no contexto político (e econômico) brasileiro e internacional.

Quando, na década de 1990, as lideranças da Contag decidiram reforçar e reorganizar suas articulações internacionais para fazer frente aos novos desafios que estavam colocados com a liberalização da economia e o aprofundamento da globalização, foi aos laços sindicais que elas primeiro recorreram, decidindo-se pela afiliação à União Internacional de Trabalhadores da Alimentação, Agrícolas, Hoteleiros, em Restaurantes, Tabaco e Afins, a UITA (CONTAG, 1998). Desde então, a UITA vem sendo convidada para algumas negociações salariais que envolvem empresas multinacionais no Brasil. A presença da Confederação brasileira, com sua representação de trabalhadores assalariados e agricultores familiares, incentivou a UITA a criar estratégias para atuar com trabalhadores não assalariados – uma delas foi a criação de uma campanha internacional contra a violência sofrida por trabalhadores rurais – empregando um modelo de ação comum entre ativistas transnacionais (KECK; SIKKINK, 1998). Este é um exemplo de como as relações provocam transformações nos atores/as que se associam. Em outro momento, quando buscava pontes para influenciar debates sobre o Mercosul, a Contag reuniu-se com organizações sindicais e outras associações de agricultores e agricultoras de países do bloco em busca de aliados.

A Contag participa de atividades internacionais a convite da UITA, que valoriza sua liderança regional e seu enorme quadro de afiliados. Também recebe visitas de delegações sindicais internacionais interessadas em suas práticas e formas de interagir com o governo brasileiro.¹⁴ Porém, ainda que a Contag tenha estabelecido conexões e se engajado em controvérsias internacionais sobre direitos trabalhistas, essa Confederação nunca chegou a ser um ator poderoso – se comparada, por exemplo, aos grandes sindicatos europeus.

Nas *controvérsias sobre as condições de trabalho* (item b no Quadro 2), além dos aliados sindicais a Contag também se aproximou da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com a qual desenvolve, desde a década de 1990, ações de combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo. A Contag foi uma das organizações brasileiras que incluiu esses temas em sua agenda e desenvolveu experiências inovadoras de levá-los até agricultores e

¹⁴ Entrevistas concedidas por Alberto Broch e Luiz Vicente Facco.

agricultoras nos municípios, por meio da estrutura de federações e sindicatos locais. Assim, traduziu para atores/as locais os parâmetros de condições de trabalho acordados internacionalmente e, por vezes, precisou traduzir questionamentos oriundos das práticas locais para a organização internacional.

A partir da década de 1980, começa a tomar forma nova controvérsia, *sobre a liberalização do comércio internacional* (item c no quadro acima), na qual a Contag questiona o impacto dos processos de liberalização comercial sobre trabalhadores rurais e agricultores. O debate se prolongou pelos anos seguintes e, no final da década de 1990, a Confederação brasileira enviou algumas lideranças sindicais para os protestos de Seattle, Cancun e Genova, apoiada por organizações não governamentais. Relatos dessas participações enfatizam a dupla estratégia de presença nas manifestações do lado de fora das reuniões, ao mesmo tempo em que tentavam incidir nas posições do governo brasileiro nos debates oficiais, demandando que assegurassem salvaguardas para os pequenos produtores. Essa estratégia reflete uma leitura de que é necessário pressionar governos para que os resultados das negociações sejam menos ruins para os trabalhadores.¹⁵ Paralelamente, a Contag foi parte da Campanha Brasileira contra a ALCA, que reuniu 10 milhões de votos em seu plebiscito popular (BERRÓN, 2007a; SILVA, 2008a). Essas ações contribuíram para o congelamento das negociações sobre a ALCA em 2003, que foi resultado da intervenção do presidente Luís Inácio Lula da Silva, recém-eleito e apoiado pelas organizações da campanha. As controvérsias sobre comércio tiveram enorme destaque no final dos anos 1990 e início da década de 2000, tendo perdido força durante os governos petistas (2003-2016). Mas, os debates sobre comércio se mantiveram latentes e ganharam novo fôlego com o recente golpe parlamentar a retomada da orientação neoliberal das políticas econômicas sob o governo Temer a partir de 2016 (SANTOS, 2017).

Foi no bojo dos debates sobre comércio que a Contag começou a levar com maior efetividade, para suas articulações internacionais, a agricultura familiar. Apresentando-a como forma de organizar a produção agrícola e a vida no campo, a Contag argumentava que a agricultura familiar precisava ser tomada em conta nos debates nacionais e transnacionais, por ser afetada de formas específicas pelos acordos internacionais firmados pelo Brasil. No início do governo Lula, as disputas sobre os acordos e regras comerciais internacionais passavam, além da ALCA, pelo Mercado Comum do Sul (Mercosul) e pela Organização Mundial do

¹⁵ Entrevista concedida por Alberto Broch.

Comércio (OMC). A questão, na perspectiva da Contag, girava em torno dos seus impactos sobre trabalhadores assalariados e agricultores familiares. A partir de 2003, as redes, organizações e movimentos sociais que questionavam a liberalização do comércio internacional finalmente conseguiram estabelecer canais de interlocução com setores do governo Federal, em especial no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e no Ministério das Relações Exteriores (MRE). Uma série de eventos e reuniões aproximou ou reaproximou esses atores/as – dados que alguns dos novos integrantes do governo já tinham atuado ou mantinham conexões com atores/as não estatais. Nesse processo, a Contag encontrou um caminho próprio para sua atuação transnacional de maneira permanente, sustentada e com maior impacto externo e, também, interno à Confederação.

A Contag e seus aliados passaram, nesse período, a afirmar a existência de uma forma peculiar de organizar práticas agrícolas, a agricultura familiar, nos países do Mercosul. Associaram a essa presença, demandas por políticas públicas voltadas à agricultura familiar e pela participação de sindicalistas nos espaços institucionais regionais. A essas disputas pela existência mesma da agricultura familiar nos debates internacionais, denomino *controvérsia sobre o modelo de agricultura* (d).

Nesse processo, a Contag estabeleceu novas alianças, construiu relações estáveis e foi central para a criação de uma organização regional de agricultores familiares a partir da qual puderam passar a falar regionalmente, a Coordenadoria de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul (Coprofam). Reunindo organizações sindicais e associações nacionais, a Coprofam conseguiu levar suas demandas às instâncias de coordenação do Mercosul e, quando obteve apoio dos governos nacionais, contribuiu para a criação de uma Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (Reaf), estabelecida para subsidiar decisões regionais sobre o tema no bloco. Isso ocorreu depois que organizações sindicais da região passaram quase uma década tentando emplacar suas pautas nos debates sobre trabalho, sem muito sucesso. Uma das principais inovações da Reaf foi a presença formal de atores/as não estatais nas reuniões – algo pouco usual em espaços oficiais de organizações internacionais.

Nessa controvérsia, pela primeira vez, a Contag não apenas se engajou em debates transnacionais, como foi um dos grupos essenciais para que o debate ganhasse corpo. Ela contribuiu para que novos elementos fossem associados ao bloco, passando a conformá-lo. Assim, um tema antes ausente passou a existir no âmbito regional, e, além disso, transformou o significado da agricultura no bloco uma questão em disputa. A Contag se conectou a esses debates não apenas como mais um ator, mas como um elemento central para a sua existência

– sem ela, os processos teriam sido diferentes. Internamente à Confederação, ter ajudado a estabelecer uma controvérsia sobre o que significa agricultura no bloco alterou o panorama da inserção transnacional da Contag. A associação com a agricultura familiar passou então a levá-la para outros lugares, carregando inclusive grupos específicos no interior da Contag para ação transnacional – notadamente, as mulheres e, em menor medida, a juventude. Também facilitou a emergência de conexões translocais, colocando em contato direto grupos de locais diferentes.

Isso foi possível porque, na medida em que reuniu a existência da agricultura familiar, a demanda por políticas públicas e a proposta de que tais políticas precisaram ser construídas com a participação dos próprios agricultores e agricultoras familiares, a Contag acabou compilando um conjunto de elementos que, tendo produzido efeitos positivos para seus planos transnacionais, passaram a ser utilizados repetidas vezes e reforçado. Trata-se do que denominarei, na segunda parte da Tese, um “modo de compilar” produzido pela Confederação Brasileira e que foi tanto levado por ela para suas ações e contatos transnacionais, como abriu caminhos para novas interações, às quais a Contag, antes, não tinha acesso. Voltarei a esse tema com mais detalhes na segunda parte da tese.

Na estruturação da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (Reaf), a Coprofam e a Contag fortaleceram relações com setores dos governos nacionais encarregados da agropecuária, contribuíram para a difusão dessa agenda em países que até então não utilizavam essa categoria¹⁶ e fortaleceram laços com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), entre outros. Recursos e ideia circularam. A notícia sobre a experiência da Reaf se espalhou.

Em 2009, a Coprofam foi convidada a fazer parte da campanha que solicitava à ONU a instalação de um Ano Internacional da Agricultura Familiar, proposto por uma organização intencional denominada Fórum Rural Mundial (FRM). A Coprofam abraçou a proposta e se tornou uma das suas principais defensoras nas Américas. A campanha internacional do FRM foi bem-sucedida e o ano internacional ocorreu em 2014, contribuindo para a difusão da ideia da existência de agricultores familiares e suas maneiras específicas de produzir alimentos, novamente ao lado de demandas por políticas públicas e participação institucional em países

¹⁶ Em 2003, informe técnico do Fida Mercosur identificava os conceitos usados no Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, bem como o perfil das políticas para a área, indicando que a agricultura familiar ainda não era termo corrente (FIDA MERCOSUR, 2003).

da África, Ásia e Oceania. Juntas, agricultura familiar, participação institucional e políticas públicas continuaram viajando, chegando, agora pela via da sociedade civil, na FAO em Roma e em diversos países.

Quando o Mecanismo da Sociedade Civil foi criado pela FAO, no contexto de reforma do seu Conselho de Segurança Alimentar, os agricultores familiares também se fizeram presentes. A Coprofam obteve um assento representando produtores de pequena escala – nos períodos de 2010-2012, 2015-2017 e na constituição atual, coube à Contag representá-la no MSC.

Debates sobre a existência da agricultura familiar também chegaram, por outros caminhos, à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que atualmente tem um Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional. Em suma, nesse processo a Coprofam e a Contag não apenas foram transformadas pela sua atuação, mas contribuíram – ao lado de outros atores/as – para que a agricultura familiar fizesse parte das disputas sobre a agricultura, no Cone Sul das Américas e depois, em outras regiões.

Por fim, as conexões aí estabelecidas tiveram impactos no interior da Confederação, nas (e) *controvérsias relativas à presença de mulheres*, que passaram a fazer parte dos debates na Reaf, obtendo então novos espaços para levar suas pautas sobre a visibilidade do trabalho das mulheres e contra a violência também para as instâncias regionais e, depois, para outros aliados como o Fórum Rural Mundial. De forma semelhante, as articulações no Mercosul propiciaram a presença da juventude em atividades transnacionais de forma sustentada pela primeira vez.¹⁷

Em termos cronológicos, a ferramenta analítica das controvérsias permite perceber as simultaneidades. A narrativa aqui construída sobre a transnacionalização da Contag indica que diferentes processos se desdobraram ao mesmo tempo, como se pode ver no Quadro 2. As primeiras controvérsias, sindicais, têm início ainda nos anos 1960 e, desdobrando-se em diferentes disputas, continuam existindo atualmente. A controvérsia sobre comércio internacional teve início mais tarde, na década de 1980, ganhou força nos anos 1990 e segue em curso, ainda que com menos destaque. Já a controvérsia sobre o modelo de agricultura, com ênfase na agricultura familiar, teve início mais tarde, na década de 1990, e teve desdobramentos na década seguinte, também permanecendo em curso até os dias correntes. A

¹⁷ Entrevista concedida por Maria Elenice Anastácio.

visualização das simultaneidades é relevante na medida em que indica que os temas não foram abandonados, tendo mais sido transformados e reconfigurados ao longo do tempo – voltarei ao tema da relevância das articulações sindicais para a Contag no Capítulo 3.

Cumpre, por fim, notar que disputas não ocorreram isoladas umas das outras, tendo se influenciado mutuamente em diversos momentos – há, então, conexões entre elas que não ficam visíveis nessa apresentação temporal linear do Quadro 2. Os detalhes e interações serão trabalhados com mais vagar nos próximos capítulos. O que interessa, aqui, é apresentar uma leitura geral do processo de transnacionalização dessa confederação sindical rural brasileira.

1.2 As controvérsias transnacionais do MPA

Na experiência do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), referências a questões internacionais estiveram presentes desde as primeiras pautas nacionais, de 1998, 2001 e 2002, via demandas pelo controle da importação de alimentos e por subsídios e compensações, como medidas de proteção à agricultura nacional (COSTA, 2014c). Porém, não foi pela via das controvérsias sobre comércio internacional que o MPA acabou construindo suas associações transnacionais. Elas perderam relevância pouco depois, como se percebe no item a* do Quadro 3, a seguir. Os debates priorizados e que levaram a articulações duradouras foram aqueles relativos à soberania alimentar (item b*, Quadro 3), presentes desde 2001 nas pautas nacionais dessa organização.

Controvérsias - MPA	1997	2000	2005	2010	2015	2017
a*) Controvérsia sobre a liberalização do comércio internacional						
b*) Controvérsia sobre soberania alimentar						
c*) Controvérsia sobre modelo de agricultura						
>> agricultura camponesa						
>> sementes e biodiversidade						
Sementes crioulas						
Direitos camponeses na CDB						
Direitos camponeses no TIRFAA						
>> agrotóxicos						
d*) Controvérsia sobre a presença das mulheres no sindicalismo (nac/internac)						
>> Violência contra mulheres						
>> Feminismo camponês						
>> Atuação em controvérsias sobre sementes e biodiversidade						

Quadro 3 – As controvérsias transnacionais do MPA, da década de 1990 até 2017

Fonte: elaboração própria

No caso dos debates sobre acesso a alimentos e combate à fome – em torno dos quais se desenvolveram parte das articulações sobre agricultura na esfera internacional, por meio da FAO e das agências da ONU correlatas – o MPA defende o conceito de soberania alimentar em substituição à segurança alimentar, ecoando a plataforma da Via Campesina, à qual é afiliado desde o início dos anos 2000. Internamente, o MPA incorporou a soberania alimentar como um dos eixos do seu projeto político, denominado Plano Camponês, e nele vem traduzindo e reformulando esse conceito, propondo, por exemplo, outras soberanias correlatas, como a territorial, a hídrica e a genética. A esse processo, que tem enorme influência sobre as práticas do MPA em diversos estados brasileiros, denomino *controvérsia sobre a soberania alimentar* (item b*, Figura 2).

No tema da agricultura, as condições e maneiras de produzir alimentos são centrais para o MPA, que agrega agricultores e agricultoras que possuem pequenas porções de terra. As formulações do movimento sobre o modelo de agricultura que defendem variaram ao longo do tempo, mas o discurso de oposição ao modelo capitalista de produção de alimentos manteve-se. Às articulações transnacionais construídas em torno desse tema denomino *controvérsia sobre o modelo de agricultura* (item c*), na qual o MPA se insere atualmente defendendo sua “agricultura camponesa”, e diferenciando-a tanto da agricultura familiar como da agricultura capitalista (CARVALHO, 2005b; ISRAEL DA SILVA, 2011; MPA, 2011). Em 2010, o movimento brasileiro apresentou essa formulação à Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC), braço regional da Via Campesina. Esse momento marca uma inflexão na estratégia de participação do MPA na CLOC e na Via Campesina, que até então vinha sendo pontual e descontínua, para uma entrada mais planejada que resultou no aumento da visibilidade internacional de suas formulações (MPA, 2010, p. 21). Essa experiência indica que a filiação a uma organização internacional não é, por si só, um caminho garantido para a relevância nos debates que ali se travam; pelo contrário, ela só se consolidou quando o MPA organizou uma formulação própria para os debates, internamente, e depois passou a apresentar (e a disputar) suas perspectivas externamente.

No Brasil, ainda na década de 1990, o MPA discutia o modelo tecnológico adotado pelos agricultores para a produção de alimentos, no bojo das lutas por crédito, do crescimento do número de pequenos produtores integrados às cadeias produtivas agrícolas e da preocupação com o contínuo endividamento das famílias via a aquisição de insumos para a produção (TOLEDO DA SILVA, 2007). Foi buscando construir alternativas que entendia mais adequadas ao perfil dos pequenos produtores que o MPA se envolveu em debates sobre

o modelo de agricultura, e em ações de resistência ao modelo capitalista, em especial por meio de disputas sobre as sementes que eram empregadas na produção e sobre os agrotóxicos. Essas três disputas, sobre a existência de uma agricultura camponesa, sobre o acesso a sementes e biodiversidade e sobre o uso de agrotóxicos são, argumento, parte da controvérsia sobre o modelo de agricultura conforme construída na experiência do MPA.

No caso das sementes, o MPA desenvolveu experiências de recuperação, armazenamento e compartilhamento de sementes crioulas, ao lado de agricultores e sindicatos municipais, principalmente nos estados do Sul do Brasil (CAMPOS, 2007; NIEMEYER, 2014; VOGT; JOSÉ; CANCI, 2007). Em âmbito nacional, engajou-se nas disputas sobre a adoção de sementes transgênicas e participou ativamente da campanha Brasil Livre de Transgênicos. Em 2001, a disputa sobre a produção de sementes transgênicas no Brasil foi o mote para que o MPA se unisse à Via Campesina na ocupação da área de experimentos da multinacional Monsanto, no dia da abertura do 1º Fórum Social Mundial (“Somente lutando outro mundo é possível”, 2001). Naquele período, o uso das sementes transgênicas ainda não havia sido liberado, mas já havia denúncias de que boa parte da soja produzida no Rio Grande do Sul era geneticamente modificada.

Pouco depois, o MPA transformou a segunda edição da Festa Nacional das Sementes Crioulas em Anchieta, Santa Catarina, em um evento internacional, com participação de organizações da Via Campesina. Tratava-se de um misto de feira agropecuária e espaço de formação que vinha sendo realizada por seus militantes e parceiros locais. Ali, se divulgava a prática de recuperar, multiplicar, manter e compartilhar sementes crioulas. A participação da Via Campesina projetou a atividade internacionalmente e contribuiu para o fortalecimento do lugar do MPA no debate sobre sementes. As práticas em Santa Catarina ganharam projeção como contraponto às sementes transgênicas, reforçando o discurso sobre a viabilidade de produção menos dependente da agricultura de mercado, com impactos positivos sobre autonomia, saúde (pelo menor uso de agrotóxicos) e sobre as finanças das famílias em longo prazo. Nas edições seguintes, a feira possibilitou visibilidade nacional à campanha Sementes Patrimônio do Povo a Serviço da Humanidade, lançada pela Via Campesina no Fórum Social Mundial de 2003 (BORRAS, 2008; NIEMEYER, 2014).

Como estratégia para se contrapor ao domínio da agricultura capitalista na produção agropecuária, o MPA passou a desenvolver iniciativas de criação de estruturas de apoio à produção vinculadas aos territórios nos quais atuava. Em Santa Catarina, essa estratégia ganhou forma mais uma vez vinculada à disputa sobre sementes. Ali, criou-se um centro de

armazenamento, classificação e beneficiamento de sementes cuja formulação conectou debates sobre capitalismo, soberania alimentar e metodologias de reprodução de sementes crioulas. Ainda como decorrência dessas experiências, daquele mesmo Congresso da CLOC em 2010, o MPA saiu com uma agenda de intercâmbios sobre sua experiência com sementes crioulas, inicialmente com o Paraguai (MPA, 2010). Em seguida, estabeleceu atividades com a Venezuela, apoiadas pelo governo do país, e com Moçambique, apoiadas por organizações não governamentais. Essas conexões se desdobraram na inserção em outras disputas e experiências, como a de construção de uma escola de agroecologia na Venezuela e a participação na coalizão internacional que vem questionando o projeto nipo-brasileiro Pró-Savana em Moçambique (MPA, 2015b).

Engajado nas disputas sobre o acesso dos agricultores às sementes e ao conhecimento a elas associado, o MPA vinha participando também do GT de Biodiversidade da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Em 2006, quando o Brasil sediou a 8ª Conferência das Partes do Convênio da Diversidade Biológica, a COP-8, um militante do MPA fez parte do grupo de ativistas da delegação oficial brasileira e o coletivo esteve na organização de atividades paralelas à COP em Curitiba. A partir dali, passou a acompanhar o Coletivo de Biodiversidade da Via Campesina Internacional e, depois de 2011, a compor as delegações que participaram das Convenções das Partes a cada dois anos, tornando-se uma das organizações que conseguiu acumular experiência no debate sobre biodiversidade dentro da Via Campesina.¹⁸ Em 2015, MPA foi a voz dos camponeses na reunião da Comissão de Recursos Genéticos para Alimentação e Agricultura da FAO (CGRFA), defendendo a valorização do papel dos agricultores e agricultoras na conservação de sementes (e dos recursos genéticos) nas suas práticas cotidianas. Outras intervenções e apresentações de experiências foram realizadas nos anos seguintes, indicando a consolidação do MPA como ator relevante nesse campo, e mantendo as conexões com a Via Campesina.

Ainda sobre essa controvérsia, é interessante notar como, ao se afastar da lavoura, da terra, do lugar onde se planta e se colhe, as sementes vão sendo associadas à ciência, a outras técnicas, a ponto de serem traduzidas em novos nomes e conceitos: quando passam a circular nos debates nacionais e internacionais, transmutam-se em “germoplasma” e se incluem em debates sobre biodiversidade. Se, no sítio ou na lavoura, a semente é um objeto, ela ali também se transforma em um símbolo da prática de um determinado tipo de agricultura, de

¹⁸ Entrevista concedida por Marciano Toledo.

forma que a materialidade e os sentidos atribuídos são inseparáveis. Nos meios científicos, novos significados vão sendo agregados, e a semente se torna portadora de material genético. Ao viajar para debates transnacionais, são agregadas a discursos e práticas ligados à biodiversidade. Contendo todas e cada uma dessas associações, elas são entendidas como materiais e semióticas.

Na controvérsia sobre o uso de agrotóxicos, por volta de 2010, o MPA era, nacionalmente, uma das organizações que vinha atuando na crítica ao uso de pesticidas na agricultura, questionando os tipos de venenos permitidos, o volume empregado, seus impactos na saúde dos produtores e produtoras rurais e da população em geral. Em 2003, as mulheres do movimento propuseram uma Campanha Nacional Contra os Agrotóxicos, que acabou sendo assumida por outros grupos e tornou-se uma campanha nacional. Em 2010, o MPA levou ao V Congresso da CLOC a proposta de uma Campanha Continental contra os Agrotóxicos. A campanha, mais tarde, foi adotada internacionalmente pela Via Campesina. A liderança na luta contra os agrotóxicos colocou o MPA em uma posição de destaque nas articulações regionais, dada sua capacidade de formular propostas. Vê-se, aqui, o movimento de camponeses brasileiros sendo capaz de levar novas associações à organização internacional à qual é vinculado – contribuindo, portanto, para a composição mesma do que entendemos como “o transnacional”

Por fim, a participação das mulheres no MPA (item d* no Quadro 3), assim como ocorreu em outras organizações rurais do campo da esquerda, vem sendo marcada pela instauração de debates sobre a ausência das mulheres nos espaços de decisão, sobre a invisibilidade de seu trabalho na agricultura e nos arranjos familiares, o que resulta em submissão econômica e política, abrindo espaço para opressões e para diversas formas de violência. Em que pese a maior presença de homens do que de mulheres entre os militantes responsáveis pelas articulações internacionais do MPA, por meio dos debates e campanhas da Via Campesina, as mulheres do movimento brasileiro vêm conquistando espaços dentro e fora das organizações. A associação do MPA com a Via Campesina forneceu às mulheres dessa organização novas ferramentas para lutar contra a violência de gênero. A Campanha Mundial “Basta de Violência contra as Mulheres”, lançada pela Via Campesina Internacional em 2008 e pela Via Campesina Brasil em 2010, foi adotada pelo MPA e vem sendo usada em debates voltados para o interior do movimento, relacionando-a às práticas dos militantes, e para fora, com agricultores desde os grupos de base e com a sociedade em geral. Nessa controvérsia (assim como em outras em que as campanhas também são utilizadas), emerge um emprego

das campanhas transnacionais que é diferente daquele identificado por Keck e Sikkink (1998). Nas campanhas ali descritas, com o padrão bumerangue, o foco estava em obter acesso aos estados nacionais por meio de aliados internacionais.

Já as campanhas da Via Campesina, além da preocupação com atores/as externos, acabam tendo por objetivo também o trabalho interno dos movimentos, facilitando a entrada de alguns debates e promovendo transformações tanto fora dos movimentos como dentro deles. Algumas das campanhas incentivam a realização de debates, mobilizações e atividades – em interessante processo no qual pautas feministas e de gênero se expandem para outros movimentos, ao que Alvarez (2014) denominou *sidestreaming*, mas originado pelas mulheres no interior dos próprios grupos, que mantêm contato com ativistas feministas de outras articulações e realizam o esforço de traduzir conceitos e disputar espaços e visibilidade para esse tema nos debates de suas próprias organizações. Mais recentemente, as mulheres do MPA estão engajadas nos debates sobre o que seria a construção de um feminismo camponês.¹⁹

Na experiência do MPA, a transnacionalização é perpassada por sua associação à Via Campesina, desde os anos 2000. A afiliação foi facilitada pelo fato de o MPA ser politicamente próximo ao MST, ator relevante nessa rede internacional de camponeses desde a sua fundação. Porém, se a afiliação reforça a importância de estar afiliado a um coletivo internacional para se inserir em debates além das fronteiras de forma sustentada, ela também indica que a afiliação não resultou automaticamente na multiplicação de laços transnacionais. Inicialmente, o que houve foi um extenso trabalho de tradução do conceito de soberania alimentar para as pautas do MPA e, em certa medida, a adoção da identificação como camponeses está parcialmente relacionada à circulação desse conceito na Via Campesina. Cabe dizer também que a atuação do MPA se consolidou nas articulações nacionais das organizações da Via Campesina, tendo assumido a secretaria da Via Campesina Brasil em 2014.

Aos poucos, porém, o MPA foi participando com mais solidez em disputas relativas a temas que lhe eram caros nacionalmente e a partir delas estabeleceu novas conexões transnacionais: as questões da biodiversidade e sementes (2), e dos agrotóxicos (3), foram as que destaquei aqui. Aos poucos, também, seus militantes passaram a comunicar-se melhor em outros idiomas, em especial o espanhol, podendo assim superar esse “porteiro” que é barreira

¹⁹ Agradeço à prof. Sonia Alvarez por ter sugerido, na leitura que fez do capítulo, essa forma de analisar o processo.

linguística (ALVAREZ et al., 2014). Nesse processo, foi relevante o MPA ter formulado sua leitura peculiar sobre as disputas em torno do modelo de agricultura e de ter intencionalmente buscado espaços para se colocar nesses debates com suas formulações. A partir dali, quando aportou novos elementos aos debates da Via Campesina, sua atuação se tornou mais estável e passou a gerar novas associações. Isso aconteceu com maior força depois que o MPA reuniu uma maneira específica de lidar com a questão das sementes – uma metodologia própria de conservação e compartilhamento das sementes crioulas – que dialoga com suas premissas sobre o que é a agricultura camponesa, quais maneiras de produção de alimentos a definem, e como ela contribui para a soberania alimentar. Essa compilação foi carregada pelo MPA e carregou-o para novas articulações, resultando em diversas conexões diretas com outros grupos e intercâmbios, notadamente sobre as suas experiências de produção de alimentos e de reprodução de sementes crioulas. Nos capítulos da segunda parte da tese, volto a esses temas identificando os modos de compilação específicos criados pelo MPA em sua ação simultaneamente nacional e transnacional.

Da visualização das controvérsias transnacionais do MPA sob uma perspectiva cronológica, apresentada no Quadro 3, depreende-se que algumas disputas foram mencionadas, mas não tiveram continuidade, não chegando a se consolidar como parte relevante da ação transnacional desse grupo – é o caso da controvérsia sobre comércio internacional. Isso provê elementos para afirmar que nem todas as formulações que relacionam questões nacionais e internacionais se transformam em laços duradouros ou em ações específicas. Já as outras controvérsias nas quais o MPA engajou-se foram se desdobrando paralelamente. Indicam, assim como havia ocorrido no caso da Contag, e apesar da diferença de tempo desde a sua fundação, que diversas disputas ocorrem simultaneamente, o que dificultaria que fossem narradas como “ondas”, metáfora empregada na periodização dos movimentos feministas, ou períodos. É essa, possivelmente, o principal ganho da análise por meio das controvérsias: elas permitem ver como diversas disputas desdobraram simultaneamente, e por vezes também se influenciaram mutuamente, posto que as relações estabelecidas em algumas delas facilitam a inserção em novos. Voltaremos a esses temas com mais detalhe nos capítulos 5 e 6, sobre os modos de compilar do MPA.

1.3 Transnacionalizações, no plural

Até aqui, busquei apresentar uma visão geral das articulações transnacionais e translocais da Contag e do MPA. Empiricamente, o resultado é uma leitura sobre o que significa transnacionalização a partir da experiência dessas duas organizações: quais disputas foram centrais, quais temas se consolidaram. Para além de narrar os processos, discuti também como não apenas se conectaram a controvérsias já estabelecidas, mas vêm sendo capazes de instaurar novas disputas transnacionais e, por meio delas, disputar quais elementos seriam aqueles a compor o transnacional. Por fim, argumentei, a partir das narrativas, sobre a relevância de observar a simultaneidade de processos, evitando assim um olhar que, ao enfatizar sucessões e períodos, perde de vista processos que se transformam, mas que continuam em curso

Os relatos aqui apresentados têm como objetivo principal identificar como construíram as suas articulações duas organizações distintas (pois fundadas em períodos distintos, com estruturas organizativas distintas, composições e prioridades políticas específicas), mas relacionadas, dado que ambas congregam agricultores de pequeno porte e fazem parte do mesmo campo discursivo de ação, conforme argumentei na Introdução. Importa, sobretudo, compreender as consequências, os efeitos da constatação de que há diferentes formas de organizar-se e articular-se transnacionalmente. Nas breves narrativas desse capítulo, busquei tornar visíveis alguns dos efeitos das ações da Contag e do MPA, tanto internamente, isto é, nas transformações que as conexões estabelecidas provocaram no interior dos grupos, como externamente, nas transformações que provocaram nos grupos com os quais se relacionam e no impacto que das controvérsias que ajudaram a constituir sobre o que conta como transnacional.

Em cada experiência, um conjunto específico de articulações, prioridades temáticas e disputas foi reunido, agregado. Cada grupo, em suas compilações, reuniu coisas diferentes, em contextos diferentes.²⁰ Isso tem duas consequências teóricas.

Primeiro, parte expressiva das análises sobre a transnacionalização de organizações rurais ou sobre a constituição de movimentos rurais transnacionais compreendem esses processos como reações ao capitalismo global ou como expressões de posicionamentos de classe²¹ (BORRAS; EDELMAN; KAY, 2008b; DESMARAIS, 2013; RUBBO, 2013;

²⁰ Agradeço ao prof. Marcelo Rosa por ter enfatizado esse ponto na banca de qualificação.

²¹

STEDILE, 2007). Deliberadamente afastando-se da tendência de explicar a construção de articulações transnacionais pela globalização ou pelas organizações intergovernamentais, Borrás Jr e Edelman (2016), em trabalho mais recente, vêm buscando “considerar experiências nacionais e regionais, culturas políticas e memórias históricas como elementos constitutivos das alianças transnacionais contemporâneas”. Estudos da dupla – cujo foco não é a transnacionalização de grupos de origem rural, mas a constituição de movimentos transnacionais por eles – vêm, então, adicionando elementos interessantes aos debates sobre a permanente relevância dos grupos nacionais nas dinâmicas transnacionais, de sua capacidade de articulação de demandas econômicas e culturais, da relação com ONGs e governos. Também atentaram para a permanência da relevância de sindicatos rurais, apesar de duvidarem de sua capacidade para promover protestos. Porém, ao cabo, o texto de 2016 acabou por atribuir diferentes perfis de ação transnacional automaticamente à diferenças de classes, talvez pelas bases teóricas nos estudos agrários e na economia política, ou talvez por observarem mais enfaticamente a Via Campesina e o IFAP, organização internacional de produtores de maior porte. Parece-me que os casos aqui apresentados são interessantes justamente por mostrarem variações no interior das organizações dos “pobres rurais”, de forma a tornar mais complexo o entendimento sobre como, apesar das origens semelhantes, coletivos com perfis políticos e que articulam associações distintas produzem formas peculiares de se articular transnacionalmente.

Em síntese, essas leituras podem dizer muito sobre como os próprios atores/as compreendem e justificam suas ações, mas, não são suficientes para dar conta de como duas organizações construíram percursos diferentes para uma mesma oposição a processos internacionais que as atravessavam. Tampouco explicam a diversidade de objetivos e de maneiras de se inserir nos debates internacionais: por vezes questionando-os, por vezes incorporando-os como ferramentas para disputas nacionais ou regionais em curso. Conforme afirma Thayer (2010), o argumento de que a organização – das feministas, no caso que ela estuda, mas também dos movimentos sociais transnacionais de forma geral – acontece para fazer frente a um processo de globalização²² que teria efeitos devastadores sobre a vida de todos e todas impede que se veja que

²² Essa leitura tem como base entendimentos da geógrafa Doreen Massey (1994), da globalização como a “intensificação de relações entre lugares internamente diferenciados, em vez de apenas o poder crescente de forças ‘globais’ autônomas que penetram e dominam comunidades locais indefesas” (THAYER, 2010, P.6). Saskia Sassen também oferece uma leitura complexa e localizada da globalização (SASSEN, 2007).

(...) movimentos sociais transnacionais não apenas refletem, mas também são participantes ativos e explícitos nos processos de globalização, engajando-se com e produzindo fluxos culturais, políticos e econômicos que cruzam fronteiras. Enquanto (...) por vezes resistem influências externas, eles também se apropriam e transformam discursos vindos de longe, constroem recursos econômicos através das fronteiras, e mantêm negociações políticas explícitas em contextos transnacionais. Nesse sentido, movimentos se tornam veículos nos quais a globalização é igualmente constituída e contestada. (THAYER, 2010, p.8)

Importa, então, segundo a tendência já apontada por Borras Jr e Edelman nos estudos rurais, avançar no sentido de conseguir formular leituras sobre a transnacionalização de grupos rurais que ajudem a perceber quais vínculos foram criados, quais fluxos permitiram e como se desdobraram no conjunto de atividades de cada grupo, isto é, que efeitos produziram.

Além disso, e essa é a segunda consequência teórica, as características dessas organizações são relevantes para que se compreenda as diferentes controvérsias nas quais MPA e Contag se engajam. Se o argumento sobre a composição dos atores-rede pelas suas relações está correto, então ser associado a uma ou outra organização, estruturar-se internamente de uma ou outra maneira, defender uma ou outra bandeira política importa na medida em que conforma os grupos e vai moldando suas práticas e novas relações que estabelecem. Isso, portanto, nos ajuda a explicar as diferentes controvérsias nas quais cada grupo se engajou. As associações anteriores facilitam algumas novas associações e dificultam outras – por exemplo, facilitaram que a Contag mantivesse relações com outros sindicatos se afiliasse à UITA e facilitaram que o MPA se associasse à Via Campesina e à Cloc – e dificultaram o inverso, como veremos adiante.

Porém, como espero ter deixado visível nas breves descrições acima, nenhuma dessas afiliações foi, por si só, suficiente para determinar quais seriam as questões que de fato constituíam e constituem a ação transnacional de cada uma das organizações. Ao contrário, dentre os amplos conjuntos de possibilidades que cada uma delas contém, no decurso das próprias ações, de maneira contingencial, por meio das pessoas e das coletividades que formaram, elas foram fazendo suas escolhas, priorizando atividades, disputando e estabelecendo associações específicas que acabaram resultando na prioridade em engajar-se e disputar uma ou outra questão, buscando inserir-se em uma ou outra controvérsia. Várias tentativas foram frustradas, enquanto outras prosperaram e geraram novas associações. Em suma, os efeitos (a transnacionalização) são resultados do que foi feito a partir dos sentidos que essas características (que são, no limite, relações), no decurso das ações, pelas pessoas e grupos.

De forma geral, as controvérsias – o conteúdo da transnacionalização – são diferentes porque os elementos reunidos por cada grupo e as maneiras como eles são reunidos (as compilações) são diferentes. Isso fica evidente quando se trata de controvérsias distintas, mas também vale para as situações em que ambas as organizações se engajam nas mesmas controvérsias. Isso acontece porque, para se engajar em uma controvérsia, é preciso refletir sobre ela, encontrar meios de compreendê-la e representá-la no interior das redes de sentido das práticas compartilhadas pelo grupo específico.

Nos casos aqui estudados, as controvérsias que se sobrepõem são aquelas sobre modelos de agricultura, sobre a entrada das mulheres nos debates transnacionais e sobre o comércio internacional. No próximo capítulo, discuto como cada uma das organizações tratou dessas disputas com o objetivo de argumentar que as associações que as definem são diferentes, mesmo quando se trata da mesma controvérsia, e busco refletir por que razões elas se sobrepõem e os efeitos disso sobre a transnacionalização das organizações rurais. Antes, porém, retomo a definição de transnacionalização para modificá-la a partir das experiências aqui descritas.

1.4 Definindo transnacionalizações a partir das controvérsias

Para essa empreitada, tomei como ponto de partida a definição de transnacionalização formulada por Alvarez (2000), que, a partir de análise dos efeitos da organização transnacional sobre as dinâmicas, os discursos e as práticas feministas latino-americanas, definiu transnacionalização como “o emprego, por movimentos locais, de enquadramentos discursivos e práticas políticas e organizacionais que são inspiradas, reafirmadas ou reforçadas – ainda que não necessariamente causadas – pelo seu engajamento com outros atores/as além das fronteiras nacionais por meio de um amplo espectro de contatos transnacionais, discussões, transações e redes, virtuais e ‘reais’” (ALVAREZ, 2000, p. 3). Essa definição é mais atenta à circulação de discursos e práticas oriundos da relação com atores/as de outros locais e menos preocupada com a ação em si, com as mobilizações, campanhas e protestos. Posteriormente, o conceito de tradução, já presente no texto de 2000, foi ganhando relevância no trabalho de Alvarez e no grupo teórico ao que se afilia (ALVAREZ et al., 2014; COSTA, 2014a).

Os enquadramentos discursivos, conforme conceituados por Alvarez, ainda que tenham a mesma base interacionista simbólica, não tratam apenas de enquadramentos estratégicos voltados a seus objetivos políticos, mas aos resultados das trocas, interações e disputas entre atores/as do mesmo campo discursivo, conforme explicitado em outro texto de 2014:

É importante frisar que as pessoas que se identificam com um determinado campo articulam e disputam as representações e os significados *para* e *entre si*, e não só os “enquadram estrategicamente” (através de “*framing processes*”), para transformá-los em “demandas” que possam ter maior “ressonância” como o “sistema político”, como alegaria a teoria de processo político sobre os movimentos sociais (ALVAREZ, 2014, p.19).

Após observar o contato da Contag e do MPA com “atores além das fronteiras nacionais” ao longo de algumas décadas, creio ser possível afirmar que temas, enquadramentos discursivos e práticas políticas circularam de maneiras parecidas com aquelas que circularam no feminismo. Muitos desses discursos e práticas foram traduzidos para situações locais; e a noção de tradução implica que, ao circularem, esses elementos foram modificados, adaptados, recriados e também disputados. Essas traduções, em alguns casos, foram levadas de volta às interações internacionais, em processos igualmente disputados e compartilhados, e que contribuíram para transformá-las.²³

Com base na pesquisa aqui apresentada, proponho que, além disso, é útil entender o processo de transnacionalização também sob um segundo aspecto, relacionado ao primeiro: a transnacionalização passa, necessariamente, pelo engajamento em disputas perpassadas por atores/as ou temas que têm conexões internacionais. Não há transnacionalização se não houver, antes, uma decisão dos grupos de tomar parte de debates, de formular internamente sobre sua relevância para seus objetivos e desafios. O que estou propondo, aqui, é entender como elemento definidor do processo de transnacionalização o esforço de incorporar, de formular controvérsias ou de fazer parte delas. A incorporação de enquadramentos discursivos e práticas políticas só é possível quando há, de fato, a conexão desses enquadramentos e práticas com disputas que fazem sentido no interior de cada grupo. É por meio do esforço de criar novas controvérsias ou de inserir-se nas já estabelecidas que os atores, de fato, incorporam associações transnacionais em suas compilações, criadas a partir de questões e articulações nacionais. Ao estabelecer controvérsias ou formular sobre como engajar-se nas

²³ Esses processos poderiam ser, sob outra perspectiva teórica, nomeados como de difusão (DELLA PORTA; TARROW, 2005). Porém, não gostaria, aqui, dada a diferente perspectiva empregada, de reduzir a complexidade dessas dinâmicas, nem de focar demasiadamente nas ações, nem de perder a ênfase na capacidade de tradução dos atores envolvidos.

preexistentes, abrem a possibilidade de disputar quais elementos compõem o transnacional, porque é nelas que novas associações são estabelecidas ou que as antigas são transformadas.

Sob essa perspectiva, controvérsias são potentes como ferramentas analíticas para compreender transnacionalizações porque descortinam um aspecto central desses processos, na medida em que enfocam diretamente o que está em seu cerne: os temas, as questões, as disputas. Teorias dos movimentos sociais há muito já identificaram a centralidade do conflito para a emergência desses fenômenos; aqui, parto dos mesmos conflitos para compreender como os processos de transnacionalização são possíveis. Para isso, é útil não partir das ações conflituosas realizadas por atores/as provenientes de diversos países, mas de como cada actante estabelece, por diferentes meios, questões específicas que o levam a construir articulações transnacionais. Com isso, encontram-se explicações para a ação que não provêm de elementos externos – mesmo quando respondem a eles – mas que estão situadas nas práticas, nas leituras de mundo dos grupos em questão, e nas conexões que são capazes de estabelecer.

CAPÍTULO 2 – PRODUZINDO O TRANSNACIONAL: AS CONTROVÉRSIAS SOBRE AGRICULTURA E SOBRE A PRESENÇA DAS MULHERES

Observadas lado a lado, as controvérsias que compõem a ação transnacional do MPA e da CONTAG apontam para duas trajetórias bastante distintas, mas também para algumas sobreposições, conforme se pode ver no quadro a seguir.

CONTAG	MPA
a - Sindicais b- Condições de trabalho c - Liberalização do comércio internacional d - Modelo de agricultura (agricultura familiar) e- Presença das mulheres nos debates transnacionais	a* - Comércio internacional b* - Soberania alimentar c* - Modelo de agricultura (agricultura camponesa) d*- Presença de mulheres nos debates transnacionais

Quadro 4 – Síntese das controvérsias da Contag e do MPA

Fonte: Elaboração própria

Neste capítulo, exploro com mais vagar as questões que, apesar de tratarem de temas semelhantes, são conformadas de maneiras diferentes pela Contag e pelo MPA: as controvérsias sobre os modelos de agricultura e sobre a entrada das mulheres nos debates transnacionais.²⁴ O argumento empírico central, a partir da descrição dessas controvérsias, é que mesmo quando se engajaram nas mesmas disputas, a maneira como as formularam e as apresentaram se mostrou bastante específica.

Isso diz das particularidades das transnacionalizações, mas diz também sobre aquilo que entendemos como “o transnacional” – e nisso reside o argumento teórico desse capítulo: nas diferentes controvérsias, estão sendo reunidas, agregadas, associações diferentes, que ao cabo indicam que na experiência de cada grupo “o transnacional” é constituído de alguns

²⁴ Não tratarei, nesse capítulo, da controvérsia sobre comércio internacional, dado que no MPA não chegou a desenvolver essa controvérsia para além de algumas menções em suas pautas anuais. Já a Contag engajou-se nos debates sobre o comércio internacional a partir do fim da década de 1990 e trata deles até hoje - farei referências a esse tema no Capítulo 4.

elementos similares, mas também de elementos diferentes. O que é “o transnacional” para cada coletivo depende da experiência parcial de cada grupo. Porém, há elementos que se sobrepõem nas diferentes experiências, e desses elementos vai se conformando aquilo que, de forma geral, entendemos como “o transnacional”. Isso quer dizer que as conexões que são reforçadas por diversas experiências acabam por se sedimentar como aquilo que é socialmente compartilhado como “o transnacional.”

O processo é semelhante àquele identificado por Annemarie Mol nas clínicas, hospitais e laboratórios, onde cada especialidade entende uma doença e seus sintomas de uma maneira, porque em cada um dos espaços a doença é composta, e recomposta, pela reunião de elementos diferentes, reunidos de modos diferentes (voltaremos aos modos na Parte 2). Cada “*method assemblage*”, nos termos de Law, produz versões próprias de determinada doença, do que a pesquisadora conclui que ela é “mais do que uma, menos do que muitas”. Por vezes, as diferentes versões se sobrepõem, mas nem sempre isso acontece, e então convivem perspectivas diferentes, mas compatíveis (LAW, 2004; MOL, 2002). Profissionais falam sobre uma realidade única, singular, mas olhada de perto há formas de diagnosticar, efeitos, tratamentos possíveis e consequências diferentes que, por vezes, precisam ser levadas em conta conjuntamente. A transnacionalização pode ser entendida de forma similar: há mais de uma, mas menos do que várias transnacionalizações, sendo performatizadas, trazida à existência (*enacted*) a depender das associações e das maneiras como cada coletivo as reúne.

O argumento geral, portanto, é o de que, ao construir suas conexões transnacionais, as organizações não apenas se modificaram, mas contribuíram para a produção do transnacional. Isso, de certa forma, diz sobre as possibilidades de organizações de atores não estatais, provenientes de países não centrais, aportarem elementos para os debates e disputas transnacionais, sempre e quando conseguirem produzir formulações, engajar-se em debates, e inserir novos elementos nas redes, modificando-as.²⁵

Se, no capítulo anterior, ao analisar as transnacionalizações, destaquei as simultaneidades, nesse a ênfase recai sobre as espacialidades – alinhando-me, portanto, aos entendimentos de que os processos de transnacionalização são compostos por dinâmicas

²⁵ Evidentemente há empecilhos que dificultam esses processos e que estão vinculados a diferenças de poder tanto político como econômico. Aqui, porém, opto por não partir da crítica às iniquidades porque meu foco é compreender como, apesar delas, os grupos vêm construindo caminhos para interferir nos debates que lhes concernem. A organização em movimentos sociais (e sindicatos) é, em si, um caminho para pessoas e grupos sem acesso ao poder influenciarem a política (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001).

temporais e especiais (BRINGEL; CABEZAS GONZÁLEZ, 2011; TARROW, 2009; VON BÜLOW, 2014).

2.1 Agricultura familiar e camponesa: duas entradas no debate sobre modelos de agricultura

A presença e a relevância da controvérsia sobre modelos de agricultura em ambas as experiências são indicativas de sua centralidade para agricultores e agricultora brasileiros. Na descrição do campo discursivo de ação de trabalhadores e trabalhadoras rurais, mencionei como, no Brasil, o debate sobre agricultura ganhou relevância nas décadas recentes, tendo se conformado como uma das “frentes” de relação entre sindicatos e movimentos sociais e o governo Federal, sendo os debates sobre agricultura familiar teriam possibilitado negociações e aproximações entre Estado, sindicalismo, mas também movimentos (MEDEIROS, 2014, p.277). O fato de o debate sobre modelos de agricultura ter sido identificado igualmente entre as disputas transnacionais indica que não se trata apenas de um fenômeno nacional.²⁶

No mundo todo, a mudança das técnicas que são utilizadas na agricultura ampliou a presença de empresas transnacionais nos insumos da produção, no comércio e na distribuição dos produtos. Ao longo do século XX, a agricultura foi se mecanizando, incorporou novas tecnologias e foi incorporada a cadeias industriais e de commodities (MCKEON, 2015). No Brasil, esse processo foi lido como o de modernização conservadora da agricultura, em que paralelamente ocorreram a modernização das técnicas e o aumento da concentração de recursos, em especial, da terra (SILVA, 1996).

Não há dúvidas de que a organização de trabalhadores e trabalhadoras rurais, camponeses e camponesas, agricultores e agricultoras familiares tem relações com essas mudanças, mas elas, por si só, não dão conta de explicar de que forma os grupos interessados nessas questões organizam-se transnacionalmente e nem quais temas ganham proeminência.

²⁶ A outra frente, relativa à reforma agrária, foi marcada por conflitos nacionalmente e, ao que parece, também teve maiores dificuldades de ser transnacionalizada. Em que pese a realização da Conferência Internacional da Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, por iniciativa do Governo Federal, em Porto Alegre, no ano de 2006, e a existência de uma Campanha Internacional pela Reforma Agrária, promovida pela Via Campesina, esse não foi um tema identificado como central na pesquisa aqui apresentada. Essa ausência tem a ver com o perfil das demandas nacionais das duas organizações estudadas (trata-se de tema, na Via Campesina Brasil, priorizado pelo MST), mas também com a dificuldade inerente ao próprio tema de adentrar debates transnacionais, algo já apontado em outros estudos (BORRAS, 2008).

A controvérsia sobre modelos de agricultura constituiu justamente no esforço, empreendido pelas organizações em questão, de defender que aquele não seria o “único modelo” contemporâneo de agricultura. Entretanto, nas experiências específicas do MPA e da Contag, a mesma disputa sobre o modelo de agricultura se traduziu em duas maneiras distintas de se apresentar o problema, de conectá-lo às experiências nacionais e de propor alternativas. A Contag representou, organizou e se engajou nessa controvérsia a partir da defesa da “agricultura familiar”, diferenciando-a do agronegócio, e o MPA carregou consigo a “agricultura camponesa”, diferenciando-a tanto do agronegócio quanto da agricultura familiar. Nos próximos parágrafos, aponto o que há de comum entre as duas leituras para, em seguida, apontar as diferenças.

De forma geral, ambos defenderam não haver apenas uma maneira de produzir alimentos e que as práticas de agricultores de pequeno porte são e foram impactadas de maneira distinta pelas decisões sobre agricultura tomadas nos debates nacionais e internacionais. Eles compartilham a leitura de que a agricultura, nas sociedades ocidentais atuais, está majoritariamente atrelada às cadeias globais de produção e comercialização de alimentos, altamente mecanizadas, dependentes de insumos industriais e economicamente viáveis quando estabelecidas em grandes porções de terra. Para tornar o tema uma questão em disputa, ambos defenderam que havia técnicas, instrumentos e formas de conceber e organizar a produção de alimentos que não ficaram no passado e não foram inteiramente substituídos pela agricultura industrial-capitalista. Defenderam, também, que a produção de alimentos, das variedades que efetivamente chegam à mesa da população, é oriunda, sobretudo, de pequenas propriedades rurais, que, por isso seriam relevantes para a alimentação da população brasileira. Os dados do Censo Agrícola do IBGE, de 2006, de que 70% dos alimentos produzidos no Brasil são oriundos de pequenas propriedades foram amplamente difundidos e incorporados aos discursos de movimentos e sindicatos rurais brasileiros – que aportaram, com isso, uma justificativa moral ao seu entendimento do que estaria em disputa e às suas demandas. Essa mesma afirmação ensejou, paralelamente, uma crítica ao fato de que a produção de boa parte do agronegócio teve como foco a produção de agrocombustíveis e grãos para indústria, e não a produção de alimentos. Até aqui, há um diagnóstico convergente. A diferença entre MPA e Contag, porém, reside no passo seguinte: na representação de quais seriam as “outras formas” de agricultura.

CONTAG

As formulações correntes da Contag sobre agricultura têm como base o debate, por ela promovido, sobre o modelo de desenvolvimento rural adotado pelo Estado brasileiro. Na descrição desse modelo no texto-base de seu 12º Congresso, realizado em 2017, ressalta que o modelo atual, que começou a ser implementado no Brasil na década de 1970, foi tributário da chamada Revolução Verde.

Sua implementação foi realizada de forma arbitrária, com o objetivo de colocar a agricultura a serviço da indústria, adquirindo máquinas e insumos agrícolas, fomentando um modelo de produção de alto impacto ambiental e uso indiscriminado de insumos químicos e agrotóxicos, a fim de fornecer matéria-prima e alimentos baratos. Esse modelo não dialoga com as necessidades da agricultura familiar, que acaba sendo explorada por esse processo de produção, havendo uma parte expressiva de famílias produzindo de forma integrada a este sistema produtivo (CONTAG, 2017, p. 15).

Ainda de acordo com o texto de 2017, a forma atual do modelo hegemônico, o agronegócio, incorpora todas as fases do processo produtivo é, em si, uma concepção de desenvolvimento para o campo “resultado de um pacto político voltado ao fortalecimento do modelo agroexportador, formado pela aliança do grande capital, representado pela agricultura patronal com os setores financeiro e industrial, apoiado e financiado pelo Estado”. (CONTAG, 2017, p. 15).

O trecho é especialmente interessante porque apresenta a visão geral da Contag, mas também permite entrever as disputas sobre o tema que existem no interior da Confederação brasileira. A agricultura familiar não aparece necessariamente como oposta ao modelo industrial de agricultura, pois parte das famílias estão integradas a ele. Porém, o discurso exprime imediatamente uma crítica à maneira como essa relação se dá, dado que essas famílias, proprietárias de pequenas porções de terra, acabam tendo uma inserção subordinada ao modelo. Além disso, nem todas as famílias têm o mesmo tipo de inserção, de forma que há um panorama variado na expressão da agricultura familiar brasileira. Uma das propostas do 12º Congresso, por exemplo, foi inserir, no parágrafo citado acima, o termo “camponesa” após agricultura familiar – uma expressão de que há forças, no interior da Contag, atuando para a inserção e visibilidade dessa outra categoria no sindicalismo rural.

Nos debates do Congresso, assim como em outras reuniões da Contag que presenciei, a crítica à concentração de terras pelo agronegócio é um consenso, bem como o esforço de valorização dos diferentes sentidos da vida no campo, para a indústria e para os que ali vivem. Porém, o impacto da inserção de agricultores e agricultoras familiares nas cadeias produtivas agroindustriais são objeto de polêmica. Por um lado, há os que entendem que o engajamento

nas cadeias de produção agrícola garante a comercialização da produção, o lucro da atividade e a possibilidade de continuar a vida no campo. Em geral, defendem esse argumento produtores com maior estrutura e, por vezes, interessados na expansão da agricultura familiar. Por outro lado, há também, na Contag, grupos com postura mais crítica ao modelo, que enfatizam as diferentes lógicas produtivas que convivem no interior da categoria de agricultura familiar, os impactos negativos da produção inserida nas cadeias produtivas em termos de alto endividamento, uso de produtos nocivos à saúde, perda de autonomia e até de conhecimento sobre agricultura. Nesse argumento, ressalta-se certa vocação da agricultura familiar para a produção de alimentos saudáveis e seu papel no fornecimento de cultivos básicos para a cesta básica brasileira. Não raro, essa posição é defendida por sindicalistas provenientes de regiões onde o perfil da agricultura é mais voltado para o autoconsumo e as práticas agrícolas tradicionais têm mais força. Esse grupo é mais crítico à monocultura, ao uso de agrotóxicos e de transgênicos e da degradação do meio ambiente causada pelo modelo hegemônico; defendem a transição agroecológica e a garantia da soberania e segurança alimentar – temas igualmente presentes no 12º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG, 2017, p.20). Esse debate, como é de se esperar, foi permeado também pelo perfil dos sindicatos municipais e pela afiliação às centrais sindicais.

O questionamento ao uso de agrotóxicos mantém a dinâmica. O discurso contra os agrotóxicos vem ganhando força na Confederação, e no Congresso de 2017 discutiu-se, por exemplo, se o posicionamento sobre o tema deveria ser o de proibição a pulverização aérea ou a criação de critérios que a regulassem. O debate resultou na aprovação da posição pela proibição, mas os posicionamentos distintos mantiveram-se intactos, de forma que permaneceu uma evidente tensão entre aqueles que entendiam que a agricultura familiar deveria caminhar para deixar de usá-los, aqueles que entendiam que diminuir o uso seria suficiente e aqueles para os quais a produção sem agrotóxicos, atualmente, seria inviável. Os posicionamentos, de forma geral, variam a depender da região de onde vêm os sindicalistas, do tipo de produção local, das afiliações ideológicas e a determinada central sindical²⁷ e das experiências individuais.

²⁷ De forma geral, é possível afirmar que membros de Federações afiliadas à CTB defendem a integração com as cadeias produtivas alimentares pela necessidade de sobrevivência na agricultura, e que aqueles afiliados à CUT têm um discurso mais crítico. Porém, essa narrativa não conta toda a história. Novamente, a título de exemplo: em Minas Gerais, presenciei fortes debates sobre o tema protagonizados por pessoas do Vale do Jequitinhonha, que defendiam um sindicalismo compromissado com a Reforma Agrária, a manutenção das pequenas

Trago esses debates para argumentar sobre a complexidade da construção de posicionamentos como esses no interior do sistema sindical rural brasileiro, que congrega pessoas e grupos de distintas origens geográficas, com diferentes experiências produtivas, condições econômicas, visões e afiliações políticas. Trata-se de produção complexa, permeada por disputas de diversas origens políticas, geográficas, culturais e econômicas. Porém, longe de expressar uma fraqueza da Confederação, entendo isso como uma das características que a definem. A presença contínua de grupos com diferentes posições mantém uma tensão que é constitutiva do sindicalismo rural brasileiro. Assim, o modelo de agricultura defendido é fruto das forças que compõem esse debate. Nesse contexto, a defesa de políticas públicas para a agricultura familiar emerge como uma base comum, que, ao cabo, agrega as diferentes posições políticas.

Esses debates têm impacto sobre a posição internacional da Contag – que acaba sendo resultado da negociação entre essas diferentes perspectivas. Conforme veremos em detalhe no Capítulo 4, o que a Contag levou para os debates internacionais dos quais participa e participou foi a defesa de políticas públicas para a agricultura familiar. Ao fazê-lo, defendeu o direito de os Estados Nacionais manterem ações de apoio e proteção à produção de alimentos, conectada aos debates sobre comércio desde os anos 1980-90. O argumento de que as políticas para a agricultura familiar seriam capazes de potencializar o desenvolvimento das áreas rurais, garantindo alimentos e fixando as famílias no campo, já desenvolvido no PADRS, ganhou força e visibilidade quando a política externa do governo Lula priorizou o combate à fome e o enfrentamento à pobreza, inclusive a pobreza rural.

A agricultura familiar foi defendida, interna e externamente, como um modelo específico de produção de alimentos, mesmo quando atrelada às cadeias agrícolas industriais, o trabalho familiar seria o motor da atividade, sendo os resultados econômicos articulados a outras razões, entre elas as práticas e tradições familiares, a estrutura e a dinâmica comunitárias, valores, relações com o ambiente, minimização de riscos. Nesse sentido, a agricultura familiar define uma forma de organização da produção mais diversificada, com certa autonomia em relação a mercados e condições específicas no uso de mão de obra: familiar ou assalariada, sendo essa em geral temporária ou de poucos empregados.

propriedades e com a defesa da previdência social, e por pessoas do Sul do estado mais preocupadas com as possibilidades de expansão das propriedades já estruturadas.

Foi essa a perspectiva carregada pela Contag na construção de uma agenda internacional para a agricultura familiar que passa, atualmente, pela Reunião Especializada sobre a Agricultura Familiar (Reaf), do Mercosul; pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); pelas articulações com o Fórum Rural Mundial pela proposta da instituição de uma Década da Agricultura Familiar pela ONU (AIAF+10); pela participação no Comitê Internacional de Planificação para a Soberania Alimentar (CIP); no Mecanismo da Sociedade Civil (MSC) do Conselho Mundial de Segurança Alimentar das Nações Unidas; e na Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). Isso delimitou, espacial e politicamente, os locais pelos quais a Contag, e suas propostas sobre agricultura familiar, circularam. Os detalhes dessas articulações serão objeto dos Capítulos 3 e 4, mas aqui cabe citá-las porque elas dizem de quais temas, articulações, instituições e locais foram agregados pela Contag em seus debates internacionais sobre agricultura familiar.

MPA

Já na caracterização dessa controvérsia pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o agronegócio é incisivamente associado ao latifúndio, a empresas transnacionais, ao uso intenso de máquinas, insumos e venenos, sementes híbridas e transgênicas e à produção de *commodities*. Trata-se de “um pacto de poder entre os latifundiários, o capital financeiro e as multinacionais, recebendo forte apoio do governo” (MPA, 2014a, p. s/p). Não raro, o MPA explica a agricultura industrial também como um projeto da burguesia no campo, em referência explícita à sua leitura marxista das relações em questão. É a burguesia o “inimigo central”, aquele que “nos explora nos preços, ele é que nos rouba as terras, ele é que nos impõe os pacotes tecnológicos, suga os recursos do Estado, destrói a biodiversidade, contamina o meio ambiente e tem o foco na produção de commodities, por isso não alimenta o povo” (SILVA, 2016b).

A agricultura familiar, por sua vez, é caracterizada como aquela que se pratica em pequenas propriedades que se inserem de maneira subordinada à “lógica do agronegócio”. Ela é a tradução do agronegócio para a pequena propriedade. Para isso, as famílias se especializam em determinados ramos de produção, “tornando-se dependentes de insumos, de crédito, das multinacionais e dos mercados” (MPA, 2014a, p. s/p). Em outro texto, a agricultura familiar foi definida como uma proposta “apresentada por intelectuais e materializada nas políticas de Estado, não representava os anseios da classe camponesa” (MPA, 2013a, p. 7).

Em contraste, a agricultura camponesa é, para o MPA, um jeito de produzir e um modo de viver no campo e de se relacionar com a natureza. Nos termos do MPA, ela é realizada em unidades que reúnem produção, consumo, tecnologias específicas e convivência comunitária:

na agricultura camponesa o trabalho é familiar, não assalariado, não capitalista. Mas essa forma de agricultura não se define só pelo trabalho. A luta por autonomia frente ao mercado e as políticas de industrialização da agricultura é uma constante. Essa luta se caracteriza pela produção incessante de uma base de recursos autocontrolada e autogerida pelo desenvolvimento de formas camponesas de produção em cooperação com a natureza viva. (MPA, 2014a s/p).

A definição da agricultura camponesa, pelo MPA, foi embasada por estudos e publicações que buscaram compreender as origens do termo e sua adequação para os propósitos de disputa de classes no contexto brasileiro – que discutirei em detalhes no Capítulo 5. A caracterização dessa maneira de produzir alimentos como uma prática independente do mercado, focada na gestão pelos próprios camponeses e com forte integração com a natureza é o que marca o discurso. Porém, assim como no caso anterior, o acompanhamento dos debates e relatos durante eventos como o 1º Congresso do MPA, realizado em outubro de 2015, permitiu vislumbrar um conjunto mais diverso de práticas e de distintas formas de interação com o modelo hegemônico. Além disso, ficou evidente que a organização do MPA como um movimento social, no qual o engajamento é opcional e depende da identificação com os posicionamentos do movimento, permitiu um discurso mais homogêneo do que aquele encontrado em uma Confederação sindical; sem querer fazer nenhum juízo de valor sobre ambos, me interessa aqui valorizar as duas trajetórias.

Mas, para o que importa para esse capítulo, o MPA não levou para suas articulações transnacionais as demandas pelo reconhecimento da existência do campesinato nem pretendia que, havendo tal reconhecimento, fossem estruturadas políticas públicas para esse segmento. Na sua compilação, o que o MPA transnacionalizou com maior ênfase foi a sua experiência produtiva – um método próprio de produção, reprodução, armazenamento e troca de sementes – a partir do qual estabeleceu relações translocais com organizações parceiras e passou a difundir suas estratégias, como forma de fortalecer tanto o campesinato em outros países, como o seu próprio projeto para o campesinato e, ainda, a sua própria importância como organização na Via Campesina.

Paralelamente, o MPA se envolveu em debates institucionalizados sobre biodiversidade e sementes, acumulando conhecimento técnico e político e, no interior desses

processos, defendendo que as formas camponesas de conservar a biodiversidade fossem respeitadas, valorizadas e, em certos casos, recompensadas. Quando o MPA se associou às sementes, ele viajou para determinados países da América Latina como Paraguai, Colômbia e Venezuela, e da África, em especial a Moçambique. Quando participou dos debates internacionais sobre biodiversidade, ele se fez presente em Conferências das Partes (COPs) da Convenção da Diversidade Biológica no Brasil, mas também na Alemanha, na Itália, no Japão, na Coreia do Sul e no México. Esteve também nas reuniões do grupo gestor do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura. Quando interagiu com o GT de Biodiversidade da Via Campesina e seus membros – camponeses da França e das Filipinas são alguns dos mais relevantes – se conectou com locais específicos – esses temas serão tratados em detalhe nos Capítulos 6 e 7.

Destaco esses processos para argumentar que, tratando-se da mesma disputa, os elementos reunidos pela Contag e pelo MPA foram distintos – eles reuniram coisas diferentes, em contextos diferentes, que tiveram como efeitos transnacionalizações diferentes. Disso decorre o duplo argumento, empiricamente embasado, de que há diferentes processos de transnacionalização em curso, e que nesses processos simultaneamente estão sendo construídos também transnacionais distintos. Isso porque, em sua ação, cada grupo busca reunir elementos específicos aos debates no plano transnacional e, ao fazê-lo, eles disputaram o que constituía o transnacional: quais debates, sujeitos, corpos, grupos sociais, formas de produzir e ferramentas, os argumentos aceitos nas disputas travadas em espaços nos quais atuam.

Há, ainda, outro argumento teórico que deriva das experiências aqui descritas. Essas transnacionalizações encontraram-se na avaliação geral sobre os problemas do agronegócio e da agricultura industrial, mas, também, em alguns eventos, articulações e espaços institucionais. MPA e Contag encontraram-se na Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica em Curitiba, no Brasil, em 2006. Encontraram-se em alguns debates do Mercosul, no Brasil e em outros países do bloco. Participaram das mesmas reuniões sobre o projeto Não ao Pró-Savana. Ambas são parte do Aliança por Soberania Alimentar da América Latina e Caribe e do Comitê Internacional de Planejamento para a Soberania Alimentar (CIP, ou IPC na sigla em inglês), que articula a presença da sociedade civil em muitos dos debates da FAO. Ainda que cada um deles tenha conferido diferentes sentidos e graus de prioridade para cada uma dessas atividades, alianças ocorreram, especialmente, quando precisaram ganhar mais força para se contrapor a atores/as política e economicamente mais fortes. Houve

também, de tempos em tempos, esforços de articulação comum, a exemplo da inclusão da “agricultura camponesa e indígena” nas pautas do Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF), em 2014. Outro exemplo são referências à segurança e soberania alimentar em alguns documentos da Contag – uma pauta que, apesar de não ser priorizada de forma idêntica pelas correntes internas da Contag, ganhou destaque nas ações das mulheres e na recente gestão da vice-presidência (2013-2017).

Menciono essas experiências para não trabalhar, aqui, com um argumento impermeável às convergências encontradas na pesquisa. As diferenças falam da multiplicidade dos laços existentes; as convergências e sobreposições de temas também trouxeram elementos importantes, na medida em que reforçaram algumas dessas associações e mostraram como alguns temas se estabilizam mais do que os outros nesse processo que é, ao cabo, um processo de construção daquilo que entendemos como “escala transnacional”.

2.2 As mulheres na ação transnacional: feminismo camponês e as Margaridas pelo mundo

Identificadas como camponesas ou agricultoras familiares, as mulheres que se dispuseram a entrar na política por meio dos sindicatos e movimentos sociais enfrentaram (e enfrentam) desafios comuns para conquistar o direito de estar presente nas articulações e nos espaços decisórios, tendo precisado transformar em controvérsia sua presença no interior dos movimentos sociais e sindicatos rurais. As pautas comuns às trabalhadoras rurais, agricultoras e camponesas passam por acesso à terra, geração de renda, expectativas de transformar relações de gênero com pais e companheiros, conforme indicam Medeiros e Paulilo (2013). A partir das conexões encontradas na pesquisa ora apresentadas, é possível afirmar que passam também pela superação da violência doméstica e pela valorização do trabalho que desenvolvem nas propriedades familiares, isto é, pelo fim da invisibilidade do trabalho doméstico que é quase absolutamente assumido pelas mulheres. De forma geral, mulheres, com suas ações e debate contra o patriarcado e pela incorporação da opressão de gênero como uma das que precisam ser superadas, são um dos grupos que vêm, nas últimas décadas, transformando por dentro as organizações rurais brasileiras. Sua inserção nos debates internacionais seguiu padrão similar.

Assim como no caso da disputa dos modelos de agricultura, as mulheres no MPA e na Contag compilam elementos específicos, de maneira que as transnacionalizações não foram

idênticas, agregando diferentes elementos ao que entendemos por transnacional. Ao mesmo tempo, as sobreposições reforçaram aspectos compartilhados que foram consolidando aquilo que se entende como transnacional, seja pelas ativistas, seja pela academia, seja pelo senso comum.

As articulações das mulheres são relevantes igualmente na experiência do MPA, da Contag e de todas as organizações rurais contemporâneas, como resultado do intenso processo de organização das mulheres brasileiras nas últimas décadas e de sua capacidade de construir alianças dentro e fora do país. Explicações específicas para o fato de a presença das mulheres ser um dos temas compartilhado nos percursos de transnacionalização do MPA e da Contag podem ser encontradas também nas ambiguidades dos efeitos da globalização em relações de gênero. Quando os espaços locais são sufocantes em termos de opressões de gênero, dada a persistente força do patriarcado nas famílias e comunidades, fluxos globais podem emergir como alternativas para que as vozes das mulheres ecoem (THAYER, 2010, p.4). O processo em que o feminismo e os debates de gênero se difundem horizontalmente, para setores diversos da sociedade civil, denominado *sidestreaming* por Alvarez (2014b), toma forma também para o interior das organizações rurais e, por meio delas, alcança alguns espaços internacionais e transnacionais dos quais tais grupos participam.

Começo, aqui, pela experiência das mulheres do MPA. As próprias ativistas organizam a atuação das mulheres nesse movimento em quatro fases. Inicialmente, elas eram lideranças nas comunidades e sindicatos e ajudaram a construir o movimento. Nesse período, participaram de mobilizações, debates, negociações e formações, mas “sem expressão”, por vezes assumindo tarefas em casa para que os homens pudessem ser liberados para a atuação política. Nas atividades dos movimentos, também tinham tarefas atravessadas pelo gênero. Na terceira fase, já da formulação do Plano Camponês, a necessidade do envolvimento da família teria chamado atenção para o papel das mulheres e se organizaram os primeiros seminários de gênero, num processo que “levou à reflexão de que, para garantir a presença das mulheres no movimento tem que se assumir mais uma jornada”, a de militante, e que portanto o movimento precisaria agir para possibilitar a ação das mulheres. Na quarta fase, “fica claro que a mudança do modelo de agricultura está casada com a mudança de sociedade”. Uma “sociedade socialista” orienta a lutas, mas “não basta transformar as estruturas da sociedade, se também não transformarmos as relações entre as pessoas”. A partir dessa reflexão, o movimento como um todo foi assumindo a luta das mulheres e a discutir seu lugar numa sociedade machista e patriarcal (MEURER; RAMALHO; KRAUSER, 2016, p. 17–18).

A organização das mulheres se refletiu na criação de coletivos de gênero em diversos estados, na promoção de encontros, cursos e projetos produtivos e no progressivo aumento de sua presença nas atividades do MPA e nos cargos de coordenação, no 1º Congresso do MPA, realizado em 2015, chegaram à paridade entre os participantes, e naquele mesmo ano foram as dirigentes mulheres que coordenaram as negociações nacionais, em Brasília, uma experiência inédita.

Campanhas foram centrais para que as mulheres do MPA começassem a estabelecer contatos com coletivos e debates internacionais. Conectadas à Via Campesina pela afiliação do MPA a essa rede internacional, elas incorporaram a Campanha Mundial Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres em suas práticas. Mas foram além: as mulheres do MPA propuseram ao movimento uma campanha voltada à resistência ao uso de agrotóxicos, que rapidamente tornou-se iniciativa continental da CLOC. Mais recentemente, o MPA envolveu-se nos debates sobre o feminismo camponês e popular. A partir desses três episódios, construiu uma narrativa que buscou apresentar os elementos compilados pelas mulheres do MPA nas suas articulações transnacionais. Os contatos internacionais das mulheres do MPA existem desde os primeiros anos do movimento, por meio das articulações entre os movimentos da Via Campesina e organizações parceiras – tais como a Marcha Mundial de Mulheres. Aqui, porém, destaco elementos que foram mais visíveis nas entrevistas realizadas com mulheres do MPA ao longo da pesquisa.

Dada a relação próxima do MPA com movimentos rurais brasileiros do campo da Via Campesina – MMC, MAB, MST, PJR, entre outros – os intercâmbios entre as mulheres desses grupos são/foram constantes. Em 2006, a ocupação de viveiros da Aracruz Celulose, organizada pelas mulheres, foi um marco pelo emprego de estratégias de ação direta.

No 3º Encontro Nacional do MPA, em 2010, foi lançada uma Campanha Nacional Contra os Agrotóxicos e pela Vida, a partir de proposições das mulheres que haviam identificado o problema nas reuniões de seus coletivos de gênero – alguns deles recém-criados – e se perguntavam o que era possível fazer para enfrentar os problemas do adoecimento e morte que vinham vivenciando e que se associavam ao uso de agrotóxicos. Esse encontro, aliás, foi um marco na progressiva presença de mulheres nas atividades nacionais do MPA, que ali alcançou 40% entre o total de participantes.

Pouco depois, ainda em 2010, um Seminário reuniu 30 organizações nacionais, definindo um conjunto de propostas na área e a nacionalização da campanha, que rapidamente ganhou visibilidade. Em outubro do mesmo ano, uma delegação do MPA participou do V

Congresso da Coordenadoria Latino Americana de Organizações do Campo – CLOC e levou a proposta da construção de uma Campanha Continental contra os Agrotóxicos – a campanha ganhou, em menos de um ano, abrangência internacional. Pouco depois, foi lançada em encontro de Agroecologia em Cuba, em 2011, com presença de 26 países. Apesar de certa diluição da presença das mulheres na rápida expansão da campanha, ela manteve certa atenção aos atravessamentos do gênero no debate sobre agrotóxicos, dada a contínua observância das ativistas ao tema(MPA, 2013b, p. 34–35).

As mulheres vêm atuando para manter o tema em destaque nos estados e municípios, agregando novos aliados, criando fóruns municipais ou atrelando-o a outras questões, como as feiras, a agroecologia e a qualidade dos alimentos. Em alguns estados, os coletivos locais das organizações filiadas à Via Campesina vêm atuando conjuntamente nas mobilizações contra os agrotóxicos: “Fazemos feiras, oficinas, no conjunto da Via [Campesina] em Rondônia”.²⁸ É interessante notar, aqui, como as organizações que formam a Via Campesina têm usado essa filiação para configurar suas articulações nacionais (pela Via Campesina Brasil) e nos estados, como aponta esse relato.

Na experiência do MPA, são as mulheres, as primeiras a denunciarem casos de doenças, má formação de fetos, mortes e suicídios, entendendo-os como vinculados ao uso de agrotóxicos. As fortes reações a essas denúncias tiveram como alvos não apenas os problemas apontados, mas forte viés de gênero: as mulheres protagonistas das denúncias ouviram que deveriam “ir cuidar da casa” e foram chamadas de “vagabundas”.²⁹

O combate à violência contra mulheres é outro eixo importante da atuação das mulheres do MPA. No 3º Encontro Nacional do movimento, em 2010, elas lançaram a campanha da Via Campesina Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres. As conexões transnacionais com o tema da violência, então, foram facilitadas pela existência de uma campanha da Via Campesina, em uma interessante dinâmica de apropriação de uma campanha internacional para o interior de uma das organizações afiliadas à Via Campesina, e não só para pressionar atores/as externos, como é mais comum em campanhas transnacionais - a exemplo daquela voltada para a reforma agrária e promovida pela mesma Via Campesina (BORRAS, 2008), e também da dinâmica identificada como “bumerangue”, cujo foco é

²⁸ Entrevista concedida por Flavia Bandeira (MPA-RO), durante entrevista com ela, Jozelita Tavares e Denilva Araújo.

²⁹ Entrevista concedida por Jozelita Tavares, Denilva Araújo e Flavia Bandeira.

alcançar atores estatais por meio de articulações com atores internacionais (KECK; SIKKINK, 1998).

A campanha contra a violência, na avaliação de Denilva Araújo, respondeu a uma necessidade “da ponta”, do dia-a-dia das mulheres, mas que não estava exposta. Ela foi importante para tornar visível o tema da violência para a sociedade, mas também para o próprio movimento e seus militantes. Pautar a violência contra mulheres a partir de uma campanha internacional facilitou a emergência de um tema difícil, pesado, que mexia em relações íntimas:

A partir do momento que lança campanha, nos ajuda a dialogar com mulheres em todos os sentidos. Dói. Ajudou mulheres a entender se passam ou não por violência. Quando apresentamos o que é violência, ela falou “passei por tudo isso, e era violência? Então, sou forte” [Essa campanha] abre pra não permitir, se formar, entender, conhecer. Campanha foi meio de dialogar. Não permitir, conhecer caminho para procurar. Algumas têm medo [de tratar do tema], outras seguem em frente. (Denilva Araújo, entrevista em 20/06/2016)

Nesse sentido, a campanha foi – e ainda é – ferramenta capaz de deslocar a leituras das mulheres sobre as violências que viveram, de processos individuais e privados a processos recorrentes, coletivos e compartilhados, aos quais a reação precisa ocorrer coletivamente, de forma que o privado é politizado e, com isso, consegue entrar nas discussões do movimento.³⁰

No interior do MPA, tanto a campanha contra os agrotóxicos como a campanha para fazer frente à violência contra mulheres se materializam ao provocar debates nas bases, nos grupos que formam o movimento. No caso da campanha contra os agrotóxicos, ela partiu de incômodos detectados pelo movimento nacional e foi levada para interações internacionais, tendo se tornado, tanto um elemento de pressão sobre governos nacionais, quanto um foco de aglutinação de ativistas de diversos países, que passaram a planejar ações conjuntas, encontrar-se periodicamente e posicionar-se publicamente em nome de um coletivo mais amplo.

Por fim, desde 2013, o MPA vem discutindo, a partir das articulações com a CLOC e com a Via Campesina, a construção do que denominam Feminismo Camponês e Popular – definido como “um feminismo desde as mulheres do campo, com identidade camponesa e desde as identidades e lutas dos povos” na 1ª Conferência Internacional de Mulheres do Campo, em 2017 (VIA CAMPESINA, 2017a).³¹ Trata-se de desvincular o feminismo de uma

³⁰ Agradeço à prof. Marlise Matos pelas observações sobre a relevância desse processo de politização do tema por meio da campanha.

³¹ A realização dessa conferência internacional, agregando trabalhadoras rurais de outros movimentos e redes, foi um dos encaminhamentos da V Assembleia das Mulheres da Via Campesina, em 2017.

imagem exclusivamente urbana, que o acompanha e de tratá-lo como uma “luta contra inimigos comuns: “o sistema capitalista, o patriarcado e o racismo”.(VIA CAMPESINA, 2017b)

O tema chegou ao MPA pela participação no coletivo de mulheres da CLOC, que discutiu a necessidade de resgatar as experiências das mulheres do continente nas ações políticas, mas também na produção de alimentos e na economia. Cada movimento assumiu tarefas específicas para contribuir com a formulação comum. O MPA tomou para a si a tarefa de levantar, sistematizar e socializar história das mulheres nas lutas camponesas na América Latina, no Caribe e na África.³²

As mulheres do movimento brasileiro pretenderam, com isso, reunir informações sobre experiências que seguiam bastante ausentes das formulações das mulheres europeias, entre elas as experiências de negras e indígenas. Ainda segundo Leila:

Nossa ideia é construir mais a partir do nosso chão. Quando usa exemplos de outros lugares são distantes das [nossas] realidades. Mulheres quilombolas, indígenas, não se vêem, o debate tem identidades camponesas muito fortes. Precisa ter cara da diversidade das mulheres no campo para elas se reconhecerem nele.

No Nordeste, formação negra é muito forte – bases quilombolas e indígenas – se não força esse fio na discussão europeia a gente não consegue agregar. [...]

Como a gente olhar? Parece que aqui não teve luta feminista. Teve sim na AL, na África, a gente precisa trazer isso pra construir um feminismo nosso.

A defesa da importância de se resgatar as lutas das mulheres repetiu a estratégia do MPA nos debates que promoveu sobre o campesinato, buscando elementos históricos para embasar suas formulações, o que resultou em publicações sobre as mulheres camponesas e sobre as iniciativas produtivas das mulheres do MPA (NEVES; MEDEIROS, 2013b; TAVARES; COSTA; FAGUNDES, 2016). O tema foi inserido nas escolas de formação do MPA em 2017 e nos debates dos coletivos estaduais (MPA, 2017). Naquele ano, o Brasil sediou o III Seminário Internacional de Feminismo Camponês e Popular, com participantes de toda a América Latina (PJR, 2017).

As formulações da Via Campesina colaboraram para que o feminismo tivesse se incorporado às formulações das mulheres do MPA. Para Leila Santana

O feminismo entre nós não assusta. É processo de construção para a reflexão das mulheres e para a igualdade. São mulheres de comunidades camponesas, históricas, os processos de luta para elas são apelido. Só precisa intercalar, processo de luta e formação. Talvez para as mulheres camponesas seja um termo novo, pois a construção do Feminismo Camponês e Popular é mais nacional, internacional. É questão de entender o processo europeu e dar um salto para o olhar para a luta (Leila Santana da Silva, entrevista, 10 junho 2016)

³² Entrevista concedida por Leila Santana da Silva.

Em dezembro de 2015, no 1º Congresso Nacional do MPA, o debate promovido pelas mulheres reuniu mulheres brasileiras e uma liderança da organização peruana na CLOC/Via Campesina e tratou de violência, protagonismo na proteção das sementes crioulas – relacionado à proteção das mulheres à vida, a luta contra as multinacionais e agrotóxicos. Ali, no principal evento do movimento brasileiro, discutiu-se o sentido do feminismo para as mulheres rurais e a coordenação do MPA defendeu que ele se tornasse “um modo de vida do campesinato brasileiro” – indicando o empenho do MPA em carregar para seu discurso doméstico o debate proposto pela Via Campesina, ao mesmo tempo em que levou suas formulações aos debates regionais para a organização transnacional de camponeses (FREIRE, 2015).

Na formulação da Via Campesina, o feminismo transformou as raízes marxistas do pensamento do grupo, tanto quanto alguns de seus conceitos centrais, como o de soberania alimentar. Ao conectar-se ao marxismo conforme debatidos pelas camponesas, valorizando as experiências e práticas das mulheres, o feminismo transforma-o e é transformado por ele, como bem aponta uma das lideranças camponesas:

Nós somos marxistas, mas tem setores mais ortodoxos que não querem dialogar com o feminismo no campo. A gente é marxista, mas quer dialogar com realidade. Até o debate feminista tem que ser descolonizado. É difícil, mas o debate é bom, coletivo. (VIA CAMPESINA, 2017b)

As formulações vêm trazendo também o debate sobre incorporar a diversidade sexual e de gênero no conceito de soberania alimentar de forma que, por meio dos debates do feminismo, propõem-se que novos elementos sejam agregados à formulação que é central para a Via Campesina.

CONTAG

Os sindicatos rurais no Brasil foram criados a partir da década de 1950, mas as trabalhadoras rurais do país só conquistaram o direito de se sindicalizar no início da década de 1990. Até aquele momento, elas poderiam ser registradas como dependentes de seus pais ou maridos, mas não individualmente. O reconhecimento das mulheres no sindicalismo rural só foi possível porque, com sua presença e ação, elas literalmente alteraram o que significava ser sindicalista, incluindo corpos e experiências das trabalhadoras rurais (ABRAMOVAY;

SILVA, 2000; CONTAG, 2003; DEERE, 2004; MOTA, 2006; PIMENTA, 2013; SILIPRANDI, 2009; SILVA, 2008b; WOORTMANN; HEREDIA; MENASHE, 2006).

Antes disso, já havia mulheres pioneiras nas direções sindicais locais, nas federações e na confederação nacionais. Uma sindicalista nordestina, Margarida Maria Alves, foi assassinada e se tornou um símbolo da resistência das mulheres rurais no Brasil. Em 1991, quando as sindicalistas criaram uma mobilização nacional para trazer suas preocupações para o debate público, fizeram a ela uma homenagem, chamando-a de “Marcha das Margaridas”, que foi incorporada às atividades da Contag e mantém um formato parecido com o do “Grito da Terra”, de reunir demandas e apresentá-las ao poder público. Uma das características dessa iniciativa vem sendo a articulação com outras organizações, de forma que, apesar de encabeçada pela Contag, as Marchas são capazes de agregar diversas organizações e linhas políticas. As sucessivas edições das Marchas foram incorporando temas e coletivos, tais como movimentos de mulheres rurais como o MMTR e o MIQCB; a Marcha Mundial de Mulheres, coletivo feminista preocupado em superar a violência contra as mulheres e a pobreza, e que promove ações locais e internacionais (SILVA, 2008b). Mais recentemente, a Articulação Nacional de Agroecologia tornou-se parte da Marcha das Margaridas, fortalecendo a defesa da agroecologia e o debate sobre soberania alimentar, que entraram na Contag, em grande medida, pelas articulações das mulheres. Da mesma forma, temas como debates sobre aborto e direitos reprodutivos chegaram ao sindicalismo rural por intermédio das articulações das Margaridas.

A 3ª Marcha das Margaridas, em 2007, incorporou a Coordenadora de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul (Coprofam) e a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe (Redelac) (SILIPRANDI, 2009, p. 138). A RedeLac existia desde a década de 1990, fruto do trabalho da pernambucana Vanete Almeida, do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), que conseguiu articular mulheres rurais do continente e estabelecer uma rede de contatos e trocas de informação. A Contag foi parte da Secretaria Executiva da RedeLac (CONTAG, 2005; THAYER, 2010). Porém, com o tempo, a rede se tornou menos expressiva e se desarticulou após o falecimento de Vanete Almeida, figura central.³³

Em meados da década de 1990, a Secretaria de Mulheres da Contag já mencionava a intenção de aumentar intercâmbios internacionais (CONTAG, 1995). Era, possivelmente,

³³ Entrevista concedida por Carmem Foro.

reflexo dos fortes debates internacionais sobre mulheres que culminaram com a Conferência da ONU em Pequim, em 1995, da qual mulheres sindicalistas rurais participaram.³⁴

Já a Coprofam foi uma iniciativa que reuniu a Contag, grupos sindicais e não sindicais do Cone Sul das Américas e que foi criada com foco no Mercosul. As mulheres trabalhadoras rurais participaram das articulações desde o seu início, mas foi nos anos 2000, quando a Reaf/Mercosul estruturou um GT de Gênero – iniciativa da coordenação de mulheres do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) - que acabou incentivando a organização das mulheres no interior da Coprofam.

Aos poucos, a organização das mulheres na Coprofam ganhou força, apesar da resistência de algumas organizações da região.³⁵ Pelo perfil da Coordenadoria, os debates ali passaram pela atenção às mulheres nas políticas públicas para a agricultura familiar: demandas por crédito, acesso à terra, titulação, assistência técnica, entre outras foram priorizadas. Porém, temas como a presença das mulheres nos espaços de poder, o reconhecimento do trabalho doméstico e a superação da violência também estiveram presentes. A Coprofam, como veremos em detalhes no Capítulo 5, e as articulações que ela ajudou a construir no Mercosul, foram centrais para as relações internacionais da Contag e tiveram reflexos nas articulações das mulheres.

A 5ª Marcha das Margaridas, em 2015, contou com a presença de 40 mulheres rurais originárias de 16 países latino-americanos e caribenhos e de Moçambique, que marcharam com as Margaridas brasileiras por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade. Na ocasião, foi realizado um Seminário Internacional Mulheres Rurais em Defesa de Políticas Públicas para a Segurança e Soberania Alimentar, momento de intercâmbio de experiências, difusão da experiência brasileira das mulheres trabalhadoras rurais e de planejamento de incidência de maneira articulada nos espaços de decisão em âmbito internacional. Ali, começou a ser constituída a Rede Margaridas do Mundo, que elaborou uma Carta na qual foram pautadas as demandas das mulheres do campo, das águas, das cidades e das florestas dos continentes americano e africano. A articulação, portanto, alterou decisivamente a forma mesma como as mulheres rurais identificavam-se. A rede foi, em parte, fruto das conexões permitidas pelo Ano Internacional da Agricultura Familiar, que também colocou a Contag em evidência na articulação das mulheres do Fórum Rural Mundial – inclusive por ter sediado, em 2014, a 1ª Conferência Mundial de Mulheres

³⁴ Entrevista concedida por Amarildo Carvalho de Souza.

³⁵ Entrevista concedida por Alessandra Lunas.

Rurais, no contexto do AIAF. Acumulando essas articulações, a criação de uma rede internacional criou um novo canal de expressão para as mulheres rurais, bem como para a Secretaria de Mulheres da Contag, e vem possibilitando novas conexões, a exemplo do apoio da ONU Mulheres para a sistematização de pautas comuns.³⁶ Alguns trânsitos pessoais também vêm conectando as secretarias de mulheres e internacional: Alessandra Lunas, que foi vice-presidente e secretária de RI da Contag (2009-2013), em seguida, assumiu a Secretaria de Mulheres (2012-2017).

De forma geral, as mulheres da Contag foram se inserindo e levando suas pautas ao conjunto de articulações transnacionais da Confederação brasileira. A compilação internacional das mulheres na Contag, nesse sentido, se fortaleceu vinculada às articulações internacionais da coordenadora. Mas as mulheres da Contag também vêm construindo laços próprios, dando caráter internacional às articulações internacionais das Margaridas.

Em síntese, enquanto as mulheres do MPA vêm construindo, junto com a Via Campesina, o que denominam feminismo camponês, na Contag vêm construindo uma Rede Mundial das Margaridas, em referência à sua bem-sucedida Marcha das Margaridas. Na experiência do MPA, chamam atenção a proeminência de protestos e campanhas e sua relevância para os debates internos, além de uma aproximação recente com o feminismo que busca configurá-lo a partir das experiências das camponesas, associando-o às experiências indígenas e negras, sem deixar a crítica ao capitalismo que caracteriza o discurso desses grupos. Na experiência da Contag, as mulheres trouxeram alianças e temas que vêm contribuindo para renovar o discurso sindical, mas também vêm incluindo questões como o reconhecimento de seu trabalho, a demanda por crédito e por políticas públicas específicas nas alianças a partir das articulações institucionais estabelecidas pelo sindicalismo rural.

São, é claro, estratégias distintas porque provenientes de grupos diferentes. Mas, para o que nos interessa aqui, cada uma delas compila elementos distintos, agrega parcerias, conceitos, prioridades, espaços, linguagens específicas. Por outro lado, quando questionamentos sobre violência e debates sobre o lugar das mulheres no trabalho são compartilhadas, a associação desses debates com temas e ambientes transnacionais se fortalece. Em ambos os casos, as mulheres estão contribuindo direta e ativamente para a construção daquilo que entendemos como “o transnacional”.

³⁶ Entrevista concedida por Alessandra Lunas.

Diferentes perspectivas teóricas convergem no entendimento de que as instituições e organizações conformam o transnacional, a exemplo da emergência do internacionalismo complexo (TARROW, 2005); mas não apenas elas, também as articulações e ações dos grupos não estatais têm efeito sobre a produção daquilo que entendemos como transnacional. E quando grupos com diferentes ideias, trajetórias e propostas se encontram nos debates, constroem alianças e buscam convergência, isso reforça especialmente temas e instituições como centrais para os processos transnacionais.

2.3 O debate sobre escalas e a produção do transnacional

Em um nível mais abstrato, a associação de novos elementos aos debates transacionais - discussões, ideias, instituições, práticas, corpos, experiências, traz consigo um entendimento do que são as “escalas” e, ao cabo, do que é o transnacional. Como já mencionado, o entendimento de que a transnacionalização é processo composto por dimensões temporais e espaciais é recorrente na literatura sobre o tema. Tarrow (1998 [2008]) e von Bülow (2014) derivam daí tipologias. No primeiro, o eixo temporal configura-se pela diferenciação entre ações coletivas transnacionais temporárias ou sustentadas, sendo as últimas de caráter contínuo. O eixo espacial é definido pelo nível de integração ou não integração com redes domésticas. Já a segunda autora formula os “caminhos para transnacionalidade”, organizados em uma tipologia que também articula, no eixo temporal, a durabilidade da transnacionalização (temporária ou contínua) e a inserção nas redes domésticas (internalização ou transnacionalização). Os tipos descritos, afirma a pesquisadora, permitem visualizar contrastes e semelhanças entre as opções de inserção transnacional, aportando complexidade para as trajetórias de “atores que, com demasiada frequência, são classificados meramente como adeptos da ‘anti-globalização’ ou como parte de uma ‘sociedade civil global’” (VON BÜLOW, 2014, p.44). A localização dos atores nos tipos descritos não é fixa, podendo ser “reconstruída circunstancialmente” a partir das interações com outros, seja como resultado de sua inserção em redes sociais seja em contextos políticos.

Defendendo um olhar para a transnacionalização que leve em conta os lugares relevância de se tomar a América Latina como unidade de análise, dadas as experiências compartilhadas dos países e movimentos sociais da região, Bringel e Cabezas (2011, p. 324),

observam aqui a "convergência de múltiplas espacialidades", por meio da qual "resistências nos lugares e territórios se conectam a redes e iniciativas mais amplas". Eles trabalham com existência de múltiplas escalas que "vão do local ao global (e vice-versa)". Propõem, a partir disso, a construção de uma história espacializada dos movimentos sociais da região, identificando quatro ciclos recentes de contestação, em diálogo com os "ciclos de protesto" da teoria da política contenciosa. A dimensão do espaço, aqui, é traduzida na localização geográfica dos fenômenos em questão na América Latina, com suas particularidades sociais, culturas políticas e lógicas de contestação diversas. Já o tempo é incorporado por meio da identificação de ciclos de contestação e períodos.

Sem perder de vista a relevância de se entender as especificidades das transnacionalizações regionalmente, e concordando com a importância das práticas culturais, sociais e políticas locais para a compreensão desses processos, e trazendo para o debate sobre grupos rurais o conceito de translocalidade, creio ser possível afirmar que o que é específico das descrições das páginas precedentes é um olhar sobre como, em sua ação, os grupos não só conectam escalas a partir da atuação em locais específicos, mas produzem essas escalas ao associar a elas elementos a partir de suas próprias associações. Para compreender o que são as escalas, de que são compostas, é necessário identificar o que é conectado, quem é conectado ou conectada, e como essas conexões são possíveis, enfocando, portanto, a relação entre elementos de diferentes locais que são conectados nas práticas descritas.

Ao destacar as conexões, é possível não partir diretamente para uma formulação em que o transnacional está "acima" ou "além" do nacional ou do local. A organização da política em escalas é apenas uma metáfora – forte, relevante e capaz de moldar a maneira como lemos as experiências. Parte-se, então, das diversas conexões estabelecidas pelos actantes, e a tarefa de pesquisa pode, então, ser aquela de observar como, em suas ações, aqueles e aquelas que agem vão produzindo as escalas, contribuindo com conexões nas controvérsias em que se engajam. As escalas existem na medida em que são construídas, por meio de conexões provenientes de diversos lugares. Atores-rede mais conectados são mais globais e os menos conectados, mais locais. Nos termos de Latour, que chama essa prática de "manter a paisagem plana", tem-se que

Em vez de ter que escolher entre uma visão local e outra global, a noção de rede nos permite pensar em uma entidade global – altamente conectada – que se mantém, ainda assim, continuamente local. Em vez de opor níveis individuais à massa, ou a agência à estrutura, nós simplesmente seguimos como um determinado elemento se torna estratégico por meio de um

número de conexões que reúne e como ele perde sua importância quando perde suas conexões (LATOUR, 1996, p. 6).

Isso não leva a negar a existência de escalas: elas existem na medida em que são estabelecidas conexões (mais ou menos estáveis) que articulam atores/as de diferentes origens (locais) nacionais. Escalas são, portanto, os conjuntos de conexões já estabilizadas. A escala nacional refere-se a associações que são estabelecidas tendo como referente ao território dos Estados nacionais. O que se entende por escala transnacional não tem uma base territorial como referente, sendo composta pela interação entre entes que partem de algum local e que é estabilizada por meio de instituições: organizações internacionais, inicialmente, mas depois outras mais fluidas, incluindo organizações da sociedade civil, redes de ativismo, etc.

Esses actantes, de diversos formatos institucionais (ou figurações) desempenham um papel central na composição das escalas, na medida que as conformam e lhes conferem estabilidade. Por acordo de um conjunto de Estados-nação, foi possível a criação da OIT, sua incorporação ao Sistema ONU, bem como a fundação da FAO, e das confederações sindicais internacionais que articulam sindicatos de diversos países, ou ainda de redes de movimentos sociais regionais e internacionais. Em uma leitura material-semiótica, as redes, encontros e atividades, assim como as normas acordadas nessas instituições são o mais próximo que se pode chegar do entendimento do transnacional como “locais” específicos.

Se “o transnacional” não está dado, a priori, mas é produzido por meio de associações e conexões, a narrativa não passa pela “entrada e saída” dos espaços transnacionais, mas pela identificação de como eles (e elas) conseguiram estabelecer conexões e de como conformaram grupos e instituições capazes de estabelecer relações com outros, pré-existent. Isso, como consequência, permite-nos observar de que maneiras atores não estatais, com pouco ou nenhum acesso aos debates e disputas em questão, constroem as possibilidades de intervir nas disputas transnacionais que entendem ser importantes para seus objetivos.

PARTE 2 – INTRODUÇÃO: OS “MODOS DE COMPILAR” COMO FERRAMENTA ANALÍTICA

Até agora, no exercício de especificar uma linguagem teórico-conceitual-metodológica para observar como grupos constituídos nacionalmente foram capazes de estabelecer articulações transnacionais, partindo do entendimento de que esses grupos são conformados pelas associações e vínculos que estabelecem, articulei duas ferramentas analíticas: os campos discursivos da ação, que permitiram uma descrição dos atores/as coletivos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, agricultoras e agricultores brasileiros, situando-os uns em relação aos outros. Em seguida, acionei as controvérsias, por meio das quais observei as experiências de transnacionalização de duas organizações rurais brasileiras.

Nessa última parte da tese, adiciono uma terceira ferramenta analítica, os modos de compilar, que têm o objetivo de observar, especificamente, como as organizações em questão foram capazes de se engajar nas controvérsias sintetizadas nos capítulos anteriores, assim como alguns dos efeitos desses engajamentos, sobre as organizações, sobre aqueles com os quais se relacionam e sobre a produção do transnacional.

Identifico algumas maneiras específicas de agregar elementos heterogêneos que são, ao menos temporariamente, estabilizadas pelos atores/as – os “modos de compilar”, definidos por Rosa (2015a), com base em Law (2004), como maneiras por meio das quais atores/as são capazes de reunir, aproximar, agregar elementos. Trata-se, portanto, não apenas da capacidade de associar elementos, o que pode ser feito de diversas formas, mas justamente dos modos por meio dos quais esses elementos são aproximados, no decurso da ação – entendida aqui não apenas como eventos (o protesto, a reunião, a campanha) mas como o trabalho de reunir tais elementos e que pode ter como efeitos o protesto, a reunião ou a campanha, mas também muitas outras formas de agir transnacionalmente – de forma cívica ou não cívica, para usar os termos de Alvarez et al. (2017).³⁷

Essas maneiras de agregar elementos, quando funcionam para os objetivos dos actantes, por vezes se estabilizam em modos específicos que, por serem performativos, acabam por definir como agem e o que são aqueles grupos. Quando funcionam para os objetivos dos grupos, esses modos podem se estabilizar em “formas” específicas, que passam

³⁷ Agradeço ao prof. Marcelo Rosa pelos comentários a esse capítulo no qual destacou a importância não só da reunião de elementos, mas dos modos como eles são reunidos, para a abordagem que propõe,

a ser empregados em outras atividades e contextos, e ajudam a definir o que são aqueles grupos e como agem.

Tomo como base formulações oriundas de estudos da antropologia política sobre movimentos rurais no Brasil, nas quais Sigaud, Ernandez e Rosa (2010) e Rosa (2011) cunharam os conceitos de forma-acampamento³⁸ e de forma-movimento³⁹. Esses pesquisadores buscaram compreender como ocupações de terra e acampamentos tornaram-se o modo socialmente aceito (inclusive pelo Estado) de fazer demandas por terra no país, a partir das experiências do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

As formas identificadas são linguagens construídas pelos grupos organizados (no Brasil rural) para expressar, por meio de códigos que se traduzem em determinadas performances, suas demandas ao Estado e à sociedade, lançando mão de um conjunto de ações (como o acampamento, sua organização, seus códigos e as maneiras de atuar a ele vinculadas), de objetos (como bonés e bandeiras e barracas de lona preta que materializam a presença dos grupos organizados) e de maneiras de se organizar (como “um movimento”). Tratava-se de uma linguagem, de um modo de fazer afirmações por meio de atos, destinada a fundar pretensões à legitimidade, que se estabeleceu na medida em que gerou reações em interlocutores diversos: o Estado brasileiro, que reconhecia o acampamento e suas demandas; os proprietários das terras, que o entendiam como ameaça e buscavam proteção judicial por meio dos pedidos de reintegração de posse. Acampamentos e movimentos tornaram-se a “maneira correta” de fazer demandas por terras e terminaram por redefinir os termos e modos da relação entre o Estado e os grupos rurais organizados em movimentos sociais rurais no Brasil pós-redemocratização.

Após ter permitido a grupos organizados a obtenção de relativo sucesso em suas demandas, a forma-movimento acabou sendo adotada por outros grupos rurais e, também, urbanos (ROSA, 2010). Figuram, entre os grupos rurais, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento das

³⁸Sigaud (2010) entendeu os acampamentos organizados pelo MST em diversas regiões do Brasil como mais do que “mera aglutinação de pessoas interessadas em obter um lote de terra”. Ela identificou padrões - promovidos por organizações que se autodenominavam movimentos ou por federações sindicais, cujas lideranças eram autorizadas para falar em nome dos acampados com o Estado – e uma organização espacial característica, um vocabulário próprio, símbolos (bandeiras, lonas), entendendo essa combinação como uma forma social específica, a “forma-acampamento” (SIGAUD, 2000, p. 12).

³⁹Com olhar semelhante, Rosa entendeu também que ocupar terras estava “obrigatoriamente associado à constituição de um *movimento* e o seu legítimo reconhecimento pelo Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária]” (ROSA, 2011, p. 13). A construção de movimentos se tornou a forma “correta” de organizar-se, estabelecer acampamentos e de demandar terras, vinculando-se também ao reconhecimento social dos indivíduos e de seus movimentos.

Mulheres Camponesas (MMC), que adotaram não apenas a denominação de movimento, mas maneiras de agir compartilhadas que os caracterizavam.

A forma-movimento afetou também outros coletivos rurais. Foi incorporada a práticas sindicais, ao menos parcialmente, em processos marcados por intensos debates, disputas, deslocamentos, transformações e adaptações (ROSA, 2011). O estabelecimento de uma nova maneira de reunir elementos, dessa nova linguagem usada para fazer demandas, contribuiu para transformar as práticas socialmente compreendidas como sindicais. Aqui, eu generalizo uma percepção que, em Rosa (2014), refere-se especificamente aos Sindicatos Rurais de Pernambuco, entendendo que, com importantes variações, a depender das contingências locais, esse processo de transformações no sindicalismo ocorreu também em outros estados brasileiros.

Porém, tendo continuado a observar alguns desses grupos, Rosa (2015a) passou a defender que a forma-movimento não apenas foi reproduzida pelos grupos que a adotaram, tendo sido transformada, de forma criativa, na medida em que foi apropriada por diferentes movimentos e sindicatos que, continuamente, a conectaram a novos elementos, criando novos arranjos circunstanciais. Elas passaram, então, a ser entendidas não mais como formas fixas, mas como “modos de compilar”, isto é, modos de reunir elementos.

Com base nisso, Rosa (2015, p.52) revisita seu entendimento sobre a forma-movimento. De “uma performance que havia se tornado compulsória para todos aqueles envolvidos em demandas por reforma agrária no Brasil” – inspirada nos escritos de Durkheim e Mauss sobre formas sociais e de Weber sobre legitimidade – passou a interpretar o conceito a partir de outras bases teóricas, abrindo-o à possibilidade de transformação e reconhecendo que sua apropriação por outros movimentos e sindicatos, além do MST, foi marcada por inventividade, não apenas pela reprodução de uma forma pré-determinada:

Cada um deles leu o MST de acordo com a situação e conectou-o com outras “ferramentas”, criando novos arranjos de acordo como que Law (2004) denomina “modos de compilar” (*modes of gathering*). De acordo com esse autor, todos os “modos de compilar” são parciais, circunstanciais e “conotam o processo de reunir, relacionar, escolher, encontrar, construir ou permitir fluxos” (LAW, 2004, p.160). Tais modos, que podem facilmente ser considerados métodos de disputa (*contention*), são performativos no sentido que dão existência (*enact*) aos temas que descrevem, trazendo-os, assim, dentro de certas fronteiras e limites. Em vez de simplesmente forçar pessoas a abraçar um modelo de disputa (*contention*) e negociação, a forma-movimento tornou-se um meio de transporte. Ela carregou ativistas pelo país e internacionalmente, de um movimento ao outro, levando agentes

estatais para determinadas áreas rurais. Ademais, também permitiu a pesquisadores criar seus próprios conceitos, avançando e compreendendo a questão da terra muito além um simples caso de pobreza e iniquidade em áreas rurais (ROSA, 2015a, p. 53).

Nessa chave, a forma-movimento é uma maneira socialmente compreendida, aceita e compartilhada de reunir elementos que possibilitam aos coletivos produzir disputas. Por ter sido bem-sucedida em seu propósito de demandar terras ao Estado, passou a ser incorporada por outros grupos. Essa incorporação, porém, não foi simplesmente uma escolha objetiva, estratégica e racional a partir de um portfólio disponível, mas envolveu a articulação de um conjunto de práticas, de modos de se portar e se apresentar publicamente, de ideias e de visões de mundo que acabam constituindo o que são os grupos em questão. No esforço de se apresentar publicamente como um movimento, cada grupo foi produzindo performances e adicionando novos elementos à compilação existente.

Parte-se da atenção à linguagem, à performance, às formas, que podem ser compreendidas por diferentes interlocutores, inclusive pelo Estado, de “fazer afirmações por meio de atos que fundam pretensões à legitimidade” (SIGAUD; ERNANDEZ; ROSA, 2010, p. 12). A referência aos atos de fala de Austin (1990) é aqui evidente, bem como a atenção dessa abordagem aos discursos e estudos linguísticos.

O deslocamento, proposto por Marcelo Rosa com base em John Law, engendra novas associações teóricas, notadamente pós-estruturalistas, em meio às quais ganham destaque os *agenciamentos*. Do francês, o termo *agencement*, em Deleuze e Guattari (1988), designa um esforço em não priorizar “nem o estado das coisas nem as declarações sobre elas, mas suas conexões, que implica na produção de um sentido que as excede e do qual, transformadas, elas agora são parte” (PHILLIPS, 2006, p. 108). *Agencement* designa o “evento, de algo que se torna, e os sentidos” (ibid.). Usado aqui no lugar da tradução mais comum do francês para o inglês, que é *assemblage*,⁴⁰ o termo busca reforçar a relevância da agência, do agir, por

⁴⁰ Há, aqui, uma relevante questão de tradução: *agencement*, em francês, guarda um duplo significado relacionado às palavras *agencer* – colocar junto, reunir, configurar e, nesse sentido, *assemble*, significando colagem montagem, termo bastante usado para processos artísticos (e que chega ao português com esse sentido) – e *agence* – do verbo agir, similar a *agency*, em inglês (HARDIE; MACKENZIE, 2006, p. 3). Desde as primeiras traduções para o inglês, o termo empregado foi *assemblage* que, conforme argumentam Phillips (2006) e Hardie e MacKenzie (2006), acaba conferindo um sentido mais restrito ao conceito: mantém-se o sentido de coleção, reunião, mas perde-se a capacidade de carregar a conotação de que se busca retomar ao manter a tradução como agenciamento aqui. (“event, becoming and sense, which Deleuze discusses at length in other works of the same period”, no original de Phillips, 2006, p.109). Na tradução para o português de Deleuze e Guattari (2014 [1975]), o termo usado é agenciamento, não *assemblage*.

meio do qual os elementos heterogêneos são colocados em relação, simultaneamente transformando-se, transformando o que reúne e, ao cabo, transformando o que o circunda – em performances cujos efeitos são acessíveis.⁴¹

Transportado à teoria do ator-rede por Callon, na definição de agenciamento ganha destaque a hibridez dos elementos reunidos nos coletivos e pela ênfase em relacionar a ação à formação desses coletivos híbridos. Ao lançar mão dos “modos de compilar”, a ênfase de Law (2004) e Rosa (2015) reside nas maneiras como elementos são agregados, não apenas na reunião em si.

As consequências metodológicas dessas escolhas são transparentes: mais do que identificar “o que está reunido”, importa identificar os modos pelos quais isso se efetua, se performatiza, o trabalho de juntar, de reunir; além da identificação dos efeitos que essas maneiras de reunir coisas produzem.

Assim, modos de compilar, então, são “maneiras de reunir coisas” e “métodos de produzir disputas” que, em um universo de inúmeras tentativas (e erros), contingencialmente, permitem que os atores/as alcancem seus objetivos políticos. Quando funcionam, isto é, quando são frutíferos no sentido de contribuir para que os atores alcancem seus objetivos, esses “modos de compilar” são reforçados, valorizados, reproduzidos. Também podem ser adotados por outros – grupos, no que concerne a essa tese – que, por sua vez, as transformarão por meio de suas próprias associações.

Em termos metodológicos, o que faço aqui é observar, no interior de cada controvérsia, em detalhes, como os atores-rede foram estabelecendo suas conexões em meio às disputas nas quais se engajaram. Mantenho o foco na regra metodológica básica da Teoria do Ator-Rede, que é “seguir as associações” (LATOUR, 2008a) Trata-se de conjuntos de elementos heterogêneos – pessoas, organizações, coletivos, objetos, ideias, práticas, etc. -, de modo que não separo, a princípio, que tipo de elemento é associado pelos atores em sua ação. Esses elementos são igualmente materiais e semióticos (LAW, 2004).

Nos capítulos a seguir, observo o trabalho de reunir, relacionar, escolher, encontrar, construir e permitir fluxos, conforme desenvolvidos pelo MPA e pela CONTAG. Entendidos como uma ferramenta analítica, os “modos de compilar” permitem atentar, em meio a essas ações, para as maneiras estáveis (mas passíveis de transformação) das quais as organizações lançam mão para organizar suas ações, tornando-as inteligíveis interna e externamente. Esses

modos, por serem performativos, ajudam a dar existência aos movimentos e sindicatos que os empregam. Assim, contribuem para a definição do que significa “ser movimento” ou “ser sindicato”.

Em cada experiência, são compilados diversos elementos, heterogêneos: ideias, conceitos e temas, padrões de interação com outros atores/as, projetos políticos, objetos, etc. Da mesma maneira como ocorre no caso das controvérsias e dos campos, essa afirmação é embasada no pressuposto ontológico de que os atores/as não preexistem às relações que estabelecem, sendo por elas conformados. Sob essa perspectiva, para compreender como a ação foi construída, é relevante entender quais foram as associações estabelecidas, o que esses grupos reuniram e de que forma essas compilações foram possíveis.

No Brasil dos anos 1990, ser um movimento social rural passava por ocupar terras e órgãos públicos, montar acampamentos e demandar reforma agrária. O MPA incorporou essa forma para demandar crédito e medidas para enfrentar a perda de lavouras pela seca e, ao longo de suas atividades, incluiu outros sujeitos (pequenos proprietários com terra), outras maneiras de fazer demandas (como “ferramentaços” e greves de fome), transformando parcialmente o que significava ser um movimento social rural.

De maneira semelhante, ser um movimento feminista passava pela denúncia da opressão às mulheres e às estruturas do patriarcado, pela articulação de coletivos e pela participação em reuniões e encontros feministas. A associação do conceito de gênero trouxe inovações às maneiras feministas de compreender e propor a superação de opressões. Recentemente, os “modos de compilar” das feministas incluem a criação de coletivos diversos que agregam à identidade como mulheres outros pertencimentos, outras noções oriundas de experiências que renovaram o entendimento do termo “mulher” tanto quanto os conceitos pelos quais é possível se compreender a opressão de gênero, associando-a a outras formas de opressão, em especial ao racismo, como faz o conceito de interseccionalidade, aportado por negras feministas (CRENSHAW, 2002; GONZALEZ, 1982).

Para terminar com um exemplo transnacional: se ao final da década de 1990 os protestos que questionavam a liberalização do comércio internacional foram a face mais visível de mobilizações globais, logo em seguida adicionou-se a busca de alternativas em grandes encontros como os Fóruns Sociais Mundiais, mas, recentemente, as novas expressões de desconforto com a política local e com os mercados globais foram expressas nos *Occupy* que se espalharam por cidades de diversos países simultaneamente. Cada uma dessas práticas

incorporou e traduziu maneiras de agir compartilhadas com acampamentos, ocupações de espaços públicos, atividades de formação, assembleias descentralizadas, reconfigurando constantemente uma linguagem de interação com a sociedade (e por vezes com Estados).⁴²

Ter uma ferramenta analítica que ajude a identificar os “modos de reunir coisas” que são, contingencialmente, criadas e carregadas a outros lugares – podendo ser, então, transformadas – contribui para não as naturalizar, para não as tratar como dadas, como exemplaridades – como aquilo que, após ter sido identificado por pesquisadoras e pesquisadores ou por ativistas, se torna a “maneira correta” de agir e que, ao ser transformada constantemente, desafia o entendimento – uma preocupação compartilhada por Rosa (2015b) e por Alvarez (2014b). É isso que, entendo, podem fazer os “modos de compilar”: facilitar a percepção das maneiras como actantes agregam elementos, disputando, traduzindo e reinventando sua ação política.

É possível aproximar essas questões aos repertórios de ação coletiva, uma das mais importantes categorias de análise da ação contenciosa, mas não as igualar. Repertórios dizem de formas de tornar demandas públicas demandas, de expressá-las. Nas transformações pelas quais o conceito passou, foram se incorporando elementos de performance, segundo indica Alonso (2012) em síntese da formulação e das transformações desse conceito na obra de Charles Tilly:

Tilly partiu, em 1976, de uma noção de repertório como formas de ação reiteradas em diferentes tipos de conflito; abordagem estruturalista e racionalista, concentrada na ligação entre interesse e ação e privilegiando atores singulares. Trinta anos depois, o conceito se apresenta relacional e interacionista, privilegia a experiência das pessoas em interações conflituosas, e o uso e a interpretação dos scripts em performances, a nova unidade mínima do repertório. A adição de performance e o olho nas interações foi seu modo de adensar a agency e mitigar o estruturalismo de origem. (Alonso, 2012).

Ainda assim, trata-se de um olhar que entende que grupos pré-estabelecidos adotam formas também pré-estabelecidas, mesmo que possam, por vezes, transformá-las.⁴³ As formas movimento e acampamento, em meu entendimento, sob outras bases teóricas, já caminhavam

⁴² Agradeço a Sonia Alvarez, Claudia de Lima Costa, Laura Martello, Íris do Carmo e Cristina Wolffê pelos comentários a versão anterior desse texto, durante o período de doutorado sanduíche no CLACS/Umass-Amherst, que levaram a essas reflexões. Erros e confusões são de minha responsabilidade.

⁴³ Em releitura recente dessa categoria, na qual propõem empregar os repertórios de ação não apenas para a leitura de práticas contenciosas, mas para observar “relações que envolvem também dinâmicas colaborativas entre atores no Estado e na sociedade”, Abers, Serafim e Tatagiba (2014) destacam a capacidade de modificação dos repertórios “experimentando e combinando diferentes práticas em novas formas de organizar, mobilizar apoio e expressar demandas.” (p.327)

para uma leitura de que aquelas formas sociais são o que conforma os grupos, mais do que decisões estratégicas sobre como agir. Os modos de compilar, por sua vez, falam de maneiras encontradas pelos actantes para colocar elementos heterogêneos em relação: de como, por quais meios, elementos são articulados.

Quando o que se procura são expressões públicas dos conflitos, e não se as encontram, pode-se concluir que não há nada ali. Porém, quando o conflito é estudado por meio das controvérsias, são as formulações sobre disputas que indicam a existência de situações contenciosas, de modo que formas que expressem tais conflitos de maneiras não tão visíveis, ou que não são aquelas já esperadas pelos pesquisadores, têm mais chance de emergir.

Performances e formas de agir são, assim como dinâmicas que os singularizam, parte da descrição dos modos de compilar, mas entendo esse como um conceito diferente dos anteriores na medida em que se trata de categoria analítica que tem como foco compreender de que maneira os grupos chegaram àquelas práticas e como, ao colocá-las em marcha, eles acabam conferindo-lhes nova existências – no processo de agenciamento que mencionávamos acima, não sendo possível desvincular o que fazem e como fazem, daquilo que os grupos, afinal, são; inclusive quando se transformam. Como descreverei a seguir, os modos de compilar permitem aos atores/as estabelecer formas mais ou menos estáveis de produzir associações com outros atores/as, que se relacionam segundo padrões de interação perpassados pelas ideias, conceitos e temas que os orientam. Aqui, importa menos o que fazem e mais o modo como atuam para reunir os elementos que permitem a ação. Esses elementos não podem ser entendidos senão em relação uns com os outros. Não é possível separar actantes, temas e processos, porque são performativos e se produzem mutuamente.

Assim, a escolha de uma ou outra maneira de agir não é uma decisão estratégica ou tática simplesmente, mas carrega consigo um conjunto de sentidos sobre o que aquele grupo faz, como se apresenta, que disputas prioriza, com quem se alia, de quem se afasta. Preocupa-se, portanto, com as afirmações que são feitas por meio dos atos, ao tempo em que busca entender como essa linguagem permite (ou restringe) a interação com os interlocutores, que tipo de legitimidade ela demanda e reforça. Nos casos aqui estudados, em meio às inúmeras experiências de articular elementos heterogêneos, identifiquei, no interior das controvérsias em que se engaja cada grupo, alguns “modos de compilar” que foram adotados e transformados, ou construídos, pelo MPA e pela Contag.

Como proposta de operacionalização desse conceito, busco, a partir das descrições dos elementos heterogêneos que são compilados (reunidos, relacionados), identificar, em cada uma delas, elementos como:

- Os e as actantes reunidos;
- Modos socialmente aceitos de apresentar demandas;
- linguagens e códigos presentes;
- Performances, ou ações e modo de se organizar, que os compõem – aqui nos aproximamos dos repertórios;
- Dinâmicas de interação entre os atores/as envolvidos - aqui, nos aproximamos de padrões de ação como o padrão bumerangue de Keck e Sikkink (1998).

Esses elementos são descritos sempre e quando ajudam a entender os modos como elementos heterogêneos são agregados, aproximados, articulados. Voltarei a eles ao longo dos capítulos a seguir, nos quais busco identificar os modos de compilar presentes nas controvérsias que compõem a transnacionalização da Contag – nos Capítulos 3 e 4 – e do MPA – nos Capítulos 5 e 6.

CAPÍTULO 3 – OS “MODOS SINDICAIS” DE CONSTRUIR CONEXÕES INTERNACIONAIS NA EXPERIÊNCIA DA CONTAG

Ao analisar os laços transnacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) a partir das controvérsias nas quais se engajou, suas conexões com o sindicalismo internacional se mostraram relevantes desde os primeiros anos de funcionamento, na década de 1960. Ao longo das décadas, essas articulações foram sendo reformuladas e atualizadas, de forma que se mantêm importantes atualmente.

Neste capítulo, apresento os modos de compilar identificados nas controvérsias que, nas páginas anteriores, descrevi como *controvérsias do sindicalismo* e *controvérsias sobre condições de trabalho* (itens a e b do Quadro 2).

Sob as controvérsias do interior do sindicalismo, nas disputas sobre modelo de sociedade e de atuação sindical, foi possível identificar dois modos de compilar. No primeiro, por meio do qual a Contag deu início a suas articulações transnacionais, a maneira encontrada para se engajar em questões transacionais passou pela articulação com organizações sindicais internacionais, sob a linguagem da solidariedade. Quase 30 anos depois, já nos anos 1990, sob um novo cenário político e social, esse modo de compilar permanecia produzindo efeitos sobre a atuação da Contag, mas havia sido transformado, sobretudo pela existência de um projeto próprio de inserção transnacional, formulado pela Contag, e que contribuiu – ao lado das mudanças externas - para redirecionar as dinâmicas e performances produzidas pelas associações engendradas nesse modo de compilar. Este é, parece-me, o modo de compilar mais clássico do sindicalismo, no qual organizações sindicais internacionais têm um papel proeminente.

Mas, já nas primeiras décadas de funcionamento, a Contag estabeleceu ainda outra maneira de articular questões internacionais, tendo recorrido a normas internacionais para disputas nacionais nas disputas sobre a liberdade sindical. Trato este, portanto, como seu segundo modo de compilar.

Por fim, um quarto e último modo de compilar foi identificado nesse capítulo, dentro das *controvérsias sobre condições de trabalho*, nas quais a confederação brasileira estabeleceu parcerias com a Organização Internacional do Trabalho para agir no combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil. Por meio dessas parcerias, a Contag encontrou

maneiras de estabelecer pressão sobre o Estado nacional e de traduzir debates internacionais para federações e sindicatos rurais.

Este Capítulo, então, está organizado em torno da apresentação dessas duas controvérsias e dos modos de compilar nelas identificados. A rigor, todas as articulações da Contag poderiam ser consideradas sindicais, posto que se trata de uma confederação sindical, mas optei por dividir a análise em dois capítulos, tratando no primeiro de questões se referem especificamente à relação com outras organizações sindicais ou com pautas sindicais, possibilitadas por sua configuração como uma organização sindical ou diretamente enquadradas como questões de trabalho. Trato, portanto, nesse Capítulo 3, de questões sindicais mais clássicas, apontando como a Contag as mobilizou e transformou. No Capítulo 4, nos debates sobre agricultura familiar, entendo tratar de temas e articulações mais amplos, marcados pela eclosão do “novo sindicalismo”, que têm impacto sobre todas as articulações da confederação brasileira – como veremos ainda neste capítulo – mas que ali acaba por engendrar novas articulações transnacionais.

Argumento, com base nas controvérsias e conexões descritas nesse capítulo, que as articulações transnacionais sindicais da Contag, que foram as primeiras estabelecidas pela Confederação brasileira, vêm sendo transformadas e seguem relevantes para a transnacionalização da Confederação. Essa constatação ganha relevância analítica se tivermos em conta que organizações de trabalhadores não estão entre as mais estudadas quando se trata da ação transnacional contemporânea (ARMBRUSTER-SANDOVAL, 2003; EVANS, 2015). Dada a multiplicação de ONGs, redes e outras formas de articulação mais fluidas, boa parte da literatura que analisa fenômenos transnacionais vem dedicando consideravelmente menos atenção aos coletivos sindicais. O sindicalismo acabou, nas décadas recentes, relegado ao lugar de “velho movimento”, enquanto pesquisadores e pesquisadoras observavam com entusiasmo a emergência de atores/as organizados em torno de identidades não vinculadas ao trabalho.

O sindicalismo rural, especialmente, jamais se tornou um dos objetos centrais da literatura sobre transnacionalismo. As leituras sobre transnacionalização seguem o padrão da área ao focar, sobretudo, experiências urbanas, segundo Borras Jr e Edelman (2016), que apontam como exceção o trabalho de von Bülow (2014). E, quando enfocam grupos rurais contemporâneos, como fazem esses mesmos autores, em geral referem-se à Via Campesina ou, com perfil político de grandes proprietários, à extinta Federação Internacional de produtores Agrícolas (IFAP, na sigla em inglês).

As literaturas sobre sindicalismo e movimentos sociais vêm aproximando-se por diversos caminhos. A teoria sobre o sindicalismo, mantendo a característica normativa (por meio da qual busca, com suas formulações, contribuir com o funcionamento sindical), bem como analítica, formulou o “sindicalismo de movimento social” simultaneamente como proposta de renovação das práticas sindicais e ferramenta analítica que incorpora categorias das teorias sobre ação coletiva – sobretudo norte-americanas – em estudos sindicais (FANTASIA; STEPAN-NORRIS, 2004; GALVÃO, 2014a; SCIPES, 2014; WATERMAN et al., 2012). Isso é facilitado pelo fato de as teorias contemporâneas sobre ação coletiva, e também as sobre sociedade civil, não distinguirem, a priori, se os atores/as que agem coletivamente são sindicais ou movimentistas, o que é interessante para um olhar geral, mas tem, em minha opinião, criado alguns problemas para que se perceba as transformações na ação sindical. Sua presença, ainda que constante, acaba sendo diluída em meio a coletivos que, por inovadores, receberam mais atenção de pesquisadores, de forma que as peculiaridades da ação sindical nesses processos vêm recebendo pouca atenção.

A pesquisa de campo indicou, com bastante ênfase, que os “modos sindicais” de reunir coisas transnacionalmente foram e ainda são importantes para a construção de articulações internacionais pela Contag, não podendo, portanto, ser deixados de lado na análise sobre a Confederação brasileira. Ao partir da leitura das associações estabelecidas pela Contag e ter, entre elas, identificado a relevância das articulações sindicais, este capítulo e o próximo visam a contribuir, portanto, com o entendimento da transnacionalização do sindicalismo rural contemporâneo.

3.1 Trabalhadores rurais do mundo, uni-vos: solidariedade internacional e disputas sindicais

A construção dos sindicatos rurais no Brasil, como vimos na Introdução, fez parte das estratégias de transformação da sociedade de partidos e organizações que compuseram o sindicalismo rural brasileiro desde suas origens: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), a Ação Popular (AP) e os setores da igreja católica (GUIMARÃES, 2006a; MEDEIROS, 1989; PAULA; SOARES, 2006; RICCI, 1999). Cada um desses setores mantinha articulações internacionais, seja por meio das ideias que defendiam, seja por meio de articulações com aliados estrangeiros.

Os laços internacionais mais visíveis no momento imediatamente posterior à criação da Contag, e que pudemos identificar por meio de entrevistas, anais de congressos e materiais de arquivo, são aqueles que já vinham sendo construídos pelo PCB e pela União dos

Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). A Contag “herdou” os laços que a ULTAB estabeleceu com a União Internacional dos Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas, Florestais (UISTAF - o P, de Plantações, foi incluído posteriormente), um departamento da Federação Sindical Mundial, a vertente do internacionalismo dos trabalhadores⁴⁴ ligada à União Soviética (WELCH, 2010, p. 226).

Lyndolpho Silva, primeiro presidente da Contag, havia sido diretor da ULTAB a partir de 1954 e foi eleito seu presidente em 1959. Na condição de dirigente sindical e membro do PCB, em 1958 participou da delegação latino-americana na II Conferência Mundial de Trabalhadores Agrícolas e Florestais, na Romênia e, em seguida, de visita à URSS a convite dos Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas do país (“Maior Unidade Mundial dos Trabalhadores Agrícolas - Entrevista de Lindolfo Silva secretário da Utab”, 1958). A partir dessas relações, Silva manteve contatos com dirigentes sindicais da América Latina e da Europa e ocupou cargos na UISTAF – mas não foi o único brasileiro nessas articulações, tendo sido sucedido por José Bustos e De Pedro Renaux Duarte, que era das Ligas Camponesas (“‘Mãe das Ligas Camponesas ainda existe’ - Entrevista de Pedro Renaux”, 1962).

Algumas das correspondências mantidas no arquivo de Lyndolpho Silva, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, indicam a prática de troca de convites para participação de sindicalistas em congressos nacionais e, mesmo quando a presença não era possível, o intercâmbio de mensagens entre as organizações sindicais, nas quais, inclusive, discutiam oportunidades e dificuldades para a implementação de ações planejadas – evidenciando que, além de projetos políticos, ideias, conceitos e, por vezes, recursos, já havia ali algum nível de influências sobre as ações locais (DUARTE, 1959).

Destaco essas conexões porque elas foram carregadas pelos militantes do PCB quando se tornaram dirigentes da Contag. A troca de cartas e as visitas mantiveram-se durante as décadas seguintes, sendo registradas nos anais dos Congressos Nacionais de Trabalhadores Rurais (CNTRs). A título de exemplo, em seu 2º Congresso, a Contag recebeu uma mensagem da Central Sindical de Israel, Histadut (CONTAG, 1973). No 4º Congresso, em

⁴⁴ Desde o século 19, o internacionalismo foi tema dos debates entre liberais e entre socialistas. Os primeiros o relacionam às ideias de progresso e inevitável evolução social de escalas menores para maiores, em meio ao processo de construção dos Estados nacionais e da defesa do livre comércio entre os países. Entre os socialistas, o internacionalismo da classe trabalhadora permeou análises e ações de sindicatos, partidos e intelectuais marxistas e esteve relacionado à reação, necessariamente internacional, ao sistema econômico global capitalista, identificado como fonte de opressão (HOBSEBAWM, 1988).

1985, a direção do Comitê Central dos Sindicatos Soviéticos enviou sentimentos de solidariedade fraterna e afirmou que as decisões do CNTR contribuiriam “para a unidade dos trabalhadores e o desenvolvimento do processo de democratização da sociedade” (CONTAG, 1985, p. 276). Além das mensagens recebidas, sindicalistas internacionais presentes discursaram no encerramento do Congresso.

Esses registros permitem identificar relações com as três vertentes do sindicalismo internacional organizadas na segunda metade do século 20: socialistas da Federação Sindical Mundial (FSM)⁴⁵, próximos ao bloco soviético, social-democratas da Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL), próximos ao bloco capitalista predominante nos EUA e na Europa Ocidental⁴⁶ e dos democrata-cristãos da Confederação Mundial do Trabalho (CMT)⁴⁷ (RICARD, 2010).

Essa ampla gama de articulações só pode ser entendida se tivermos em conta as diferentes forças que compunham o sindicalismo rural brasileiro e suas conexões tanto com a geopolítica global como com a situação política brasileira do período autoritário (1964-85). A Contag precisou, literalmente, equilibrar-se entre todas essas fontes de disputas. Daí a minha leitura de que essas controvérsias no interior do sindicalismo eram, ao cabo, disputas sobre o modelo de sociedade a ser defendido, e que isso acabou se desdobrando em disputas sobre com quem se vincular internacionalmente. Em meio a essas disputas, a Contag foi construindo suas articulações transnacionais.

A elas, é necessário adicionar o fato de que os vínculos internacionais eram observados de perto pelo governo autoritário. No período em que esteve sob intervenção

⁴⁵ Desse campo, estiveram presentes Manoel Jorge Silva, do Congresso Permanente da União Sindical de Trabalhadores da América Latina (CPUSTAL), braço regional da Federação Sindical Mundial (FSM), e Bernardo Barrientos, do Comitê Exterior da Central Única de Trabalhadores de Chile. René Digne representou a já citada União Internacional dos Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura, Florestas e Plantações (UISTAFP – a sigla ali era UISTAB, traduzida do francês). Por fim, consta da lista de presença a representação da Federación del Campo de CC.OO – Espanha, ligada ao partido comunista da Espanha (CONTAG, 1985, p. 279). No 5º CNTR, a FSM escreve da sede em Cuba e marcam presença o Comitê Soviético e Cooperação e Solidariedade com os países da América Latina (URSS), a Central Operária Boliviana (Bolívia), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Floresta de San Carlos e Penalver (Cuba) (CONTAG, 1991).

⁴⁶ Do campo social-democrata, estiveram presentes a Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL), representada por Fernando Serrano, e seu braço no continente americano, a Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT). No 5º CNTR, a ALF-CIO, norte-americana, também saúda a Contag (CONTAG, 1991). A FITPAS (Federação Internacional de Trabalhadores Agrícolas e Similares) esteve presente no 5º e no 6º CNTRs. Houve, por fim, conexões com organizações da área agrícola do continente americano: o Comitê Executivo da Federação Camponesa Latino-Americana (FCL) e a Comissão Coordenadora de Organizações de Assalariados Agrícolas e Camponeses da América Latina e Caribe (CONTAG, 1985, p. 276).

⁴⁷ Em 1985 recebe mensagem da Confederação Mundial do Trabalho (CMT). Nesse Congresso houve, também, um telegrama do Papa João Paulo II (CONTAG, 1985).

(1964-1968) e, depois, até meados da década de 1980, quando permaneceu sob olhar atento do Ministério do Trabalho, os diversos segmentos políticos no interior da Confederação mantiveram conexões com grupos internacionais e, por vezes, valeram-se dessas conexões para equilibrar-se no delicado jogo político do período, no qual articulações políticas eram altamente vigiadas e as suspeitas da presença de ideias comunistas ou socialistas podiam gerar repressão violenta.⁴⁸

A principal tensão se dava entre o sindicalismo soviético, ao qual o PCB era próximo, e o sindicalismo do bloco capitalista, que pressionava por mais espaço entre os sindicatos brasileiros valendo-se de suas conexões com o governo brasileiro – a estratégia imperialista da central norte-americana, AFL-CIO, é bem conhecida (SCIPES, 2011; STEPAN-NORRIS; ZEITLIN, 2003).

Desde 1945, o bloco capitalista, encabeçado pelos Estados Unidos, buscava fomentar mudanças institucionais no Brasil. Na década de 1950, promoveram programas de intercâmbio e treinamento, de forma a aproximar sindicatos de suas visões e interesses. Após 1962, “os agentes norte-americanos aparentemente perderam a paciência e começaram os trabalhos de colaboração com os militares que derrubaram [João] Goulart em 1964” (WELCH, 2009, p.186). Apesar do bem-sucedido apoio ao golpe militar de 1964, os planos de fomentar o “sindicalismo autônomo” e combater o comunismo jamais surtiram o efeito planejado. Porém, no período da ditadura civil-militar no Brasil, a oferta de recursos e de formação aos sindicalismos manteve-se, como se depreende de entrevista de ex-presidente da Contag, Francisco Urbano, que era do grupo próximo ao PCB:

Urbano: Quando chega período do golpe houve pressão muito grande e uma verdadeira perseguição do entendimento com organizações internacionais. Veio a pressão americana pelo IADESIL [Instituto Americano de Desenvolvimento e Sindicalismo Livre].(...) A nossa confederação teve que fazer um acordo interno pra evitar nova intervenção. Mandou gente fazer os cursos que eles ofereciam no Instituto Cultural do Trabalho.

P: Como pressionavam?

Urbano: Pressionavam toda hora chamando, falando “Ah, vamos fazer isso”. Se você não vai, começa a mostrar resistência. E o Ministério do Trabalho tinha muito controle. Tinham informação de toda vida sindical. O presidente da Contag na época, Zé Francisco, foi muito habilidoso. Chamou todas as federações e disse: “não vamos poder recusar.” Se a gente não

⁴⁸ Entrevista concedida por Francisco Urbano, que foi presidente da Federação da Paraíba e acompanhou o MSTTR desde os anos 1960 sendo politicamente próximo ao PCB e, mais tarde, filiado ao PSDB. Trabalhou no governo Federal e, desde 2016, atua na ENFOC/Contag.

fizesse, tinha federações que elas mesmo denunciavam, diziam que a Contag estava procurando a esquerda. Mas o pessoal ligado ao Partido Comunista também procurava, a outra, ligada à Igreja, também procurava. Tinha que fazer, conversa aqui, receber todo mundo, e ir jogando a bola pra frente, nada de filiação formal a ninguém.

A referência de Urbano à “nova intervenção” trata do período, entre 1964 e 1968, quando, após o afastamento do então presidente Lyndolpho Silva, a coordenação da Contag foi colocada a cargo de um interventor nomeado pelo governo Federal. Em 1966 elege-se uma liderança rural ligada aos círculos operários, conservadores, e em 1968 um candidato independente retorna à presidência (CONTAG, 2003).

A estratégia da Contag para evitar que as articulações internacionais gerassem desconfiança foi a de manter relações com as três vertentes do sindicalismo internacional. Porém, se essa estratégia contribuiu para a tranquilidade doméstica, ela teve consequências inesperadas externamente, pois a Contag acabou sendo vista, por muitas organizações do campo da esquerda no exterior, como um grupo demasiadamente próximo ao sindicalismo norte-americano e ao regime militar.⁴⁹

Ainda de acordo com Urbano, também contribuíram para tal situação disputas que aconteciam no Brasil sobre as práticas do sindicalismo. Desde a década de 1970, bispos ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT), alguns deles estrangeiros, estabeleceram conexões internacionais para denúncias e angariaram recursos para apoiar disputas por direitos de trabalhadores rurais e pequenos proprietários, por vezes, questionando práticas sindicais. Na década seguinte, houve disputas também com o bloco que se constituiu em torno da CUT, central sindical que rapidamente estabeleceu conexões internacionais e no interior da qual a oposição sindical rural se organizou (FAVARETO, 2006; PICOLOTTO, 2007).

Já no período de redemocratização, a Contag esforçou-se para recompor laços internacionais – e, sobretudo, relações de confiança – que haviam estremecido durante a Ditadura. Ainda segundo Urbano: “Fizemos todo um trabalho pra ir reconstruindo aos poucos, dar maior atenção com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), porque lá encontrávamos com esse pessoal, entregávamos denúncias contra o governo, para entenderem que não era bem assim como estavam dizendo”.⁵⁰ A filiação à CUT, anos depois, contribuiu para reforçar a orientação política de esquerda da Contag. Aqui, nota-se um processo

⁴⁹Essa estratégia é análoga à adotada em âmbito nacional e que buscava meios de, sob a ditadura, equilibrar o enfrentamento dos problemas e a manutenção da confederação.

⁵⁰ Entrevista concedida por Francisco Urbano.

interessante no qual a participação em atividades de uma agência internacional do sistema ONU ganha, entre outros sentidos, o de dar visibilidade às posições políticas da Contag, em meio a disputas sobre o perfil de sua ação com impactos domésticos e internacionais.

Resistindo à ditadura: conexões de sindicalistas exilados

Além das conexões institucionais, os sindicalistas exilados também cumpriram papel na construção de articulações internacionais da Contag.⁵¹ Manoel da Conceição, fundador de diversos sindicatos no Nordeste, esteve exilado em Paris⁵², de onde saudou o 3º CNTR (CONTAG, 1979). De Genebra, chegou carta do Grupo de Apoio Oposição Sindical Brasileira na Suíça. Com esses dois casos, que certamente não dão conta de todas as relações estabelecidas no período, quero ressaltar que desde o exílio de alguns militantes forneceram novas conexões transnacionais para a Contag. E elas não se esvaíram com o fim da ditadura. Em 1991, registra-se manifestação do Comitê de Solidariedade França-Brasil, agora ao lado do Comitê de Apoio aos Advogados Brasileiros que Trabalham no Meio Rural (CONTAG, 1979, 1991).

Já mencionado, o então presidente da Contag, Lyndolpho Silva, entrou na clandestinidade em 1964 e viveu até 1973 exilado em Praga, onde foi um dos três secretários da União Internacional dos Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura, Florestas e Plantações (UISTAFP). Lá, foi responsável pelo trabalho de articulação sindical na América Latina e representou a UISTAFP na Organização Internacional do Trabalho (OIT), tendo participado da Conferência da OIT em 1976. A figura e o trabalho de Lindolpho Silva fortaleceram laços entre a Contag e a União Internacional – que enviou representante ao Congresso da Contag em 1985, e aproximaram o sindicalismo brasileiro ao universo da OIT (CPDA, [s.d.]) – voltaremos às conexões da Contag com a OIT adiante, mas aqui é relevante registrá-las.

Em síntese, até aqui vêm sendo descritas as controvérsias do interior do sindicalismo que valeram à Contag suas primeiras articulações transnacionais. Nas ferrenhas disputas sobre modelo de sociedade e modelo de ação sindical, foi por meio da articulação com organizações sindicais internacionais que a Contag estabeleceu laços com atores/as e temas provenientes de

⁵¹ Processo semelhante já foi identificado no sindicalismo urbano (VON BÜLOW, 2014).

⁵² Manoel foi exilado em Paris. Em 2012 recebeu prêmio Dom Helder Câmara (JÚNIOR, 2010).

outros países, que se refletiram em disputas no interior do sindicalismo sobre com quem se aproximar e em quais condições. Nessas disputas, um conjunto de temas e instituições foi reunido. Entendo terem sido as conexões com as diversas organizações sindicais e as articulações daí decorrentes, sempre sob a linguagem da solidariedade internacionalista entre trabalhadores, então, o modo de compilar, a maneira de articular elementos heterogêneos que marcou a inserção nessa controvérsia.

Em termos das dinâmicas que são identificadas no interior desse modo de compilar, tiveram evidência na pesquisa aquelas de apoio político e econômico e de troca de informações. As performances, ou ações, que caracterizam esse modo de reunir coisas passam pela participação em atividades sindicais tais como reuniões, conferências, assembleias, por visitas entre sindicalistas, pela participação em encontros e pelo intercâmbio de cartas, mas também pelo planejamento conjunto de ações a serem desenvolvidas localmente e pelo apoio a sindicalistas exilados.

Por fim, é notável que a linguagem que estrutura as interações seja a da solidariedade: as conexões com sindicatos e organizações sindicais internacionais foram, nesse primeiro período, apresentadas e justificadas sob o discurso da solidariedade internacional entre trabalhadores. Nas correspondências entre sindicatos, desde a década de 1960 e durante os congressos das décadas de 1980 e 1990, falava-se na solidariedade e na posição de classe que os levava a experiências, interesses e problemas similares que precisavam ser enfrentados de forma coletiva. Daí a importância da troca de experiências.

Sob o discurso da solidariedade sindical, porém, encontravam-se ferrenhas disputas sobre com quem construir laços, sob quais objetivos e em função de quais projetos políticos. Essas disputas não são um desvio, sendo melhor entendidas como constitutivas da prática da Contag (e do sindicalismo em geral). Se, nas primeiras décadas, a solidariedade ganhava materialidade por meio da circulação de ideias e da oferta de recursos financeiros e oportunidades de formação, mais recentemente as ações de cooperação e intercâmbio foram se tornando mais frequentes, como veremos adiante.

Não há dúvidas que a Contag foi capaz de estabelecer conexões transnacionais desde os primeiros anos de funcionamento, mas a descrição também deixa evidente que se tratavam de interações frequentes, porém pontuais, por meio de viagens, correspondências e, em menor medida, da construção de estruturas e promoção de atividades com recursos internacionais. A organização brasileira não formulava os termos em que se davam as interações, mas por meio

de suas conexões sindicais encontrou aliados, teve contato com ideias e teorias sobre a sociedade e sobre a ação sindical.

Liberdade sindical: transnacional como recurso

Final da década de 1970. O Brasil ainda vivia sob a ditadura militar, mas o regime mostrava sinais de fraqueza e as mobilizações populares lentamente cresciam. O “novo sindicalismo” começava a se estruturar no Brasil, propondo que as estruturas sindicais adotassem práticas de maior pressão. No caso do sindicalismo rural, isso significava superar aquilo que Novaes (1991) denominou “sindicalismo prudente”, que pressionava sem romper as regras estabelecidas, por exemplo, realizando greves dentro das normas vigentes, na conjuntura de repressão e vigilância que caracterizou o período militar. Com os ares de mudança que se colocaram no final dos anos 1970, no III Congresso da Contag, em 1979, aprovou-se a defesa da liberdade e autonomia sindicais (MEDEIROS, 2014, p. 253).

A Contag demandava a reformulação do modelo sindical no país e propunha desatrelar a legislação

dos princípios fascistas contidos no título V da atual CLT, em busca da plena autonomia e liberdade sindical, permitindo que os trabalhadores, única e exclusivamente, estabeleçam as normas de funcionamento de suas entidades sindicais, mediante a alteração do artigo 166 da Constituição Federal e da ratificação da convenção nº 87, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) [...] (CONTAG, 1979, p. 9-10).

Datada de 1948, a Convenção de número 87 é considerada a mais relevante da OIT e jamais foi ratificada pelo Brasil. Isso porque ela diverge da normatização sindical brasileira. Aqui, desde a Constituição de 1946, os sindicatos exercem funções delegadas pelo poder público, o que está em franco desacordo com a ideia de liberdade presente na Convenção. As constituições seguintes não alteraram essa situação. Pelo contrário, a carta de 1967 explicita a arrecadação de contribuições para custeio das atividades sindicais e a de 1988, além de manter contribuições compulsórias ao sistema sindical, reafirma a unicidade sindical, isto é, a existência de um único sindicato por categoria, em cada base territorial. (DIAP, [s.d.]).

Ao solicitar sua ratificação, a Contag buscava o direito de constituir sindicatos sem autorização prévia, liberdade de afiliação, criação dos estatutos, administração e, por fim, o

direito de filiação a federações e confederações de trabalhadores, inclusive internacionais. A assinatura da Convenção, pelo Brasil, facilitaria a conquista desses direitos. A Contag deixou de defender a ratificação da Convenção nº 87 poucos anos depois⁵³, mas para a presente narrativa, o importante é identificar que essa controvérsia expressa que a existência de conexões entre a Contag e a OIT foi se consolidando por meio dessa disputa.

Na *controvérsia sobre a liberdade sindical*, então, os sindicalistas rurais brasileiros usaram uma convenção internacional como recurso para disputas nacionais na qual se envolviam. Essa foi, portanto, a base do modo de compilar, isto é, a maneira como se tornou possível articular normas internacionais a uma disputa nacional.

Essas dinâmicas não se expressam em campanhas ou protestos; trata-se de debates, disputas sobre normas que não ganham expressão em ações e, que, por isso, não seriam facilmente identificadas como sinais de transnacionalização caso a definição desse processo partisse daí. Porém, ela ganha visibilidade a partir da definição de transnacionalização mais preocupada com enquadramentos discursivos oriundos dos engajamentos com atores/as de outros países, aqui empregada com base em Alvarez (2000, p.3), emergindo também de uma disputa, de uma controvérsia sobre normas e regulações nacionais.

A descrição dessa controvérsia deixa evidente a dinâmica de recorrer a uma norma internacional em momento no qual as negociações com o governo nacional eram difíceis e, por meio dela, articular-se discursivamente com uma organização internacional, cuja relevância e prestígio conferem força ao argumento em questão. Essa dinâmica da “transnacionalização como recurso” pode ser representada da seguinte maneira:

⁵³ A postura da Contag em relação à Convenção nº 87 muda entre 1979 e 1985. No 4º CNTR, em 1985, ganha força a defesa da unicidade sindical, isto é, a existência de um único sindicato, por categoria, por área territorial, o que acaba resultando na defesa da não ratificação da Convenção nº 87, considerada incompatível com a unicidade sindical. O argumento da Contag era que a divisão em diversos sindicatos enfraqueceria as organizações e as demandas de trabalhadoras e trabalhadores. Tal posicionamento precisa ser entendido no contexto da emergência de novos atores representativos dos trabalhadores rurais no Brasil (MEDEIROS, 2014, p. 254). A solução encontrada, naquele momento, foi a defesa dos “aspectos positivos” da convenção – relativos às liberdades de criação e manutenção dos sindicatos (CONTAG, 1985, p. 36–37). A pluralidade sindical, no texto da OIT, não figura como regra mas, ao reafirmar a liberdade de criação de sindicatos, não poderia haver óbice à existência de mais de uma organização por categoria ou base territorial. O tema da unicidade tem permeado os debates desde então. Esteve no cerne das divergências entre a CUT e a Contag pelo fato de a CUT ter aceito a filiação de federações de agricultores familiares, tendo sido esse um dos argumentos no debate da desfiliação em 2009 (MEDEIROS, 2014; PICOLOTTO, 2011).

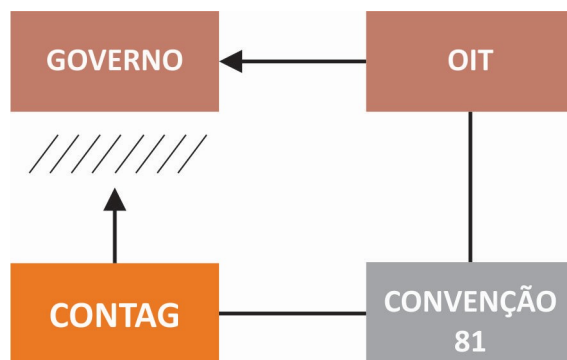


Figura 2 - Dinâmica de interação da Contag com a OIT na década de 1970: conexões com normas internacionais como recurso para disputa doméstica

Fonte: Elaboração própria

Na figura, a Contag é representada em laranja, outros atores institucionais, em marrom e a convenção, como texto e objeto, aparece em cinza. Eles podem ser agregados na mesma rede dado o princípio da simetria, que sugere não diferenciar atores a priori, entendendo que as redes são justamente formadas por elementos heterogêneos.

A existência da organização intergovernamental à qual um grupo de origem nacional recorre aproxima-se do que Tarrow (2005) nomeia como internacionalismo complexo, capaz de “canalizar resistência à globalização, oferecer um ponto focal para ela e prover [estruturas de] oportunidades para a formação de movimentos e coalizões transnacionais” (TARROW, 2005, p.8). Se essa narrativa converge com aquela leitura no sentido de identificar a existência de uma organização internacional como elemento relevante para o estabelecimento de laços transnacionais por um grupo nacional, entendo trazer dois elementos que divergem daquele autor. A transnacionalização não ocorre por causa da organização internacional, mas porque ela aporta, por meio da Convenção, argumentos para um debate que interessa à Contag.

Em que pese a relevância da existência da organização intergovernamental e das regras por ela estabelecidas, o que faz com que ela seja ativada pela Contag não é simplesmente sua existência, mas a possibilidade desta ser usada como recurso em uma disputa que interessa à organização nacional em questão. Em outros termos, não foi exatamente a existência da OIT que abriu uma “estrutura de oportunidades” que, por sua vez, abriu caminho para a transnacionalização, mas a existência de uma disputa para a qual a Contag encontra recurso, argumento, para validar a sua própria posição. Parece-me, portanto, necessário deslocar de um eixo do externo – a oportunidade política – para o interno – as controvérsias nas quais a Contag se envolveu e em meio às quais buscava elementos capazes de fortalecer ou referendar seu argumento.

Disso decorre que não está em questão uma “resistência à globalização”, porque não se trata de resistência ou de oposição às normas da OIT, mas de trazê-las para a compilação de forma a fortalecer o posicionamento da Contag. Além disso, no final da década de 1970, aquilo que foi denominado globalização neoliberal ainda não estava claramente colocado. Temporalmente, a ação da Contag evidencia que pelo menos duas décadas antes já havia grupos originários de países não centrais valendo-se de normas de organizações transnacionais como recurso para os próprios debates nacionais. Isso fala da temporalidade da construção de laços transnacionais pelas organizações rurais latino-americanas e desloca da década de 1990 a origem desses processos, reforçando, a partir da experiência de uma organização sindical rural brasileira, a percepção que já se encontra nos estudos sobre movimentos agrários transnacionais (BORRAS; EDELMAN; KAY, 2008a).

Prefiro, então, entender a relevância da organização internacional nesse processo no sentido de que, com sua existência, ela conforma o tecido daquilo que denominamos “o transnacional”, essa escala que reúne atores/as nacionais e, por isso, costuma ser narrada como uma escala “acima” da nacional. Quando se articulam com as normas propostas por essa organização, atores/as nacionais estão ampliando suas conexões e contribuindo pra referendar as organizações internacionais como relevantes para disputas políticas contemporâneas.

Nos itens anteriores, duas referências à OIT já indicavam a antiguidade das conexões da Contag com a agência especializada em trabalho da Organização das Nações Unidas. A relevância desses laços pode ser percebida quando o ex-presidente Francisco Urbano menciona a OIT como espaço para apresentar publicamente os posicionamentos políticos da Contag, em meio a disputas sobre o sentido de sua ação com impactos domésticos e internacionais. A outra referência vem da atuação do primeiro presidente da Contag, Lyndolpho Silva, quando exilado. De fato, quando há uma disputa envolvida, o conteúdo dessa relação pode ser percebido com maior transparência.

Síntese das primeiras compilações sindicais

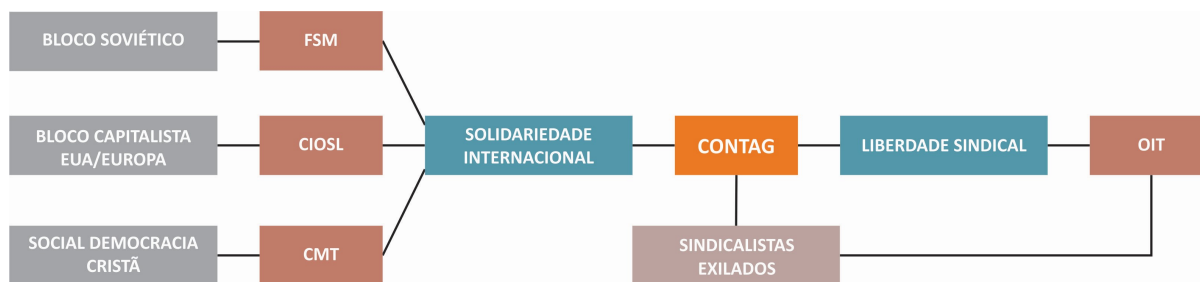


Figura 3 – Síntese das associações transnacionais da Contag com temas e atores sindicais nas primeiras controvérsias internacionais nas quais se envolveu (décadas de 1960 e 1970)

Fonte: elaboração própria

A Figura 3 sintetiza os principais elementos associados pela Contag no seio das *controvérsias sindicais*, entre as décadas de 1960 e 1980. Sob a linguagem da solidariedade internacional, a Contag aliou-se a organizações sindicais internacionais e de outros países. Ao destacar alguns dos elementos que essa Confederação compilou nas primeiras disputas transnacionais nas quais se engajou (e que puderam ser reunidos por meio da pesquisa), enfatiza-se a presença de actantes heterogêneos, inseridos na rede de forma simétrica, isto é, sem que sua figuração defina o lugar que ocupam na rede ou a possibilidade de estabelecimento das conexões.

Estabelecida a rede simetricamente, foram usadas cores indicando as figurações dos elementos que compõem: a Contag (representada em laranja), ganha destaque porque foi a partir das suas articulações que as conexões foram estruturadas na presente narrativa. As questões (temas/ideias/conceitos) por meio das quais a confederação rural brasileira estabeleceu relações com coletivos internacionais são representadas em azul e outras instituições estão em marrom, independentemente do perfil institucional. Por fim, em cinza, estão as conexões que dão sentido a cada uma das três organizações sindicais mencionadas, isto é, em branco, actantes individuais.

Na representação gráfica, fica evidente a centralidade dos temas (*issues*) para a composição da rede, para o estabelecimento de relações. Nessa leitura, simétrica, o que se discute e disputa é parte da rede: sem eles, não há compilações.

Enquanto a identificação da controvérsia passa pela identificação dos actantes que estão sendo associados, a ferramenta do modo de compilar leva-nos a buscar compreender como os laços foram estabelecidos. No caso das controvérsias no interior do sindicalismo, isso passou pela aproximação a organizações sindicais internacionais sob a linguagem da

solidariedade. A afiliação a uma ou outra tornou-se, assim, uma questão central: uma controvérsia que, como vimos, teve consequências tanto para a imagem interna da confederação como para sua imagem externa. Nesse “modo sindical” de construir laços transnacionais, as organizações cumpriam papel fundamental: em torno delas se sedimentava a vinculação com um ou outro projeto político. A afiliação a uma ou outra tornou-se, nesse contexto, uma controvérsia em si. Nessas articulações circularam concepções políticas tanto quanto recursos financeiros, obtidos sob o signo da solidariedade e das disputas por influência e poder. As ações que caracterizaram esse “modo de compilar” eram a presença em congressos, os intercâmbios por meio de visitas e correspondências, além da realização de atividades locais viabilizada pelos recursos de origem externa, obtidos via articulações com organizações sindicais de outros países. Além disso, já nesse primeiro momento, a Contag incluiu nas suas compilações o recurso a uma organização internacional, a OIT, quando buscava fortalecer sua demanda por liberdade sindical, na década de 1970.

Nos itens a seguir, tratarei justamente de como essas primeiras controvérsias sofreram mudanças ao longo do tempo e como, no final da década de 1990, novos elementos estavam sendo reunidos.

3.2 Reformulando as conexões com o sindicalismo internacional: as práticas contemporâneas

Das controvérsias sobre o projeto político da Contag, novos sentidos para a ação transnacional

A década de 1990 foi um período de intensas disputas no interior da Contag, que levaram à reformulação de sua plataforma política, sintetizada no Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS, ao qual posteriormente se adicionou mais um S, de Solidário). Essas disputas sobre os rumos do sindicalismo estiveram relacionadas à emergência de novos atores/as na sociedade brasileira, em processos conectados às transformações no cenário político nacional com a redemocratização do Brasil. As contínuas transformações tecnológicas e comerciais na agricultura, ao lado das mudanças no cenário político internacional, impactavam a vida dos trabalhadores e traziam tensões e questionamentos para as práticas sindicais (MEDEIROS, 2014).

Porém, em que pese a relevância das transformações externas, seria difícil entender as mudanças na inserção transnacional da Contag a partir desse período sem relacioná-las às disputas internas que ali ocorriam e que desaguaram em processos de transformação institucional. Isso porque foi em meio a essas disputas que a Contag realizou seus primeiros debates sistemáticos sobre relações internacionais e criou uma estrutura para a área. Mais uma vez, aqui, as controvérsias – agora sobre o projeto político da Confederação – permitem encontrar traços que nos ajudam a recompor o processo de inserção internacional.

Em síntese, foi a partir do PADRS que a Contag começou a formular um projeto próprio para sua interação com temas e atores de outros países e do sistema internacional: a partir dele, as conexões transnacionais passaram a ser lidas justificadas não apenas em função da solidariedade internacional entre trabalhadores, mas como atividades de construção e fortalecimento de seu projeto político.

O sindicalismo rural passou pela ditadura militar equilibrando-se entre práticas de prestação de serviços como os de acesso à aposentadoria e assistência à saúde, a realização de greves dentro dos padrões permitidos e construindo condições para a sua própria sobrevivência política. Sob uma “conjuntura pouco favorável a pouco favorável a mobilizações coletivas”, a Contag esforçou-se para “construir uma percepção e uma linguagem comum entre dirigentes portadores de diferentes trajetórias e compromissos com as demandas e necessidades expressas nas lutas dos trabalhadores, que se faziam localmente, muitas vezes sem nenhum apoio do sindicato” (MEDEIROS, 2014, p.253).

Críticas ao modelo contaguiiano não tardaram a emergir: burocratização, incapacidade para enfrentar novos desafios com as mudanças no modelo agrícola, entre outros. A organização de movimentos sociais, em geral com apoio das alas progressistas de igrejas, tornaram as críticas explícitas e apresentaram novas possibilidades de organização aos trabalhadores rurais fora da estrutura sindical. Paralelamente, no interior do sindicalismo, os pequenos agricultores passaram a demandar maior visibilidade e a trazer pautas que não coincidiam totalmente com as demandas dos trabalhadores assalariados: crédito, juros mais baixos, direitos previdenciários, entre outros. Com a modernização das técnicas de produção e a expansão da fronteira agrícola, as demandas produtivas desses agricultores também vinham mudando, fosse via o sucesso na integração nas agroindústrias, fosse pelo endividamento que essa opção engendrou – levando, por vezes, à perda da terra. Iniciou-se, nas regiões Sul e Sudeste do país, um movimento de criação de sindicatos e federações de agricultores familiares (MEDEIROS, 2014, p. 253-258). Havia, portando, um conjunto de novos atores/as,

muitos deles propondo à Contag novas pautas e associações a novos elementos, e intensas controvérsias sobre os rumos do sindicalismo nas quais a Contag era pressionada a alterar suas práticas.

A tudo isso, adicionou-se o espaço para articulação das oposições sindicais no interior da recém-fundada Central Única dos Trabalhadores – que, a partir de 1986, criou estruturas voltadas aos trabalhadores rurais, um grupo de número expressivo na composição da central (FAVARETO, 2006; MEDEIROS, 2014; RODRIGUES; LADOSKY, 2015). O Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR-CUT) se tornou, de fato, uma nova força política a disputar os rumos da Contag. Essa força entrou formalmente na Confederação e, em 1991, foi capaz de indicar dirigentes para a diretoria. Em 1995, o 6º CNTR aprovou a afiliação à CUT. Um sindicalista cutista, Avelino Ganzer, assumiu a vice-presidência e, em sua gestão entre 1995 e 1998, foi criada a secretaria de relações internacionais. Para uma síntese dos Congressos, presidentes e vice-presidentes, mudanças na estrutura para tratar de relações internacionais e assessores ou assessoras da área, ver ANEXO 1.

A filiação à CUT gerou inúmeras consequências para a confederação de trabalhadores na agricultura, das categorias de identificação política às práticas e estratégias de ação. Destaco aqui três de seus impactos sobre as formulações transnacionais da Contag.

Primeiro, as mudanças institucionais engendraram debates sobre o funcionamento da própria organização que proporcionaram espaços para discussões sobre estratégias e prioridades para ações internacionais (CONTAG, 1991, 1995).⁵⁴ Esses debates levaram à reformulação da estrutura institucional e à criação de uma secretaria de relações internacionais, vinculada à vice-presidência (CONTAG, 1995). Mais tarde, criou-se um coletivo de relações internacionais (CONTAG, 1998). A composição desse coletivo foi alterada algumas vezes, refletindo diferentes concepções internas sobre quem deve participar dos debates internacionais e o esforço de inserir federações estaduais no tema.

A criação de uma estrutura para relações internacionais no organograma da Contag possibilitou a designação de um responsável pelo tema, a existência de uma equipe de assessoria e de estrutura material – sala, viagens etc. – que facilitaram a multiplicação das formulações, contatos e conexões da Contag com actantes internacionais.

⁵⁴ O planejamento consta das deliberações do 5º CNTR e de um congresso extraordinário realizado em seguida. No 6º CNTR o debate estrutura-se de fato. No 7º CNTR, é criado o coletivo de Relações Internacionais, formado por um representante por federação e das secretarias da Contag (CONTAG, 1998, p. 140).

Segundo, a filiação levou ao projeto CUT/Contag que desaguou na formulação do PADRS, que “selou a aliança entre as duas grandes forças do sindicalismo rural e consagrou a proeminência dos agricultores familiares como categoria sindical de destaque” (MEDEIROS, 2014, p.267). A partir do PADRS, as conexões transnacionais da Contag passaram a ser lidas em função de seu projeto nacional, baseado em dois eixos (reforma agrária e agricultura familiar) como se vê no texto a seguir:

Vale ressaltar que essas parcerias [internacionais] são táticas para aproximar o MSTR dos seus objetivos gerais que são: a valorização da agricultura familiar, o que implica em lutas por grandes investimentos subsidiados no setor com enfrentamento político das grandes corporações econômicas da agroindústria e uma ampla e massiva reforma agrária, o que implica também em investimentos e enfrentamento político com o latifúndio. Não se pode considerar essas parcerias um fim em si mesmo, esquecendo ou subestimando os objetivos gerais do movimento (CONTAG, 2001, p. 197).

Esse discurso permanece nos congressos seguintes: “A CONTAG vem ampliando as relações com as organizações não-governamentais comprometidas com MSTTR, estabelecendo parcerias que visam, principalmente a divulgação, afirmação e implementação do PADRSS” (CONTAG, 2005, p.45). O PADRS, com seus dois eixos de agricultura familiar e reforma agrária, pode ser entendido como um novo actante, capaz de transformar o sentido que a Contag confere às suas conexões transnacionais.

Note-se, também, que com o passar dos anos, os atores/as internacionais com os quais a Contag se relacionava foram se diversificado em termos organizacionais, para além dos sindicalistas, mas também em termos geográficos.⁵⁵ Por fim, os temas discutidos foram se tornando mais complexos.

Na formulação do Projeto Alternativo, houve intercâmbios com países da Europa que trabalhavam com o conceito de agricultura familiar que se desdobraram em viagens à França e à Itália para conhecer regiões rurais com formas próprias de produção de alimentos e marcas culturais fortes (como os *terroir*, por exemplo)⁵⁶. Antes disso, já vinham ocorrendo viagens de lideranças e assessores e atividades de formação nas décadas de 1980 e 1990 que permitiram

⁵⁵ A presença de ONGs e cooperativas, de origem brasileira e internacional, nos Congressos da Contag, se torna visível a partir do 5º CNTR. Desde o Congresso anterior, havia se intensificado e ampliado relações internacionais com movimento sindical e com outras organizações (CONTAG, 1991, p. 35). O 5º CNTR registra transformações das relações internacionais da Contag também pela diversidade regional, incluindo presença de sindicalista de Angola e correspondência de Moçambique. O sindicalista angolano mostrou-se interessado em estabelecer relações de cooperação com organizações congêneres, destacado a semelhança dos desafios enfrentados e afirmou que sua organização acompanhava com atenção o movimento sindical brasileiro e sua luta pela resolução do problema das terras e dos salários (CONTAG, 1995).

⁵⁶ Entrevista concedida por Amarildo Carvalho de Souza.

contato com a experiência da União Europeia, de sua Política Agrícola Comum e das ações das organizações de agricultores familiares do continente – em especial Alemanha e França, onde havia políticas estatais de fomento a esse grupo (PICOLOTTO, 2011, P.167).

Por fim, como terceira consequência, com a filiação à CUT a Contag aproximou-se da área de relações internacionais da central e passou a participar do Coletivo de Relações Internacionais.⁵⁷ Como dissemos, Avelino Ganzer, dirigente cutista oriundo do Pará, foi vice-presidente da Contag e o primeiro secretário de relações internacionais (1995-1998).

A Contag passou a participar do Coletivo de Relações Internacionais da CUT e, por meio dele, inseriu-se em novos espaços e passou a relacionar-se com novas instituições regionais, a exemplo do Fórum Consultivo Econômico e Social (FCES) do Mercosul (CONTAG, 2005, p. 45). Mais do que isso, a CUT ofereceu à Contag uma maneira de relacionar-se com o Mercosul: a sua postura de apoio crítico, sobre a qual retornaremos adiante.

A Contag também buscou pautar temas relativos aos trabalhadores e trabalhadoras rurais na ação transnacional da CUT, esforçando-se para “propor e formular” estratégias que indicassem “caminhos a serem seguidos pela Central nas questões específicas ligadas à agricultura, articulando processos de debate regional que incorpore e legitime as nossas propostas” (CONTAG, 2001, p. 199).

Ao longo dos anos, as divergências do sindicalismo rural brasileiro continuaram tendo impactos na ação transnacional da Contag. Em 1998, diferenças no interior do campo cutista levaram à saída de diversos assessores da Contag, inclusive do assessor da área internacional, Adriano Campolina. As articulações em curso acabaram afetadas por essa situação e o empenho da Contag na construção de uma organização de produtores familiares no Mercosul pode ser entendido como parte de um processo de busca de novos aliados internacionais que, ao cabo, aumentou a relevância da Coprofam.

A desfiliação da Contag à CUT, em 2009, novamente mexeu nesse cenário. No 10º CNTR, já sob o impacto da mudança, a Contag citava o fato de manter relações igualmente

⁵⁷ Para informações sobre esse coletivo, ver Costa (2005). A CUT havia organizado sua Secretaria de Relações Internacionais em 1988. Já na década de 1990, atuava na Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), por meio da qual inseriu-se nos debates do Mercosul. Em 1992, filiou-se à CIOSL e à sua organização regional, a ORIT, com parte o processo de reformulação de sua política de relações internacionais. Originalmente alinhada à influência norte-americana, a CIOSL saiu fortalecida da crise soviética e, em 2006, uniu-se à CMT dando origem à Confederação Sindical Internacional, a CSI. A CSI reúne federações sindicais internacionais setoriais, entre elas a UITA, à qual a Contag filia-se em 1998.

com as Secretarias de Relações Internacionais da CUT e da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, a CTB⁵⁸ (CONTAG, 2009, p. 184–185).

A descrição desse processo importa aqui na medida em que permite compreender por quais caminhos a Contag criou uma estrutura para a área de relações internacionais e como essa confederação passou a entender, e a justificar, suas articulações transnacionais tendo como base seu projeto político reformulado.

Negociações salariais e campanhas: reconfigurando as relações com organizações sindicais

No final da década de 1990, uma nova associação foi incorporada às conexões transnacionais da Contag quando, em 1998, ela se filiou a uma organização sindical internacional, a União Internacional de Trabalhadores da Alimentação, Agrícolas, de Hotéis, Restaurantes, Tabaco e Afins (UITA, ou UIT, na sigla em inglês).⁵⁹ Alguns relatos dão conta que, após a participação na ECO'92, a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável realizada no Rio de Janeiro, a Contag havia percebido a necessidade de continuar em contato com outras organizações da América Latina e Europa. A confederação vinha também estreitando laços internacionais em debates sobre os trabalhadores empregados na cadeia da cana-de-açúcar e sobre a matriz energética brasileira, vinculados a debates sobre o programa Pró-Álcool.⁶⁰

A Contag buscava aproximar-se de um sindicato de abrangência internacional para “melhorar o nível de informação e estabelecer relações orgânicas” (CONTAG, 1995, p. 104). Tratava-se de buscar aliados para fazer frente aos novos desafios que estavam colocados com a liberalização da economia e o aprofundamento da globalização. Pouco depois da queda do muro de Berlim e do fim da Guerra Fria, este era um período de reorganização das forças sindicais em todo o mundo e, também, no Brasil.

⁵⁸ A CTB tem uma área internacional e é filiada à Federação Sindical Mundial (FSM). Por vezes, as federações estaduais a ela afiliadas são convidadas para debates e atividades internacionais. Não encontrei, no entanto, uma interação sustentada dessas federações com temas e espaços transnacionais a partir da CTB.

⁵⁹ A UITA havia sido fundada em 1994, da junção da International Federation of Plantation, Agricultural and Allied Workers e da International Union of Food and Allied Workers' Association. Federação Internacional de Trabalhadores Agrícolas e Similares (FITPAS), com sede em Genebra – esta última mais antiga, criada em 1920 e atuante na América Latina desde 1953. Com essa reunião, a União Internacional incorporou o trabalho com sindicatos rurais (RÜTTERS; ZIMMERMANN, 2003). A FITPAS esteve presente no 5º e no 6º CNTRs.

⁶⁰ A Contag foi membro da Comissão de Coordenação para a Solidariedade entre os Trabalhadores Açucareiros no Mundo, CCSTAM (CONTAG, 1995).

Nesses processos, articulações e conexões estavam sendo feitas e desfeitas. No âmbito internacional, o cenário anterior, de três grandes organizações sindicais disputando aliados estava mudando e a Confederação Internacional das Organizações Sindicatos Livres (CIOSL), ligada ao bloco capitalista, ganhou força com a aproximação de membros não alinhados e do antigo bloco soviético (RICARD, 2010). A UITA, à qual a Contag filiou-se, é um dos braços setoriais da CIOSL.⁶¹ É central para o argumento desse capítulo que, 30 anos depois, a afiliação a uma organização internacional tenha retornado à agenda da Contag e que, agora sob um novo conjunto de relações políticas e econômicas, não fosse mais uma questão de disputas entre projetos de sindicalismo e de mundo, tendo sido uma escolha mais simples. Além disso, dada a relevância dos laços com organizações sindicais internacionais desde a fundação da Contag, não é de se estranhar que, quando procurou reorganizar suas relações, já no período democrático recente, a Confederação brasileira tenha recorrido a suas articulações sindicais. Isso significa que a base do modo de compilar sindical identificado nas páginas anteriores se mantém: a articulação com organização sindical internacional foi novamente uma maneira que a Contag encontrou de estabelecer novas conexões transnacionais: o padrão se manteve. Mudou, porém, o objetivo com a associação, que foi justamente a difusão do projeto político cuja formulação vimos no item anterior.

Estabelecida a afiliação, o objetivo com a UITA era formulado nos termos de tornar-se a “principal referência regional” para organização sindical internacional – de fato, a Contag é a principal afiliada rural da UITA e considera-se a segunda força regional, após o setor de comércio e hotelaria. A UITA também foi capaz de facilitar o contato da Contag com organizações similares de outros países e de levá-la para espaços onde a Confederação brasileira pode apresentar suas experiências na construção de políticas públicas para agricultores e suas maneiras de se relacionar com o governo nacional.⁶²

Para estabelecer-se como referência, avaliava a Contag, seria necessário afirmar seu Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural no interior da organização internacional. Estava, portanto, colocando seu projeto político nacional como norte para sua articulação internacional, em um movimento que apontava para a transformação da maneira como a confederação brasileira se colocava nos debates internacionais. A linguagem da solidariedade,

⁶¹ Em 2006, a CIOSL e Confederação Mundial do Trabalho (CMT) fundiram-se na Confederação Sindical Internacional (CSI), à qual a CUT é filiada. A CTB é filiada à Federação Sindical Mundial (FSM).

⁶² Entrevistas concedidas por Luiz Vicente Facco e William Clementino.

no entanto, continuou presente, agora associada a novos objetivos de visibilidade e difusão de ideias próprias.

Posteriormente, com o aumento da importância da agricultura familiar como referente de organização no interior da Contag, ganhou força o objetivo de levar a outras organizações sindicais a “necessidade de fortalecerem ações em defesa da agricultura familiar e da melhoria das condições de vida e trabalho dos assalariados e assalariadas rurais” (CONTAG, 2005, p. 45) – indicando, aqui, o impacto das formulações nacionais da Contag no sentido de renovar as práticas sindicais sobre suas relações com outras organizações sindicais.

Por meio de todas essas associações, a articulação entre Contag e UITA passa, atualmente, por ações relativas à agricultura familiar e também pela presença da organização internacional em algumas negociações trabalhistas que envolvem empresas multinacionais. Trato dos temas a seguir, apontando, novamente, as controvérsias por meio das quais é possível ver o estabelecimento de laços internacionais.

No caso do apoio às negociações trabalhistas, a UITA é procurada pela Secretaria de Trabalhadores Assalariados da Contag para encaminhar denúncias, realizar campanhas e construir estratégias transnacionais entre os trabalhadores para negociações com empresas multinacionais. Exemplos recentes foram de negociações com companhias na área de carne e celulose.⁶³

Houve uma campanha de denúncia das condições de trabalho em empresa produtora de carne na época da Copa do Mundo realizada no Brasil. Em 2016, as negociações com trabalhadores empregados pela *holding* JBS contaram com apoio da UITA que, procurada pela Secretaria de Assalariados da Contag, articulou a demanda local com questões comuns a outros países e conseguiu contribuir para a celebração de um acordo relativo a condições de trabalho, questões de saúde e segurança. No caso da celulose, em 2013, houve uma greve de 40 dias de trabalhadores da empresa Veracel Celulose, localizada na Bahia, de propriedade da transnacional finlandesa Stora Enso. Articulações para pressionar a empresa, que não vinha respondendo às demandas apresentadas pelos trabalhadores em negociação coletiva, envolveram o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Eunápolis, a Contag e a UITA. Esta última escreveu ao presidente da Veracel, pressionando a matriz europeia da empresa, preparou relatório (“Entrevista Gerardo Iglesias”, 2013) e divulgou denúncia

⁶³ Entrevista concedida por Elias D’Angelo.

internacional, buscando contribuir para o desenvolvimento das negociações locais (“Greve por tempo indeterminado na Veracel”, 2013; QUINTO, 2013; UITA, 2013).⁶⁴

Quando a Contag se afiliou à UITA, essa última literalmente precisou aprender a trabalhar com uma organização sindical rural que não representava apenas trabalhadores assalariados, mas também pequenos produtores.⁶⁵ Nos primeiros anos, as atividades conjuntas, tais como debates e oficinas, trataram de temas como agricultura sustentável, a situação das mulheres produtoras e o tema dos organismos geneticamente modificados (CONTAG, 2001, p. 198). Porém, o que de fato consolidou o trabalho conjunto entre as organizações foi uma campanha que levou para o âmbito sindical internacional o debate sobre a violência no campo, no Brasil. Esse ponto é especialmente relevante porque reforça o argumento de que a inserção em disputas – ou, nesse caso, a transformação de um tema em uma questão, em uma controvérsia – é essencial para que as articulações internacionais efetivamente se estabeleçam e produzam efeitos.

A Campanha Internacional Contra a Violência no Campo carregou para os debates sindicais internacionais o tema que havia voltado à agenda política no Brasil da década de 1990 devido aos diversos massacres de trabalhadores rurais e assassinatos de lideranças do campo naquele período. O objetivo da campanha era, de acordo com o Secretário-Geral da UITA para a América Latina, Gerardo Iglesias, pressionar o governo brasileiro a efetivamente punir os responsáveis pelos crimes no campo. Sindicalistas estrangeiros e a população em geral eram convidados a enviar cartas ao governo brasileiro: “entendíamos que a impunidade era o combustível que alimentava a maquinária de terror no Brasil e que na medida que fizéssemos campanha internacional o governo deveria ter respostas – por consciência ou por vergonha. Milhares e milhares de cartas chegaram aos governos”.⁶⁶ Com o tempo, foram adicionados aos materiais de comunicação da campanha entrevistas e vídeos, uma exposição fotográfica itinerante que percorreu países da Europa e um *website*. Dirigentes e assessores da Contag estiveram em países como Suécia, Dinamarca e Noruega apresentando o problema. A campanha teve também lançamentos em diversos estados brasileiros. Alguns cartazes seguem expostos na sede da Contag.

A Campanha foi lançada em 2006 e, depois, retomada em 2013, quando ganhou caráter regional ao incorporar a Confederação de Produtores Familiares do Mercosul

⁶⁴ Entrevista concedida por Elias D’Angelo.

⁶⁵ Entrevista concedida por Gerardo Iglesias.

⁶⁶ Entrevista concedida por Gerardo Iglesias.

(Coprofam), incluindo nos debates a situação de outros países da região (UITA; COPROFAM; CONTAG, 2013).

A UITA manteve a prática de denunciar casos de violência no campo e de procurar influenciar o governo brasileiro – diretamente, por meio de sindicatos filiados ou de governos de outros países. Simetricamente, a Contag posiciona-se quando seu apoio é solicitado para situações semelhantes em outros países, catalisando ações de solidariedade sindical para questões semelhantes em outros países do continente.⁶⁷

Aqui, são vistos os sindicalistas lançando mão do clássico formato das campanhas transnacionais, recorrendo ao apoio de organizações (e indivíduos) de fora do país para pressionar governos nacionais, valendo-se do modelo bumerangue que caracterizou as campanhas transnacionais, uma das marcas do ativismo transnacional (KECK; SIKKINK, 1998). Porém, é interessante notar como o papel assumido pelas ONGs no fluxo de informações de capacidade de pressão sobre os Estados, no modelo original, é assumido pelas organizações sindicais. Não pretendo, com isso, questionar a relevância das ONGs, mas, ao contrário, tornar visível a atuação sindical nesse mesmo processo, contribuindo para uma leitura mais variada sobre como esses atores/as vêm agindo além das fronteiras nacionais.

A experiência da construção da campanha contra a violência no campo diz também sobre como as relações provocam transformações nos atores/as que se associam: a UITA precisou aprender a lidar com sindicalistas cujo foco não era o de trabalhadores assalariados e suas práticas foram modificadas por essa associação. A campanha contribuiu para a projeção internacional da Contag que, apesar de ser uma das maiores Confederações de trabalhadores rurais do mundo, ainda era muito pouco conhecida internacionalmente.⁶⁸ A Contag também contribuiu para que a UITA se aproximasse de debates a respeito do tema da soberania alimentar e conquistasse assento no Mecanismo da Sociedade Civil do Conselho de Segurança Alimentar da FAO, um dos raros mecanismos de participação institucional do sistema ONU aberto às organizações de trabalhadores rurais.⁶⁹

A filiação à UITA também possibilitou à Contag assento no Comitê de Segurança Alimentar da FAO. Com a filiação à UITA, a Contag foi transformada na medida em que estabeleceu algumas novas relações fora do Brasil, ganhou aliados nas disputas de trabalhadores assalariados em negociações sobre salários e condições de segurança e saúde no

⁶⁷ Entrevista concedida por Luiz Vicente Facco.

⁶⁸ Entrevista concedida por Gerardo Iglesias.

⁶⁹ Entrevista concedida por Alberto Broch.

trabalho, especialmente na relação com empresas transnacionais. Obteve visibilidade para suas atividades – seja pelos convites para participar de eventos internacionais que recebeu por meio da UITA, seja pelas visitas de delegações de outros países como Nicarágua, Cuba, Costa Rica, Guatemala, entre outros, interessadas nas experiências organizativas ou de mobilização para conquista de políticas públicas brasileiras⁷⁰. A prática das visitas e comunicações, já presente no período anterior, manteve-se aqui. Porém, os laços estabelecidos com sindicatos de outros países continuam com um sentido de solidariedade imediata, identificação de problemas compartilhados e o fortalecimento de discursos comuns, circunscritos a ação pontuais. Laços permanentes com organizações de outros países, como veremos adiante, a Contag só conseguiu a partir de outro conjunto de articulações, em torno da agricultura familiar, que será objeto do próximo capítulo.

Em síntese, nesta segunda versão das articulações sindicais estabelecidas pela Contag, novamente uma organização sindical internacional teve papel fundamental para proporcionar caminhos para estabelecer associações transnacionais: o cerne do modo de compilar manteve-se, e permaneceu também a linguagem da solidariedade. O que houve de diferente, aqui, foi que as articulações foram marcadas pela busca, pela Contag, de promover seu projeto político próprio em suas ações transnacionais.

Isso se manteve por mais de uma década depois, indicando que se tornou, desde então, uma constante nas práticas da Confederação. Em 2013, no 11º CNTR, afirmava-se que o objetivo da ação internacionalista era o “fortalecimento de alianças com organizações internacionais na perspectiva de unidade e solidariedade entre os povos, na busca da construção do desenvolvimento justo, igualitário e sustentável para a classe trabalhadora”. A citação é significativa porque indica como a Contag adicionou, ao discurso de solidariedade de classe, a ideia de desenvolvimento sustentável que está na base do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. De fato, nessa década, a Contag reformulou seu discurso nacionalmente e isso teve impactos importantes sobre o seu discurso internacional, que passou a ser justificado como atividade para a construção e fortalecimento do projeto político da organização.

Outras transformações que se encontram, aqui, em relação à primeira versão desse modo de compilar, estão nas dinâmicas e nas performances ou ações que decorreram das

⁷⁰ Entrevista concedida por Luiz Vicente Facco.

articulações entre os sindicalistas brasileiros e seus parceiros internacionais. Nessa segunda configuração do modo de compilar, ganhou visibilidade a pressão ao Estado Nacional (pós-redemocratização) por meio de campanhas e denúncias internacionais difundidas e referendadas pela organização que congrega trabalhadores de diversos perfis do ramo alimentício, incluindo agricultores e agricultoras. Já comentei, anteriormente, que a análise da dinâmica da campanha contra a violência no campo deixa entrever a centralidade das organizações sindicais no papel de intermediários, que acessam países estrangeiros com vistas a influenciar o governo brasileiro.

Paralelamente, a organização internacional assumiu papel de reforçar a pressão por melhores acordos em termos de salários e condições de trabalho, em casos nos quais as negociações salariais envolviam empresas multinacionais.

Isso indica que, nessa compilação atualizada, as maneiras de agir, ou as performances, centrais porque ajudam a definir “o que é ser um sindicato agindo transnacionalmente”, passaram por alterações importantes. Às visitas e encontros, foram adicionadas campanhas e denúncias internacionais.

3.3 Contra o trabalho infantil e escravo, projetos inovadores

O registro do uso da convenção nº 87 OIT, ainda na década de 1970, como recurso para disputas domésticas, se torna mais interessante quando aproximado da maneira pela qual a Contag interagiu com a mesma organização internacional nas décadas seguintes, passando de uma relação na qual a articulação com a OIT se estabeleceu como um recurso para disputas nacionais para uma relação de parceria na efetivação de projetos, mediada por temas que interessavam a ambas. É dessas controvérsias que trato a seguir e que denomino *controvérsias sobre as condições de trabalho*.

No início da década de 1990, a Contag estava envolvida no combate ao trabalho análogo à escravidão e denunciava à OIT a existência de relações de trabalho com essas características em usinas de cana-de-açúcar no norte fluminense, empresas agropecuárias da Amazônia, garimpos no Mato Grosso e no Pará e seringais do Juruá, no Acre. A demanda era justificada pela omissão e inoperância do Ministério do Trabalho e apoiava-se na Convenção nº 105 da OIT, que proíbe o trabalho forçado, e no artigo 149 do Código Penal Brasileiro, que

trata de condição análoga ao trabalho escravo (CONTAG, 1991). No início dos anos 1990, a Contag valia-se da mesma estratégia que havia empregado no final dos anos 1970, de usar convenções internacionais da OIT como recurso para pressionar o governo brasileiro. No período mais recente, porém, ela demandava uma ação específica da OIT, a investigação das denúncias. Em ambos, a confederação rural brasileira incorporou a organização internacional na sua compilação, buscando novas associações que pudessem fortalecer sua ação política contra o trabalho escravo.

A Contag assumiu atuação nacional no combate ao trabalho escravo, tendo se tornado parte de diversas iniciativas, com a sociedade civil e com o governo Federal. A Contag entendia seu papel, nessa área, como o de denunciar condições degradantes de trabalho – em especial, situações de trabalho escravo e infantil – e o de atuar pela construção de políticas públicas para o setor, ao lado de organizações parceiras.⁷¹ Ela é membro da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) e se envolve em ações de identificação, resgate, reinserção e quebra da cadeia de trabalho escravo no Brasil – processo que ganhou força durante o governo Lula com a criação da Comissão e destinação de recursos.

Nesses ambientes, o contato com a Organização Internacional do Trabalho é frequente, e, desde o início do novo século, é possível notar a emergência de novas formas de interação, sob o mesmo tema: a Contag passou a firmar convênios com a OIT, assumindo a realização de ações de formação de trabalhadores no combate nos estados onde trabalho escravo em áreas rurais dos estados onde esse problema permanece mais intenso (BA, GO, MA, MS, MT, PA) e a produção de materiais voltados a sindicalistas e trabalhadores como cartilhas, cadernos para trabalhar identificação etc. Foram também realizadas oficinas fora do Brasil, no Peru. Em 2015, foi criada uma página na internet para funcionar como canal de denúncia de trabalho escravo - voltado para o público em geral, não apenas para trabalhadores rurais. No interior da Contag, essas ações são desenvolvidas pela Secretaria de Trabalhadores(as) Assalariados(as), indicando a difusão das conexões internacionais pela estrutura da confederação.

Essa nova maneira de interagir com uma organização internacional, executando projetos voltados a agricultores, é encontrada também nas ações de combate ao trabalho

⁷¹ Entrevista concedida por Elias D'Angelo.

infantil – outro tema relativo ao trabalho decente no qual a Contag vem se inserindo, por meio de sua secretaria de Políticas Sociais.

A partir da década de 1990, a Contag envolveu-se na intensa mobilização nacional pelos direitos das crianças e adolescentes. Na base desse envolvimento estava a informação de que boa parte do trabalho infantil, no Brasil, encontrava-se na agricultura: “os resultados da PNAD 2006 mostra[ram] que 62,6% das crianças e adolescentes entre 5 e 13 anos entrevistados durante a pesquisa, e ocupadas na semana de referência, encontra[vam]-se na área rural” (CONTAG, 2008a, p. 4). Em 2009, 34,2% das crianças que trabalhavam residiam em áreas rurais, de acordo com dados da OIT no estudo “Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as unidades da federação”(CONTAG, 2013, p. 70).

Em 1992, a OIT estabeleceu no Brasil o Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC, na sigla em inglês). O país esteve entre os seis primeiros países incluídos na implementação do programa, que mobilizou ministérios, organizações sindicais e empresariais, ONGs, organismos internacionais, estados e municípios (OIT, 2003).

No marco do IPEC, em 1992/1993, Contag e OIT assinaram um convênio para desenvolver ações pela erradicação do trabalho infantil voltadas à criação e difusão de informação, formação de sindicalistas e melhora dos acordos coletivos. Foram realizadas atividades em 88 municípios dos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Paraná. Produziu-se um panfleto sobre direitos das crianças trabalhadoras rurais e foram realizados cinco cursos de formação que atingiram 150 lideranças sindicais, produzidos e divulgados sete programas de rádio – cujo êxito superou as expectativas. Houve também atividades que reuniram “genitores e crianças para debater condições de vida e trabalho das crianças nas zonas rurais” (FYFE, 1997, p. 50). Assim como no caso do trabalho escravo, a Contag passou a associar-se a essa organização internacional para implementar programas – tendo acesso a recursos e, em troca, facilitando o acesso da organização internacional a trabalhadores rurais.

A Contag continuou atuante nesse tema nacionalmente, inserindo-se na Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) e no Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI). Criado em 1994, esse fórum reuniu 22 instituições públicas, tais como a Presidência da República, Ministérios, MPF etc. e oriundas da sociedade, incluindo centrais e confederações sindicais (CUT, CGT, CNI, Contag), entidades profissionais, entre outras (CONTAG, 2008a). Por meio do Fórum, a Contag

envolveu-se no Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, no qual figura entre as organizações responsáveis por algumas metas (OIT, 2006).

Em 1995, o MSTTR adotou a erradicação do trabalho infantil como bandeira e promoveu debates sobre o tema que facilitaram a inclusão de cláusulas relativas ao tema em acordos trabalhistas (CONTAG, 1995).

A partir de 1996, então, realizou diversas atividades que, pelos registros da Contag, tiveram como resultados acordos coletivos de trabalho proibindo a contratação de crianças até 16 anos. Foram organizados cursos para dirigentes sindicais de 17 estados sobre como incorporar e melhorar cláusulas dessa natureza nos acordos coletivos. A experiência, de acordo com a OIT, teria se tornado exemplo para a ação de outras instituições sindicais como a CUT, a CGT e a Força Sindical:

Algunos convenios colectivos, como el de los trabajadores de las plantaciones de café, especifican que tiene que haber igualdad de remuneración entre hombres, mujeres y menores de más de 14 años. En algunos convenios también figuran disposiciones para la educación de los hijos de los trabajadores. Por ejemplo, en el convenio colectivo de los trabajadores de las plantaciones de caña de Pernambuco se establece que los empleadores que contraten a más de 50 personas tienen que garantizar la escolarización primaria gratuita de los hijos de los trabajadores. Esta obligación puede cumplirse dedicando a escuela una zona de la plantación. (FYFE, 1997, p. 57).

Entre as ações empreendidas pela Contag, estiveram presentes, ainda, a difusão de programas de rádio da série “Programa de Criança”. Com ampla repercussão, a iniciativa recebeu o prêmio Ayrton Senna em 1999. A OIT registra também, em documento de 1997, que a Contag entregou ao Papa João Paulo II, em visita ao Brasil, um *folder* sobre a situação do trabalho infantil no país. Por fim, a Contag desenvolveu projetos pilotos de geração de renda para apoiar as crianças e famílias (OIT, 1997, p. 11). Isso indica ter havido impactos das conexões transnacionais não apenas na confederação, mas no sistema sindical como um todo em um fluxo horizontal que lembra o *sidestreaming* do feminismo.

Inicialmente, foram envolvidos setores ligados à cana-de-açúcar, à produção de chá e de babaçu e ao carvão. É interessante notar que as ações apoiadas pela OIT não se restringiram à Contag, tendo envolvido também federações estaduais como a Fetragri do Mato Grosso do Sul, que à época reunia 58 sindicatos e cerca de 150 mil trabalhadores rurais. Ali, o foco era nas crianças que trabalhavam em carvoarias. Estiveram nos debates a Contag, sindicatos locais, a Pastoral do Migrante, a Diretoria Regional do Trabalho, secretarias

municipais e estaduais e universidades. Realizou-se, em 1995, o “Seminário de Mobilização para Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil nas Carvoarias do Estado do Mato Grosso do Sul” e programas de rádio que visavam a conscientização das famílias e da sociedade em geral (OIT, 2003, p. 69).

De acordo com a OIT, a atuação da CUT contra o trabalho infantil foi reforçada pela afiliação da Contag à Central, cuja contribuição envolveu “diretrizes para pais, sindicalistas, governos e para a sociedade como um todo em busca e mecanismos para proteger crianças trabalhadoras e para eliminação de todo tipo de trabalho para crianças com menos de 14 anos”. O que se tem, aqui, é um efeito visível da associação da Contag à CUT, que tem influência em sua ação na área de crianças e adolescentes e reforça as relações da primeira com o debate internacional.

Pelos idos de 2008, há registros de que o tema do trabalho infantil seguia em pauta, inclusive nos debates estaduais. A Fetag/RS promoveu seminário sobre fumicultura – atividade de 92 mil famílias no estado. Os debates incluíram o trabalho infantil na lavoura fumageira e a negociação dos preços do fumo para a safra 2008/2009 (FETAG RS, 2008). Houve, então, efeitos desses debates sobre negociações sindicais. A Contag, por sua vez, promoveu Oficinas de Proteção Infanto-Juvenil em Roraima, Ceará, Espírito Santo, Bahia, novamente a partir de convênio com a OIT. Nas atividades, a intenção era conhecer o entendimento das lideranças estaduais sobre o combate ao trabalho infantil e a exploração de crianças e adolescentes no campo, além de reunir propostas para embasar o documento-base do 10º CNTR, previsto para o ano seguinte, 2009.

Nesse mesmo período, o MSTTR lançou a campanha “Proteção infanto-juvenil no campo: uma colheita para o futuro”. O objetivo era envolver várias ações em curso no país contra todas as formas de abandono e exploração de crianças e adolescentes. Houve, nesse momento, um deslocamento do foco da coerção ao trabalho de crianças e adolescentes para a proteção infanto-juvenil.

Em 2013, a Contag associava a permanência do trabalho infantil a famílias de baixa renda que, para aumentar a renda familiar, eram “forçadas a utilizar a mão de obra de todos”. Na avaliação expressa nos anais do CNTR, cumprir a meta brasileira de erradicar o trabalho infantil até 2020 demandava a ação do Estado na fiscalização e garantia de políticas públicas de proteção social e econômica, acesso à educação, saúde, esporte, lazer etc. garantindo trabalho digno e renda para as famílias para que pudessem romper com o ciclo da pobreza. Mas apontava também a necessidade de enfrentar o trabalho infantil no âmbito familiar “uma

vez que questões culturais, além das econômicas, também contribuem para a decisão dos pais ou responsáveis pelas crianças em inseri-las ou não no mundo do trabalho” (CONTAG, 2013, p. 72).

O texto não fugiu da controvérsia que o trabalho infantil na agricultura familiar suscita no âmbito do MSTTR. Não havia, entre sindicalistas e trabalhadores, dúvidas sobre a necessidade de combater o trabalho infantil entre os assalariados rurais. O tema já entrou nas negociações e convenções coletivas, que incorporaram cláusulas coibindo essa prática.⁷² Porém, quando se trata de agricultura familiar, há entendimentos conflitantes, posto haver trabalhadores e trabalhadoras que consideram o trabalho uma prática educativa, elemento de convivência familiar, momento de construção do amor e respeito à terra. Os Tratados internacionais e Leis nacionais, por outro lado, não concordam que o trabalho de crianças e adolescentes seja, de forma alguma, prática educativa. A disputa está registrada nos anais dos CNTR de forma direta, e no 11º CNTR levou ao seguinte posicionamento dos e das sindicalistas.

227. É preciso considerar o caráter pedagógico e formativo das atividades desenvolvidas no seio da agricultura familiar, e que são inerentes à sua lógica de reprodução social. O envolvimento de adolescentes em algumas práticas produtivas, desde que não haja prejuízo em seu desenvolvimento nem comprometa sua saúde, contribui para a socialização e para a constituição dos sujeitos do campo, desenvolvendo e estreitando laços com um modo de vida e de trabalho, capazes de assegurar o processo sucessório no meio rural. (CONTAG, 2013, p. 70)

O texto apresenta, inclusive, o “dilema” que se coloca a partir dessa definição: “definir até onde as práticas na agricultura familiar podem ser consideradas educativas e como esta educação para a vida no campo pode ser feita sem expor a criança e o adolescente a riscos ou prejuízos a seu desenvolvimento físico, social, moral e mental” (CONTAG, 2013, p. 72). A Resolução terminava por encaminhar pelo aprofundamento dos debates para que se chegasse a posicionamento capaz de definir enfrentamento ao trabalho infantil no campo.

Essa polêmica é interessante por demonstrar que nem sempre as formulações aceitas nos debates internacionais (e nacionais) são incorporadas sem questionamentos e dificuldades. Se isso é algo razoavelmente comum de se ver quando se trata na incorporação de Declarações e Convenções internacionais pelos países, é menos frequente ver “pessoas comuns”, trabalhadores rurais e seus representantes, discutindo os conceitos usados nos acordos

⁷² Entrevista concedida por Elias D’Angelo.

internacionais e suas definições. Isso torna relevante esse processo no qual as bases da Contag apresentam questionamentos a um entendimento consolidado de trabalho infantil. Isso acabou levando a Confederação a abrir um debate sobre o tema – correndo, inclusive, o risco de colocar em cheque as atividades que vinha desenvolvendo sobre o tema ou suas relações com organismos internacionais. Além disso, essa questão provoca divergências internas, dado que, entre trabalhadores assalariados, as experiências de trabalho infantil são facilmente identificáveis e combatidas.

Em termos teóricos, essa pode ser lida como uma situação em que a tradução do conceito internacional não encontrou eco em algumas das práticas locais e que, a partir dela, emergem questionamentos à formulação internacional. Na tradução para as práticas locais, essas ideias encontram importantes obstáculos.

Por fim, vale registrar que as associações da Contag relativas ao trabalho infantil não se restringem à OIT. A Contag participa da Marcha Global sobre Trabalho Infantil, uma rede mundial de sindicatos, professores e organizações da sociedade civil que atua em temas como prevenção do trabalho infantil, escravo e tráfico de pessoas, além de defender acesso à educação pública. Nessa rede, a Contag é, por vezes, convidada para contar sua experiência em reuniões e seminários fora do país. Ademais, o tema tem entrado nos debates da Reaf e da Coprofam a partir do tema da sucessão rural.⁷³

Em suma, esse item sobre condições de trabalho aponta, sobre a experiência de transnacionalização da Contag, as transformações nas maneiras de interagir com uma organização internacional: de um uso inicial da OIT como recurso para disputas nacionais, esse sindicalismo que, a partir dos anos 1980, buscou renovar-se – face a questionamentos internos e externos – acabou adicionando maneiras inovadoras de se relacionar com organizações internacionais. O modo de compilar aqui identificado passa pelo estabelecimento de parceria com organização internacional, sobre temas que interessam à confederação sindical e à organização internacional.

Tem-se uma situação na qual as instituições conectadas são as mesmas identificadas no período anterior, Contag e OIT, mas os elementos agregados foram transformados: de liberdade sindical ao combate ao trabalho infantil e escravo. Com isso, mudam também as

⁷³ Entrevista concedida por José Wilson de Sousa Gonçalves.

dinâmicas de interação: se nos primeiros contatos a organização internacional era recurso discursivo para disputas políticas que se travavam no interior do país, nesse segundo momento o padrão articula pressão e cooperação, em dinâmica sintetizada na figura a seguir:

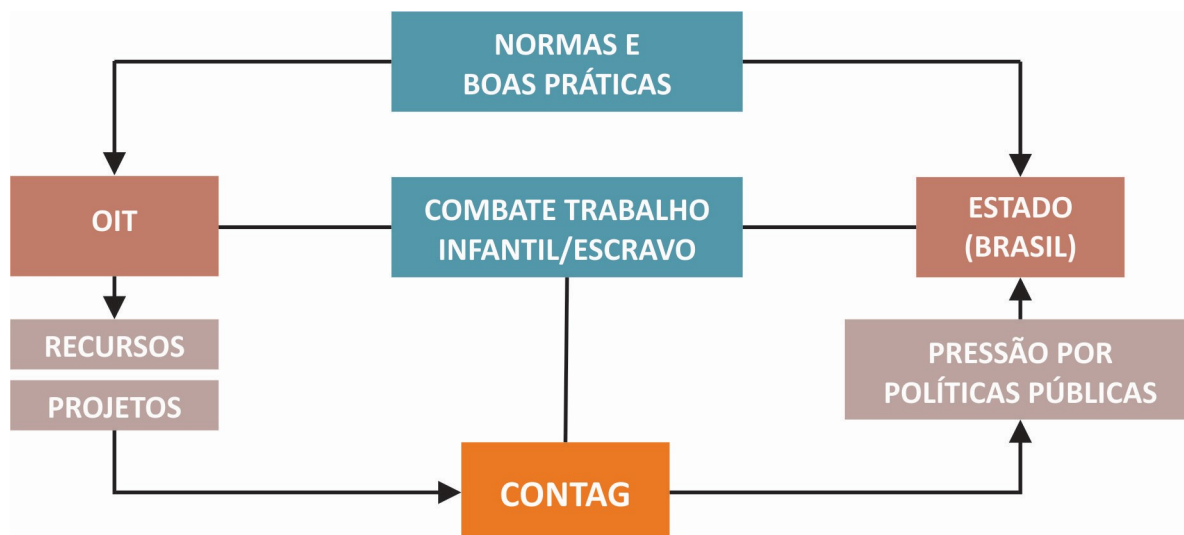


Figura 4 – Dinâmica de interação entre Contag, OIT e o Estado brasileiro: pressão e cooperação

Fonte: elaboração própria

Por meio da cooperação circulam recursos e a prática é a de execução de projetos pela confederação sindical, que permitem a tradução de debates internacionais para atores/as estaduais e municipais. A cooperação parece ser a linguagem mais forte nessas interações.

A pressão, em geral, tem como alvo o Estado nacional, nelas envolvido por vezes como opositor – um ator que está sendo cobrado para cumprir suas ações – e, por outras, como aliado – quando o Estado se alia na ação contra uma prática indesejável.

As ações ou performances que fazem parte desse modo de compilar são campanhas, execução de projetos financiados pela organização internacional e, por fim, a agregação de temas relativos ao trabalho decente em negociações sindicais, de forma que são modificados acordos trabalhistas para incluir cláusulas que buscam coibir e prevenir práticas de trabalho infantil, sobretudo. Essa última ação é especialmente interessante porque diz sobre como as ações sindicais mais comuns foram sendo modificadas pelas interações transnacionais – tema ao qual retornaremos nas considerações finais do capítulo, a seguir.

Transformações nos modo de compilar sindicais e relativos ao trabalho

A figura a seguir sintetiza as associações estabelecidas pela Contag com atores e temas do universo sindical e do mundo do trabalho a partir dos anos 1990, dando destaque a alguns dos principais elementos agregados pela ação sindical nas controvérsias sobre condições de trabalho e sobre a ação sindical.

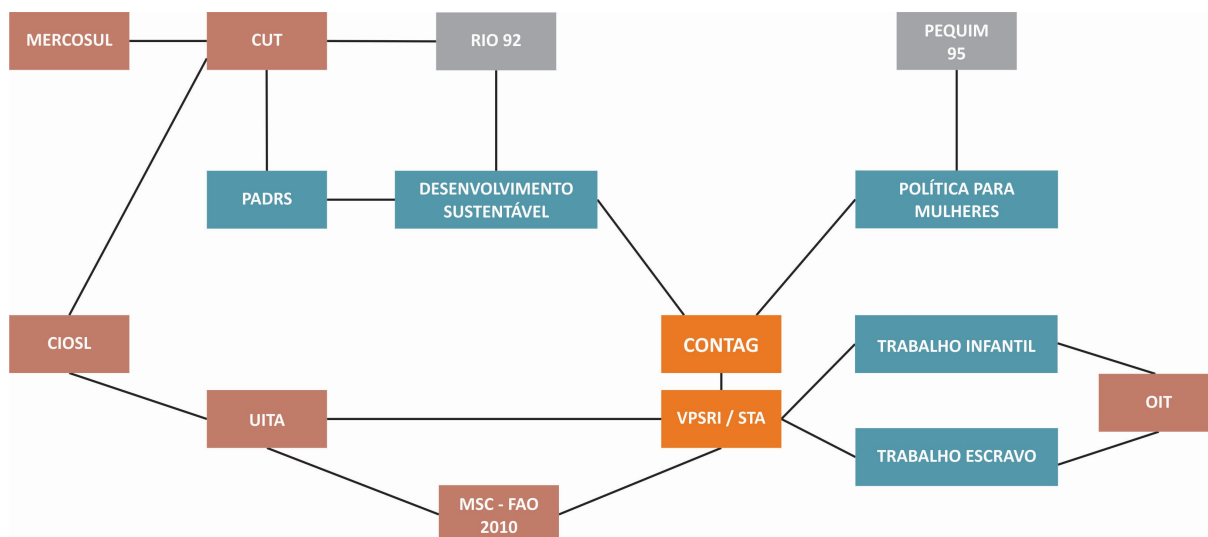


Figura 5 - Síntese das associações transnacionais da Contag com temas e atores sindicais a partir da década de 1990

Fonte: elaboração própria

A figura traz, ao centro e em laranja, a Contag, dado que a rede foi desenhada a partir de suas articulações. Destaca-se, na Contag, a ação da Vice-presidência e Secretaria de Relações Internacionais (VPSRI) mas, também, as conexões transnacionais da Secretaria de Trabalhadores Agrícolas (STA), indicando que, no interior da confederação, diferentes setores passaram a estabelecer articulações transnacionais.

Representados em azul estão os temas pelos quais passam as articulações, mantendo aqui a simetria da rede, que não é composta apenas por instituições, mas também pelas questões que estão em disputa.

Há, ainda, referências à conexão da Contag com debates sobre direitos das mulheres, e com a Rio92, eventos internacionais da qual participaram sindicalistas rurais ligados à Contag e que, de acordo com alguns entrevistados, foram relevantes para chamar a atenção da confederação para a necessidade de reorganizar suas articulações internacionais (em cinza). Mais sobre as conexões transnacionais das mulheres agricultoras pode ser encontrado no Capítulo 3. No que tange a Rio92, cujo nome oficial foi Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, são evidentes os impactos do conceito de desenvolvimento sustentável na estruturação do Projeto Alternativo da Contag, em articulação

com a CUT, que por sua vez foi uma das conexões que contribuiu para caracterizar a interação da Contag com a organização sindical à qual se afiliou, a UITA.

As relações sindicais foram renovadas sob a égide das disputas internas à Contag, que levaram essa confederação à formulação de um novo projeto político, próprio, em meio à redemocratização no Brasil, à multiplicação dos atores/as sociais atuantes nos espaços rurais e, ao final da década, ao novo cenário geopolítico.

Quando a Contag finalmente definiu-se pela afiliação a uma organização sindical internacional, ela passou a formular sua inserção internacional em função daquele projeto. Novas ações conjuntas emergiram: campanhas internacionais buscando visibilidade para o problema da violência no campo e o apoio a negociações sindicais foram as mais visíveis. Aqui, a circulação de recursos, que havia caracterizado interações sindicais anteriores, parece ter cedido lugar à circulação de influências.

A circulação de recursos mantém-se presente, mas foi deslocada das relações entre sindicatos para a conexão com a Organização Internacional do Trabalho, que financiou alguns projetos específicos desenvolvidos pela Contag e que conectaram temas internacionais a federações estaduais e sindicatos municipais.

As disputas sobre o trabalho decente têm fortes conexões com os debates sindicais clássicos, aqueles voltados às condições de trabalho e emprego. Ao envolver-se nelas, a Contag fortaleceu alianças já estabelecidas com a OIT, mas também se aproximou de outros atores/as. Além disso, a confederação brasileira incorporou maneiras de agir às práticas, anteriores, quando se associava a uma convenção da OIT como recurso para disputas locais. São relevantes, aqui, primeiro denúncias e demandas por ação da organização internacional e, em seguida, a implantação de projetos a partir de recursos financeiros provenientes do organismo internacional. Essas atividades permitiram à Contag, simultaneamente, certa visibilidade desejada no cenário internacional e a interiorização de debates vinculados a atores/as internacionais para federações estaduais e, por meio delas, a sindicatos municipais. Nesses processos, a Contag foi estabelecendo-se em um papel de tradução de discussões internacionais para públicos nacionais.

As interações e ações descritas ao longo desse capítulo indicam algumas das práticas que compõem o transnacionalismo sindical contemporâneo que, na experiência da Contag, emerge marcado tanto por interações entre organizações sindicais como por alianças com organização intergovernamental do sistema ONU. As transformações nas interações dizem de

como o sindicalismo brasileiro vem construindo, criativamente, ações transnacionais e modos de construir tais ações. Destaco, entre as práticas, a) que instituições sindicais incorporaram a prática de campanhas, uma das marcas da transnacionalização a partir dos anos 1990, b) que inseriram articulações transnacionais em questões de negociação sindical, estabelecendo uma nova fonte de pressão sobre empresas multinacionais e c) que instância nacional – a Contag – assumiu papel de tradução de debates internacionais para instâncias subnacionais.

CAPÍTULO 4 – TRADUZINDO A AGRICULTURA FAMILIAR NA AÇÃO INTERNACIONAL DA CONTAG: PARTICIPAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Ao defender a inserção da agricultura familiar como um dos modelos de agricultura praticado na América do Sul, e que esse modelo precisa ser levado em conta por países e organizações internacionais em seus acordos de comércio e cooperação, a Contag formulou um caminho particular para a construção de laços transnacionais e agregou novos elementos à sua ação internacional. Isso foi sendo estruturado desde as controvérsias sobre o comércio internacional e ganhou sua expressão mais organizada nas controvérsias sobre o modelo de agricultura, em meio às quais a Contag estabeleceu um entendimento próprio sobre o que estava em disputa, traduzindo suas formulações sobre agricultura familiar oriundas do Programa Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS) para sua ação internacional. A partir disso, criou, com seus aliados, estratégias para incidir nos debates, tendo se tornado uma actante cuja presença foi central para a própria conformação das articulações, de maneira que, nessa controvérsia, suas conexões internacionais se consolidaram – isto é, passaram a ter maior impacto internamente, ao se desdobrar em novas ações e associações, bem como externamente, tendo se tornado mais relevantes para a estruturação das redes. Tiveram, também, efeitos no interior da Confederação, que transformou a defesa de políticas públicas para agricultura familiar, formuladas com participação de agricultores e agricultoras, em sua principal bandeira internacional.

Essa formulação, que atualmente é constante no discurso da Contag, foi articulada paulatinamente, em processos de tentativas, erros e acertos, nos quais alguns temas e maneiras de agir obtiveram maior repercussão do que outros, consolidando-se, reproduzindo-se e tornando-se aquelas que passaram a caracterizar a ação da Contag. Também concorreram para isso questões internas à Confederação, que atravessam sua história e permeiam suas relações internas e externas.

Em suma, a Contag encontrou um caminho particular e consolidou sua ação transnacional quando:

- a) Estabeleceu uma plataforma política própria, que tinha como horizonte a difusão da agricultura familiar – simultaneamente uma prática, uma ideia e uma categoria de identificação de trabalhadores rurais não assalariados –, associando a essa

plataforma a ação de realizar demandas por políticas públicas específicas e, posteriormente, por participação em espaços institucionais.

- b) Teve papel relevante na conformação dos grupos, inicialmente na criação e manutenção da Coordenadoria de Produtores Familiares do Mercosul (Coprofam), a partir da qual passou a ter uma plataforma para posicionar-se como uma atora regional em debates transnacionais. Ambas – Contag e Coprofam – tiveram, mais tarde, papel central na criação da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF), no Mercosul.

O modo de compilar constituído nas *disputas sobre modelos de agricultura* não substituiu os modos sindicais, descritos no capítulo anterior. Esse novo conjunto de associações e de modos de agir foi adicionado às práticas já existentes, mas também as influenciou, em um processo que indica sua relevância.

A Contag já tinha, a partir dos laços sindicais, uma inserção contínua em articulações transnacionais – para usar o termo já estabelecido na literatura sobre transnacionalização. A diferença é que nesse *modo de compilar da agricultura familiar* a Confederação brasileira encontrou um caminho próprio e passou a disputar, com maior intensidade, a inclusão desses elementos naquilo que ativistas e pesquisadores entendem como “o transnacional”. Essa reunião de elementos conforma um “modo de reunir coisas” que é capaz de produzir efeitos: é igualmente carregado pela Confederação rural brasileira e a carrega para novas articulações e lugares, como discutirei ao final desse capítulo.

A agricultura familiar entrou nas relações internacionais da Contag por diversos caminhos. Foi levada para as articulações com sindicatos, como relatei no capítulo anterior, mas não foi ali que teve o maior impacto, e sim nos debates sobre comércio internacional no Mercosul, na OMC e nas disputas sobre a criação da ALCA, que ocorreram simultaneamente e tiveram mútuas influências. Nesse capítulo, trato justamente de como, no interior das disputas sobre comércio, a agricultura familiar emergiu como um elemento importante para a Contag, mas não só para ela. Diversos actantes, estatais e não estatais, associaram-se a essa ideia/prática/categoria de identificação, que foi capaz e agregar intenções e expectativas distintas e, com isso, se tornou elemento central nas redes. Isso ocorre de forma semelhante àquela identificada na tragédia ambiental de Doñana, na Espanha, na qual os pássaros emergiram não apenas como recurso usado pelos ambientalistas, mas como mediadores, sempre e quando permitiram a coordenação de práticas (RODRÍGUEZ-GIRALT, 2011). Um

mediador, na definição de Latour (2008), é qualquer ator capaz de provocar mudanças nas redes. Entendo que a agricultura familiar cumpre, aqui, um papel semelhante, sendo ator com papel de mediação, por meio do qual diversos atores/as estabeleceram interações.

Da mesma maneira como fez esse autor, buscamos compreender, aqui, o processo relacional “por meio do qual um coletivo específico se torna um coletivo, a despeito do número e da natureza das entidades envolvidas (...)” (RODRÍGUEZ-GIRALT, 2011, p.23). Para tanto, busco reconstruir como a Contag foi articulando elementos em torno da noção de agricultura familiar, constituindo assim um modo particular de compilar, ao que denomino *modo de compilar da agricultura familiar*. Reconstruo o processo pelo qual essa construção se deu revisitando as *controvérsias sobre o comércio internacional e sobre modelo de agricultura*.

Nesse Capítulo, ao retomar as críticas da Contag aos modelos de desenvolvimento nacional e sua prática de vincular o tema a processos domésticos e internacionais, quero dar destaque às raízes das ideias que nortearam a inserção nos debates sobre liberalização comercial que incluíam a agricultura. Em seguida, apresento as primeiras tentativas de interferir nos debates sobre trabalho e agricultura no Mercosul, que levaram à criação da Coprofam. Se esses esforços não geraram frutos imediatos, eles possibilitaram a criação de uma articulação que proporcionou à Contag um conjunto de novos aliados e a possibilidade de falar em nome de um ator regional. Depois, nas disputas da OMC (e, em menor medida, da ALCA), o tema da agricultura familiar ganhou estofamento, de maneira que, em 2003, amadureceu uma proposta da criação de um espaço para tratar de agricultura familiar no Mercosul. Em uma rara convergência de interesses e demandas em torno da agricultura familiar, estabeleceu-se um conjunto de alianças no âmbito do Mercosul, agregando atores/as estatais e não estatais, que levaram à criação da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar. Ali, por sua vez, estabeleceu-se um novo mecanismo de interação entre governo e sociedade civil, por meio do qual foram amplificadas demandas por políticas públicas para a agricultura familiar. Esse modo de compilar, que tem em seu centro a agricultura familiar, foi levado pela Contag para diversos espaços e articulações, e que também a carregou para novos horizontes. É de sua conformação que trato nas páginas a seguir.

4.1 Críticas aos modelos de desenvolvimento e à liberalização comercial

No discurso do sindicalismo rural, reflexões sobre o modelo de desenvolvimento brasileiro são relacionadas aos debates sobre comércio internacional nos questionamentos à permanência do modelo agroexportador no país, estabelecido sobre grandes propriedades de terra que em geral produzem monoculturas em grande escala e para exportação. Isso teve como contraparte, nas análises da Confederação sindical de trabalhadores rurais brasileiros, a crítica à escassez de apoio aos pequenos produtores (CONTAG, 1979, p. 8). O discurso da defesa dos pequenos agricultores face a uma economia internacionalmente dependente que prioriza *commodities*, compartilhado pela esquerda brasileira, foi sendo atualizado na medida em que o modelo de desenvolvimento também mudou. Primeiro, questionava-se a política de industrialização e as conexas críticas ao atraso e à baixa produtividade da agricultura brasileira, nas décadas de 1960 e 70. Mais tarde, a Contag denunciava a submissão ao Fundo Monetário Internacional e a sangria de recursos – que poderiam ser destinados a políticas internas de fomento – ao pagamento da dívida externa (CONTAG, 1985, p. 61). A crítica foi reforçada com a chegada das receitas neoliberais de redução do Estado, cujos ajustes penalizavam trabalhadores rurais e diminuía as possibilidades de crédito e apoio às atividades agrícolas (CONTAG, 1991, p. 10, 1995, p. 10).⁷⁴ No século 21, a Contag passou a referir-se não apenas ao latifúndio, mas também ao agronegócio, como o modelo conservador de desenvolvimento rural (CONTAG, 2005, 2009, 2013).⁷⁵

Sindicalistas rurais tiveram nessas formulações a base para organizar seu discurso em busca de interferir em debates sobre política agrícola de meados dos anos 1980. Afirmavam que as políticas de importação e exportação estavam prejudicando pequenos agricultores, em

⁷⁴ Esse quadro só mudaria no final da década, sob a avaliação de que a América Latina estava construindo alternativas ao neoliberalismo. A mudança no cenário político era atribuída, em boa medida, à ascensão de governos nacionais com “projetos populares” na região. A eleição de presidentes com propostas alternativas ao neoliberalismo na região, ainda que diferentes entre si, teria o mérito de “reduzir o avanço dos interesses dos Estados Unidos e da Europa na Região”, exemplificados pelo comemorado fracasso das negociações da Alca e entre o Mercosul e a União Europeia. A emergência do grupo dos países em desenvolvimento, o G-20, também foi lida como positiva devido a sua influência sobre os debates agrícolas. Apesar deles, no final da década a leitura era de que o neoliberalismo não havia sido derrotado, o capitalismo financeiro seguia forte na região, com agendas de forte impactos sobre a vida de agricultoras e agricultores (CONTAG, 2009). No Congresso seguinte, o 11o, a Confederação criticava o Brasil por ter se tornado agente proeminente do “projeto neocolonizador” que impactava especialmente a África e outros países da América Latina, investindo e expandindo seu modelo produtivo para outros países, sob a justificativa de reproduzir a propalada eficiência econômica (CONTAG, 2013, p. 19).

⁷⁵ Neste modelo, segundo a Contag, aliam-se setores agrícolas, industriais e financeiros (nacionais e internacionais), sem qualquer preocupação com as demandas locais ou interesses nacionais, como a garantia da soberania e segurança alimentar.” (CONTAG, 2013, p. 17).

lugar de permitir que expandissem o mercado agrícola. Defendiam que o Brasil poderia ser auto-suficiente na produção de alimentos para consumo interno mas, em vez de perseguir esse objetivo por meio de estoques reguladores, o governo Federal permitia a importação de produtos durante o período de safra, o que aumentava a concorrência e contribuía para diminuir ainda mais o valor dos alimentos produzidos no país. Frente a isso, propunha o incentivo à produção para consumo interno, exportação de excedentes e a proibição de importação, exceto quando comprovada a falta de produtos – em uma reformulação do discurso nacionalista atrelado ao fechamento comercial (CONTAG, 1985, p. 112).

Na década de 1990, o debate sobre desenvolvimento recebeu novo impulso com a filiação da Contag à CUT, que formulara seu próprio *Projeto de desenvolvimento sob a ótica da classe trabalhadora*, definido como desenvolvimento sustentável, trabalho digno e distribuição de renda, e privilegiando intervenções junto às instituições governamentais (GALVÃO, 2014b, p. 109). A formulação, pela Contag e pelas Federação Estaduais, do PADRSS, tem evidentes conexões com o debate cutista. Desenvolvimento foi, então, definido com dimensões econômicas, mas também sociais (incluindo clivagens como gênero e raça), de justiça e de preservação ambiental. Nesses debates, a Contag começou a defender mecanismos de participação social (CONTAG, 1999). Com isso, conferiu novo sentido às práticas de “atuar por órgãos no interior do aparelho do Estado” (MEDEIROS, 2014, p.204). A partir dessas formulações, agricultura familiar e participação social passaram a ser centrais nas formulações contaguianas. Posteriormente, elas foram traduzidas para as disputas transnacionais. É interessante notar que os debates sobre participação no interior da Contag são, praticamente, contemporâneas a estudos sobre políticas participativas no Brasil (ABERS, 1996; AVRITZER, 2002; DAGNINO, 2002). Isso parece indicar que trabalhadores rurais chegaram cedo nesses debates sobre conselhos de políticas públicas, possivelmente apontando que estiveram relacionados às discussões no interior do PT e da CUT sobre o tema e certamente indicando que a Contag rapidamente traduziu essas ideias para suas plataformas políticas e práticas.

A crise financeira que o Brasil enfrentava nos anos 1990 teve fortes impactos sobre agricultores e agricultoras. No período 95-96, houve diminuição da renda agrícola e redução de 832 mil empregos no campo. Argumentando que a queda do preço dos alimentos havia funcionado como uma “âncora verde” no controle da inflação do Plano Real, a Confederação reivindicava políticas diferenciadas para a agricultura familiar, com crédito para pesquisa, extensão e revisão da política de importações – de forma que a pauta do comércio exterior

continuava em evidência (CONTAG, 1995, p. 18). Em 1998, a Contag contabilizava o êxodo de 400 mil famílias de áreas rurais (CONTAG, 1998).

Inicialmente, a Contag criticava o crescimento da importação de alimentos que fora consequência da criação do Mercosul. Com o passar dos anos, o debate se complexificou e as reivindicações tornam-se mais específicas. No final dos anos 1990, reivindicava-se a criação de fórum de discussão com o governo Federal sobre alíquota de importação de produtos agrícolas que atingissem agricultores familiares, a criação de fundo de reconversão para a agricultura familiar nos países pertencentes ao Mercosul, taxa mínima de importação para produtos agrícolas em 40%, taxações sobre as importações de acordo com os custos de produção no Brasil ou estabelecendo subsídios compensatórios. Solicitava, também, que recursos gerados com a taxação de produtos agrícolas importados fossem destinados à agricultura familiar e que a importação de produtos somente fosse permitida quando houvesse falta no mercado interno. A pauta era protecionista, contrapondo-se aos movimentos de abertura comercial empreendidos pelo Estado brasileiro. Argumentava-se que a liberalização do comércio era fruto de pressão estrangeira e que obrigava a agricultura familiar “a concorrer com a importação, levando à inviabilização de vários produtos, o que não acontece com as economias centrais como os EUA e Europa. Nessas economias, os mercados são altamente protegidos, particularmente, aqueles onde os produtos do Brasil têm competitividade, como por exemplo, suco de laranja, frutas e calçados, nos EUA” (CONTAG, 1998, p. 11).

4.2 Traduzindo as discussões da ALCA e da OMC para agricultores familiares e trabalhadores rurais

Foi associada às ideias dos parágrafos anteriores que a Contag inseriu-se nos debates comerciais da década de 1990 sobre a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

A reação à Organização Mundial do Comércio (OMC) foi marcada por protestos que foram considerados “a primeira reação global à globalização neoliberal” (BERRÓN, 2007b, p. 11). Simultaneamente, negociações tiveram crescente presença da sociedade civil – inclusive dos países do Sul global (VON BÜLOW, 2014, p. 68).

Nas Américas, o eixo dos debates comerciais se expandia do Cone Sul para todo o continente com as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Proposta pelos governos do continente em 1994, a expectativa era a de que fosse negociada e aprovada,

no máximo, até 2005. A crítica à ALCA esteve presente nas formulações da Contag desde meados da década de 1990. Em análises de conjuntura, a Confederação a denunciava como uma ameaça à agricultura familiar e criticava a falta de mecanismos para a participação dos trabalhadores e trabalhadoras – o que não acontecia com os empresários. (CONTAG, 1997, p. 3).

A Contag engajou-se nesses dois processos ao lado de outras organizações. Não chegou a ser agente central nas formulações de estratégias, mas teve um papel de articulação que ganhou relevância após o início do governo Lula, em 2003. Nas articulações ali construídas, aproximaram-se ideias e discursos que tiveram reflexos sobre ações da Contag também no Mercosul. Sobretudo, engajar-se nessas controvérsias permitiu à Contag estabelecer contatos com um conjunto mais amplo de atores/as do que aqueles vistos nas controvérsias sindicais e colocar em destaque, nas suas formulações internacionais, tanto a agricultura familiar quanto as demandas por participação. Por fim, houve esforço da Contag na tarefa de tradução da crítica à OMC para o público de agricultores filiados aos sindicatos.

De forma geral, a demanda pela criação de espaços que garantissem a participação de agricultores e agricultoras familiares nas negociações e a expectativa de influenciar os acordos, marcaram o discurso da Contag em relação às negociações comerciais – Mercosul, ALCA e OMC, diferenciando-a de outros coletivos, notadamente da Via Campesina, que pregavam a saída da agricultura das negociações. Na busca de influenciar os acordos da ALCA, a Contag planejava reproduzir a experiência de articulação de organizações de produtores familiares do Mercosul.

Os planos eram promover iniciativas na Rede Interamericana Agricultura e Democracia (RIAD) e da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT), através da CUT. A RIAD havia apoiado os encontros que levaram à criação da Coordenadoria de Organizações de Produtores Familiares no Mercosul, em 1994 (CONTAG, 1998, p. 141; VIGEVANI, 1996, p. 43). Nota-se, aqui, a busca de reproduzir um formato de articulação que estava, na avaliação da Contag, funcionando. Já a CUT, à qual a Contag estava filiada naquele momento, tinha um setor internacional estruturado e atuação importante na Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) e na ORIT.

Porém, a Contag não precisou tomar a frente desse processo, posto que muitas outras organizações das Américas começaram a se preocupar com as negociações da ALCA nesse mesmo período e a proposta foi discutida – e criticada – intensamente em eventos como os Fóruns Sociais Mundiais e nos Fóruns Sociais das Américas. A Rede Brasileira pela

Integração dos Povos (Rebrip), à qual a Contag se filiou, foi ator importante para organizar debates sobre comércio.

A reação ao acordo comercial resultou na construção da Aliança Social Continental, uma rede de movimentos sociais, ONGs, pastorais sociais etc., que organizou uma a Campanha Continental de Luta Contra a ALCA, experiência única de coordenação transnacional que contribuiu para a produção do impasse que estagnou as negociações em 2005⁷⁶ (BERRÓN, 2007; VON BÜLOW, 2014). Em cada país, articularam-se campanhas nacionais. A principal estratégia da campanha brasileira foi a realização de um plebiscito popular – que, em 2002, angariou 10 milhões de votos, levando o debate para muito além das paredes das organizações de esquerda (SILVA, 2008a).

A Contag fez parte da coordenação nacional da Campanha. Enviou sugestões às consultas oficiais – uma prática pouco comum entre as organizações brasileiras –, divulgou a campanha em seus veículos de comunicação, inseriu o tema em seus debates e incentivou as federações estaduais a fazerem o mesmo. Integrou o Comitê de campanha no Distrito Federal e contribuiu com recursos e apoio material para as atividades locais, tendo sido bastante presente nas atividades de mobilização e menos proeminente no cotidiano da articulação local⁷⁷. Por fim, sindicalistas também participaram dos encontros continentais de planejamento e formulação e integraram comissões oficiais brasileiras em alguns dos eventos de negociação.

Havia na campanha uma visão de que era mais importante construir apoio popular ao posicionamento contra a ALCA do que participar de espaços institucionais, dado que o intuito geral não era melhorar o acordo, mas contrapor-se a ele. Houve momentos em que as organizações da campanha estiveram em eventos e debates oficiais e integraram comitivas brasileiras a reuniões internacionais, com o objetivo de angariar informações e repassá-las aos ativistas “do lado de fora”. Mas a estratégia institucional só ganhou fôlego a partir de 2003, com a chegada do PT ao governo federal e a abertura de canais de diálogo sobre política externa.

A Contag adotou essa estratégia com ênfase, agindo para estabelecer diálogos com o novo governo, do qual era politicamente próxima: participou de atividades oficiais, promoveu

⁷⁶ Berrón destaca a atuação dos camponeses no processo, mas não cita especificamente a Contag, atendo-se ao MST. O autor considera que as atividades contra a ALCA “configuram um movimento social transnacional contra o livre-comércio nas Américas” (BERRÓN, 2007a).

⁷⁷ Entrevista concedida por Suylan Midlej Silva.

eventos, solicitou reuniões, discutiu os termos do acordo, em muitos casos articulando seu discurso com a Coprofam. A afiliação à Coprofam permitiu à Contag inserir-se nos debates não apenas como uma voz nacional, mas também representando um conjunto de organizações do Cone Sul das Américas, o que foi facilitado porque, em 2003, a Secretaria Geral desta última estava a cargo de Alberto Broch, então vice-presidente da Contag.

Ao se engajar nessa controvérsia sobre a liberalização do comércio internacional, sindicalistas rurais brasileiros e sul-americanos reforçaram a conexão entre agricultura familiar e as negociações internacionais. A agricultura familiar figurou nas Declarações que foram construídas nesses encontros, ao lado de demandas por tratamento especial e diferenciado, por políticas públicas e por participação (COPROFAM, 2003a). A gestão petista no governo Federal mudou o perfil da política externa brasileira e, rapidamente, levou as negociações da ALCA a um impasse irreversível, que foi comemorado pelas organizações brasileiras e por suas aliadas regionais como uma vitória. Tal mudança também foi perceptível no debate sobre a OMC, ao qual nos voltamos a seguir.

Nos debates sobre a ALCA, a Contag conectou-se com um conjunto variado de atores de diversos setores e perfis, ampliando o escopo de suas alianças nacionais e internacionais.

O esforço de incidir sobre os debates da OMC

Seguiu dinâmica similar, a inserção da Contag nos debates sobre a Organização Mundial do Comércio, fundada em 1995 para gerir as regras do comércio entre países.⁷⁸ Na Rodada de Doha (2001-2005), na avaliação dos dirigentes da Contag, estavam sendo “gestadas as normas da globalização”⁷⁹. A Contag aliou participação em protestos com a postura de modificar os debates por dentro, sempre justificando sua participação pelo argumento de que era preciso defender a possibilidade de os países promoverem tratamento especial e diferenciado para a agricultura familiar no Brasil e nos países em desenvolvimento

⁷⁸ Para síntese histórica da ação coletiva transnacional relacionada ao comércio, ver von Bülow (2014, p.59 e ss.) A OMC compromissos firmados no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt, na sigla em inglês), focados no comércio de bens e incluiu acordos sobre serviços e propriedade intelectual. Em 2016, a OMC tinha 164 países-membros, que precisam ratificar os acordos ali negociados em seus parlamentos. “A transição do Gatt para a OMC representou a culminação do processo de criação de um regime global de comércio, com conjuntos estabelecidos de regras, direitos e práticas que modificaram a dinâmica de interação entre atores estatais e não estatais” (VON BÜLOW, 2014, p.67).. A partir da década de 1970, argumenta a autora, as negociações comerciais “transformaram-se em um foco de convergência, cruzando com e às vezes sobrepondo-se a muitas dessas outras mobilizações transnacionais, e atraindo cada vez mais Organizações da Sociedade Civil que até então não haviam se interessado por políticas comerciais” (ibid, p.62). Isso ocorreu porque o comércio internacional – e as regras - expandiram-se e acabaram por ter efeitos sobre regulamentações ambientais e alimentares domésticas, entre outras (p.66-67).

⁷⁹ Entrevista concedida por Alberto Broch.

(CONTAG, 2005, p. 46). A justificativa para isso residia no papel “econômico, social e na segurança alimentar” desses produtores (CONTAG, 2007, p. 3).

Tomando como referência a possibilidade aberta no parágrafo 13 da Declaração de Doha, partiu do argumento de que a agricultura é crucial para a economia de países em desenvolvimento, sendo necessário poderem aplicar políticas agrícolas que contribuíssem para a redução da pobreza e para a segurança alimentar. Para a Contag, apropriar-se desse tema significou amplo esforço em desenvolver capacidade de apresentar propostas sobre regras multilaterais de comércio e de políticas para a proteção e promoção da agricultura familiar. Por outro lado, as negociações da OMC se tornaram pauta de demanda em reuniões, pronunciamentos públicos, de seminários e dos *Gritos da Terra* (CONTAG, 2010, p. 5).

Conseguir as credenciais para acompanhar os debates oficiais e ter acesso, nos corredores, aos representantes do governo brasileiro “era uma luta”⁸⁰ até que, em 2003, o governo Lula aumentou a presença da sociedade civil nas delegações oficiais, assumindo um papel inovador e peculiar de apoio, inclusive financeiro, à presença de organizações não estatais em debates internacionais. Até então, viagens das delegações contaguianas eram possíveis por meio de recursos obtidos em projetos apresentados a ONGs como a *Oxfam* e a *ActionAid* (COPROFAM, 2005). Para a organização brasileira, os custos de envio de representantes para essas atividades eram considerados altos – importantes “porteiros” que interferem nas possibilidades de ampliar esse tipo de ação –, de forma que é visível, nesses casos, o papel de grandes ONGs internacionais em possibilitar a presença de ativistas rurais nessas atividades e, mais recentemente, do governo brasileiro.⁸¹

Nesses debates, a Contag articulou-se em redes que discutiam o comércio, como a Riad e, depois, a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip). Também se aliou a seus

⁸⁰Entrevista concedida por Alberto Broch.

⁸¹ Os esforços de coordenação de organizações de vários continentes eram enormes. A Contag esteve em Dakar, Senegal, representando a Coprofam em Seminário organizado pela ROPPA, que considerava aquele ano “crucial em matéria de negociações agrícolas” e pretendia alinhar posições das organizações de agricultores em relação à reunião da OMC em Cancun, prevista para setembro daquele ano (COPROFAM, 2005). Em Cancun, o acordo agrícola esteve no centro da disputa. A pressão externa por meio dos protestos e a intervenção do G-20, formado por países em desenvolvimento, fez com que as negociações da OMC em Cancun terminassem sem sucesso. A reunião foi considerada um fracasso pela OMC e uma vitória importante para as organizações. Em 2004, negociações foram retomadas e a Contag participou das preparatórias para a Reunião Ministerial de Hong Kong, agendada para o ano seguinte. Ao mesmo tempo, tentava influenciar diplomatas brasileiros para que não negociassem acordos que pudessem minar as possibilidades de proteção da agricultura familiar nos países em desenvolvimento – e a pressão se dava em espaços como os eventos tratados anteriormente ou em conversas durante as viagens aos encontros. O principal ponto costumava ser a importância da defesa das peculiaridades da agricultura familiar. “Ao mesmo tempo dizia estamos aqui, a agricultura familiar está aqui, o país é livre para fazer política pública e vocês, em nome do acordo comercial, não podem abrir mão disso” (Alberto Broch, entrevista em 02/12/2016).

parceiros tradicionais, como a UITA. Em 2002, publicou o livreto “A OMC e o sistema mundial de alimentação”, uma tradução de texto da UITA que contou com apoio do *Solidarity Center* da AFL-CIO, a confederação sindical norte-americana. No caderno, eram discutidos em detalhes os impactos da OMC sobre a agricultura e a conclusão tratava da estratégia sindical – que não deveria estar apenas nos protestos e campanhas, nem apenas na estratégia de pressionar para que temas relativos a direitos fossem incluídos, mas em “combater o regime de livre-comércio e investimento como um todo (...) uma estratégia que desafie fundamentalmente o regime e os interesses empresariais subjacentes” (CONTAG, 2002, p. 48). Falava-se também em campanhas destinadas aos governos para que revisassem normas e tratados existentes em desacordo com direitos fundamentais.

Em 2006, nova publicação, agora no formato de quadrinhos, teve apoio da *Oxfam* e foi redigida pela vice-presidência e secretaria de relações internacionais da Contag. O texto tratava dos subsídios nos países desenvolvidos, da possibilidade de os países subdesenvolvidos manterem políticas tarifárias de regulação da importação de produtos agrícolas, da disputa sobre a entrada de empresas estrangeiras nas compras governamentais, do acesso a mercados de produtos não-agrícolas e também dos acordos sobre propriedade intelectual e serviços (CONTAG, 2006, p. 17). Importa, com esses dois exemplos, destacar o papel assumido pela Contag na tradução de debates transnacionais para sindicalistas que atuavam nos estados e municípios e para pequenos agricultores – um interessante papel de mediação que já havia aparecido nas ações contra trabalho infantil e escravo e que reaparece aqui.

Na crítica aos rumos dos acordos e na preocupação com seus impactos sobre agricultores e agricultoras, a Contag convergia com o conjunto dos movimentos sociais rurais brasileiros. Havia, no entanto, importantes diferenças. A Contag entendia ser necessário disputar posições de forma a evitar os efeitos maléficos das decisões dos governos reunidos na OMC: os acordos ali poderiam ser melhorados de forma a prejudicar menos os agricultores e agricultoras familiares. Já, as organizações, vinculadas à Via Campesina, questionavam a existência mesma da OMC e a legitimidade da organização para definir temas de comércio (DESMARAIS, 2013, p. 164 e ss)).

Isso ajuda a entender as nuances do posicionamento da Contag, que fazia parte da Delegação Oficial brasileira que foi a Genebra, em 2008, acompanhar as negociações, ao lado do MST e da Fetraf (“MST e Contag prometem reagir a acordo na OMC”, 2008). Naquele

momento, as negociações da Rodada de Doha entraram em um impasse, imediatamente comemorado:

A OMC perde a oportunidade de promover regras mais justas para o comércio internacional. Perde a possibilidade de promover a indústria, a Agricultura e, principalmente, de proteger a Agricultura familiar enquanto base indispensável para o desenvolvimento rural sustentável, a soberania e a segurança alimentar dos Povos em Desenvolvimento, num momento em que o mundo passa por mais uma crise de abastecimento decorrente da alta dos preços dos alimentos. (CONTAG, 2008b, p. 2).

Nos anos seguintes, as negociações continuaram. O Itamaraty manteve a prática de incluir organizações da sociedade civil nas delegações nacionais para as reuniões internacionais. Nas atividades preparatórias à Reunião Ministerial em Nairóbi, em 2015, as organizações presentes questionaram o “minipacote” negociado pelo Brasil com os países da OMC sobre temas agrícolas, subsídios e créditos de exportação, ajuda alimentar, transferência em regulação doméstica, transparência em regras, estoques de ajuda alimentar e novos temas. O debate indicava que o tema, apesar de menos intenso do que nas décadas anteriores, seguia vivo.

Em síntese, nessa controvérsia sobre a liberalização do comércio internacional, desdobrada nas articulações contra a ALCA e sobre como tratar da agricultura na OMC, a Contag se incorporou aos debates demandando atenção à agricultura familiar nas negociações e articulando-se com redes de ativismo nacionais, que por sua vez estavam conectadas com redes transnacionais. As dinâmicas aqui identificadas são de pressão sobre negociadores nacionais e de tradução de debates para federações e sindicatos rurais. Entre as ações, figuram campanhas, protestos e esforços de interferir diretamente em reuniões e posicionamentos do governo brasileiro.

Assim como no caso da ALCA, nas articulações em torno dos debates da OMC há conexões com uma ampla gama de atores/as, de diferentes formatos institucionais, indicando uma multiplicação da capacidade da confederação de trabalhadores rurais brasileira estabelecer laços transnacionais. Há ainda transformações nas relações com o governo brasileiro após 2003, visíveis na maior abertura para debates relativos à política externa brasileira.

Além disso, a descrição dessa controvérsia indica que, ao engajar-se nela, a Contag já mencionava os três elementos que acabaram por ser centrais para a sua inserção transnacional:

a representação da agricultura familiar, a demanda por políticas diferenciadas e por participação nas decisões internacionais capazes de impactá-las. Porém, não era ainda a partir delas que organizava sua inserção internacional.

Se, nesse momento, a Contag conseguiu incidir, mesmo que parcialmente e ao lado de outras organizações nos debates, ela ainda não foi capaz de, com essas ferramentas, alterar os termos dos debates e de encontrar espaços em que sua inserção era fundamental para a realização de debates e disputas internacionalmente. Isso só foi possível em outro espaço, no âmbito do Mercosul e, a partir dele, desencadear-se impactos em diversas outras relações estabelecidas pela Contag, como veremos a seguir.

4.3 Levando as demandas de pequenos produtores ao Mercosul: primeiras tentativas

O Mercado Comum do Sul das Américas, Mercosul, foi instituído pelos governos da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai em março de 1991. Sindicalistas da região, que vinham acompanhando os debates sobre a criação do bloco, levaram pouco tempo para se posicionar. Já em dezembro, centrais sindicais dos quatro países, além do Chile e da Bolívia, expressaram seu “apoio crítico”. No geral, o apoio era no sentido da concordância com a necessidade da integração regional e na sua potencialidade para o desenvolvimento da região, enquanto a crítica era dirigida aos benefícios a empresas multinacionais em detrimento das domésticas, à falta de consulta apropriada a atores/as envolvidos no processo e a possíveis consequências negativas para trabalhadores, tais como “aumento do desemprego, piora nas condições de trabalho, aumento das violações aos direitos trabalhistas e desregulamentação das relações de trabalho” (CUT, 1991, apud VON BÜLOW, 2014, p. 89).⁸²

O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais vinha acompanhando esse debate e, também rapidamente, defendeu “uma integração do Cone Sul que garanta ampla participação da sociedade civil organizada e que respeite os direitos fundamentais dos povos latino-

⁸²Houve debate intenso sobre esse tema entre as centrais sindicais agrupadas na Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), tendo a linha de apoio crítico vencido por poucos votos. O movimento sindical da região há tempos defendia, retoricamente, a integração e construiu laços de solidariedade durante os regimes militares das décadas anteriores, mas temiam o fortalecimento de empresas multinacionais e alguns setores preocupavam-se com a “lógica neoliberal” que orientava o bloco. Além disso, não havia garantias de que os sindicatos conseguiriam exercer influência sobre o processo. A posição favorável ao bloco da central sindical uruguaia, PIT-CNT, foi importante influência sobre a central brasileira, a CUT (VON BÜLOW, 2014, p. 88).

americanos, como forma de se contrapor a projetos antidemocráticos e estritamente comerciais como, por exemplo, o Mercosul” (CONTAG, 1991, p. 52). Apesar do apoio à integração regional, então, a postura era de contraposição ao bloco, diferindo das centrais sindicais.

O Tratado de Assunção preocupava especialmente agricultores e agricultoras da região Sul do país, temerosos da concorrência dos produtos provenientes da Argentina e do Uruguai. A federação gaúcha, após esforço de compreender o processo que se iniciava, preparou materiais e realizou reuniões em comunidades do estado explicando o Tratado, o que era o Mercosul e o que significava um bloco comercial.⁸³ Na mesma época, começaram a ser feitas articulações regionais de organizações de agricultores, aproveitando contatos pontuais com cooperativas e sindicatos das regiões fronteiriças⁸⁴. Há registros de um encontro realizado em áreas de fronteira em 1991, em que pequenos produtores buscavam “apropriar-se” das discussões do processo de integração, além de dois Encontros de Dirigentes Sindicais de Pequenos Produtores ocorridos no Uruguai e na Argentina (CONTAG, 1994, apud PICOLOTTO, 2011, p.168). Pouco depois, entre 1993 e 1994, houve reuniões entre organizações dos quatro países do Mercosul, novamente para conhecer e avaliar as consequências do bloco – com apoio da Fundação Charles Leopoldo Meyer e da Fundação Interamericana (COPROFAM, [s.d.]).

Silvio Marzaroli, da Comissão Nacional de Fomento Rural⁸⁵, do Uruguai, foi figura chave desses processos⁸⁶, tendo articulado organizações de agricultores dos quatro países do bloco, possivelmente, por meio da Rede Interamericana de Agricultura e Democracia (RIAD), que apoiou a realização de encontros que possibilitaram a criação da Coordenadoria de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul, a Coprofam (CONTAG, 1998, p. 140; VIGEVANI, 1996, p. 43).

A reunião que institucionalizou a articulação que, depois, viria a se chamar Coprofam aconteceu em 1994, na cidade de Porto Alegre, RS e reuniu 60 dirigentes de organizações de “agricultores familiares e camponeses” dos quatro países (COPROFAM, [s.d.]). A Coprofam

⁸³ Entrevista concedida por Alberto Broch, presidente da Contag no momento da entrevista, 2016, e vice-presidente da Fetag-RS no período narrado.

⁸⁴ Entrevista concedida por Alberto Broch.

⁸⁵ A CNFR é uma organização sindical (gremial) que existe desde 1915 e se auto-denomina a principal organização representativa de cerca de 1500 pequenos e médios produtores do país, articulados por meio de 98 organizações de primeiro grau chamadas Sociedades de Fomento Rural, Cooperativas Agrárias e outros formatos.

⁸⁶ Entrevista concedida por Alberto Broch.

acabou por articular 14 organizações de perfil variado, agregando sindicatos e movimentos sociais. Reuniu a CNFR, a Contag, a poderosa Federação Agrária Argentina (FAA) e grupos menores do Paraguai, mas também do Chile, Bolívia e Peru.⁸⁷

Possivelmente, como reflexo dessas articulações (além, é claro, da aproximação entre Contag e CUT), a Contag, em 1995, novamente discutindo o Mercosul, orientava sua crítica não mais ao Mercosul como um todo, mas à

visão exclusivamente comercial e financeira, como se a integração regional fosse apenas uma forma de ampliação de mercados, para facilitar as transações entre as empresas instaladas nos quatro países. É totalmente desconsiderado o enorme potencial de identificação e sistematização de estratégias de sobrevivência e de concepções alternativas de desenvolvimento (CONTAG, 1995, p. 24).

Foi a partir dessa nova orientação, então, que a Contag posicionou-se nos debates regionais sobre integração comercial, em meados da década de 1990.

A aposta da Contag na Coprofam pode ser melhor entendida face a três processos: 1) a Confederação rural havia participado da fundação, também em 1994, da Coordenadoria de Latino-Americana de Organizações Camponesas (CLOC), onde era responsável por debates sobre trabalhadores rurais, mas se afastou dela progressivamente. Concorreram para isso fatores como as duras críticas do coletivo ao Mercosul, ao lado da proeminência de movimentos rurais brasileiros que mais tarde acabaram conformando o campo da Via Campesina – com o qual a Contag manteve alianças pontuais e convergências na crítica aos processos de liberalização do comércio internacional, mas por vezes adotando estratégias divergentes. 2) Paralelamente, os movimentos rurais, que inicialmente estiveram nas articulações da Coprofam, também se distanciaram – começava, aí, a estruturação de dois campos independentes dos “pobres rurais” nas Américas, para usar o termo de Borras *et al.* (1998). Esses autores, no entanto, não tratam da Coprofam em seus textos, mantendo a atenção na maior e internacionalmente mais conhecida Via Campesina. 3) Por fim, disputas internas à Contag e inclusive internas ao grupo cutista, provocaram rupturas nas linhas de ação internacionais da Confederação, que precisou reformular suas estratégias. Em 1995, quando o pernambucano Manoel de Serra assumiu a presidência da Contag, sob críticas de

⁸⁷ A Coprofam foi fundada oficialmente em 1994 com participação da Contag, da CNFR, da Associação de Mulheres Rurais do Uruguai (AMRU), Associação de Colonos do Uruguai (ACU), Intergremial de Produtores de Leite (IPL), da Federação Agrária Argentina (FAA), da União Agrícola Nacional (UAN), do Movimento Unitário de Campesinos e Etnias do Chile (MUCHECH) e da Confederação Nacional da Agricultura Familiar Campesina Voz del Campo, do mesmo país, além da Coordenadora de Integração de Organizações Econômicas Campesinas da Bolívia (CIOEC), da Central Campesina do Peru (CCP), da Federação Agrária Argentina (FAA) e da Mesa Coordenadora de Organizações de Produtores Familiares da Argentina.

parte do grupo cutista, diversos assessores da Contag demitiram-se, inclusive o assessor de relações internacionais. A ruptura desestruturou parte das articulações que vinham sendo construídas. A vice-presidência, naquele ano, foi assumida por Alberto Broch, gaúcho, que já vinha acumulando debates sobre o Mercosul desde que ocupara a presidência da Fetag-RS, e que tomou a frente da construção de articulações procurando novos aliados internacionais, para o que enfatizou investimentos políticos na Coprofam.

A Contag vinha buscando aliados para fazer frente às ameaças que, avaliavam, poderiam vir do Mercosul e da virada neoliberal da economia brasileira mas, para interferir no bloco, era necessário conseguir que suas demandas e questionamentos fossem ouvidos nos debates regionais e pelos governos nacionais individualmente. Junto com outras organizações da Coprofam, organizaram seminários e apresentaram demandas para ser formalmente ouvida em atividades do Mercosul, buscando afirmar-se como representantes das organizações da agricultura familiar da região dentro e fora do Mercosul (COPROFAM, [s.d.], p. 9).

Os trabalhadores e pequenos proprietários rurais buscaram, inicialmente, incidir nas decisões relativas à criação do Mercosul por dois eixos: via discussões trabalhistas e via discussões sobre política agrícola.

A Contag avaliava faltar ao Mercosul atenção aos aspectos socioeconômicos da integração, em especial às questões trabalhistas. Criticava a falta de consenso entre governos, empresários e trabalhadores sobre regulação trabalhista, emprego e seguridade social no então denominado Subgrupo 11 (chamado inicialmente de “Assuntos Laborais” e depois redesignado “Relações de trabalho, emprego e seguridade social” e, em 1995, renumerado para Subgrupo 10). Apontava, como desafios à integração, importantes diferenças entre as legislações nacionais e nos valores salariais. Em comum, porém, os países tinham práticas de descumprimento da legislação e condições precárias de vida e trabalho (CONTAG, 1995, p. 76). Em 1998, a crítica dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros ao Mercosul se intensificou e passaram a demandar a criação de espaços para discussões sobre assalariados rurais no bloco. Para os assalariados, o “Mercosul significou desemprego e precarização dos postos de trabalho” e os sindicalistas identificaram crescente número de trabalhadores que cruzavam fronteiras em busca de oportunidades, os “transfronteiriços”. Vale notar, nesse ponto, que atenção a trabalhadores e trabalhadoras nas fronteiras continuava sendo uma demanda em 2016 (CONTAG, 1998, p. 141). Isso indica, além do pouco avanço em relação ao tema, a existência de maior dificuldade para que alguns temas se tornassem objeto de debates e preocupação em ambientes transnacionais do que outros, devido aos diversos

“porteiros” que enfrentam nas viagens entre um e outro local (ALVAREZ *et al*, 2014, p.3). Nesse caso, possivelmente, indica a dificuldade de trabalhadores precarizados de tornar suas demandas prioritárias seja para governos, seja nas próprias organizações de trabalhadores.

Já nos debates sobre política agrícola, a preocupação na Contag era com a competitividade da produção brasileira, afetada pela concorrência de produtos importados, por vezes, subsidiados. A demanda era por políticas diferenciadas, que permitissem ao setor tornar-se competitivo. Falava-se em programas de financiamento para reconversão⁸⁸ das atividades agropecuárias para que pudessem fazer frente à competição de produtores de outros países do Mercosul, apoio à recuperação e modernização dos sistemas de produção, inclusive com acesso a tecnologias e a crédito para comercialização. Outros itens da pauta eram a formação de estoques reguladores, revisão da carga tributária e melhoria de estradas para o escoamento da produção, além da preocupação com a criação de mecanismos que impedissem a compra de produtos subsidiados, cujo baixo valor prejudicasse a produção agrícola e extrativista de base familiar (CONTAG, 1998).⁸⁹ Nesse período, a Contag planejava combinar sua atuação institucional com “mobilizações de massa”, tendo incluído reivindicações referentes ao Mercosul nas pautas dos *Gritos da Terra* e em outras atividades nacionais, e o centro do debate eram demandas por políticas de reconversão (CONTAG, 1998, p. 140).

Por meio da Coprofam, tentava influenciar o Subgrupo de Trabalho número 8 (SGT8), destinado à “Política Agrícola”. Foram organizados três seminários, em 1994, 1996 e 1997, acordando suas demandas pela caracterização da agricultura familiar no bloco e de estruturação, pelos países, de políticas diferenciadas (CONTAG, 1995, p. 140). As propostas chegaram a ser apresentadas ao SGT8 em 1996 (COPROFAM, [s.d.]). Porém, as articulações jamais conseguiram influenciar as pautas do SGT8 da forma esperada pela Coprofam.

Ainda assim, já neste momento inicial, as articulações evoluíram mais via SGT8, de agricultura, do que via SGT11, de trabalho, e o MSTTR percebia que os temas de interesse de assalariados perdiam força no debate internacional. Mesmo no interior da Coprofam, havia mais ênfase nas questões relativas aos pequenos agricultores e agricultoras do que nas questões dos assalariados e assalariadas. A Contag chegou a discutir esse tema no 7º CNTR e

⁸⁸ Denominou-se "reconversão competitiva" o "processo de adaptação de setores, ramos de atividade e unidades de produção identifica como sensíveis" ao processo de mudanças iniciado pela criação do Mercosul. Para participar de um mercado integrado, entendia-se ser necessário fomentar a competitividade da agricultura brasileira, com interferência governamental ativa (IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICOS E SOCIAL, 1994)

⁸⁹ Entrevista concedida por Luiz Vicente Facco.

avaliou que isso se dava porque “a maioria das entidades no Mercosul representa exclusivamente agricultores familiares, razão pela qual as políticas discutidas na Coordenadoria voltam-se prioritariamente para a agricultura familiar, apesar de a Contag representar também assalariados” (CONTAG, 1998, p. 140).

Tais eram os planos em 1998, mas não foi por meio dos subgrupos já existentes que foi possível inserir o debate sobre agricultura familiar no Mercosul, como veremos a seguir.

4.4 Associando a agricultura familiar ao Mercosul

A agricultura familiar – como ideia, como maneira de organizar o trabalho agrícola e como categoria de identificação – começou a circular no Brasil entre o final da década de 1980 e a década de 1990, tendo sido adotado em diversas pesquisas do período (ABRAMOVAY, 1998; KAGEYAMA, ÂNGELA; BERGAMASCO, 1989; SILVA, 1996; VEIGA, 1996). Tratou-se de “processo político de construção da categoria socioprofissional agricultor familiar e de respectivos quadros institucionais, cujos agentes foram dotados de legitimidade para redefinir significados, assim marcadores dos sinais positivos que passaram a ser associados ao termo agricultura familiar” (NEVES, 2007, p. 2). Também pesquisas foram impactadas por esse conceito, um mediador, na medida em que foi capaz de provocar alterações nas redes. Essas pesquisas

passavam a não mais buscar somente a condições precárias e de inferioridade desse segmento da agricultura (indícios do seu fim eminente), mas a procurar mostrar a sua importância socioeconômica, a diversidade, a capacidade produtiva e, acima de tudo, que a forma de exploração familiar foi a grande responsável pelo significativo desenvolvimento da produção de alimentos no Brasil e em grande parte do mundo desenvolvido. (PICOLOTTO, 2011, p.21)

O termo chegou às políticas públicas de crédito agrícola brasileiras com a criação do Programa Nacional de Fomento à Agricultura Familiar, em 1996 (SCHNEIDER; SILVA; MARQUES, 2004). Ele ganhou destaque no discurso da Contag nesse período, em meio à reformulação das plataformas sindicais em curso. Viajou para países do Cone Sul no processo de criação e fortalecimento da Coprofam e encontrou ressonância nos debates sobre comércio internacional na ALCA, mas, principalmente, na OMC. Foi levada a um novo patamar quando, a partir de 2003, o governo Lula reorientou a linha de ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Tanto MDA como Contag/Coprofam agiram para levar a

agricultura familiar ao Mercosul, onde encontraram novos aliados, como o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrário, FIDA, e aprofundaram contatos com a FAO. A Contag foi, portanto, um entre muitos actantes nesse *processo de tradução da agricultura familiar regionalmente, mas foi um ator central em termos de formulação e de articulação das ideias e de aliados*.

A associação da agricultura familiar ao Mercosul foi formalizada com a criação, em 2004, da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (Reaf), vinculada ao Grupo do Mercado Comum, órgão executivo do bloco, ao qual é subordinada.

Alguns trabalhos já trataram do processo de criação da Reaf e dos diversos atores que nele se envolveram (CARVALHO, 2011; NIERDELE, 2016; RAMOS et al., 2014; VON BÜLOW; CARVALHO, 2012). Aqui, para não repetir toda essa história, vou enfatizar apenas que associaram-se à agricultura familiar e convergiram, em suas ações, para levá-la ao Mercosul, mantendo o foco de como a Contag engajou-se nesses debates. A experiência da construção da REAF é relevante na medida em que propiciou a articulação de um novo “modo de compilar” que permitiu à Confederação brasileira estabelecer novas alianças e engajar-se em novas disputas, agora com um papel de formulação e estruturação das redes em que se engaja, de modo que sua presença se tornou central para a estruturação das articulações e sua presença, mais visível.

Em suma, Contag e as organizações da Coprofam buscavam tratamento especial para agricultura de base familiar, diferenciando-a da agricultura patronal ou empresarial, demandando dos países políticas públicas a partir da percepção de que integração regional era necessária, mas que não poderia ser apenas integração econômica. No Brasil, as figuras de Alberto Broch, que em 2003 era vice-presidente e secretário de Relações Internacionais e sua assessoria, em especial o Luis Vicente Facco, aliados, sobretudo, à liderança do Uruguai vinculadas à Comissão Nacional de Fomento Rural (CNFR) daquele país, que já vinham atuando no fortalecimento da Coprofam, foram figuras centrais para a construção desse argumento.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), reformulado com o início do governo Lula, em 2003, passava a enfatizar a agricultura familiar como atividade produtiva, com capacidade de geração de emprego e distribuição de renda, conectando-a aos debates sobre segurança alimentar, a superação da pobreza e acesso a alimentos comida. Por um lado, apoiava-se na campanha de combate à fome estabelecida pelo recém-empossado presidente Lula para defender políticas públicas de fomento em lugar de políticas compensatórias, no

que se aliavam a José Graziano, um dos primeiros pesquisadores do tema no Brasil e que, naquele momento, coordenava o Programa Fome Zero; por outro, buscava meios de se contrapor ao discurso do poderoso Ministério de Agricultura na ALCA, na OMC e no Mercosul, que priorizava os interesses do agronegócio, e frente ao qual o MDA começava a formular um discurso sobre integração dos povos pautada em políticas públicas.⁹⁰ Eram figuras relevantes nesse processo o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, oriundo das gestões petistas no Rio Grande do Sul e de uma tendência do Partido afeita à participação da sociedade civil, e seu assessor internacional, Laudemir Müller.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) facilitou os debates em termos diplomáticos. Também esse órgão foi afetado pela decisão do presidente Lula de conferir prioridade ao Mercosul (GUIMARÃES, 2006b). Dentro dele, envolveram-se nos debates sobre agricultura familiar a equipe da Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome (CGFOME), criada em 2004 para coordenar ações do governo brasileiro de combate à fome no âmbito internacional e que tinha como equipe os diplomatas Milton Rondó e Carmen Gerpe, a única mulher mencionada frequentemente nesse conjunto de articulações.

A Coprofam vinha aliando-se ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), agência da ONU de perfil financeiro, dedicada à erradicação da pobreza e da fome em áreas rurais, que financiava projeto de estruturação da coordenadora e que mantinha um programa de cooperação com o Mercosul voltado à superação da pobreza. O FIDA identificou, nas demandas da Coprofam, uma possibilidade de criar espaços de formulação conjunta entre sociedade e governos do bloco, algo que já vinha buscando (PROGRAMA REGIONAL FIDA MERCOSUR CLAEH, 2013). Apoiou financeiramente a realização de um seminário da Coprofam para discutir assimetrias e propostas para a região e que resultou na “Carta de Montevideu”. Esse texto tornou-se um marco na busca por espaço no Mercosul, um dispositivo no qual foram inscritas as demandas e por meio do qual elas conseguiram chegar à coordenação do bloco. A Carta concentrava-se em três pontos: harmonização das políticas macroeconômicas, harmonização de políticas agrícolas para superar assimetrias entre os países e, por fim, reafirmava a existência de duas agriculturas diferenciadas no bloco – de base empresarial e de base familiar, sendo que “os empreendimentos familiares rurais precisam de tratamento especial”. A proposta, naquele momento, era de criação de um grupo

⁹⁰ Entrevistas concedidas por Laudemir Müller, em 2017, durante esta pesquisa de doutorado, e anteriormente, em 2009, durante pesquisa para dissertação de mestrado.

ad hoc especializado, no marco do SGT8 (Agricultura), com participação de representantes dos governos e da Coprofam, para, em um prazo de seis meses, propor agenda de política diferencial sobre agricultura familiar (COPROFAM, 2003b, p. 3).

Porém, foi outro o caminho encontrado: a criação de uma Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (Reaf), que instituiu formalmente o tema no Mercosul e recebeu atribuição “fortalecer as políticas públicas para o setor, promover o comércio dos produtos da agricultura familiar e facilitar a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar da região” (MERCOSUL, 2004). Entretanto, a experiência ainda tinha que se provar viável e politicamente relevante, o que requereu esforços conjuntos da sociedade civil e de governos – sobretudo brasileiro e uruguaio – para superar resistências da Argentina e do Paraguai, para quem eram estranhas não só a ideia de que havia um modelo diferente de agricultura, mas também de que atores/as não estatais poderiam ter voz em debates no bloco.⁹¹ O primeiro acordo possível foi que atores/as não estatais só poderiam ter a palavra quando autorizados pelo respectivo governo nacional, e funcionou assim até que se chegasse a um novo acordo, de forma que as reuniões só tiveram intervenções abertas para todos os setores depois de algum tempo.

Assim, a possibilidade de participação de agricultores e suas organizações nos debates foi, em si, uma controvérsia, cuja superação dependeu de estratégias formuladas tanto por atores/as estatais como pelas organizações rurais – em uma convergência rara de interesses e ações, possibilitada pela convergência de projeto político (DAGNINO; OLVERA; ALDO PANFICHI, 2006). Não pretendo reconstruir as inúmeras interações entre governos e organizações da sociedade, mas aponto a relevância dessa interação em todo processo e sua capacidade de gerar propostas e estratégias que dificilmente seriam formulados por cada um deles individualmente (ABERS; KECK, 2008).

As interações indicam, por fim, que o modo de compilar, isto é, a maneira estável de reunir elementos que estava sendo formada aí foi fruto não apenas das intenções de um ator específico, mas das diversas relações aí estabelecidas, e que as interações entre organizações sindicais e governos foram centrais nesse processo.

A REAF tornou-se uma experiência pioneira de tradução do modelo participativo brasileiro para um espaço regional. Foram instituídas reuniões em dois âmbitos: as Seções Nacionais e a Seção Regional. Nas Seções Nacionais, realizadas em cada país, devem ser

⁹¹ Entrevistas concedidas por Laudemir Müller e Luis Vicente Facco.

estabelecidos posicionamentos de consenso entre governos e organizações da sociedade civil sobre temas específicos e definidas prioridades a ser levadas às Seções Regionais. Estas, por sua vez, são realizadas a cada semestre no país que detém a Presidência *pro tempore* do Mercosul. Em ambas Seções – Nacional e Regional – são previstos momentos de articulação separados para organizações da sociedade, em geral antes das reuniões conjuntas. Há ainda reuniões dos GTs e dos coordenadores nacionais que precedem os encontros nos dois níveis.

Efetivamente, porém, nem todas as Seções Nacionais funcionaram da mesma forma. Sua criação seguiu ritmos diferentes e seu funcionamento adotou dinâmicas próprias em cada país. Posto que a experiência brasileira nas Seções Nacionais estruturou-se mais rapidamente, a Contag acabou sendo convidada para apoiar a estruturação de Seções Nacionais em outros países (CONTAG, 2012). Em 2014, dez anos depois de estabelecido o modelo, ainda se falava no fortalecimento das Seções Nacionais.

No Brasil, a convergência de interesses entre o MDA e das organizações rurais possibilitou a existência de reuniões das organizações da sociedade prévias às reuniões conjuntas com o governo e que reuniram associações e movimentos de abrangência subnacional, envolvendo-as em debates regionais (VON BÜLOW; CARVALHO, 2012). Essa relação foi, por vezes, tranquila; por outras, houve disputas e diferenças que dificultaram a construção de consensos. Tanto nas reuniões nacionais como nos encontros internacionais da REAF,⁹² é visível o papel de articulação e de proposição da Contag, que permaneceu como um ator central para a proposição de temas, para a negociação e articulação de proposições.

⁹² Acompanhei diversas Seções Nacionais brasileiras e uma Seção Regional no Uruguai entre 2008 e 2010, durante pesquisa de mestrado, no qual é possível encontrar detalhes sobre a atuação da Contag (CARVALHO, 2011). Para análises dos temas tratados – que indicam os elementos que a conformaram, os que tiveram maior êxito e outros que não prosperaram, ver MDA, 2010.

4.5 O que caracteriza esse modo de compilar?

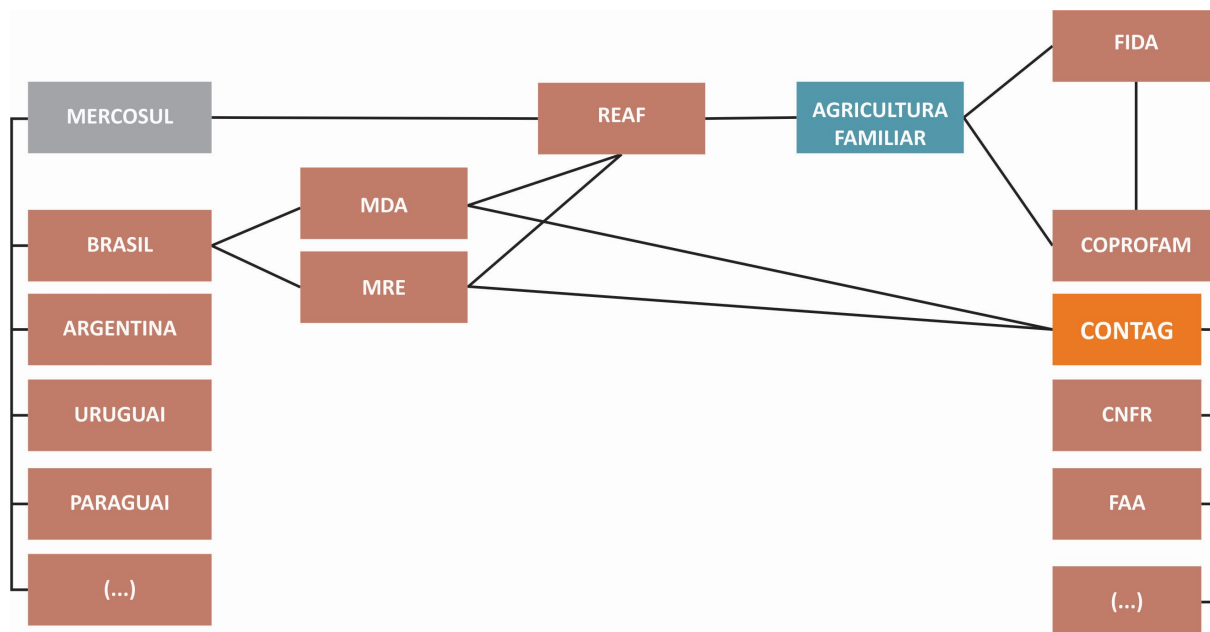


Figura 6 – Síntese das associações transnacionais da Contag em torno da agricultura familiar no Mercosul

Fonte: elaboração própria

A Figura 6 sintetiza como, a partir das demandas por atenção à agricultura familiar (em azul), a Coprofam e as organizações nacionais que a compõem, articuladas a setores de governos nacionais, obtiveram a criação de um espaço institucional no Mercosul para tratar especificamente desse tema: uma Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (em marrom). Nesse processo, grupos não estatais conseguiram reunir aliados e construir estratégias para, finalmente, incidir sobre alguns dos debates relativos à agricultura no Mercosul. A partir deles, contribuíram para que outros países do bloco incorporassem a agricultura familiar e estabeleceram conexões com outras organizações internacionais.

No interior dessas articulações, consolidou-se, na prática da Contag, um modo de compilar específico, construído em torno do conceito/prática/categoria de identificação que é a agricultura familiar. A agricultura familiar foi o elemento que unificou as demandas e foi meio pelo qual atores antes desconectados foram reunidos, agregados, associados. Ela está na base de um modo específico de reunir elementos que articula demanda por políticas públicas e por participação institucional.

A dinâmica identificada foi de pressão aos Estados nacionais por meio a organizações internacionais, mas não há completa separação entre atores estatais e não estatais, porque os últimos articulam-se com setores de governos nacionais e com burocratas das organizações internacionais, como se vê na Figura 7, a seguir. As ações estabelecidas a partir dessa dinâmica são marcadas, sobretudo, pela presença em espaços de participação institucional, mas também por reuniões, seminário e intercâmbios.

Esse modo de compilar que se mostrou efetivo na medida em que deu existência a temas e atores/as no âmbito do Mercosul: tanto as organizações de agricultores, que passam a frequentar aquele espaço e que passam a ser, ao menos temporariamente, elementos que compõem o Mercosul, como os temas que trouxeram consigo: acesso à terra e reforma agrária, gênero, juventude rural, seguro agrícola e gestão de risco, facilitação do comércio, impactos das mudanças climáticas sobre a agricultura, entre outros.

Sob a linguagem da defesa da agricultura familiar, nesse modo de compilar a Contag reuniu um conjunto mais amplo de atores/as do que aquele que vimos no capítulo anterior. Têm destaque, aqui, sindicalistas e lideranças de movimentos sociais de vários países do cone Sul das Américas, funcionários de setores de governos nacionais e burocratas de organizações internacionais. Esse modo de compilar tem, então, como peculiaridade, o fato de incluir setores governamentais como elementos centrais para as performances que engendra. Nesse sentido, a presença do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por exemplo, e de suas disputas com o Ministério da Agricultura para a definição dos posicionamentos do governo Federal brasileiro nacional e internacionalmente, não é elemento fortuito, mas é conformador da compilação em questão.

São subjacentes a esse conjunto as ideias de que a partir da interação e de diálogos contínuos e frequentes é possível influenciar países a incorporar questões em seus discursos e práticas e a desenvolver políticas públicas, bem como a noção de que é possível estabelecer canais de influência dos trabalhadores sobre as decisões do bloco comercial regional. Foram esses os objetivos que permearam a constituição de uma instituição na qual se previu a presença e participação de atores não estatais em âmbito internacional, cuja estruturação requereu adaptações ao modelo empregado nacionalmente, com a instalação de reuniões em dois níveis: nacionais e regionais.

Com base nisso, Coprofam e as organizações nacionais que a compõem, aliadas a setores do governo brasileiro, contribuíram para difundir e adaptar, para o Mercosul, para os países do bloco, um modelo de participação que é inspirado nos conselhos de direitos que se consolidaram no Brasil a partir dos anos 1990 e ganharam novo fôlego com a chegada dos governos petistas ao governo Federal.

Nas interações entre representantes dos governos, sindicalistas e militantes, estão em disputa quais temas compõem a pauta da Reaf, quais são os grupos de trabalho, até onde eles podem ir. Há, por certo, disputas, pressões e interesses divergentes que conferem certa dinâmica conflitiva às interações e que mantêm em movimento o próprio espaço, mas esses conflitos são apresentados a partir de uma linguagem de negociação, que caracteriza esse modo de compilar.

A dinâmica de interação das organizações de agricultores com governos e com a organização internacional – o Mercosul – pode ser assim representada:

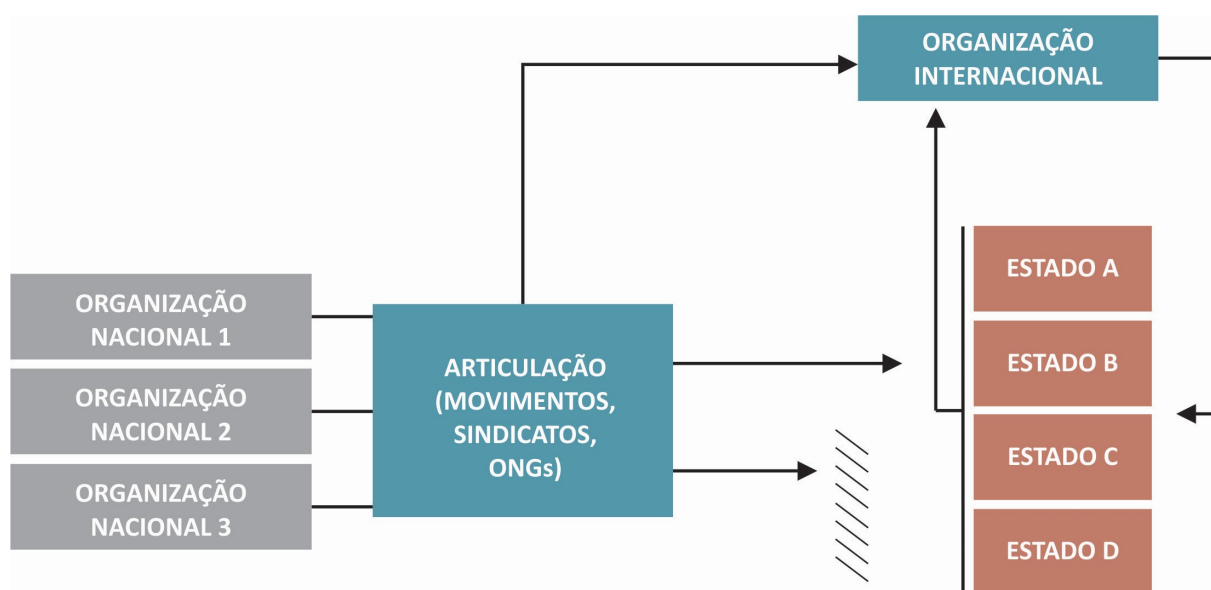


Figura 7 – Dinâmica de interação entre sindicatos, organização internacional e Estados, na REAF

Fonte: elaboração própria

Tendo acesso parcialmente bloqueado aos Estados nacionais, as organizações nacionais articuladas pressionam a organização internacional (intergovernamental) para, por meio delas, acessar os Estados nacionais. Com isso, no caso do Mercosul, obtiveram transformações no interior do Mercado Comum – com a criação da REAF – e, por meio dela, passaram a incidir

sobre Estados nacionais, que incorporaram a categoria agricultura familiar como orientadora de algumas políticas públicas.

Esse padrão guarda semelhanças com o modelo bumerangue no sentido de que se vai à organização internacional para impactar estados nacionais, mas com a diferença de que as organizações não governamentais de terceiros são substituídas por uma organização formada pelos próprios agricultores, de maneira que perde relevância a presença de ONGs externas a esses atores/as. Isso aponta para um aumento da autonomia de grupos locais e sua capacidade, nas últimas décadas, de criar organizações próprias por meio das quais foram capazes de se envolver em debates e disputas internacionais com menor mediação de ONGs de outras origens.

No processo descrito nas páginas precedentes, foram sendo reunidos e relacionados elementos por meio dos quais a Contag e as organizações às quais se aliou conseguiram fazer com que a agricultura familiar, essa forma específica de agricultura, fosse não só reconhecida pelo Mercosul, mas se tornasse objeto de uma instituição específica dentro dele, a Reaf. Com isso, a ação coletiva foi capaz de literalmente transformar o Mercosul, na medida em que incorporou um novo elemento ao bloco e, mais do que isso, obteve um espaço, um “local”, uma institucionalidade voltada para esse tema.

Os países do bloco também foram transformados, na medida em que foi difundida a ideia de agricultura familiar e de construção políticas públicas domésticas específicas. Cada país traduziu esse conceito a partir das experiências locais, mas de forma geral, foram criadas instituições e programas voltados para esse público.⁹³

A REAF, por sua vez, em suas seções nacionais e regionais, passou a articular novos atores/as. Só no Brasil, passaram a fazer parte das seções nacionais grupos sindicais, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) e de perfil movimentista, como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu (MIQCB) e o Movimento

⁹³ Na Argentina, foram criados centros de pesquisa, um Fórum Nacional da Agricultura Familiar com governo e organizações, secretarias, um registro nacional que permite acesso a políticas públicas etc. No Paraguai, criou-se um Programa de Fomento à Produção de Alimentos pela Agricultura Familiar, com políticas diferenciadas para o segmento como assistência técnica, educação e crédito. Outras as políticas se concentraram no incentivo a atividades agrícolas em comunidades rurais, regularização de assentamentos e O Uruguai não adotou o termo, mas a partir do entendimento de que pequenos agricultores tinham formas de produção e demandas específicas, foram estruturados novos programas públicos de apoio a essa população. Houve também desenvolvimento de cooperações bilaterais e ampliação do contato entre representantes de áreas afins dos governos do bloco, a exemplo da rede de assessorias técnicas e extensão rural (ATERs). A agricultura familiar como referente para políticas públicas foi levada igualmente para Chile, Equador, Venezuela e para países da América Central por meio das articulações estabelecidas na REAF (MDA, 2010, p. 48–49).

das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), para ficar só em dois exemplos de grupos que tiveram acesso mais direto aos debates internacionais, especialmente a partir dessa nova instituição. A controvérsia instaurada pelo sindicalismo rural, aliada a setores do governo brasileiro e de organizações internacionais foi, portanto, capaz de modificar o Mercosul. Isso reforça o argumento sobre a capacidade desses atores/as, mesmo tendo limitações em relação ao acesso ao poder decisório, de conformar aquilo que faz parte do transnacional.

No processo aqui descrito, a Contag, pela primeira vez, foi um ator essencial para a estruturação da rede. Ela cumpriu papel de criar organizações – a Coprofam – e também teve intensa atividade na articulação entre atores/as, facilitando articulações, apresentando demandas, sugerindo caminhos. Daí ser possível afirmar que, sem ela, o resultado dessas articulações seria diferente. Essa capacidade de contribuir para a conformação das redes, em meu entendimento, foi elemento central para transformar a inserção transnacional da Contag, consolidando-a. Essa consolidação é percebida pelos efeitos que esse modo de compilar produziu, tanto no interior da Contag, contribuindo para transformá-la internamente, com em seu exterior, abrindo possibilidades para sua inserção em novas controvérsias e para o estabelecimento de novas interações. Para finalizar esse capítulo, então, busco sintetizar alguns desses efeitos internos e externos, apontando-os rapidamente na próxima seção.

4.6 Impactos do modo de compilar

Entre os impactos do modo de compilar da agricultura familiar sobre a Contag e sobre suas articulações transnacionais, destacam-se, além daqueles já identificados sobre o Mercosul e sobre os países do bloco, alguns efeitos internos e outros externos, sintetizados no quadro a seguir.

Efeitos internos	Aproximou federações estaduais de debates transnacionais
	Facilitou articulações transnacionais nas secretarias da Contag
	Fortaleceu a agricultura familiar no interior da Contag
Efeitos externos	Inseriu-se em novos espaços participativos (Celac, MSC-CPLP)
	Inseriu-se na construção do Ano Internacional da Agricultura Familiar
	Reforçou ou reformulou conexões com a FAO

Quadro 5 - Efeitos do modo de compilar da agricultura familiar

Fonte: elaboração própria

Internamente, o impacto ocorreu em três sentidos: aproximou federações estaduais de debates transnacionais, fomentou articulações internacionais em diversas secretarias da Contag e, por fim, fortaleceu a agricultura familiar no interior da Contag.

A Contag investiu muitos esforços na consolidação da REAF e na qualificação dos debates ali travados. Homens e mulheres sindicalistas brasileiros atuantes nas Federações regionais passaram a frequentar as reuniões internacionais, convidados pela Confederação. Tendo como base a observação dos espaços e as entrevistas realizadas ao longo da pesquisa, posso afirmar que as atividades da REAF permitiram às lideranças, individualmente, um contato com a realidade regional, ainda que sua presença naquelas atividades acabe tendo pouco reflexo direto no trabalho das Federações. A barreira do idioma apareceu com muita força nos relatos de participantes de primeira viagem, mas ela foi sendo superada por aqueles que continuaram se aproximando de debates internacionais, em especial no Mercosul.

Além disso, algumas Secretarias acabaram destinando esforços para a presença e formulação de propostas no ambiente regional, que contribuiu para a qualificação e fortalecimento das intervenções da CONTAG nas seções nacionais e regionais (CONTAG, 2010b). Ademais, a REAF acabou sendo um espaço relevante para o estabelecimento de laços transnacionais duradouros. Isso aconteceu especialmente nas Secretarias de Mulheres, como já vimos no Capítulo 2, mas também nas secretarias de Política Agrária, Juventude, Meio-Ambiente. Ainda que as Secretarias já tivessem algum tipo de conexão internacional, elas se tornaram mais frequentes e mais estáveis, para o que a realização de reuniões semestrais da Reaf e dos grupos de trabalho contribuiu decisivamente.

Por fim, o sucesso da REAF – e do modo de compilar que ajudou a engendrar na experiência da Contag – contribuiu para consolidar a associação entre agricultura familiar, participação institucional e políticas públicas como o tema central da ação internacional da confederação brasileira. É evidente que essas articulações já existiam no interior da Confederação, mas elas foram reforçadas.

Essa formulação é repetida constantemente por dirigentes e assessores envolvidos na atuação transnacional da Contag e orienta seu trabalho cotidiano. Divulgar as políticas públicas brasileiras é, segundo eles, importante para ampliar a legitimidade de agricultores e agricultoras familiares como atores/as no ambiente transnacional e para angariar apoio para sua consolidação, aprimoramento, ampliação e difusão para outros países (e, mais recentemente, para sua manutenção no Brasil, devido às transformações abruptas no cenário político doméstico).

Essa repetição sempre me causou, como pesquisadora, certo incômodo, por parecer por demais naturalizada.⁹⁴ Expressei esse incômodo durante entrevistas com alguns dirigentes da Contag, o que trouxe detalhamentos interessantes sobre quais políticas públicas e sobre o muito que a Contag aprendeu nas suas relações com aliados e aliadas estrangeiros e os impactos disso para suas práticas. Porém, fui percebendo que, mais do que questionar a validade dessa afirmação, tratava-se de compreender como se havia chegado a ela. O que essa longa descrição aponta, em minha opinião, é que apenas quando associou-se, concomitantemente, a “agricultura familiar” às “políticas públicas” e à ideia de que elas devem ser “participativas”, isto é, gestadas em espaços com a intervenção dos grupos representativos das populações envolvidas, a Contag conseguiu estabelecer uma plataforma para sua ação transnacional e angariar a visibilidade que buscava – em geral, articulada à Coprofam. Foi nesse processo que essas três ideias, cada uma delas um ator-rede específico, consolidaram-se como o item principal do discurso transnacional da Contag. Esse percurso foi iniciado com a Coprofam, ganhou vulto na REAF e se desdobrou com as associações estabelecidas a partir delas.

Esse “modo de reunir coisas” facultou à Contag acesso novos espaços de interação e o estabelecimento de novas associações (ou da criação de novas relações com instituições com as quais já se relacionava). Nesse sentido, ele “carregou” a Contag e foi carregado por ela, proporcionando novas oportunidades de articulação internacional e, como isso, a intensificação das conexões transnacionais da confederação sindical rural brasileira. Esses processos são especialmente visíveis na inserção da Contag e da Coprofam na construção do Ano Internacional da Agricultura Familiar, mas também contribuíram para reforçar e reformular as conexões da Contag com a FAO e, mais recentemente, vêm facilitando a inserção da Contag em articulações relativas à agricultura familiar em novos âmbitos,

⁹⁴ Soava como uma forma reducionista de expressar a ação transnacional da Contag, eximindo-os de explicar exatamente que políticas públicas eram essas, como eram implementadas e por que seriam tão importantes não só para agricultores familiares brasileiros como também para seus congêneres em outros países. A defesa das políticas públicas, por vezes, também parecia não deixar espaço para críticas, questionamentos e demandas melhorias nas políticas já existentes, ou para que se questionasse o silêncio em torno do tema da reforma agrária nos debates transnacionais. Ainda, poderia indicar que a Contag chegava nas suas articulações transnacionais com um conjunto fechado de ideias a difundir, mas com pouca abertura para aprender com as experiências de outros grupos – o oposto da solidariedade propalada pela confederação. Por fim, essa resposta me dava a impressão de silenciar outras atividades desenvolvidas pela Contag e que não eram, necessariamente, demandas por políticas públicas – tais como campanhas, a formação de redes e organizações, etc. – nem se destinavam apenas a agricultores e agricultoras familiares. Creio que, com o item anterior, sobre as conexões sindicais, reúno elementos para afirmar que a ação transnacional da Contag não se restringe à agricultura familiar estritamente, nem à demanda por políticas públicas, mantendo um componente mais estritamente sindical que não deixa de ter importância.

notadamente na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e no GT de Agricultura Familiar da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC).

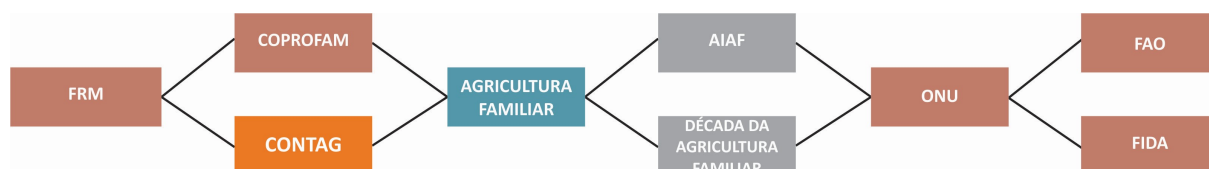


Figura 8 – Desdobramentos das associações da Contag com a agricultura familiar 01

Fonte: elaboração própria

Coprofam e Contag no Ano Internacional da Agricultura Familiar

Devido à repercussão da REAF, ente 2008 e 2009 a Coprofam foi procurada por uma organização europeia, de origem basca, chamada Fórum Rural Mundial⁹⁵, que construía uma campanha global para convencer a ONU a declarar o Ano Internacional da Agricultura Familiar – anos internacionais temáticos são uma prática das Nações Unidas desde 1957.

A Coprofam tomou a frente das atividades e articulações na América do Sul – neste período, a Secretaria Executiva da Coprofam estava a cargo do presidente da Contag, Alberto Broch. Ambas organizações – Coprofam e Contag – destinaram esforços para a motivação, articulação e organização do AIA, realizando seminários regionais, incluindo o tema na Reaf e em outras articulações nas quais se inseriam, tais como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP); a União de Nações Sul-Americanas (UNASUR) e a Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC) (CONTAG, 2012, 2015). Ao mesmo tempo em que a Contag e a Coprofam contribuíram para o fortalecimento do AIAF, as articulações lhes possibilitam novas conexões com atores/as de vários países. O protagonismo no processo levou a Coprofam ao Comitê Consultivo Mundial da Sociedade Civil no AIAF-2014, representando a

⁹⁵O Fórum Rural Mundial reúne 45 organizações, federações e associações - rurais, agrárias e camponesas – de âmbitos nacionais e regionais, além de centros de pesquisa (<https://www.ruralforum.net/es/quienes-somos/socios-institucionales>). Surgiu em 1998, durante o *Congress on Trade and Rural Development*, realizado no país Basco, Espanha, para responder a preocupações sobre os impactos da liberalização do comércio agroalimentar, no contexto das negociações da OMC. O congresso foi organizado pelo Departamento de Indústria, Agricultura e Pesca do Governo Basco, pelo Grupo Suíço para as Regiões de Montanha e pelo Instituto de Educação Rural do Chile e reuniu palestrantes de alto escalão da ONU (<https://www.ruralforum.net/es/quienes-somos>). Recomendou a criação de um fórum permanente para discussão de questões relativas ao desenvolvimento rural e para levar a frente a declaração ali firmada (http://www.nekanet.net/congress/conclusiones/decvitoria2_c.htm#8). O FRM tem status consultivo na FAO e é credenciada no ECOSOC.

América Latina e o Caribe, e, também, ao Comitê de Coordenação Mundial⁹⁶ da campanha. A Contag integrou o Comitê Executivo AIAF-CI no Brasil.

Em 2014, o seminário de avaliação do Ano Internacional foi realizado no Brasil, com apoio de MDA, CONTAG, FAO, Oxfam e Action Aid. As organizações ali reunidas sintetizaram seis demandas comuns em relação ao tema da agricultura familiar e decidiram dar continuidade às ações do AIAF com a manutenção dos Comitês Nacionais e do Comitê Consultivo Mundial, e propuseram a criação de uma Década pela Agricultura Familiar, inspirada nas décadas temáticas da ONU e agendada para o período 2019-2028.

Em síntese, a estratégia do Ano Internacional contribuiu para aproximar a agricultura familiar no discurso da FAO – o que evidentemente vem ocorrendo por diversos outros caminhos, mas em meio aos diversos temas que a organização intergovernamental engloba e das disputas políticas que a permeiam, o AIAF foi uma maneira de conferir visibilidade. Além disso, Contag, a Coprofam e o FRM contribuem para fortalecer um novo polo de articulação de produtores agrícolas de pequeno porte, em especial aqueles que se identificam como agricultoras e agricultores familiares, no ambiente transnacional. Mais uma vez, com sua atuação, a Contag está contribuindo para (re)compor o ambiente transnacional, povoando-o com corpos, conceitos, formas de fazer agricultura.

Reforçando e reformulando conexões com a FAO

Há registros de conexões discursivas da Contag com a FAO desde final da década de 1970, e naquele momento a conexão passava pelo discurso da relevância da produção de alimentos para a superação da fome e pela justificação de políticas de previdência e assistência social para melhorar a vida da população rural (CONTAG, 1979). Na década de 90 a Contag participou de conferências mundiais sobre alimentação⁹⁷, parte do ciclo de grandes conferências da FAO. Essas conexões se tornaram mais relevantes na medida em que a Contag passou a ativá-las como parte das disputas e demandas pelo reconhecimento e valorização da agricultura familiar.

Isso foi sendo feito aos poucos, ao lado de organizações parceiras, e ganhou força em meados dos anos 2000 por diversos motivos: formulações das organizações de agricultores em torno da agricultura familiar, a ação de governos latino-americanos de centro-esquerda em

⁹⁶ Este comitê foi composto por organizações da África, América, Ásia, Europa e Oceania, além de organizações internacionais como a OXFAM International, Action Aid Internacional, IFOAM e representantes de mulheres, pastores, pescadores e indígenas (FÓRUM RURAL MUNDIAL, 2014).

⁹⁷ Entrevista concedida por Alberto Broch.

pautas convergentes com a daquelas organizações, a ampliação e formalização de canais de participação pelas organizações internacionais e a chegada, à diretoria regional e, depois, à direção geral da FAO, do brasileiro José Graziano, que não apenas estudou agricultura familiar em sua trajetória acadêmica como havia sido um dos consultores contratados pela Contag para um estudo sobre pequenos produtores ainda na década de 1970.

No caso da FAO, a Contag atua, na sua busca de levar agricultura familiar para os debates, em dois âmbitos, na regional América Latina e Caribe, com sede em Santiago do Chile, e no âmbito geral, em sua sede em Roma. Em ambos, as articulações com o Comitê Internacional de Planificação para a Soberania Alimentar (CIP), e com seu braço regional, a a Aliança Continental por Soberania Alimentar da América Latina. Quando se constituíram as CIPs regionais, com o objetivo de aproximar os debates das bases dos movimentos⁹⁸, a Contag foi o ponto focal de trabalhadores rurais na América Latina. Ela participou de diversas reuniões, das mobilizações e debates prévios às Conferências paralelas às atividades da FAO e chegou a coordenar atividades em Roma⁹⁹.

Na América Latina, a partir do início dos anos 2000 foram sendo progressivamente ampliadas possibilidades de inserção da sociedade civil regional nos debates da FAO. Desde então, nos relatórios das conferências regionais, houve um esforço contínuo das organizações da sociedade civil pela inclusão de debates sobre a agricultura familiar. A Oficina Regional da FAO vem trabalhando com o termo agricultura familiar com maior ênfase desde 2007, com crescente intensidade. Naquele ano, já sob a direção de Graziano, a FAO Regional e o BID publicaram estudo que afirmava seu papel estratégico para a segurança alimentar e a necessidade de políticas públicas específicas e diferenciadas (SOTO; RODRÍGUEZ; FALCONI, 2007).

Em 2008, a 30ª Conferência Regional da FAO para América Latina e Caribe foi realizada em Brasília e contou com 40 observadores indicados pelo CIP, entre os quais estiveram Alberto Broch e Carmem Ferreira, pela Contag; Paul Nicholson, Egídio Brunetto e Rita Zanotto, pela Via Campesina; Margarida Pereira da Silva, pelo MMTR-NE (FAO, 2008). Já no segundo mandato do governo Lula, houve ali uma particular abertura para a presença de organizações de agricultores, que puderam organizar, por meio do CIP, dois eventos paralelos: o Encontro de Mulheres para a Soberania Alimentar e pela Vida reuniu 50 ativistas e a Conferência Especial para a Soberania Alimentar pelos direitos e pela Vida, que reuniu 120

⁹⁸Entrevista concedida por Mario Ahumada.

⁹⁹Entrevista concedida por Alberto Broch.

peessoas. O crescimento das atividades foi fruto de um esforço conjunto das organizações brasileiras, do governo brasileiro – em especial do MDA – e da FAO, e a Contag teve papel relevante no processo. A ideia de políticas construídas com a participação da sociedade civil também reverberou pelo relatório final da Conferência. Com papel de articulação de setores do governo brasileiro em defesa da agricultura familiar, com apoio das organizações de agricultores, a agricultura familiar entrou definitivamente na pauta da FAO.¹⁰⁰ O “fomento à pequena agricultura familiar” entrou nas recomendações regionais para a FAO em Roma e foi definido como uma das quatro áreas prioritárias para a região no biênio 2012-2013 e nos seguintes (FAO, 2010, 2012, 2014, 2016).

Associada à agricultura familiar e às demandas por participação, portanto, a Contag construiu, no início do século XXI, sua inserção nos debates regionais da FAO.

Os esforços reverberaram também nas articulações da FAO em Roma. A “viagem” da AF à FAO Roma foi mais difícil, mas desde 2009 vem sendo facilitada pela criação do Mecanismo da Sociedade Civil no Conselho de Segurança Alimentar da FAO, uma nova instituição participativa no principal organismo internacional voltado à alimentação e agricultura no mundo, no qual a Contag vem conseguindo manter-se presente desde o início, seja representando agricultores familiares das Américas, seja como organização sindical; e, novamente, pela nomeação de José Graziano como diretor geral da FAO.

A abertura para a sociedade civil vinha sendo discutida no interior da FAO e era demandada pelas organizações de diversos perfis. Porém, segundo McKeon (2015), foi a necessidade de dar respostas à crise mundial de 2008 e à elevação dos preços dos alimentos que tornaram premente a existência de algum mecanismo de governança global capaz de refletir e, em certa medida, regular a área – na ausência desse perfil, decisões sobre o tema vinham sendo tomadas em espaços como a OMC e o Banco Mundial, que tinham o comércio, e não a segurança alimentar, como interesses principais, ou “por grupos das economias mais poderosas como G8/G20, e por atores econômicos como cooperações transnacionais e especuladores financeiros sujeitos a nenhum tipo de supervisão política” (MCKEON, 2015, p.

¹⁰⁰ No Relatório Final da 30ª Conferência, “agricultura familiar” foi citada 21 vezes, contra 2 e 5 vezes nos Relatórios das duas Conferências anteriores. No relatório da 31ª Conferência, em 2010, a agricultura familiar foi citada 33 vezes. A 32ª Conferência, em Buenos Aires, 2012, foi a primeira após a reforma da FAO e deixou de ter caráter apenas consultivo, passando a definir temas que guiarão a ação da FAO a nível mundial, inclusive na definição de aplicação orçamentária. Nela a agricultura familiar manteve-se entre as quatro prioridades regionais aprovadas e foi mencionada 7 vezes (FAO, 2012b). No relatório da 33ª Conferência Regional, de 2014, no Chile, agricultura familiar foi citada 45 vezes, inclusive no discurso do presidente do Chile (FAO, 2014b).

97). A reforma do Comitê de Segurança Alimentar, nesse ambiente de crise, acabou abrindo mais espaço do que é comum nos debates da ONU para os posicionamentos de atores não estatais (MCKEON, 2015, p.106). Atualmente o Conselho de Segurança Alimentar da FAO reúne os governos de 192 países e 41 representantes da sociedade civil, pertencentes a 11 setores e 17 sub-regiões.

A Contag engajou-se nos debates e vem participando das atividades do CSA reformado com “enorme expectativa” desde 2010 (CONTAG, 2011). Registrou ter interferido nas discussões sobre o formato do MSC e sobre a definição das organizações indicadas para sua primeira composição – na demanda por uma vaga para a Coprofam, teve apoio da Associação de Agricultores da Ásia (AFA) e da Rede de Organizações de Camponeses e Produtores da África do Oeste (ROPPA). O impasse sobre a representação de pequenos produtores acabou se resolvendo com a dissolução da Federação Internacional de Produtores Agrícolas (IFAP), extinta pela justiça francesa por problemas com credores, dívidas trabalhistas e da previdência social (CONTAG, 2010b).

No período 2015-2017, a Contag foi parte da representação do MSC pela vaga conquistada pela Coprofam como “produtores de pequena escala”. O vice-presidente e secretário de RI da Contag, Willian Clementino, assumiu a tarefa ao lado de dois representantes da Via Campesina e uma da AFA. Ele é o único brasileiro no MSC atual (2015-2017). Há ainda dois representantes de trabalhadores do setor agrícola e alimentar a cargo da UITA, à qual a Contag é filiada. Na composição anterior, a Contag havia tido assento no MSC por meio da representação da UITA, tendo indicado a então vice-presidenta e secretária de relações internacionais Alessandra Lunas (CONTAG, 2011b).

Outros horizontes

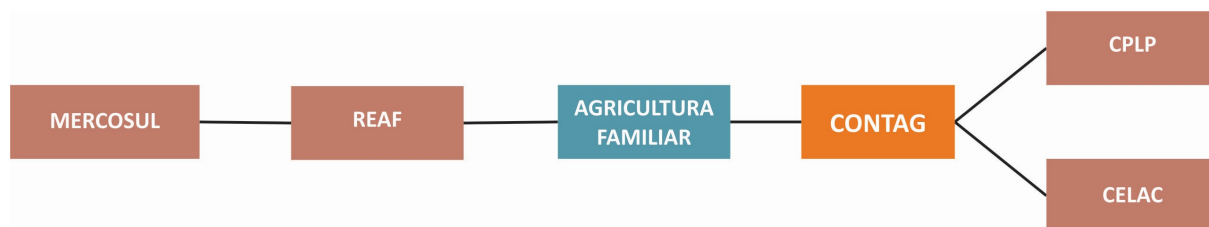


Figura 9 – Desdobramentos das associações da Contag com a agricultura familiar 02
Fonte: elaboração própria

Por fim, na década corrente, a Contag vem participando – e intervindo – em novas articulações por meio das quais carrega a agricultura familiar, demandas por políticas públicas e participação institucional. Não seria possível dizer que a inserção da Contag nessas articulações foi causada apenas por seu papel protagonista na Reaf e na Coprofam, já que a Confederação brasileira mantém relações com setores da sociedade e do governo por diversos caminhos, mas a presença e ação da Contag em espaços de participação institucional promovidos em outras articulações intergovernamentais, para além do Mercosul, indica dois processos: 1) que a partir da REAF a presença e a criação de mecanismos de intervenção de agricultores e agricultoras nos debates se difundiu, conectada às estratégias da política externa brasileira sob o governo Federal de Lula/Dilma, e 2) que se consolida e reforça o papel da Confederação brasileira como representação da voz de agricultores e agricultoras familiares internacionalmente.

No âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa¹⁰¹ (CPLP), a Contag é membro da Plataforma de Camponeses da CPLP, criada em busca de interlocução com o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, que tem como foco a construção de estratégia de segurança alimentar compartilhada entre os países.

Estabelecida em 2012, durante a Cúpula dos Povos na Rio+20, Plataforma Camponesa busca definir estratégias e ações compartilhadas pelos ativistas em redes nacionais de soberania alimentar, que se multiplicaram após a iniciativa, mas também no Mecanismo de Sociedade Civil do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CONSAN-CPLP). Usando a mesma denominação adotada pela FAO, trata-se de uma instância que prevê formalmente a participação de organizações de agricultores e agricultoras nos debates oficiais da Comunidade. Reuniões, fóruns e planos para pautar tema da segurança alimentar e nutricional incluindo aqueles que produzem alimentos nos debates foram os resultados dessas recentes articulações.(OBSERVATÓRIO BRASIL E O SUL, 2016, p. p.12 e 35).

Ali, a Contag vem conquistando o estabelecimento de grupos de trabalho sobre temas que a interessam, em especial o GT sobre Agricultura familiar e do Fórum das Mulheres Rurais da CPLP. As atividades proporcionam intercâmbio de experiências sobre políticas públicas – tais como programas de compras públicas para a agricultura e para alimentação escolar – e visitas técnicas que permitem conhecer práticas de agricultores e agricultoras de

¹⁰¹ A comunidade reúne Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

outros países (CONTAG, 2015). A Plataforma de Camponeses da CPLP se inseriu nas articulações para o Ano Internacional da Agricultura Familiar (CONTAG, 2012).

Pelo menos desde 1995, a Contag vinha tentando estabelecer conexões com países de Língua Portuguesa. Houve uma decisão congressual de “estreitamento da cooperação com países de língua portuguesa” (CONTAG, 1995). Porém, essas conexões só foram se fortalecer, efetivamente, a partir de 2013, quando foi criada a CPLP e nela foram inseridos debates sobre segurança alimentar que nela se colocam, para o que foi relevante a atuação internacional do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), do qual a Contag faz parte; e no contexto da resistência à expansão do agronegócio brasileiro na África, com a campanha Não ao Pró-Savana.

A segunda articulação tem origem institucional, tratando-se do Grupo de Trabalho de agricultura familiar e desenvolvimento rural da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), no qual a Contag se inseriu como representante do Mecanismo da Sociedade Civil do Conselho de Segurança Alimentar da FAO, ao lado de ONGs como o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) e do Consea. Foram priorizados como temas da CELAC, em 2014, agricultura familiar e desenvolvimento rural e também segurança alimentar e nutricional e erradicação da fome. Apoiam a iniciativa FAO e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), que vêm oferecendo suporte a debates sobre temas como agroecologia na região (OBSERVATÓRIO BRASIL E O SUL, 2016, p. 34).

Ainda é difícil falar em impactos dessas iniciativas, mas elas conferem visibilidade internacional e espaços de articulação para a Contag, que neles mantém viva as suas práticas institucionais de disputar atenção à agricultura familiar.

Enquanto, no Capítulo 4, as controvérsias e modos de compilar da Contag indicaram reformulações em formas sindicais de construir articulações transnacionais, neste Capítulo 5 o que vimos foi a estruturação de conexões transnacionais que tiveram como base as formulações políticas construídas pela Contag a partir da reformulação de seu próprio projeto político. Entendo ser possível, à guisa de conclusão, afirmar que essas novas articulações são, ao menos em parte, efeitos das reformulações internas do sindicalismo rural brasileiro em meio ao que foi chamado de Novo Sindicalismo (FAVARETO, 2006; RODRIGUES, 2015). Seriam, de certa forma, a expressão transnacional desse processo de reformulação das práticas sindicais, que lentamente foram ganhando forma em articulações transnacionais e que, a partir de 2003, com as novas articulações políticas nacionais e transnacionais possibilitadas pelo

governo Lula – e marcadas inclusive pelas disputas sobre a linha da ação governamental e entre setores no interior do governo. Mais uma vez: se as mudanças no cenário internacional foram relevantes para que novos atores/as e debates entrassem em pauta, para entender como o sindicalismo rural brasileiro construiu sentidos, estabeleceu alianças e produziu efeitos e, a partir disso, é necessário observar suas próprias articulações, as disputas nas quais elas foram estabelecidas, o que se sedimentou em meio a diversas tentativas, erros e acertos, e o papel das pessoas – tema que precisaria ser mais explorado em outras pesquisas.

CAPÍTULO 5 – PRIMEIRAS CONEXÕES DO MPA: A TRADUÇÃO DO CAMPESINATO E DA SOBERANIA ALIMENTAR

No dia da abertura do 1º Fórum Social Mundial, em janeiro de 2001, movimentos rurais brasileiros protagonizaram a ocupação de uma área de experimentos da empresa transnacional Monsanto, com ampla repercussão nacional e internacional. Naquele quente 25 de janeiro, militantes brasileiros e seus colegas da Via Campesina destruíram uma lavoura experimental de soja transgênica e realizaram um “enterro simbólico” da empresa. O líder camponês francês, José Bové, estava presente e quase foi expulso do país pela Polícia – em ação que contribuiu para a repercussão do protesto. Havia dirigentes do MPA entre os organizadores, entrevistados pelo Jornal Sem Terra, editado pelo MST:

“Queremos mandar um recado para um lugar chamado Davos e para a Monsanto: daqui pra frente vai ser prejuízo em cima de prejuízo.” Com esta declaração, Frei Sérgio Görgen, do MPA, sintetizou a ocupação da área de experimentos da multinacional Monsanto, em Não-me-Toque (RS), pelos movimentos populares, em 25 de janeiro. A mobilização, assim como o Fórum Social Mundial que ocorreu de 25 a 30 de janeiro, em Porto Alegre, teve como objetivo contrapor o Fórum Econômico Mundial que ocorre todos os anos em Davos, na Suíça, reunindo os grandes pensadores do capitalismo (“Somente lutando outro mundo é possível”, 2001).

A crítica à Monsanto tinha pelo menos dois aspectos: a fabricação de agrotóxicos – tratava-se da maior fabricante dessas substâncias no mundo – e a tecnologia de modificação genética de sementes desenvolvida pela empresa, cuja comercialização ainda não havia sido liberada no Brasil, mas que, na prática, já era utilizada no cultivo de boa parte da soja plantada no Rio Grande do Sul.

No Brasil, o protesto se inseria na controvérsia em curso sobre a liberação ou proibição do uso de organismos geneticamente modificados que, a partir de 1999, contou com a intervenção de movimentos sociais rurais, incluindo MST e MPA (MOTTA, 2016, p. 89).

O MPA e diversas organizações que, juntas, compõem a Via Campesina, estavam no protesto compartilhando as críticas às empresas transnacionais, aos agrotóxicos e às sementes transgênicas. Compartilhar posicionamentos comuns em relação a esses temas – entre outros – era o que tornava politicamente viável a aproximação da organização brasileira à internacional, mediada, inicialmente, pelas conexões do MST com ambas.

Os primeiros Fóruns Sociais Mundiais foram relevantes para que as lideranças de organizações de várias partes do mundo pudessem se conhecer. Naqueles eventos, o MPA pode aproximar-se dos debates da organização internacional de camponeses.¹⁰² Já em 2001, parte dos movimentos sociais rurais brasileiros criados nas décadas anteriores – em especial aqueles politicamente próximos aos MST – começaram a se articular como *Via Campesina Brasil*, nomeando, então, esse grupo político a partir da sua relação com a articulação internacional.

No 2º Fórum Social Mundial, em 2002, militantes do MPA estiveram no acampamento internacional da *Via Campesina*, que reuniu 2 mil pessoas e tratou de temas como reforma agrária, água, soberania alimentar, transgênicos, socialismo e dívida externa. Esta foi uma das edições do FSM com maior presença do MPA, que depois manteve representações menores.¹⁰³ No ano seguinte, 2003, as organizações brasileiras envolveram-se na preparação da IV Assembleia Internacional da *Via Campesina*, realizada em 2004, em Itaici, São Paulo.

Para além dos eventos e das interações pontuais, logo nos primeiros anos de afiliação à *Via Campesina* o MPA incorporou debates e conceitos propostos pela organização transnacional em sua pauta nacional, valendo-se delas para reformular sua plataforma política, traduzindo-as e relacionando-as a novos elementos, de forma que foram reformuladas.

Na primeira parte desse capítulo, revisito esse processo, caracterizando, a partir dele, um “modo de compilar” por meio do qual o MPA estabeleceu suas primeiras articulações transacionais, marcadas pela afiliação a uma organização internacional de camponeses e, a partir disso, pelo esforço de estudo, compreensão e tradução de conceitos para suas formulações e práticas cotidianas, em intensas circulações que esfumaçam fronteiras entre o que é nacional ou internacional. Isso é, mais do que uma estratégia de inserção transnacional, parte do que caracteriza a ação do MPA como um todo, conforme argumentarei a seguir. Aqui, então, apresento o esforço do MPA em traduzir a soberania alimentar e o campesinato para suas pautas, mas também para retornar com esses debates à organização internacional da qual é parte.

¹⁰²Os relatos sobre o momento da filiação do Movimento dos Pequenos Agricultores à *Via Campesina* apresentam diferentes datas: a afiliação teria ocorrido já em 1998 (NIEMEYER, 2014, p.150), em 2002 (Entrevista Valter Israel da Silva - 2016) ou em 2003 (Entrevista Marciano Toledo da Silva - 2016). De toda forma, os relatos convergem para a leitura de que o MPA se aproximou da *Via Campesina*, de fato, durante os primeiros Fóruns Sociais Mundiais, realizados em Porto Alegre.

¹⁰³Entrevista concedida por Valter Israel Silva.

A partir disso, argumento que essa narrativa importa teoricamente porque ela ratifica a opção por definir transnacionalização não a partir do engajamento em atividades transnacionais, mas pelo emprego – e pela tradução – de práticas e enquadramentos discursivos oriundos dos engajamentos com atores/as de outros países, conforme definição de Alvarez (2000, p.3).

A relação do MPA com a Via Campesina, no entanto, não parou por aí, tendo sido transformada quando, por volta de 2010, o MPA definiu uma pauta própria a partir da qual reorganizou sua interação com a Via Campesina e com seu braço regional, a Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo (Cloc). No V Congresso da Cloc, em 2010, o MPA apresentou debates que vinha fazendo nacionalmente sobre o campesinato, sobre agricultura camponesa e suas experiências de apoio à produção de sementes crioulas. Apresentando suas propostas de modo sistemático, o MPA obteve retornos positivos das organizações da Cloc e ganhou visibilidade (MPA, 2010, p. 21). Tendo uma plataforma política própria para debates transnacionais, a partir da qual se apresentou, o MPA fortaleceu sua relevância no conjunto da Via Campesina. Aos poucos, foi se tornando referência para alguns debates no interior da articulação transnacional de camponeses – à qual me refiro, aqui, também como movimento e organização para ressaltar a perenidade e a existência de um conjunto de regras de funcionamento, atividades periódicas e meios de circulação de informação, apesar da estrutura fluida desse coletivo.

Essa experiência indica que a filiação a uma organização transnacional é relevante para a transnacionalização de grupos de origem nacional, mas não é, por si só, um caminho garantido para que um grupo nacional obtenha relevância nos debates e ações além das fronteiras; pelo contrário, as articulações do MPA no interior da Via Campesina ganharam força e proporcionaram novas articulações, diretamente com organizações de outros países, em dinâmicas translocais, quando os pequenos agricultores brasileiros passaram a apresentar e disputar atenção para sua formulação própria sobre o campesinato brasileiro (e latino-americano), suas práticas políticas e agrícolas. É disso que trato na segunda parte deste capítulo.

5.1 A opção pelo campesinato e a inclusão da soberania alimentar no Plano Camponês

A entrada do que viria a ser denominado MPA na cena pública brasileira aconteceu em 1996, em acampamentos e protestos por meio dos quais agricultores e agricultoras de

pequeno porte buscavam apoio do poder público para superar os prejuízos decorrentes da seca que havia devastado a safra no Sul do Brasil, naquele ano. O grupo projetou-se nacionalmente com suas demandas por crédito (ROSA, 2010). De fato, crédito foi um tema central, mas sua agenda, ao longo dos anos, foi composta também por outras pautas agrícolas e não agrícolas. Entre as primeiras, figuram as demandas por seguros, assistência técnica, preços mínimos para a produção, reforma agrária e o debate sobre modelo de agricultura; entre as não-agrícolas, estiveram as demandas e ações em educação, previdência e moradia inclusive crédito subsidiado para a construção de casas (sobre moradia, ver CARLOTO; ATIYEL, 2014; COSTA, 2014c; MPA, 2003).

Da maneira como compreendo a trajetória do MPA, esse coletivo estruturou-se, espelhando-se na forma-movimento (ROSA, 2011; SIGAUD; ERNANDEZ; ROSA, 2010), mas foi transformando-a e construindo um modo de compilar próprio. Sem deixar totalmente de lado aquilo que o caracteriza como um movimento social rural, estabeleceu um modo peculiar cujas principais características residem na produção e tradução de conceitos, na estruturação de projetos produtivos a partir deles e na articulação entre ideias e projetos originadas em debates internacionais para suas práticas cotidianas. É justamente essa terceira dinâmica que torna as articulações transnacionais relevantes para as formulações contemporâneas do MPA e que reveste esse coletivo de interesse para o tema dessa tese. A seguir, busco descrever alguns desses processos.

Em 2003, com o início do governo Lula, havia enorme expectativa de políticas voltadas para pequenos agricultores, dado o empenho do movimento na campanha e as conexões históricas com o PT. Em fevereiro daquele ano, o MPA realizou seu II Encontro Nacional, no qual decidiu passar a identificar-se como um movimento camponês e não mais de pequenos produtores ou de agricultores familiares, como fazia até então. Essa opção, segundo o discurso do MPA, enfatiza a classe como norte de sua identificação política (são trabalhadores e não exploram a força de trabalho alheia, em contraponto à empresa capitalista). Desde então, o ser camponês e camponesa, ou o campesinato, ou a classe camponesa, vêm sendo definidas como um modo de vida, no qual convivem diferentes estratégias de reprodução e sobrevivência, em geral definidas no interior das famílias, e que compartilham conjuntos de valores, de formas de cultivar e se relacionar com a terra, conforme afirmam:

Compreendemos o campesinato uma classe social em si, no sentido da existência real, ou seja, existe uma massa de camponeses que são proprietários (sob diferentes formas de acesso) da terra, mas ao mesmo tempo são trabalhadores que produzem e têm no resultado do trabalho a finalidade da reprodução social da família camponesa, portanto não são operários e não são burgueses, são camponeses. Mas também compreendemos o campesinato como classe em si na medida em que se organiza e se enfrenta com o agronegócio (capital no campo) disputando com este o projeto de campo e de sociedade. (MPA, 2013a, p. 42).

Outras referências para esse debate foram sendo mobilizadas ao longo do tempo, como veremos a seguir, mas essa definição é útil para situar o sentido da opção pelo campesinato.

Naquele ano de 2003, a direção do MPA preparou uma cartilha chamada “Produzir comida para o povo brasileiro”,¹⁰⁴ para subsidiar debates com as bases e mobilizá-las para uma jornada de lutas que resultou em mobilizações em 16 estados brasileiros – as maiores realizadas pelo grupo até então (MPA, 2003, p. 20). Na pauta de demandas destinadas ao governo Federal, aquele movimento reforçava a demanda não apenas por crédito para as culturas anuais específicas, mas para o que chamou de “reestruturação rural camponesa”, que visava a recuperar a capacidade produtiva dos pequenos agricultores, descapitalizados. No geral, a proposta era por um “crédito sistêmico”, que financiasse um conjunto de atividades, o que contrariava a lógica do PRONAF, que “financiava um único ramo da produção”.¹⁰⁵ Os recursos poderiam permitir a sobrevivência das famílias e a passagem da agricultura química para a ecológica, produzindo alimentos prioritários do Programa Fome Zero. O enfoque na produção de alimentos os colocava em diálogo direto com as políticas que estavam sendo propostas pelo governo Federal e que conferiam destaque à produção, distribuição e consumo de alimentos no país. A expectativa era que o papel do campesinato como produtores de alimentos seria, afinal, reconhecido.

As ações de 2003 conquistaram ampliação do crédito e recursos para habitação rural e educação. Porém, a principal demanda, pelos créditos para reorganização da produção, não encontrou eco no governo Federal.¹⁰⁶ As dificuldades levaram o MPA à busca de novas estratégias. Uma delas foi fazer, de setembro de 2003 a março de 2004, um período de estudos nos grupos de base – a instância organizativa mais massiva do MPA –, preparando para

¹⁰⁴ Entrevista concedida por Valter Israel da Silva.

¹⁰⁵ Entrevista concedida por Valter Israel da Silva.

¹⁰⁶ Apenas em 2008, cinco anos depois das primeiras demandas ao governo Lula por crédito com esse perfil, o governo Federal lançou o PRONAF Sistêmico, que respondia em parte a esta demanda e que depois, como resposta à crise alimentar mundial, foi reformulado tornando-se o PRONAF Mais Alimentos (COSTA, 2014, p.140).

mobilizações no início do ano seguinte, com outros movimentos da Via Campesina (MPA, 2003, p.21).

Em setembro de 2003, a direção nacional do MPA afirmava que “o Brasil está em disputa”. Uma disputa que, após a eleição de Lula, era caracterizada, por um lado, “pela burguesia internacional, pelos grandes banqueiros e pelas multinacionais, que se aliam com os latifundiários e os outros brasileiros ricos”, e, por outro, “por nós, pequenos agricultores, trabalhadores urbanos, desempregados, por todo o povo trabalhador desse país”. A avaliação era que, ali, o governo poderia “pender para o lado de lá mesmo tendo origem do lado de cá” e que, face a esse risco, não caberia aos agricultores esperar pelo governo, mas entrar na disputa:

Por isso nosso caminho continua sendo a mobilização e a luta para resolver nossos problemas imediatos, para colocar em prática nosso projeto de Agricultura e de um Brasil para os Brasileiros, digno, justo e sem fome (MPA, 2003).

Além do debate entre as bases, as lideranças do MPA começaram a procurar novos caminhos. Era necessário rever as estratégias para se engajar naquela disputa. O modo de construir esse projeto já vinha sendo ensaiado pelo MPA: estudos, debates e confrontos com a prática camponesa (COSTA, 2014c, p. 95).¹⁰⁷ Nesse processo, novas associações foram sendo articuladas ao discurso e às práticas do MPA, que começava a reunir os elementos que, juntos, passariam a conformar sua plataforma política e a traduzi-los de forma a torná-los inteligíveis e organizados para o público de camponeses e camponesas que articula.

Foi, portanto, no decurso de uma disputa – sobre o perfil das políticas públicas de apoio à agricultura pelo recém-empossado governo Lula – que o MPA sentiu a necessidade de reorganizar seu discurso e sua pauta, associando-se a novos conceitos e termos, alguns dos quais teve contato por meio de sua afiliação a uma rede internacional, a Via Campesina. Ao fazê-lo, recompôs-se, tornando-se um movimento diferente daquele que era antes das novas formulações e das práticas que elas engendraram. Esse esforço teve como resultado o que veio

¹⁰⁷Pelas lentes da Teoria do Processo Político/Teoria da Política Contenciosa, a emergência do Plano Camponês no início do governo Lula poderia ser lida como fruto de uma oportunidade política constituída pela abertura das elites às demandas dos agricultores propiciada pelo novo governo. Goodwin e Jasper (1999); von Bülow (2014) já criticaram o conceito pela falta de atenção às diferentes maneiras como atores compreendem e avaliam o contexto político. Concorro com essa crítica e, a partir dela, entendo que a ênfase nas oportunidades reduz ao elemento externo a determinação de um conjunto de ideias, de articulações, de atores que precisaram ser mobilizados para que determinado resultado seja produzido. Além disso, ele não dá conta de lidar com a ambiguidade das situações em que a ação ocorre – como é o caso desse exemplo especificamente, bem como do momento de formação do MPA em que uma miríade de atores, relações, disputas, interesses e conexões estava colocada e que terminou por levar à composição de um novo ator político. Naquele momento, considerar as disputas por crédito no governo FHC, por exemplo, como uma oportunidade política, significaria deixar de lado todo o esforço dos atores e as contingências dos processos, que considero essenciais para seu entendimento.

a se chamar Plano Camponês: uma formulação dinâmica que foi sistematizada em algumas ocasiões. Dele fazem parte conceitos como soberania alimentar (mas também energética, genética, territorial e hídrica), campesinato, alimergia,¹⁰⁸ sistemas camponeses de produção, serviços socioambientais camponeses etc. Longe de ser uma construção meramente teórica, esses conceitos passaram a orientar as práticas do movimento, e por meio delas são transformados em projetos e ações, tendo efeitos sobre o mundo. Como o objetivo, aqui, não é detalhar o Plano Camponês, reproduzo uma de suas sistematizações no Anexo 2. A seguir, discuto como, na formulação do Plano Camponês, o MPA buscou embasar suas formulações sobre soberania alimentar e campesinato que, pouco depois, foram “carregados” pelo MPA para debates internacionais, contribuindo para alterar o modo de inserção transnacional do grupo.

Traduzindo a soberania alimentar

Em 2004, o MPA, em Santa Catarina, traduziu o conceito de soberania alimentar em uma publicação voltada aos agricultores e agricultoras a ele afiliados nos seguintes termos:

Uma nação é soberana, isto é, manda no seu próprio nariz, é dona do seu próprio destino, quando ela tem alimentação suficiente para todo o seu povo comer e ainda estoque para vários anos. Ter comida suficiente e estocada significa Soberania Alimentar (....)
Nosso Projeto Popular para a Agricultura quer um povo comendo bem e uma produção agropecuária capaz de abastecer toda nossa população. (...)
Mas, para o pequeno agricultor, soberania alimentar começa em casa, garantindo a produção de tudo para seu próprio consumo. Construindo um modelo agrícola capaz de produzir de tudo para o povo brasileiro, alimentos de boa qualidade o ano todo (ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DOS PEQUENOS AGRICULTORES CATARINENSES, 2004).

Constavam, ainda, da definição, referências a itens como a produção de alimentos suficientes e variados, de maneira sustentável, autônoma, justa e igualitária, “limpa e saudável” – livre de transgênicos, venenos, hormônios e antibióticos.

Soberania Alimentar está no centro das formulações da Via Campesina que, em 1996, adotou e reformulou o termo, passando a empregá-lo em contraposição ao conceito de segurança alimentar que vinha sendo debatido por governos e organizações internacionais, e apresentou-o nos debates da Conferência Mundial de Alimentação da FAO, realizada em Roma (DESMARAIS, 2013; EDELMAN, 2012).

¹⁰⁸ Alimergia é um termo cunhado pelo próprio MPA reunindo alimentos, meio-ambiente e energia em uma única palavra para definir um “único processo produtivo integrado e sistêmico” que agrega práticas agrícolas, de pecuária e florestais de maneira sinérgica, isto é, de forma que o resíduo de um ciclo seja insumo para o outro, em busca de aliar produção de alimentos e de energia com preservação ambiental. (SILVA, 2016a, p. 22).

Desde então, o conceito espalhou-se consideravelmente pelos discursos – e embasou atividades– de movimentos sociais de diversas origens nacionais, além de ter sido incluído em constituições de países como Nepal e Bolívia. Soberania alimentar foi definida pela Via Campesina, originalmente como

“o direito de cada nação manter e desenvolver sua própria capacidade para produzir os seus alimentos essenciais, respeitando a diversidade produtiva” e “o direito de produzir o nosso próprio alimento em nosso próprio território.” Posteriormente, a Via Campesina reelaborou o conceito para incluir o “direito dos povos para definir sua política agrícola e alimentar” (DESMARAIS, 2013, p.41)

Ou, ainda,

É o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental (Via Campesina Internacional, apud MPA, 2013, P.37)

Comparadas, as definições de soberania alimentar do MPA e da Via Campesina indicam o esforço de tradução do MPA para agricultores afiliados, utilizando termos bastante concretos e ressaltando a importância da produção e do estoque de alimentos, além da capacidade de abastecer a população brasileira.¹⁰⁹

Esse esforço de tradução continuou sendo feito pelo MPA nos anos seguintes e, em 2009, o movimento falava também de soberanias energética, genética, hídrica e territorial – desdobramentos originais da formulação da Via Campesina (SILVA, 2009). Não defendo, aqui, que o MPA tenha necessariamente criado cada um desses conceitos, mas que a reunião e conceituação de cada um deles é uma formulação significativa do movimento. Na sistematização do Plano Camponês publicada em 2009, cada uma das soberanias recebe uma definição em três itens. Aqui, encontra-se, novamente, uma tradução do MPA para o conceito de soberania alimentar, vinculada a um modo de vida, à produção variada (em oposição à monocultura) e ao não uso de agrotóxicos (ou venenos). No caso da soberania genética, é visível a conexão com os debates sobre sementes e métodos de recuperação, armazenagem e melhoramento que já vinham sendo experimentados pelos e pelas militantes do MPA, como se vê no quadro a seguir:

¹⁰⁹ Tem-se aqui um bom exemplo de como esses conceitos são materiais – pois se referem a terra, aos alimentos, ao território - e semióticos – na medida em que se referem também a discursos e normas e são, eles mesmos, recursos em interações discursivas

Alimentar	Comida é local, vinculada a cultura, modo de vida	
	Produzir de tudo um pouco	
	Sem veneno, buscando equilíbrio ambiental	
Energética	Produção, controle e autoconsumo de energia	
	Mudança da matriz energética	
	Biomassa, ventos, sol, biogás, etc.	
Genética	Recuperar nossas sementes, raças e mudas	
	Buscar técnicas de recuperação, armazenagem e melhoramento	
	Divulgar as experiências já existentes	
Hídrica	Recuperar nascentes	
	Implementar técnicas de coleta e armazenamento de água	
	Desenvolver pequenos sistemas de irrigação	
	Recuperar as matas ciliares	
Territorial	Material e imaterial	Espaço de vida
		Espaço de produção
		Espaço disputa

Quadro 6 – Desdobramentos da soberania alimentar, apresentadas no Plano Camponês do MPA

Fonte: Silva, 2009, p.54

Em nova síntese, preparada para o 1º Congresso Nacional do MPA em 2014, soberania alimentar era definida “a partir das unidades de produção e se configurando como projeto nacional” e soberania genética como “controle e gestão de recursos genéticos no próprio campo e em parceria com o sistema público de pesquisa, de modo especial a alta diversidade de sementes, raças e mudas” (MPA, 2014a, p. s/p). A ênfase na soberania

genética está consonância com a atuação do MPA nos debates sobre sementes, que serão discutidos adiante.

Em 2017, enquanto realizava pesquisa de campo, presenciei uma apresentação do MPA sobre as diversas formas de soberania com as quais vem trabalhando em uma reunião da Via Campesina Brasil. A apresentação, que esteve a cargo do Frei Sérgio Görden – religioso ligado à CPT que é parte do MPA desde a sua fundação e vem sendo um dos formuladores desse coletivo – foi recebida quase como novidade pelos representantes de alguns dos movimentos da Via Brasil, e gerou pouco debate no momento das perguntas. O episódio aponta, entre outras leituras possíveis, para a diferença entre traduzir conceitos para o interior do movimento e o percurso inverso, de retornar as traduções para um coletivo mais amplo, seja ele nacional ou transnacional. Isso, porém, não significa que os conceitos não estejam circulando. Em novembro de 2017, uma declaração escrita em reunião preparatória para o Fórum Alternativo Mundial da Água, um conjunto de organizações utilizou a formulação “soberania territorial, alimentar, genética, hídrica e energética” de maneira inédita (FÓRUM DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA SOCIAL; MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE, 2017)

Se o MPA foi capaz de, rapidamente, incluir a soberania alimentar em seus discursos, projetos e práticas, o retorno do termo, transformado, para o coletivo internacional, mesmo por meio da Via Campesina Brasil e entre organizações brasileiras, não pareceu ser tão fluido, indicando a presença de relevantes entraves para essa “viagem de volta” desde organizações nacionais a redes mais amplas (ALVAREZ et al., 2014). Apesar deles, porém, esforços nesse sentido são constantes e indicam o empenho das organizações de diversos locais em aportar formulações – novas associações – aos debates transnacionais nos quais se engajam. Esse é um dos sentidos pelos quais a produção do transnacional pelas organizações de origem nacional acontece.

A soberania alimentar teve, ainda, impacto nas formulações do MPA sobre projetos produtivos. Em 2007, quando esse grupo realizou seu 1º Seminário Nacional de Produção - *Estratégias para a implementação do Plano Camponês*, as lideranças participantes decidiram incentivar transformações na lógica de produção de suas bases a partir do conceito de sistemas camponeses de produção, da criação de projetos estruturantes que permitiriam organizar produtores, industrializar ou agregar valor a produtos, mantendo bases territoriais por meio de iniciativas de abrangências regionais, estaduais ou nacionais (MPA, 2011, p. 15).

Os sistemas camponeses de produção tornaram-se a “lógica produtiva” do movimento, enfatizando o aproveitamento de resíduos de processos produtivos como insumos para outros processos. Contrapondo-se ao conceito de cadeia produtiva, pretendem articular

um complexo arranjo de cultivos, árvores, animais e solo, que garantem a circulação de produtos e subprodutos entre si, de modo que aquele produto do cultivo que não é usado para consumo familiar e nem comercialização vira alimento dos animais que, por sua vez, produzem alimentos para a família, para o mercado, para o solo e para outros animais. Para que esse conjunto funcione é necessário um conjunto de pequenas agroindústrias caseiras como a farinheira, o engenho, o moinho, o pilão, o monjolo, a queijaria, os tachos para fazer doces, o forno e o fogão a lenha, entre outros (MPA, 2011, p. 43).

A partir dessa definição, o MPA passou a atuar para organizar “projetos estruturantes”, isto é, projetos produtivos com o objetivo de promover a diversificação da produção e de criar agroindústrias com vistas a agregar valor à produção e facilitar permanência das famílias no campo, sem que camponeses e camponesas precisassem subordinar-se ao modelo hegemônico de produção, nem focar em uma só cultura que os mantivesse dependentes de empresas compradoras, e sem abrir mão de suas formas de vida e economia. Há uma crítica implícita, nesse discurso, ao modelo de sobrevivência no campo no qual pequenas propriedades tornam-se fornecedores de grandes empresas, engajando-se nas cadeias de produção de alimentos e, não raro, tornando-se praticamente produtores de um único cultivo ou tipo de animal – modelo que o MPA associa ao conceito de agricultura familiar. A alternativa apresentada pelo movimento é uma mistura entre a vida do camponês contemporâneo, seus desafios, as práticas alternativas ao modelo vigente – capitalista, de integração a grandes cadeias econômicas – e um vir a ser desejado, sintetizado na adoção de práticas produtivas camponesas conforme descritas pelo movimento. Estes já eram temas do MPA, mas sua articulação torna-se mais evidente a partir do Plano Camponês. Vinculado a estes conceitos estão outros, tal como o de alimergia, já mencionado, e que também trata de maneiras para se construir a soberania alimentar e energética das comunidades.

Os projetos produtivos, orientados por esses e outros conceitos, ganharam perfis específicos em cada estado ou região em que o movimento atua, sempre vinculando objetivos econômicos a construção das soberanias e o fortalecimento do campesinato. No Piauí, desenvolveram experiência de agroindústria de suco. No Espírito Santo, buscando sair da monocultura cafeeira, o trabalho foi de consolidação de mercados para venda de frutas e

hortaliças agroecológicas. Em Rondônia, produtores de café, grãos e frutas passaram a produzir também álcool – inicialmente, para autoconsumo – açúcar mascavo, melado e outros subprodutos para manejo.¹¹⁰ No Rio Grande do Sul, foi formada uma cooperativa para trabalhar com produção de biocombustíveis em pequenas usinas coletivas administradas pelos agricultores, no contexto do Programa Nacional de Biodiesel. Em Santa Catarina, aproveitando a experiência de sindicatos locais e do próprio MPA com a produção de sementes, criou-se uma cooperativa e uma unidade de beneficiamento de sementes, chamada Oestebio, com sede no município de São Miguel do Oeste – voltarei a essa iniciativa no próximo capítulo.¹¹¹

Em cada um desses projetos produtivos, o MPA traduziu e incorporou a soberania alimentar: o termo originado em uma organização transnacional passa a fazer parte do discurso nacional com tal importância que torna difícil manter uma separação explícita entre nacional e transnacional, ao menos no campo da circulação de ideias. Essa não foi, como venho tentando argumentar até aqui, uma experiência fortuita. Por meio das traduções que realiza, o MPA vai reunindo elementos, associando-se a eles, e nesses agenciamentos se reconfigura. Foi assim que o MPA se envolveu nos debates sobre soberania alimentar, que passam a orientar seus projetos políticos, a permear suas pautas públicas e suas iniciativas de fomento à produção e tornam as relações com a Via Campesina mais estreitas.

Em síntese, a dinâmica identificado na controvérsia sobre soberania alimentar agenciada pelo MPA pode ser representada da seguinte maneira:

¹¹⁰ Entrevista concedida por Marciano Toledo Silva.

¹¹¹ Sucessos e limites dessas iniciativas, bem como sua viabilidade e relação com políticas públicas são excelente tema de pesquisa que, infelizmente, não poderá ser desenvolvido aqui.

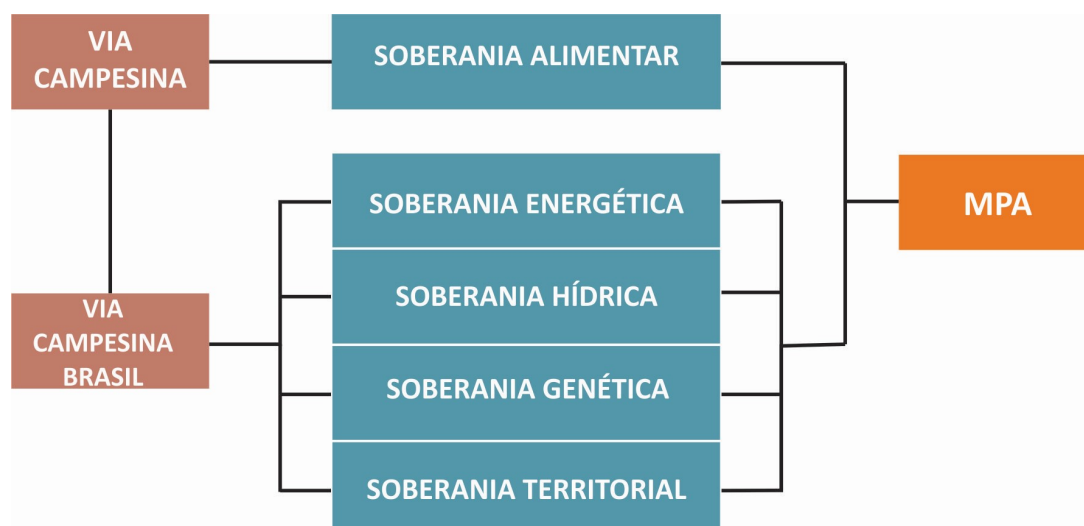


Figura 10 – Dinâmica de tradução, nas compilações do MPA em torno da soberania alimentar

Fonte: elaboração própria

Na Figura 10, sintetiza-se o processo no qual o MPA (em laranja) foi transformado pela associação ao conceito de soberania alimentar, mas também o transformou, adicionando outras soberanias (em azul), e buscou levar essas ideias à Via Campesina Brasil e, por meio dela, à Via Campesina Internacional (em marrom).

Após 2003, o modo encontrado pelo MPA para reunir, agregar elementos que foram compondo suas maneiras peculiares de agir passa por (1) produção e tradução de conceitos, (2) estruturação de projetos produtivos com vistas a fortalecer o que denominou agricultura camponesa, a partir dos conceitos formulados e reformuladas e (3) articulação cotidiana de ideias e formas de agir originadas em debates internacionais, com outras ideias formuladas ou reformuladas em âmbito nacional – em prática na qual a vinculação com a Via Campesina assume papel central (CARVALHO, 2014). Todos esses processos são visíveis na formulação do Plano Camponês, mas o mais relevante aqui é ressaltar que as formulações do grupo passaram a ser conectadas a sua articulação transnacional com a Via Campesina, de modo que as conexões transnacionais passam a ser uma dimensão da atuação desse grupo que se apresenta como um movimento, mais do que como uma prática de circular entre escalas (locais, nacionais, transnacionais) ou de aproximá-las.

Quando o MPA se estruturou, ainda na década de 1990, o fez adotando aquilo que tinha sido configurado como a “maneira correta” de organizar um movimento rural naquele período, por meio da experiência do MST: o coletivo denominou-se movimento, realizou acampamentos, ocupações de prédios públicos e protestos – incorporou, portanto, a forma-

movimento, já então associando a ela as ferramentas do trabalho agrícola, a estratégia de greves de fome, entre outras práticas. Porém, quase uma década depois, MPA reorganizou sua plataforma política e foi estabelecendo modos mais marcadamente próprios de constituir-se e de atuar. Essa maneira de atuar, formulada no curso da ação do MPA, é perpassada pelas conexões transnacionais em vários aspectos, de forma que o “modo de reunir coisas” performatizado por esse coletivo é marcado pela tradução de conceitos aos quais se associou por meio de suas conexões transnacionais.

A tradução a que me refiro aqui não é, obviamente, uma prática exclusivamente linguística, mas cultural (e política, para ser coerente com os estudos de política cultural latino-americana). Sob essa perspectiva, a “política de traduções transnacionais” que atravessa feminismos latino-americanos contemporâneos vem sendo explorada por Alvarez (2009), Alvarez *et. al* (2014), e por Costa (2014a, 2014b), para compreender como “discursos e práticas feministas viajam por uma variedade de lugares e direções e acabam se tornando paradigmas interpretativos para leitura/escrita de questões de classe, gênero, sexualidade, migração, saúde, cidadania, política e circulação de identidades e textos” (ALVAREZ, 2009, p. 743). Indispensável para alianças políticas (feministas, antirracistas e pós-coloniais/ocidentais), a tradução perpassa e aproxima locais cultural, social e politicamente distintos – e a ênfase nos locais é especialmente interessante aqui ao reforçar a atenção a não reificar “o global” sem observar, lentamente, os locais que o compõem, em sua materialidade.

Ao se questionar sobre como são possíveis as contínuas viagens do feminismo, seus processos de recepção e deslocamentos, Costa (2014b, p.134) enfatiza o aparato material que “perpassa as viagens das teorias e organiza sua tradução, publicação e circulação”. Aqui, faço eu o movimento de traduzir essas ideias, associando-as às discussões sobre a transnacionalização de organizações de agricultores e agricultoras e, especificamente no caso do MPA, de camponeses e camponesas, ao buscar descrever as associações – quem leva, por onde leva, por quais caminhos, encontrando quais dificuldades – mas também como os sentidos vão sendo adaptados, traduzidos, para caber em novos conjuntos de associações.

A tradução de ideias e conceitos para suas pautas nacionais e práticas cotidianas não é útil apenas para fazer demandas – seja para as sociedades nacionais, seja para os governos – sendo mais propriamente uma forma de se inserir em debates tanto nacionais como internacionais – ou, mais especificamente, de reunir elementos que permitem a inserção em disputas. A afiliação a uma organização internacional é relevante na medida em que facilita o

contato e a apropriação dos conceitos, oferecendo parte da materialidade necessária para que ideias e conceitos circulem.

O conceito de tradução e a impossibilidade de qualquer tradução literal são relevantes aqui por considerar, informada por essas teorias, que o MPA não apenas incorpora a soberania alimentar às suas preocupações, mas inevitavelmente as associa a novos elementos: “biomas, ecossistemas e integridade das comunidades camponesas”, por exemplo, não fazem parte da formulação da Via Campesina, mas estão na formulação do MPA; a compra de terras também não aparece explicitamente na formulação original, mas está em algumas das definições de soberania alimentar publicadas pelo MPA em seus materiais de formação e trabalho.

Nesta tese, estou interessada em como organizações nacionais conformaram laços transnacionais. Ao enfatizar as conexões via tradução, acabo por me afastar das narrativas que definem transnacionalização como o “compromisso com a mobilização conjunta”, denominando como internacionalização outros processos, mais fluidos, de troca de informações e contatos (VON BÜLOW, 2014, p. 16), bem como de tipologias que entendem que o envolvimento intenso e de longa duração vai se expressar em coalizões e campanhas (TARROW, 2005, p. 167). Ao contrário, ao enfatizar as dimensões materiais-semióticas dos discursos (e seus efeitos) como processos intensos e prolongados de transformação dos atores/as envolvidos, que acabam por afetar suas práticas e performances de forma profunda, estou, ao mesmo tempo, configurando um olhar para a transnacionalização a partir de seus efeitos nos atores/as locais que se envolvem naqueles processos e defendendo que a transnacionalização não requer necessariamente a expressão em ações conjuntas, podendo passar pela incorporação/tradução de ideias, práticas e enquadramentos discursivos oriundos dos engajamentos com atores/as de outros países, conforme definiu Alvarez (2000, p.3).

Enfatizei nesse item a tradução da soberania alimentar, desdobrada em energética, genética, territorial e hídrica, mas a incorporação do conceito de campesinato à plataforma do MPA ocorreu de modo semelhante. É disso que trato no próximo item.

Traduzindo o campesinato

Nesse item, revisito as formulações do MPA sobre o campesinato entendendo que, a partir de suas formulações sobre o tema, esse movimento reformulou sua inserção na controvérsia sobre agricultura, defendendo o que denomina agricultura camponesa, como já abordei no Capítulo 2. Nesse tema, fica ainda mais explícito o esforço do MPA em levar

suas formulações para debates internacionais da Cloc e da Via Campesina. Nesse processo, o MPA foi produzindo o caminho próprio para suas conexões transnacionais, que lhe permitiu visibilidade e projeção. Aqui fica evidente, mais uma vez, que esse processo se consolidou quando o grupo a) estabeleceu uma plataforma política própria, que tinha como horizonte a defesa do campesinato e da agricultura camponesa – simultaneamente práticas, ideias e categorias de identificação e, b) esse coletivo passou a ter papel mais relevante no interior da organização internacional à qual já era afiliado, propondo novas associações a debates em curso e, portanto, modificando-os.

Após ter decidido deixar de se identificar como um movimento de pequenos produtores e adotar a identificação de camponeses, em seu encontro nacional de 2003, o MPA adotou as práticas de estudos individuais e coletivos, de formulações pelas direções (que debateram o tema em reuniões nacionais conforme registrou Costa, 2014) e da proposição de debates pela base voltados à produção de um entendimento próprio sobre o significado do campesinato na experiência brasileira. Os conceitos elaborados passaram a orientar as práticas do MPA, suas demandas ao poder público e suas propostas para políticas públicas.¹¹²

Para produzir seu entendimento sobre o campesinato e sobre as disputas que deve travar, o MPA estabeleceu conexões com tradições marxistas, com debates caros à esquerda católica, com a academia e com a Via Campesina. As conexões com debates internacionais permeiam cada uma dessas origens.

A formulação sobre o campesinato, durante a estruturação do Plano Camponês, foi assim sintetizada por Maria José da Costa, militante do MPA no Piauí que o abordou em sua Dissertação de Mestrado:

Em 2003 o MPA passou a afirmar que o campesinato brasileiro precisava de um projeto de desenvolvimento para o país, pensado, elaborado e executado pelo campesinato. Essa afirmação soou como ousadia para os vários setores da sociedade. É a partir dessa percepção que surge a pergunta: por que o campesinato tem que ter um projeto de desenvolvimento? Outras perguntas seguiram: quem é o campesinato? Onde está e quantos são? Essas perguntas surgem quase sempre tomando como referência o modelo hegemônico, ou seja, o agronegócio. Para o campesinato e suas organizações está clara a necessidade de um projeto de desenvolvimento para a sociedade a partir do próprio campesinato, pois as contribuições do mesmo com a questão ambiental, saúde da população, abastecimento interno local e regional, além da diversidade de produtos e serviços disponibilizados pelo campesinato (COSTA, 2014, p.93).

Nos termos de outro militante engajado nas formulações do MPA, Valter Israel da Silva, o Plano Camponês pretende ser “um plano a partir dos camponeses pra sociedade como

¹¹²Entrevista concedida por Valter Israel da Silva.

um todo”, não sendo voltado apenas para o campesinato. A definição desse projeto político não foi um processo acadêmico, mas de militantes que incorporaram acadêmicos em busca de referências teóricas, de validação acadêmica e da construção de novas alianças. Os eixos centrais do debate do MPA sobre o campesinato haviam sido colocados no II Encontro Nacional, de 2003: passava pela melhoria das condições de vida no campo e de condições para produzir (SILVA, 2010; COSTA, 2014). Ao revigorar os debates sobre o campesinato, o MPA buscava disputar os sentidos do termo, tendo por objetivos superar a representação do campesinato como “atrasado e arcaico” e do agronegócio como “a única via possível de desenvolvimento”¹¹³ (COSTA, 2014, p. 103). Buscava, em outros termos, reestabelecer uma controvérsia sobre o tema e, nela disputar as associações que compõem este actante que é o campesinato.

A prática de realizar estudos sobre os temas, mais uma vez, foi uma maneira de reunir elementos heterogêneos e, para essa tarefa, o MPA convocou simultaneamente acadêmicos que entendia comprometidos com suas causas e organizações camponesas parceiras, envolvendo as organizações da Via Campesina Brasil (COSTA, 2014, p.103). A estratégia de “recolocar tema do campesinato na academia”¹¹⁴, que levou à produção de uma série de livros sobre a história do campesinato no Brasil, a saber:

- Em 2005, foi publicado o livro *O Campesinato no Século XXI*, organizado por Horácio Martins Carvalho (CARVALHO, 2005a).

- Em 2009, a série de 9 livros *História Social do Campesinato no Brasil* saiu pela Editora Unesp e pelo NEAD/MDA, envolvendo de 100 pesquisadores e as organizações da Via Campesina Brasil, que assinam conjuntamente o prefácio das obras.

- Em 2013, foi publicado o volume *Mulheres Camponesas – trabalho produtivo e engajamentos políticos*, organizado por Delma Pessanha Neves e Leonilde Sérvo de Medeiros (NEVES; MEDEIROS, 2013b).

- As mulheres do MPA identificaram a ausência de textos sobre sua própria experiência e, em 2015, um novo livro, organizado por três lideranças do movimento, Jozelita Tavares, Josineide Costa e Marli Fagundes, trata da *Diversidade Produtiva das Mulheres do MPA*, trazendo experiências em onze estados, sintetizando a trajetória das mulheres no

¹¹³ É interessante notar, aqui, a recorrência da preocupação com o projeto de desenvolvimento do país – termo da CUT que entrou nos debates rurais via DNTR e foi incorporado ao PADRSS da Contag, e que é encontrado também no discurso do MPA.

¹¹⁴Entrevista concedida por Marciano Silva.

movimento e propondo reflexões a partir das suas práticas (TAVARES; COSTA; FAGUNDES, 2016).

Além dessas publicações, sínteses promovidas pelos militantes do MPA também foram editadas:

- O Frei Sérgio, da CPT e da direção do MPA, publicou *Os novos desafios da agricultura camponesa* (GÖRGEN, 2004), no qual trata de quem são os camponeses, apoiado, em parte, nas formulações de Carvalho (2005a).

- Valter Israel Silva publicou *Caminhos da Afirmação Camponesa – Elementos para um Plano Camponês* (SILVA, 2009). Essa última, e outras publicações posteriores do MPA, permitem entrever como os debates sobre o campesinato foram incorporados na plataforma do grupo brasileiro, a partir da seleção de alguns dos conceitos reunidos nas publicações.

O primeiro livro publicado, *O Campesinato no século XXI*, foi central nesse sentido. Ali estava apresentada a controvérsia em torno das interpretações de Marx acerca do campesinato no capitalismo e as transformações na abordagem marxista via Chayanov e Shanin e, mais recentemente, vinculando esses debates à agroecologia, por via de referências ao trabalho de Van der Ploeg; mobilizando, portanto, os debates internacionais. Mas houve também um esforço de reunir reflexões acerca de como essa controvérsia (o termo é o usado na publicação) se desdobrou no Brasil: “Aos fundamentos em debate nessa controvérsia geral sobre o campesinato e o capitalismo foram acrescidos, no Brasil, temas como o campesinato e os modos de produção, os resquícios do colonialismo e do escravagismo no campo, a expansão da fronteira agrícola, a reforma agrária e o papel do Estado na reprodução do campesinato”, afirmou Carvalho (2005a, p.21), em nítida referência aos elementos elencados por Maria de Nazareth B. Wanderley (WANDERLEY, 2005, p. 36) como particulares ao campesinato brasileiro.¹¹⁵

Disso tudo, o que mais se sedimenta na formulação do MPA é a diferenciação entre agricultura capitalista e a camponesa. A primeira explora o trabalho assalariado e tem controle político do mercado e a segunda é explorada na medida em que parte significativa de sua renda acaba sendo “apropriada pelas empresas que atuam no mercado”, nos termos de Silva (2009, p.11), para quem a caracterização da família camponesa parte da

¹¹⁵ Há, no livro, uma revisão crítica das particularidades brasileiras, com a reprodução de textos pioneiros como os de Octavio Ianni e Maria de Nazareth Wanderley, que agrega referências da sociologia rural francesas ao debate e o campesinato como uma das formas particulares da agricultura que tem como base o trabalho familiar.

garantia continuada de reprodução social da família (...) e a posse sobre os recursos a natureza. Tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolve seus problemas reprodutivos a partir da produção rural, extrativista, agrícola e não-agrícola. A produção é desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que sobrevivem do resultado dessa alocação” (SILVA, 2009, p.12).

A agricultura camponesa, como já vimos no Capítulo 2, diferencia-se da agricultura familiar, entendida como fruto da aliança de pequenos agricultores com agronegócio, por meio da integração às cadeias produtivas, que cria dependência econômica e técnica, colocando em risco a soberania alimentar (MPA, 2005, p. 5).

O MPA se associa ao esforço de definição do campesinato empreendido por Mançano Fernandes (reproduzidas em CARVALHO, 2005b, p. 23–25), que apresenta os três paradigmas sobre o fim do campesinato: aquele que o vê em vias de extinção, ou a tese do *fim do campesinato*; um segundo paradigma de *metamorfose do campesinato*, que prega sua transformação em agricultor familiar; e, por fim, a tese do *fim do fim do campesinato*, na qual o foco está na capacidade do campesinato de resistir, recriar-se e de manter-se frente à agricultura capitalista. Essa leitura vem sendo difundida pelo MPA de modo crescente, estando presente em diversas publicações (MPA, 2013b, 2013c, 2014a, 2014b). Atualmente, o campesinato é definido pelo MPA, como:

modo de ser, de viver e de produzir, com particularidades culturais, marcadamente regionais, mas com uma base material comum que produz interesses sociais, econômicos e políticos que o unificam colocando-o como um sujeito político na história nacional em confronto com os interesses das classes dominantes e que vive em um ambiente hostil, enfrentando em uma luta desigual, os latifundiários, o mercado, as multinacionais e o estado. Busca, em sua relação com a natureza, atender as necessidades da família numa constante luta por autonomia. A lógica econômica camponesa se baseia na relação: braços para o trabalho X bocas para alimentar. A família é o fundamento da “empresa camponesa” (SILVA, 2014 ênfases no original).

A citação deixa evidente a leitura do campesinato como classe, a incorporação crítica de categorias marxistas e a preocupação de uma definição do campesinato no interior das disputas nacionais, sempre em oposição às classes dominantes – que marca a visão de mundo que orienta a ação do MPA. Em suma, nesse processo de formulações e publicações, o MPA associou-se a referências da tradição de internacional de estudos camponeses e a formulações sobre o campesinato no Brasil, mas também da agroecologia. Seus militantes formularam sobre o tema, a partir das referências reunidas e de suas experiências, e o MPA incorporou essa categoria em suas práticas, articulações e projetos. Alongo-me nessas definições porque

foram justamente elas que foram “carregadas” pelo MPA em uma tentativa organizada de se consolidar como uma referência nesses debates no braço latino-americano da Via Campesina.

5.2 Carregando formulações para a CLOC

O MPA formulou sobre o campesinato e agricultura camponesa a partir da experiência brasileira, mas estabelecendo conexões com debates internacionais. Paralelamente, traduziu soberania alimentar para sua plataforma política: o Plano Camponês. Com tudo isso na bagagem, o MPA chegou ao V Congresso da Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC), realizado em Quito, Equador, no ano de 2010. A CLOC é uma articulação regional criada em 1994, pouco antes da fundação da Via Campesina e que acabou se tornando o braço regional da articulação mundial de camponeses.¹¹⁶

Estiveram naquele congresso 12 militantes de cada uma das cinco regiões do país, que interagiram com representantes de outras 100 organizações do continente. O interesse despertado pelas propostas do MPA fez com que houvesse uma mudança na programação do evento, para que o grupo de brasileiros pudesse apresentar suas formulações, tarefa que coube ao paranaense Valter Israel da Silva. Ele apresentou o debate das três teses sobre o campesinato e sua divisão dos modelos de agricultura em três perfis. O MPA não apenas preparou-se para participar do evento como, na volta, editou uma cartilha apresentando os resultados do Congresso para sua militância. A viagem e a publicação receberam apoio da Itaipu Binacional (MPA, 2010).

¹¹⁶CLOC foi fundada em 1994 por 84 organizações, de 18 países da América Latina e Caribe, que se aproximaram na organização da Campanha Continental 500 anos de resistência indígena, negra e popular, realizada entre 1989 e 1992, e que, ao preparar atividades críticas às comemorações oficiais dos "descobrimientos dos países", acabou reunindo as organizações de esquerda da região (DESMARAIS, 2013, p. 117; SEOANE; ALGRANATI, [s.d.]). A campanha acabou se tornando um "espaço de encontro e intercâmbio" que contribuiu para fazer frente à fragmentação e à dispersão do "campo popular" (MPA, 2010, p.8). O primeiro congresso, de fundação, ocorreu em 1994 (Lima), seguido de uma plenária e um curso de formação em 1995, em São Paulo. Os congressos seguintes aconteceram em Brasília (1997) e Cidade do México, DF (2001), Guatemala (2005), Equador (2010) e Argentina (2015). A partir de 1996, a Cloc aproxima-se da Via Campesina e termina por configurar-se como a estrutura regional da articulação global. O discurso da CLOC é de defesa de uma luta por mudança de sistema econômico e político, rumo a um sistema socialista alternativo ao capitalismo, ao agronegócio, ao latifúndio e ao imperialismo. Combate o capital financeiro internacional e as grandes multinacionais, defende a produção de alimentos saudáveis com visão agroecológica e comprometida com o bem-estar de quem produz, combate produtos transgênicos, o uso de agroquímicos e as sementes estéreis (terminator), opõe-se ao patenteamento da vida, recursos genéticos e monopólio do conhecimento, defendendo a soberania e segurança alimentar e o um poder popular - democrático e com ampla participação dos setores da sociedade.

Os dirigentes do MPA consideram que a inserção no Congresso da CLOC foi importante para apresentar ao conjunto da CLOC os debates que vinham fazendo, inserindo-os nas discussões sobre “agricultura campesina” que já estavam na programação do evento. A participação do MPA teria reforçado a “reafirmção da agricultura camponesa e de sua identidade” e definiu-se a necessidade de, na região, “impulsionar e aprofundar a discussão em torno ao resgate do conceito do campesinato como classe”¹¹⁷.

Para o MPA, o encontro da CLOC significou um aumento da visibilidade internacional de suas formulações e abriu possibilidades para expandir as reflexões sobre o tema; até então, centrado na experiência brasileira (MPA, 2010, p.21). A aceitação das propostas mostrou-se maior, inclusive, do que a que vinha se conseguindo na Via Campesina Brasil.¹¹⁸

O processo de tradução e a busca de retorno dos debates às organizações internacionais são sintetizados no quadro a seguir:

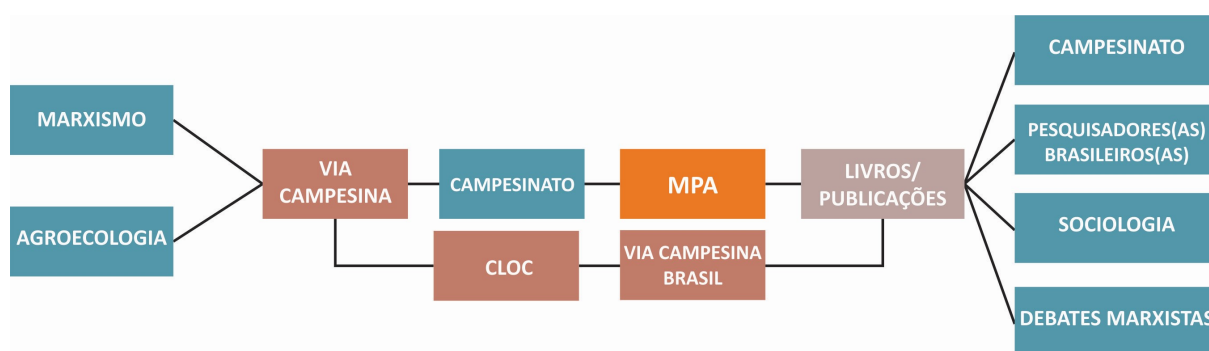


Figura 11 – Dinâmica de tradução, nas compilações do MPA em torno do campesinato.

Fonte: elaboração própria

117 Este foi um dos encaminhamentos da mesa sobre “Soberania alimentar, Agricultura Camponesa, Bens Naturais e a Campanha das Sementes”, relatada na publicação do MPA (2010).

118Entrevista concedida por Valter Israel da Silva.

Desde 2001, a Via Campesina Internacional vinha buscando construir instrumentos na ONU para reconhecer e institucionalizar os direitos do Campesinato. Ela voltou ao tema em Jakarta, Indonésia, 2008. Um dos incentivos para a retomada do tema foi a aprovação da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas (CADENA, 2016; EDELMAN; JAMES, 2011) . Em 2012, finalmente, foi instaurado, no âmbito do Conselho de Direitos Humanos, um grupo de trabalho para negociar e apresentar uma Declaração da ONU sobre os Direitos dos Camponeses e outras pessoas que trabalham no meio rural, por meio de convenção ou declaração, cujas negociações estão em curso. Em 2015, o Conselho criou novo GT para finalizar o texto, que define quem são camponeses e as violências e vulnerabilidades a que estão expostos, inclusive econômicas. De acordo com Edelman (EDELMAN, 2012), as ONGs FIAN Internacional e a suíça Cetim são algumas das aliadas da Via Campesina nesse tema, e as organizações da Indonésia estão à frente dos debates pelos camponeses. A CLOC/Via Campesina tem participado dos debates pela América Latina (MONTÓN, 2015).

A Figura 11 busca sintetizar o complexo conjunto de traduções por meio do qual o MPA (em laranja) não apenas se associou ao conceito de campesinato, mas o fez articulando diversos elementos (em azul) e sintetizando-os em publicações, por meio das quais envolveu a Via Campesina Brasil nos debates. Em seguida, o MPA buscou levar esses debates a CLOC e, por meio dela, à Via Campesina Internacional (em marrom). Indica também algumas das conexões estabelecidas pela própria Via Campesina em debates sobre o campesinato, com debates marxistas e com a agroecologia (em azul).

Outro efeito da presença do MPA foi a internacionalização de sua Campanha Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, que havia sido iniciada no Brasil pelo MPA após a derrota na disputa sobre a liberação dos transgênicos, foi rapidamente assumida pela Via Campesina Brasil e ganhou dimensão continental a partir daquele encontro (MPA, 2010, p.19)- em um exemplo claro de como as associações propostas pelo grupo brasileiro passaram, ali, a ter maior impacto na conformação mesma do que era e fazia a CLOC/Via Campesina, colaborando para produzir, portanto, o transnacional.

Nesse processo, o MPA articulava com bastante clareza os debates sobre agrotóxicos, sementes e campesinato:

Quando se debate a reafirmação da identidade e da cultura camponesa de desenha outro modelo de produção para o campo, sem agrotóxicos, recuperando sementes crioulas e recuperando conhecimentos populares. Então a campanha contra os agrotóxicos é muito importante nesse momento, uma vez que o Brasil é pela segunda vez campeão mundial em consumo de agrotóxicos. E reafirmar o campesinato, o processo de recuperação e reprodução de sementes, e denunciar esse consumo extremo de agrotóxicos por meio da campanha é fundamental para a construção desse novo projeto. Portanto, todas essas questões devem estar integradas. (MPA, 2010, p.20).

Essa referência às sementes nos leva a um último desdobramento desse processo que deve ser notado. Ao longo do Congresso, as lideranças do MPA contaram com a articulação de trocas de experiências de mais de 10 organizações e começaram a ser articuladas, também, atividades entre organizações de origem nacional de modo mais intenso do que vinha ocorrendo até então. Ali foram combinados reuniões e intercâmbios com organizações de camponeses do Paraguai e do Chile (MPA, 2010, p.21). Algumas dessas articulações, anos depois, tornaram-se experiências de cooperação internacional que tiveram como base o compartilhamento de uma metodologia que o MPA vinha empregando para o trabalho com sementes no Sul do Brasil. É interessante notar, portanto, que houve ali uma valorização das práticas do MPA com sementes, cuja transnacionalização que já estava em curso desde o início dos anos 2000 com a Festa Nacional de Sementes Crioulas, em Santa Catarina.

Entendo que esses intercâmbios de métodos de produção acabaram por levar o MPA a conformar um novo “Modo de compilar” que foi decisivo para consolidar sua ação transnacional. É desse processo que trata o capítulo a seguir.

Em síntese, nesse capítulo tratei de como, nos debates sobre soberania alimentar e agricultura camponesa, o modo por meio do qual o MPA reuniu elementos, passou pela tradução de conceitos materiais-semióticos para suas práticas cotidianas, modificando, por meio deles, sua plataforma política. Feito isso, o MPA passou também a buscar meios para difundir essas traduções para outras organizações com as quais interage ou das quais faz parte – como mostram as duas figuras com as dinâmicas desses processos. As performances envolvidas estiveram relacionadas à reorientação da pauta política nacional e ao engajamento do MPA a campanhas sobre temas como a soberania alimentar, mas também contra agrotóxicos.

Ao narrar as traduções de práticas e conceitos que caracterizam esse modo de compilar, reitero o entendimento de que há mais do que reação e do que busca por influenciar Estados, governos ou organizações intergovernamentais em curso nos processos de transnacionalização: há transformações nas próprias pautas e nas organizações mesmas que se engajam naqueles processos. De maneira parecida como aquela encontrada na transnacionalização dos feminismos, o engajamento transnacional é “traduzido de volta” para práticas locais – e por fim pode buscar transformar novamente as interações transnacionais.

CAPÍTULO 6 – O MPA NA CONTROVÉRSIA SOBRE SEMENTES: PRODUÇÃO, INTERCÂMBIOS E DEBATES INSTITUCIONAIS

Inseridos na controvérsia sobre modelo de agricultura, conforme ela é performatizada na experiência do MPA, estão debates, formulações e ações sobre sementes e biodiversidade. O engajamento dos camponeses e camponesas vinculados a esse movimento nas disputas em torno de práticas e regulação sobre sementes e biodiversidade ocorre por dois caminhos. Um deles é o de *resistência ao uso de organismos geneticamente modificados (OGM) na agricultura*, que tomou a forma de protestos, campanhas e da participação em debates promovidos por organismos internacionais relacionados ao tema, relativos às normas internacionais que regulam a produção e comércio de sementes. O outro é o caminho da *valorização e defesa das sementes crioulas e da construção de modelos alternativos* de proteção e multiplicação do conhecimento a elas associado. Cada um desses caminhos engendra um conjunto de associações, que os compõem, e está representado na Figura 8, a seguir:

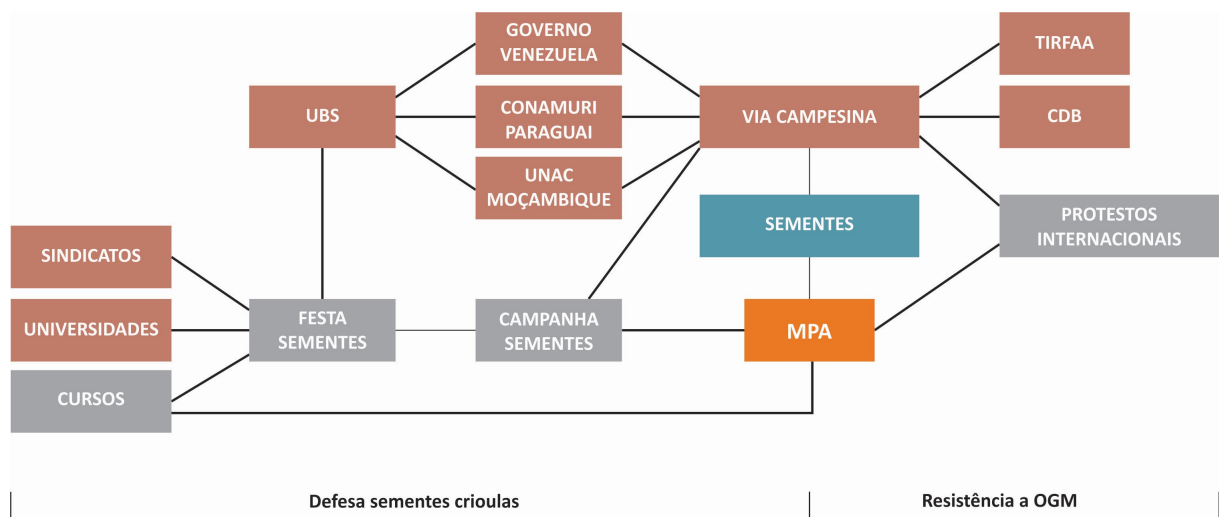


Figura 12 – Conjunto de associações do MPA em torno das sementes

Fonte: elaboração própria

O quadro enfatiza a importância das sementes para a conexão entre MPA e Via Campesina e como ela desdobra em dois caminhos: à direita, estão as associações relativas à defesa das sementes crioulas e, à esquerda, as de resistência.

Cada um desses caminhos foi produzido por modos específicos de associar elementos. Há, aqui, dois modos de compilar. No primeiro, a resistência se organiza pela articulação com organizações e coalizões internacionais e a dinâmica é a de participação em processos institucionais, de forma a pressionar Estados nacionais e organizações intergovernamentais reproduzindo o padrão mais conhecido de ativismo contencioso transnacional. Mas há, também, questionamento a práticas de empresas transnacionais. Para isso, o MPA se especializou em alguns temas, tendo se tornado especialista, uma referência para discussões que envolvem a regulamentação e uso de sementes e biotecnologia. Há, nesses processos, intensos fluxos de troca de informação. As ações são a já mencionada participação institucional, ao lado de protestos, eventos paralelos em conferências e campanhas.

No caminho da valorização das sementes crioulas, o modo de compilar é outro: passa, sobretudo, pela cooperação entre organizações que compartilham metodologias de produção, resgate e conservação de sementes e, sob a linguagem da solidariedade internacionalista, articulam-se com grupos de outros locais do planeta. Entre os elementos reunidos, estão os sentidos de construção de soberania alimentar e de resistência do campesinato e da agricultura camponesa. A tradução de conhecimentos e práticas volta a ser dinâmica relevante e engendra ações como cursos teóricos e políticos, e atividades produtivas como a estruturação de lavouras de sementes crioulas, casas de sementes, entre outras.

As práticas nessas duas frentes se complementam e influenciam-se mutuamente, ainda que os modos de reunir elementos sejam distintos. Da mesma maneira, atividades nacionais e internacionais seguem profundamente intrincadas, e os discursos circulam e orientam práticas que agregam atores/as em municípios, regiões, países e conjuntos de países, de modo que continua sendo difícil separar, a não ser analiticamente, as conexões.

Ao longo do capítulo, argumento que, ao estabelecer cooperações com outras organizações nacionais para a difusão do método para proteger e reproduzir sementes crioulas, o MPA estabeleceu um novo modo de compilar, por meio do qual reuniu novos elementos à sua ação transnacional, os quais lhe permitiram a construção de novas conexões e abriram portas para outras atividades, em termos de novas cooperações ou do engajamento em outras disputas transnacionais – como é o caso do envolvimento na campanha *Não ao ProSavana*.

Ao descrever esse modo de compilar que o MPA incorporou às suas práticas, novamente identifico questões que venho discutindo ao longo da tese: a atenção às

controvérsias importa na medida em que contribui para que sejam identificados os elementos heterogêneos articulados e que os grupos aqui estudados não apenas se engajam em práticas transnacionais, mas também estão criando ou disputando o que de fato faz parte do transnacional.

O debate sobre sementes não é, evidentemente, um tema restrito ao MPA, tendo alcançado projeção global a partir dos anos 1990, quando se tornou central nas disputas sobre agricultura, envolvendo questões sobre o controle de corporações sobre os alimentos, propriedade intelectual e comércio global (MCKEON, 2015; SCOONES, 2008). O Brasil ganhou centralidade ao ter sido um dos países escolhido como laboratório para testes e introdução dos cultivos. Reagindo a isso, os movimentos rurais brasileiros acabaram tendo papel de destaque nos debates que daí decorreram. Nesse conjunto, a “agro biotecnologia foi incorporada como um item a mais no longo ciclo de protesto dos movimentos camponeses que começou com a democratização [do Brasil] e se tornou mais intenso com as políticas de ajuste estrutural neoliberais” (MOTTA, 2016, p. 91). O MPA é, portanto, um entre os muitos que se envolveram nessa controvérsia.

Nesses casos há um componente claro de reação a processos tecnológicos e comerciais que, com a liberalização do comércio internacional, ganham escala global. Porém, continuo entendendo que, se eles são o mote para as ações, eles, por si, não explicam o modo como cada grupo consegue se envolver nas disputas que julga relevantes.

6.1 A reação contra sementes transgênicas: protestos e os “processos institucionais”

O Brasil foi um dos membros fundadores da Organização Mundial do Comércio, instituída em 1995, e rapidamente passou a alterar normas nacionais para se ajustar ao processo de liberalização do comércio internacional que estava em curso, revisando legislação nacional sobre biossegurança, por meio da Lei nº 8.974/1995 (BRASIL, 1995), de propriedade industrial, via Lei nº 9.279/1996 (BRASIL, 1996), de proteção de cultivares na Lei nº 9.456/1997 (BRASIL, 1997). As normas anteriores sobre sementes, datadas de 1965 e 1977, foram substituídas pela nova Lei de Sementes, nº 10.711/2003 (BRASIL, 2003). A construção do novo marco legal para a área não aconteceu sem disputas e controvérsias, capitaneadas por cientistas, ONGs e movimentos sociais, por vezes aliados a parlamentares. Nessas disputas, pequenos agricultores e camponeses em geral acumularam derrotas, tendo se contraposto à força econômica e política dos interesses industriais e comerciais envolvidos;

porém, foram centrais para tornar os debates públicos, disputar opinião de cidadãs e cidadãos, atrasar definições e obter medidas com vistas a diminuir impactos ambientais e sociais das novas tecnologias.

A mais longa e conhecida disputa se deu em torno da liberação de Organismos Geneticamente Modificados (OGM), também chamados sementes transgênicas ou de transgênicos, que começou no Brasil em 1997. Em 1998, Greenpeace e o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) questionaram decisão da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) que liberava experimentos de soja geneticamente modificada, especialmente aquela denominada *roundup ready* – ou preparada para ser tratada com o pesticida a base de glifosato, substância cujos efeitos ambientais são questionados por ambientalistas. Com base no princípio da precaução da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e na falta de normas sobre como avisar consumidores do conteúdo transgênico nos alimentos, a Justiça acatou as demandas por precaução e estabeleceu uma moratória de cinco anos para a produção de transgênicos no Brasil, requisitando estudos sobre seus impactos. Entretanto, manteve a possibilidade de experimentos. Nesse período, porém, deu-se a entrada ilegal de sementes transgênicas pela fronteira do Rio Grande do Sul. As organizações da Via Campesina Brasil, inclusive o MPA, que vinham realizando protestos e debates sobre o tema desde os anos anteriores, entraram oficialmente na Campanha Brasil Livre de Transgênicos em 2003. A chegada dos movimentos rurais conferiu novo perfil, mais massivo, às atividades, bem como maior visibilidade internacional; paralelamente, possibilitou a aproximação entre movimentos e pesquisadoras ou pesquisadores (MOTTA, 2016, p.87 e ss.).

O MPA associou-se a debates sobre sementes desde o período de sua formação. Na pauta de 1996, demandava anistia para que os pequenos agricultores não precisassem devolver as sementes cedidas pelo governo do Rio Grande do Sul aos pequenos agricultores em sistema de troca, dado que a produção havia sido perdida em função da seca. O tema dos transgênicos entrou anos depois na pauta nacional do movimento que, em 2002, incluía a defesa de um “Brasil livre de transgênicos”, ressoando o mote da campanha (COSTA, 2014c, p. 140). O coletivo esteve na organização de ações, entre elas o acampamento em frente ao Congresso Nacional que durou 40 dias, em reação à votação da Lei de Biossegurança (MOTTA, 2016, p.104).

Transgênicos foram um dos primeiros pontos de tensão entre movimentos rurais e o governo Lula e evidenciaram a existência de disputas entre setores do próprio governo. Já em

2003, quando o governo Federal liberou a comercialização da safra com sementes contrabandeadas no Sul do país, o MPA retirou-se do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), revitalizado no contexto do Programa Fome Zero. Da maneira como o MPA lia e representava essa questão, ela era grave por afetar a soberania e a segurança alimentar do povo brasileiro. "Dessa forma, apenas meia dúzia de multinacionais vão decidir o que o povo vai comer", afirmou Romário Rossetto, em entrevista à Agência Brasil (ESTRELLA, 2005).

A disputa afinal acabou sendo definida com a liberação de transgênicos, pelo Congresso Nacional, onde, em uma jogada certa daqueles que defendiam a tecnologia, o debate foi incluído na regulação sobre biossegurança (MOTTA, 2016, p.104-107). A derrota levou a uma reformulação dos alvos da campanha Brasil Livre de Transgênicos. Esforços institucionais voltaram-se para a regulamentação da tecnologia na CTNBio. Porém, na disputa mais ampla, o questionamento dos movimentos sobre os impactos das sementes não cessou. O MPA se manteve presente nos novos embates, como aqueles em torno da aprovação do milho transgênico em 2008, ocasião em que denunciou o risco de contaminação nessa cultura de polinização aberta, o que facilita o cruzamento não planejado entre variedades (COSTA, 2014, p.142). Cresceu, paralelamente, a ênfase sobre os impactos dos agrotóxicos, denunciados pelos riscos à saúde, como parte do mesmo pacote tecnológico – e a nova Campanha contra os Agrotóxicos e pela Vida foi inicialmente proposta pelo MPA.

No mesmo período, esse movimento engajou-se em outros debates na área, a exemplo da Lei de Sementes, de 2003, a partir do seu envolvimento no GT Sementes da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). A pressão do grupo resultou na incorporação, à lei, de diferenciação entre sementes crioulas e variedades modificadas, resguardando direitos de manejo e comercialização para agricultores familiares. O GT também se posicionou sobre outras controvérsias, como a relativa à cobertura do seguro agrícola vinculado aos créditos obtidos via PRONAF para cultivos realizados com sementes crioulas, (LONDRES, 2006).

Porém, esses debates não ficaram restritos ao Brasil. Com a derrota nacional no tema dos transgênicos, os movimentos rurais e seus aliados buscaram levar os debates para instâncias internacionais. A “escalada” do tema foi evidente pouco depois, em 2006, quando o Brasil sediou a 8ª Conferência das Partes (COP-8) da Convenção sobre Diversidade Biológica, que trata da conservação da biodiversidade (ecossistemas, espécies e recursos genéticos), do uso sustentável de seus componentes e da repartição de benefícios da utilização

de recursos genéticos, definido que seja justo e equitativo.¹¹⁹ A COP foi precedida pela 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP-3), em Curitiba (MOTTA, 2014, p.118). Este protocolo trata de questões de segurança relativas à manipulação e uso de organismos vivos modificados e, entre outras questões, estabelece regras para a movimentação internacional segura de organismos geneticamente modificados (OGMs).

Motta se refere a um processo de “escalada” da disputa, “ao ter como alvos instituições internacionais onde havia negociações para moldar instrumentos legais, bem como organizar eventos de protesto transnacional” (MOTTA, 2016, p.111). Apesar da sensação de derrota com a recente liberação no Brasil,¹²⁰ a realização de evento internacional desse porte no Brasil prometia nova oportunidade para dar visibilidade às críticas relativas ao impacto das tecnologias sobre a biodiversidade.

Nas reuniões da COP 8, em 2006, a Via Campesina esteve presente articulando ações de protesto e acompanhando atividades institucionais – em uma dinâmica similar à que Doimo (1995) denominou “a dupla face dos conflitos de ação direta: a expressivo-disruptiva e a integrativo-corporativa” e que, mais tarde, Alvarez *et al* (2017) denominaram ações “cívicas” e “não cívicas”, prática comum em eventos internacionais conforme descrito por Pianta (2001, 2005). As organizações da Via Campesina Brasil, atuando em seu país de origem, foram centrais nesses processos.

Diversos protestos ocorreram em torno do evento oficial. No Dia Internacional da Mulher, 8 de março, mulheres da Via Campesina ocuparam área de pesquisas da Aracruz Celulose em Barra do Ribeiro, a cerca de 60 km de Porto Alegre, onde destruíram mudas de eucalipto em protesto contra o “deserto verde” provocado pelo monocultivo da árvore, usada na produção de celulose (GERCHMANN, 2006). Pouco depois, no dia 14, foi ocupada área da transnacional suíça Syngenta Seeds, agora para questionar a realização, pela empresa, de experimentos com milho transgênico em área situada a menos de 10km de reservas florestais

¹¹⁹ A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) foi assinada em junho de 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Eco92. A convenção vinculou a conservação da biodiversidade aos processos de desenvolvimento sustentável e estabeleceu o entendimento de que são questão soberana dos países (não mais um bem da humanidade, que retirava a possibilidade de regulação pelos Estados). Definiu regras para a compensação pelo acesso a conhecimentos e pela transferência de tecnologia (CUNHA, 1999). A existência de certa abertura para a participação de povos indígenas, comunidades locais e agricultores nos debates tem relação com os conhecimentos tradicionais associados a recursos genéticos. As Conferências das Partes (COP) são instâncias de coordenação do Convênio e, a cada dois anos, reúnem os representantes dos países que ratificaram o CDB – atualmente, 196 países são partes, entre os quais está o Brasil.

¹²⁰ Entrevista concedida por Marciano Toledo.

e indígenas, o que violava a legislação brasileira – nas disputas que se seguiram, um militante da Via Campesina foi assassinado. Nessas ações, os movimentos ligados à Via Campesina vincularam os debates da COP a disputas em curso no país, conferindo-lhes visibilidade internacional e pressionando o governo nacional e, especialmente, a CTNBio, pela qual passava a autorização e fiscalização de pesquisas sobre culturas transgênicas (VIA CAMPESINA, 2006).

Além disso, diariamente foram realizados protestos na entrada do evento oficial e uma manifestação reuniu cerca de seis mil pessoas, segundo organizadores, no ato de 27 de março que defendia que os temas de agricultura se mantivessem em debate no âmbito do CDB, e não da OMC, criticada por não atender aos impactos das decisões sobre comércio na diversidade biológica (GLASS, 2006a).

Mantendo a prática comum em eventos internacionais, houve em Curitiba um fórum paralelo ao evento oficial, organizado pela sociedade civil, no qual teve destaque a reação às sementes *terminator*, modificadas para não se reproduzirem a partir da segunda geração, tecnicamente denominadas Tecnologias Genéticas de Restrições de Uso. A difusão de informações críticas a esses processos teria sido uma das contribuições do fórum, que viu na COP o avanço da mercantilização dos debates sobre biotecnologia (GLASS, 2006b). Um acampamento, nomeado “Terra Livre de Transgênicos”, foi montado entre 13 e 31 de março.

De forma geral a dinâmica dessas atividades pode ser sintetizada na imagem a seguir:

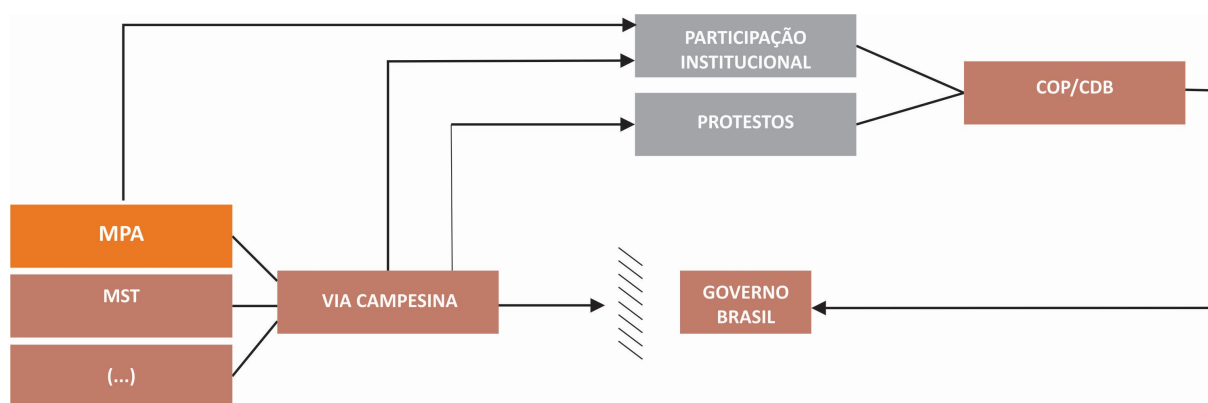


Figura 13 – Dinâmica de pressão sobre governos e organizações internacionais articulando protestos e pressão institucional

Fonte: elaboração própria

A figura expressa como, sem acesso direto ao governo nacional, busca-se influenciar suas posições por meio de protestos por meio dos quais procura-se tornar os desacordos visíveis para burocratas, gestores e políticos, além de engajar militantes nos debates. Quando

o acesso aos debates oficiais é possível, ainda que limitado, também se busca influenciar as posições dos negociadores via argumentos e novos protestos, agora dentro dos locais de debate. Tudo isso visa a influenciar as decisões da Conferência e as normas ali produzidas para, por meio delas, ter impactos sobre as posturas adotadas pelo governo nacional.

Para além dos processos gerais, a presença de militantes do MPA nas atividades teve impactos sobre o movimento. Além de participar dos protestos, acampamentos e debates paralelos, o MPA teve acesso aos debates oficiais como parte da delegação oficial brasileira, ao lado das ONGs AS-PTA, ligada à agroecologia e central no GT de Sementes e Biodiversidade da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), e da Terra de Direitos, que tinha um projeto específico para acompanhar esse tema e fornecia subsídios jurídicos e políticos para os posicionamentos. Nessa tarefa, o MPA foi representado por Marciano Toledo da Silva, militante do MPA e engenheiro agrônomo formado pela UFRGS que se aproximou dos debates em Curitiba.¹²¹ A participação nas atividades oficiais não era prioritária para a Via Campesina Brasil que amargava as derrotas de 2003 e 2005 e não via muito caminho pelas vias institucionais. Talvez por isso, na opinião de Marciano Toledo, um movimento com pouco destaque nos debates sobre biodiversidade, como era o caso do MPA tenha ocupado a vaga. Porém, a articulação de presença nos debates e atividades oficiais e de protestos acabou tendo repercussão. Mesmo nos espaços formais, a sociedade civil conseguiu, criativamente, chamar atenção para suas pautas – como no dia em que 30 mulheres ligadas à Via Campesina, já dentro na plenária, vestiram camisetas, lenços, abriram cartazes e acenderam velas – em um protesto com ares das místicas realizadas nos encontros das organizações de esquerda no Brasil, mas raro de ser visto no interior das reuniões oficiais. A ação política da Via Campesina, ainda na avaliação de Toledo da Silva, acabou tendo impacto sobre as discussões, de forma que as organizações da Via Campesina Brasil passaram a olhar com mais atenção para os debates das COPs e MOPs. A manutenção da proibição sobre a tecnologia *terminator*, um dos temas priorizados pelos ativistas, foi considerada um dos poucos resultados positivos da COP pelos atores/as não estatais (VIA CAMPESINA, 2006).

A partir dali foram abertas novas possibilidades para que o MPA se envolvesse mais diretamente nas discussões sobre biodiversidade e frequentasse conferências internacionais. Isso passou por dois caminhos: por meio da aproximação com os debates do Coletivo de Agricultura Camponesa, Agroecologia, Biodiversidade e Sementes da Via Campesina, e pela

¹²¹ As primeiras articulações na área foram realizadas por Derli Casali, militante do MPA no Espírito Santo, que falava francês, espanhol e alemão. Casali faleceu em 2011 em um acidente de automóvel.

abertura do governo Lula para participação nas delegações oficiais brasileiras, como observadores da sociedade civil. Nesse aspecto, o poder público passou a cumprir um papel de incentivar e financiar a presença de atores/as não estatais ligados a movimentos sociais em algumas das atividades.

Essas articulações, no discurso do MPA, são denominadas “processos institucionais”. Aqui, diferente do que se viu na experiência da Contag, não há ênfase na participação em si, mas na possibilidade de interferir em debates internacionais. Ainda que, na prática, a presença em debates institucionais seja similar, o sentido que se faz delas é peculiar dentro do conjunto de significados construído por cada movimento.

A partir dos esforços intensificados após 2006, nos anos seguintes, o MPA se consolidou como um dos articuladores dos posicionamentos das organizações brasileiras sobre biodiversidade e sementes, com impactos sobre debates internacionais e nacionais. Apresento os efeitos desses processos analiticamente, separando-os sob esses dois aspectos:

1 - Primeiro, nacionalmente, o MPA tornou-se uma das organizações brasileiras com acúmulo de informações sobre temas relativos à biodiversidade, qualificando sua inserção em grupos de trabalho como o GT de Sementes e Biodiversidade de ANA e o Coletivo da Via Campesina de Agricultura Camponesa, Agroecologia, Biodiversidade e Sementes e assumindo papel de articulador no Brasil.

A partir de 2006, a cada dois anos, quando havia COPs, foram apresentados posicionamentos conjuntos das organizações brasileiras, construídos em oficinas ou plenárias nacionais, organizadas por diversos grupos, mas com proeminência da Via Campesina Brasil, com forte presença do MPA, e da Terra de Direitos. (“Carta Aberta de Recomendações da Sociedade Civil Brasileira ao Itamaraty”, 2016, “Carta ‘O que está em Jogo na Cop 8 e na MOP 3?’”, 2006, “De onde Brotam as Sementes. Recomendações da Sociedade Civil ao Itamaraty”, 2014, “Posição da Sociedade Civil para 9ª Conferência de Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica”, 2010, “Recomendações da Sociedade Civil à COP 11 e MOP 6”, 2012).

Algumas dessas reuniões foram realizadas na sede da Contag, que também estava presente – mesmo que esse não tenha, na pesquisa sobre a Confederação, aparecido como um dos temas centrais de sua ação transnacional. Em 2010, o encontro teve apoio do governo Federal, por meio da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, em meio aos debates sobre repartição de benefícios em preparação ao protocolo de

Nagoya. Ali, pela primeira vez, 67 organizações enviaram formalmente um documento com recomendações ao governo brasileiro em temas sobre biodiversidade.¹²²

O MPA manteve presença constante e progressiva relevância nesses debates. Quando acompanhou reuniões internacionais, assinou algumas das “Cartas de notícias” produzidas pela Terra de Direitos (TDD) como informes dos debates para ativistas brasileiros. Em 2014, o MPA organizou a reunião nacional ao lado da TDD e da Articulação Pacari. A apropriação simultânea de debates nacionais e internacionais colocou o MPA em uma posição de articulação de questões que foram surgindo na agenda, a exemplo do debate sobre o PL que regulamentou, no Brasil, o acesso ao patrimônio genético, ao conhecimento tradicional associado e a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade e que em 2015 se tornou a Lei nº 13.123 (BRASIL, 2015).¹²³

Olhados em conjunto, os posicionamentos das organizações brasileiras apresentam leituras críticas sobre os processos da CDB e dos protocolos a ela vinculados, sempre os articulando um tom geral de defesa da relevância de conhecimentos e práticas de agricultores, povos indígenas e comunidades tradicionais para a biodiversidade a eventos recentes e temas prementes nos debates internacionais e nacionais relativos ao tema, ou ainda a questões de política nacional. O texto de 2016 começava denunciando o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e os impactos do “governo ilegítimo de Michel Temer” na posição brasileira, rompendo canais de diálogo estabelecidos pelos governos anteriores e afastando-se da cooperação com países da América Latina e do Sul Global (“Carta Aberta de Recomendações da Sociedade Civil Brasileira ao Itamaraty”, 2016).

Em 2016, as organizações estiveram no evento internacional promovido pelo Itamaraty, não mais como parte da delegação, mas com um registro de “organização social”¹²⁴. Modificava-se, portanto, o formato que vinha sendo utilizado nos anos anteriores, no qual eram parte das delegações oficiais, mas com um acordo interno de que não poderiam se manifestar, com um *status* de “delegado observador”; o que facilitou contatos internos,

¹²² A Plenária de 2010, com 67 participantes, foi organizada pela Via Campesina Brasil, Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), CONTAG, Terra de Direitos, Articulação Pacari, ACBANTU, Secretaria de Cidadania Cultural/MINC, Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Fundação Cultural Palmares. Em 2012, a oficina foi promovida pela Terra de Direitos e pela Via Campesina Brasil e teve participação de MPA, MST, MMC, além da Articulação Pacari, do Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária - CEAPAC, do Grupo de Estudos em Agrobiodiversidade – GEA, AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia e Campanha Brasil Ecológico Livre de Transgênicos e Agrotóxicos, Amigos da Terra Brasil, Relatoria do Direito Humano à Terra, Território e à Alimentação Adequada da Plataforma Dhesca Brasil.

¹²³ Entrevista concedida por Marciano Toledo.

¹²⁴ Entrevista concedida por Marciano Toledo.

permitiu que gestores públicos e ativistas se aproximassem e aprendessem, cada um a seu modo, a manejar melhor as ferramentas de negociação. A perspectiva da existência de reuniões preparatórias às conferências internacionais também se fechou. A mudança nesse padrão sinalizou o fechamento das possibilidades de diálogo abertas durante os governos de Lula e Dilma Rousseff pela pressão das organizações para maior transparência na política externa brasileira. Essa transformação no cenário nacional certamente terá consequências para a inserção dos camponeses brasileiros nos debates futuros.

Em paralelo, os textos demonstram que os militantes brasileiros foram paulatinamente se apropriando da linguagem técnica dos acordos, passando de um discurso geral sobre princípios para a articulação de posições gerais com a discussão de artigos e minúcias técnicas. Isso demonstra a progressiva apropriação, pelas organizações brasileiras, dos temas e dos códigos de negociação internacional, além da prioridade conferida, por algumas delas, à negociação institucional, sem que isso as impeça de, em alguns momentos, manter as ações de protesto.

A presença de militantes de movimentos rurais e ONGs em algumas das reuniões de coordenação sobre a posição do governo brasileiro também se tornou comum ao longo dos governos Federais petistas no Brasil (CORRÊA, 2017; TERRA DE DIREITOS, 2016). Apesar da abertura, organizações como o MST criticaram a inexistência de equanimidade entre as possibilidades de presença da sociedade civil e do setor privado, o que afetaria as reais possibilidades de influência (MOTTA, 2016, p.119). Essa crítica, mais uma vez, demonstra como situações podem ser lidas de modos diferentes pelas organizações, a depender dos critérios, expectativas e lentes políticas usadas na avaliação.

2 - No segundo aspecto, internacional, o movimento de camponeses brasileiros segue participando de reuniões internacionais ligadas à biodiversidade, por vezes como parte de delegações oficiais brasileiras e, por vezes, como representante da Via Campesina na América Latina.

O MPA esteve presente nas conferências da CDB em 2008, 2010, 2014 e 2016. Em 2008, Marciano Toledo esteve na reunião do órgão científico da CDB, o *Subsidiary Body on Scientific, Technical and Technological Advice* (SBSTTA), onde a sociedade civil comemorou com vitória a não liberação de árvores transgênicas. Charles Reginatto, militante de Santa Catarina que depois se tornou presidente da cooperativa Oestebio, voltada ao trabalho com sementes, foi à COP-9, em Bonn, na Alemanha, como parte da delegação da Via Campesina. Ali, o MPA participou das articulações da sociedade civil brasileira que

entregaram denúncia, contra o governo brasileiro, ao Comitê de Cumprimento do Protocolo de Cartagena, questionando-o por não coibir plantios ilegais de sementes transgênicas e pela ausência de estudos na liberação de milho transgênico. Nessa mesma COP, outro motivo de tensão com o governo brasileiro foi o relatório sobre o assassinato do militante Keno, em 2006, que o MST levou à secretaria do CDB (MOTTA, 2016, p.119).

O uso do CDB para entrega de uma denúncia contra um país signatário da convenção foi inédito e gerou constrangimento ao governo brasileiro, que tentava construir uma posição de liderança na área ambiental.¹²⁵ Na MOP seguinte, o Comitê decidiu que não mais receberia informações de atores/as não estatais (ou não-Partes), a não ser que a parte envolvida autorizasse o recebimento (“Posição da Sociedade Civil para 9ª Conferência de Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica”, 2010).

O MPA chegou em 2010 à COP10, no Japão, como parte da delegação brasileira, mas pouco articulado com a Via Campesina Internacional. A aproximação se deu na construção da declaração da rede transnacional de camponeses, que valeu ao MPA uma inserção de fato em seu GT de Biodiversidade e Sementes. Na COP10, foi assinado o Protocolo de Nagoya, que trata do acesso a recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais a eles associados, versando também sobre a repartição de benefícios oriundos de sua exploração comercial.¹²⁶ Ali, a Via Campesina Internacional posicionou-se criticamente a iniciativas que visavam atribuir valor e abrir mercado a serviços ambientais e que, no lugar de proteger, colocariam mais pressão e risco sobre a biodiversidade, e criticando as propostas de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) como “mecanismos de mercado”. Manteve a recusa à certificação de organismos vivos geneticamente modificados e a demanda por identificação da origem dos recursos biológicos comercializados, além do pedido de moratória à produção de agro combustíveis.

A atuação da Via Campesina internacional nesses processos mostra uma faceta menos conhecida das atividades da organização de camponeses, que é seu engajamento em debates formais, pela via de discussões técnicas embasadas em posicionamentos políticos, na tentativa de influenciar debates, para além dos protestos. Trata-se de processos que agregam novos espaços de atuação à já conhecida opção por tentar avançar em disputas quando o debate ocorre na FAO e de crítica e demandas pela retirada dos temas da OMC (DESMARAIS,

¹²⁵ Entrevista concedida por Marciano Toledo da Silva.

¹²⁶ O Protocolo de Nagoya não havia sido ratificado pelo Congresso brasileiro em março de 2018.

2013; VIEIRA, 2008). O outro processo institucional que é relevante para a transnacionalização do MPA se dá, aliás, no âmbito da FAO, e será abordado a seguir.

Tratado internacional sobre recursos fitogenéticos

A aproximação do MPA com o grupo de trabalho no interior da Via Campesina que discute sementes e biodiversidade abriu possibilidades de engajamento do movimento brasileiro em outros processos institucionais. Um dos principais refere-se aos recursos genéticos e a suas aplicações agrícolas e farmacêuticas, estabelecendo condições de acesso a esses recursos. Tais debates internacionais são situados na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Aqui, sementes (ou “germoplasma”, no termo técnico) usadas na agricultura são relacionadas tanto à biodiversidade quanto à propriedade intelectual. A regulação da circulação e uso desse material começou a ser discutida na FAO ainda nos anos 1980, por demanda de países periféricos que forneciam material genético para desenvolvimentos tecnológico em países do Norte (REIS, 2012, p. 88–89).

Após a Convenção da Diversidade Biológica, a FAO estabeleceu um fórum para adaptar os compromissos que haviam sido construídos nas décadas anteriores à CDB, o que levou ao Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura (TIRFAA), em vigor desde 2004. Nele, o tema da biodiversidade é tratado especificamente no que tange a alimentação e a agricultura. As plantas cultivadas compõem a biodiversidade, mas resultam de experimentações promovidas por agricultores, de modo que conservação e utilização são indissociáveis.

Uma das disputas que a Via Campesina vem estabelecendo nesses debates é, justamente, sobre o reconhecimento e a valorização do papel dos agricultores como guardiões, conservadores e modificadores do patrimônio genético, bem como seus direitos sobre as tecnologias deles decorrentes.

Os objetivos do TIRFAA são a conservação e a utilização sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e agricultura, e a repartição justa e equitativa dos benefícios resultantes de sua utilização, em harmonia com a Convenção sobre Diversidade Biológica, em prol de uma agricultura sustentável e da segurança alimentar. De acordo com o art. 1º, os objetivos do Tratado serão alcançados “vinculando estreitamente o Tratado à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura e à Convenção sobre Diversidade Biológica” (REIS, 2012, p.94).

O tratado não se refere a todas as espécies, concentrando-se em 35 gêneros alimentares e 29 forrageiras, regulando especificamente as coleções *ex situ*, isto é que se

encontram fora dos locais de produção, sob domínio público e aplicando-se a intercâmbios e fluxos de material genético entre os países. Define condições para repartição de benefícios – informações, tecnologias, capacitação e comércio (REIS, 2012, p.96).

Ponto central da participação de camponesas e camponeses nesses debates é cobrar que, entre os debates o TIRFAA, sejam incluídas preocupações sobre pequenos agricultores em suas práticas e especificidades, bem como garantir sua presença de forma a acompanhar os desdobramentos das negociações. A ação dos camponeses, portanto, busca estabelecer uma associação nova aos debates, ou ao menos fortalecê-la: a dos pequenos agricultores, diferenciados dos grandes, desconstruindo a ideia de que há uma única forma de agricultura e um grupo de agricultores homogêneo. Dado que se trata de processo na FAO, por meio dele o MPA acaba também por se conectar ao Comitê Internacional de Participação pela Soberania Alimentar (CIP), uma ampla articulação de atores/as não estatais voltada a atuar na FAO.

De forma geral, os posicionamentos da Via Campesina sobre tratado partiram de expectativas positivas no sentido de que ele contribuiria para o reconhecimento da contribuição dos agricultores à diversidade de culturas alimentares, e foram, ao longo do tempo, se transformando em frustrações e críticas ao foco dos processos nos interesses do setor privado, à apropriação do material disponível nos bancos de sementes pelas indústrias agrícolas e alimentares, ao pouco progresso na repartição de benefícios e à pouca ênfase na conservação das sementes do campesinato, incluindo não acesso às sementes dos bancos por não serem pesquisadores: “Estão matando o Tratado, que agora se dedica a organizar o roubo de nossas sementes e conhecimentos”, afirmaram as organizações da Via Campesina quando os países aprovaram o sequenciamento genético do material guardado nos bancos públicos de semente. O MPA assinou a carta ao lado de dezenas de organizações de diversos países (VIA CAMPESINA et al., 2015).

A conexão do MPA com essas articulações se dá, novamente, por meio do interesse nos debates sobre sementes que são vistas como fundamentais para a soberania alimentar e para a agricultura camponesa. Em 2008, Derli Casali esteve na reunião do TIRFAA e Marciano Toledo da Silva retornou em 2011. A presença naquele espaço por indicação da Via Campesina América Latina conferiu legitimidade regional às intervenções ali realizadas e, nessa condição, o MPA passou a estabelecer uma inserção mais contínua nos debates. Isso contribuiu, na avaliação de Toledo da Silva, para que o MPA se tornasse um ator mais constante e relevante nos debates internacionais, assumindo para si essa tarefa frente ao conjunto da Via Campesina de maneira mais independente; a rede transnacional, por sua vez,

ganhava mais militantes capazes de debater temas complexos e específicos. Da reunião em Bali, Indonésia, participaram seis lideranças, de cinco continentes, que reorganizaram o Coletivo de Biodiversidade da Via Campesina, liderado pelo francês Guy Kastler. O MPA passou a fazer parte do grupo de acompanhamento do TIRFAA dentro do Coletivo, cujo discurso busca situar camponeses como centrais para a produção de alimentos e “principais criadores e defensores da biodiversidade”.

Estando no Coletivo e acompanhando as negociações e debates, o MPA buscou, por um lado, trazer informações para o GT de Biodiversidade da ANA e para as organizações da Via Campesina Brasil. Nos encontros internacionais, o MPA também manteve relações com setores do governo brasileiro – em especial com Itamaraty e com MDA. Lideranças do MPA têm sido convidadas a participar de debates sobre o tema em eventos no Brasil, de forma que esse movimento passou, a partir dessas articulações, a ter papel de difusão de informações sobre esses processos na América Latina, inclusive promovendo cursos sobre sementes que incluem debates sobre a regulação internacional da área, conforme veremos no item a seguir.

Em suas experiências com a conservação, multiplicação e proteção de sementes no Brasil legitimaram sua presença nos debates internacionais, bem como permitiram que o MPA se inserisse nas discussões a partir de experiências reais, que por sua vez ganharam visibilidade ao circular em fóruns e debates transnacionais como práticas exitosas.

Em janeiro de 2015, o MPA foi a organização que falou pela sociedade civil na 15ª Reunião do CGRFA, destacando os riscos de perda da biodiversidade pela contaminação de transgênicos, as investidas da indústria de alimentos biofortificados, que prometem resolver a perda de biodiversidade – enquanto os camponeses defendem esforços para recuperar as variedades agrícolas. A participação no evento se deu por meio do CIP, que reúne organizações de agricultores em torno dos debates da FAO. O discurso vinculava a possibilidade de decidir o que plantar e conservar à soberania alimentar, e demandava a proteção de sementes nativas e camponesas da contaminação por sementes modificadas e propunha incluir a agroecologia e a participação efetiva das organizações de agricultores familiares e camponeses na comissão, em debates sobre condições de conservação e uso dos recursos genéticos. No relatório oficial do evento, registrou-se que a fala “ênfaticamente enfatizou a importância de envolver produtores de pequena escala em todo o processo e assegurar que suas visões e perspectivas sejam incluídas” (FAO, 2015).

Por esses caminhos, o MPA foi se tornando uma das organizações da Via Campesina envolvidas nos debates sobre biodiversidade. Foram necessários alguns anos e muitos esforços de militantes do movimento para consolidar conhecimentos técnicos e políticos para intervir nesses debates e serem referendados, no interior da Via Campesina, para essas tarefas. Detive-me na descrição desses processos buscando, com ela, mais uma vez, demonstrar que a filiação a uma organização internacional é central, mas não é suficiente para garantir a inserção contínua em temas – muito menos é a existência da oportunidade de a eles se engajar – dado o esforço de que manter-se atuante naqueles espaços requer em termos de conhecimento dos debates e de articulação política.

Isso é especialmente relevante posto que, mesmo ao falar “do MPA” como coletivo que é, refiro-me a um conjunto restrito de militantes que assumem o que eles denominam tarefas internacionais. O MPA não tem um setor internacional estruturado, apenas ativistas que se responsabilizam e são responsabilizados por temas específicos. Sem uma instância para discutir esses temas, eles são definidos pelas coordenações e direções do movimento. Trata-se, portanto, de um grupo que vem contrabalançando recursos econômicos restritos com recursos humanos altamente engajados, capazes de articulação política e técnica e dispostos a superar barreiras importantes, como as idiomáticas – poucos são os que falam espanhol e raros os que falam inglês e, ainda assim, eles têm conseguindo se apoderar dos debates para buscar neles intervir.

Em termos mais abstratos, a inserção do MPA nos protestos e debates institucionais ocorre por meio da sua afiliação a uma organização de abrangência internacional. Aliado à Via Campesina, o MPA vem se inserindo em práticas de protestos frente a reuniões de organismos internacionais e de participação nos debates institucionais, reproduzindo aqueles que são os modos mais conhecidos de articular-se a debates internacionais. ONGs internacionais seguem relevantes como parceiras, fontes de informações técnicas e financiadoras; o Estado também emerge como um financiador possível, quando permite que ativistas participem de Comitativas nacionais. Apesar do acesso aos mecanismos de participação, não se encontra aqui a valorização positiva da “participação institucional”, mas se mantém a ênfase nas disputas que são possibilitadas pela presença nesses espaços, configurando assim uma inserção peculiar desse conjunto de actantes reunidos na Via Campesina.

6.2 Experiências de cooperação em sementes: método para fortalecer a agricultura camponesa

Na seção anterior, descrevi como o MPA se envolveu nas disputas contra transgênicos, seja pela participação em protestos, seja pela inserção em debates institucionais. Quase uma década depois de ter começado a acompanhar esses debates, o MPA teve a oportunidade de apresentar suas práticas com produção, multiplicação e conservação de sementes em evento na FAO sobre biodiversidade (FAO, 2015).

Nessa seção, retorno à construção desse método de trabalho com sementes que o MPA aprendeu, transformou e passou a difundir, entendendo-o como um elemento central da transnacionalização desse coletivo, pois por meio dessas práticas o MPA vem construindo algumas das conexões transnacionais mais duradouras e frutíferas – no sentido que elas se desdobraram em novas alianças, conexões e inserção em controvérsias.

Após o esforço de apresentar suas formulações sobre agricultura camponesa, campesinato no Brasil e a definição de soberania alimentar, foi o seu trabalho com as sementes que ganhou centralidade – em mais um exemplo de que a ação nem sempre se desdobra das maneiras planejadas. Isso ocorreu porque o MPA apresentou um jeito de lidar com sementes, um método, que pareceu útil para outros grupos, e a partir do qual acabou propondo formas particulares de construir conexões com atores/as provenientes de outros países. Isso importa na medida em que fala das possibilidades engendradas por organizações nacionais para se tornarem relevantes em articulações e debates internacionais e, com isso, contribuir para produzir aquilo que é compreendido como “o transnacional”.

Não é possível construir uma narrativa linear sobre como se relacionam a metodologia de trabalho com sementes (que permitiu ao MPA estabelecer relações diretas e duradouras com outras organizações da Via Campesina - e com o governo da Venezuela) e a atuação nos protestos e debates institucionais. Mas, ao pesquisar a construção de laços transnacionais pelo MPA, é possível afirmar que essas práticas se interpelaram e atravessaram umas às outras, fortalecendo-se mutuamente. Isso, a meu ver, ocorreu porque as diversas iniciativas e conexões se estabelecem a partir de uma mesma questão: o que está no centro é a controvérsia sobre sementes, entendida pelo MPA como uma disputa com o capital e as empresas transnacionais, que tem reflexos na regulamentação nacional no Brasil e em organismos internacionais. Mas, para entrar nessas disputas, o MPA não atuou apenas reativamente, tendo também proposto práticas alternativas ao modelo hegemônico por meio do resgate, recuperação, multiplicação, conservação de sementes crioulas, formulando uma metodologia

que passou a difundir internacionalmente, em um processo que, entendo, se tornou central para a atuação transnacional do MPA.

Produzindo um modo internacional de promover sementes crioulas

Ainda na década de 1990, o MPA em Santa Catarina se inseriu em práticas de recuperação, multiplicação e conservação de sementes envolvendo pequenos agricultores, que vinham sendo desenvolvidas por sindicatos e seus aliados locais da igreja católica e de universidades (CAMPOS, 2007; NIEMEYER, 2014; VOGT; JOSÉ; CANCI, 2007). No município de Anchieta, no oeste do estado, foi instituída uma Festa Estadual do Milho Crioulo, no ano 2000, que articulava o formato de feira agropecuária com trocas de sementes, eventos de formação e atividades culturais, difundindo e revalorizando práticas de seleção e produção das próprias sementes pelos agricultores.

A articulação do MPA com esse evento contribuiu para que ele ganhasse visibilidade nacional e, já na terceira edição da festa, em 2004, ela foi renomeada Festa Nacional de Sementes Crioulas, aumentando sua abrangência, e a Via Campesina Brasil se tornou parte da organização, o que lhe conferiu projeção internacional. A festa tornou-se parte da Campanha Sementes: Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade, promovida pela Via Campesina, e passou a ser realizada em abril, mês em que se celebra o Dia Internacional da Luta Camponesa, e a receber convidadas e convidados internacionais interessados nas experiências ali desenvolvidas. As edições seguintes, em 2007 e 2012, reuniram cerca de 30 mil pessoas¹²⁷ (NIEMEYER, 2014). O vínculo da festa à campanha é exemplo de como ações locais passam a ganhar sentidos internacionais, incorporando novas associações e sentidos. Nesse percurso, tanto a campanha como o sentido da festa foram modificadas. Ao mesmo tempo, essas atividades contribuíram para consolidar e divulgar as conexões do MPA com a produção de sementes, que por sua vez, foram também fortalecidas internamente quando, em suas formulações, o MPA articulou sementes com soberania alimentar e agricultura camponesa no

¹²⁷A 6ª festa foi realizada em abril de 2018 e voltou a ter caráter local, contando com forte apoio da prefeitura. O atual prefeito, Ivan Canci, foi um dos técnicos que deu início ao trabalho com sementes na região. Na 5ª festa, houve uma edição do evento com abrangência local, em 2011, que evidenciou tensões sobre os rumos do evento. Na avaliação de Niemeyer (2014, p.214), a transformação da festa “em evento internacional possibilitou o encontro e o diálogo intercultural, mas também o desacordo entre diferentes, porque a criação de um espaço cosmopolita não elimina as particularidades dos entes em relação e, no processo, a identidade local pode ser reforçada, em reação ao eventual domínio do território por aquele que vem de fora e é percebido como um invasor”.

processo de formulação do Plano Camponês. As festas tiveram efeitos nacionalmente também, incentivando a realização de eventos semelhantes em outros estados (MPA, 2016)

Em paralelo às festas, começaram a ser realizados eventos de formação. Em 2004, ocorreu o 1º Encontro Nacional de Formação Camponesa, do qual participaram lideranças latino-americanas que haviam vindo, também, para a Festa. Em 2007 e 2012, o 2º e 3º Seminários de Formação reuniram também visitantes da América Central, Europa e da África (NIEMEYER, 2014, p.210). Mais recentemente, nos anos de 2013 e 2014, o MPA realizou em São Miguel do Oeste – na mesma região catarinense - um curso nacional e um curso internacional sobre sementes, cujas programações evidenciam o contínuo esforço do MPA em difundir a metodologia de trabalho com sementes crioulas. Em 2013, discutiram-se as estratégias de nacionalização de experiências de recuperação, reprodução de sementes – a facilitação foi realizada por Valter Israel da Silva, o mesmo militante que apresentou as propostas do MPA no congresso da CLOC em 2010 e que vem contribuindo com a sistematização dos debates teóricos do MPA. Estiveram presentes convidados internacionais de Moçambique, da Argentina, e do Paraguai. Tratou-se de grupos que, como veremos adiante, vêm mantendo intercâmbios sobre sementes com o MPA. No ano seguinte, o curso, organizado pela CLOC/Via Campesina, foi ligado à campanha sobre sementes e promoveu trocas de experiências entre 20 organizações de nove países. Além das estratégias de reprodução da metodologia de recuperação de sementes, houve formações sobre a CDB e o TIRFAA, facilitadas por Marciano Toledo, e debates sobre biodiesel e economia verde. O objetivo era construir um plano de ação na área em âmbito sul-americano. Todas essas atividades indicam o esforço do MPA em difundir nacional e internacionalmente a metodologia de produção para multiplicação de sementes, mas também sua posição de difusor de informações sobre processos institucionais ligados à biodiversidade – de forma que, como argumentei no início da seção, as ações em torno das sementes se fortalecem mutuamente.

Ainda na região do Oeste de Santa Catarina, outra iniciativa do MPA demonstra a intensidade com que esse movimento articula discursos e práticas nacionais e internacionais sobre sementes e soberania alimentar.

Em 2007, o MPA estabeleceu, no município de São Miguel do Oeste, uma Unidade de Beneficiamento de Sementes, vinculada à Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis e Produtos Agropecuários do Sul do Brasil

(OESTEBIO).¹²⁸ A proposta era apoiar a produção de sementes crioulas por agricultores locais – e, mais tarde, também de variedades registradas pela Embrapa -, beneficiá-las e comercializá-las. O milho era a principal cultura, mas ali foram produzidos também outras espécies como feijão, aveia e trigo.

Estruturada com apoio de outros movimentos (a cooperativa Terra Viva, do MST, cedeu terreno), do poder público local, de emendas parlamentares e de programas do governo federal, a UBS foi uma das materializações das propostas do MPA para o fortalecimento da agricultura camponesa por meio de projetos estruturantes, que fomentam a produção dentro da lógica da soberania alimentar, de garantir aos produtores acesso a insumos fora da lógica da agricultura industrial, e oferecem mecanismos para agregar valor ao que se produz.¹²⁹ Tratava-se da busca de uma “estratégia nacional para [produção em grande quantidade] de sementes.”¹³⁰ Em Santa Catarina, esse discurso se traduziu na criação de uma estrutura de processamento de sementes com capacidade de 5 mil toneladas, formada por um grande galpão, por máquinas para seleção, limpeza e empacotamento, além de armazém e escritório (NIEMEYER, 2014, p.18).

A demanda rapidamente cresceu, impulsionada por compras de órgãos públicos – como a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e a Fundação Nacional do Índio (Funai) - e demonstrou que havia mercado para esse tipo de sementes. Chegaram a ser envolvidas na produção de sementes 1000 propriedades, a maioria de pequeno porte, mas também algumas de médio porte, entre cooperados e não cooperados, e recebendo por elas valores acima do preço de mercado, de modo a incentivar o envolvimento. As sementes eram produzidas por agricultores da região, com assistência técnica fornecida pela cooperativa. O MPA partiu de um entendimento de que havia uma demanda por sementes não transgênicas, a partir de produtores agroecológicos. Havia também um mercado de compras públicas, via programas de fornecimento de sementes para indígenas e pequenos produtores. As empresas que costumavam oferecer esses produtos vinham sendo compradas pelas transnacionais da

¹²⁸ A Oestebio tem projetos de outros perfis, como a produção de trutas, que não abordarei aqui.

¹²⁹ De acordo com Niemeyer (2014, p.216), o modelo de cooperativa proposto pelos movimentos membros da Via Campesina no Brasil reflete a influência do pensamento Leninista nessas organizações, para o qual a estratégia de fortalecimento da produção passa por cooperativas. Para a experiência de outra importante cooperativa de sementes, a Bionatur, do MST, ver Silva (2015).

¹³⁰ Entrevista concedida por Anderson Munarini.

área, em um fenômeno que levou à extrema concentração das fontes de sementes no país e no mundo – ao qual o MPA desejava se contrapor.¹³¹

Com a cooperativa e a unidade de beneficiamento de sementes, o movimento poderia igualmente suprir essa demanda, proporcionar novo mercado que incentivaria produtores locais à multiplicação de sementes crioulas, e oferecer assistência técnica para seus cooperados, contribuindo para a transição agroecológica que defende. A proximidade política com o governo Federal abriu possibilidades de diálogo sobre financiamento do empreendimento. Além disso, a estruturação do PAA Sementes – de cuja formulação o MPA participou por meio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) e de contatos diretos com o governo Federal – passou a permitir acesso dos pequenos agricultores ao mercado de compras públicas de sementes já existentes¹³² (HESPANHOL, 2013; MÜLLER; KUNRATH SILVA; SCHNEIDER, 2012; SALGADO et al., 2017).

Importa, aqui, atentar para as inúmeras conexões que o MPA estabeleceu a partir da Oestebio – com pesquisadores, técnicos, acadêmicos e produtores locais – mas, sobretudo, como, mais uma vez, conectou atores/as e temas nacionais e internacionais de forma tão contundente que torna difícil manter a separação entre ambos. Esse discurso, que está inscrito nos pacotes de sementes que estampam frases como “Oestebio construindo soberania” e “Sementes – patrimônio dos povos a serviço da humanidade”, também permeia os discursos de técnicos e lideranças políticas, nas quais as sementes crioulas ganham sentido na garantia da soberania alimentar e genética, reforçando a conexão com o discurso que o MPA traduz das formulações da Via Campesina. Ali, a semente é meio para se relacionar com agricultores locais e fortalece a presença do movimento em defesa da agricultura camponesa. É também associada à manutenção, nas mãos dos agricultores e agricultoras, do domínio tecnológico sobre sementes crioulas e varietais, frente a empresas multinacionais que concentram tecnologia.

O trabalho com sementes crioulas em escala foi mais um elemento importante para a projeção internacional do MPA. Para inserir-se nessa controvérsia, o MPA conecta-se a todas

¹³¹ Entrevistas concedidas por Marciano Toledo e Anderson Munarini, durante pesquisa de campo em São Miguel do Oeste

¹³² A partir de 2015, problemas em alguns contratos, questionamentos ao PAA e mudanças nas políticas públicas diminuíram sensivelmente o mercado para as sementes, instaurando uma crise na Oestebio. Durante a fase de expansão, o MPA deparou-se com inúmeros desafios técnicos, comerciais e políticos, que não vêm ao caso aqui, mas que seriam ótimo tema para outra pesquisa.

essas questões, simultaneamente, tendo as sementes como eixo central, que organiza todos esses elementos.

A UBS rendeu à Oestebio o prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Brasil, na categoria Prática: Inclusão Produtiva, Combate à Fome e à Miséria, pelo trabalho na produção e disseminação de sementes crioulas, em 2014 (MPA, 2014c). Rendeu também a comercialização de 700 toneladas de feijão para a Venezuela, que abriu a possibilidade de iniciar um projeto de cooperação com o governo venezuelano na área de produção de alimentos, a qual se tornou a primeira experiência de cooperação internacional para a produção de sementes e alimentos pelo MPA, em 2011. Outras ações de cooperação ocorreram com organizações em Moçambique e no Paraguai (MPA, 2015b).

Foi, portanto, com toda a bagagem de práticas sobre conservação, de formulações sobre agricultura camponesa e de discussões institucionais sobre biodiversidade que o MPA começou a realizar o que denomina “cooperação da sociedade civil a governo” e “cooperação entre organizações da sociedade civil” – termos usados pelo grupo e explicados em publicação, em espanhol, na qual, mantendo a prática de sistematizar e refletir sobre próprias experiências, o MPA definiu categorias para analisar suas práticas, incluiu referências acadêmicas e relatou as iniciativas das quais participou (MPA, 2015). É dessas experiências de intercâmbio que trato no próximo item.

Niemeyer (2014) já articulou as ações do MPA no Oeste de Santa Catarina – a feira de sementes e a UBS – aos intercâmbios internacionais, em trabalho no qual discutiu a produção de conhecimento por movimentos sociais e, especificamente, como o MPA constrói práticas de soberania alimentar. Ao final de sua tese, ela discutiu as experiências de cooperação com Moçambique, Paraguai e Venezuela como “experiências transnacionais desenvolvidas pelo MPA nos marcos da Soberania Alimentar” (NIEMEYER, 2014, p.235). O que eu faço nos itens a seguir segue trilha semelhante e, também partindo de documentos e entrevistas, busco compreender como essas iniciativas foram construídas, inseri-las em uma leitura enfocada na transnacionalização do MPA, e depreender daí o modo de compilar por meio do qual articulou essas práticas.

Intercâmbios e cooperações

O MPA tem se envolvido em processos de cooperação desde meados dos anos 2000. Em 2005, durante o Fórum Social Mundial, o governo de Hugo Chávez, da Venezuela,

estabeleceu um protocolo de intenções com a Via Campesina Brasil que levou à criação do Instituto Agroecológico Latino-americano Paulo Freire (IALA), para oferta de cursos de engenharia agroecológica a lideranças camponesas do continente. Em contrapartida, militantes dos movimentos da Via Campesina Brasil formaram uma “brigada internacionalista” (MPA, 2015, p.14). Essa foi a base da entrada de militantes do MPA na Venezuela, à qual retornaremos a seguir.

Em 2009, foram enviados ao Haiti 10 militantes do MPA, na Brigada Internacional Dassalines, organizada pela Via Campesina Brasil, com proeminência do MST, que buscava, convidada por organizações locais, se contrapor à lógica militar da presença brasileira naquele país. A brigada contribuiu com experiências de produção agroecológica e formação política de lideranças locais (MPA, 2013d). Em 2011, 11 militantes do MPA foram a Cuba para uma visita de 15 dias na qual puderam conhecer experiências agroecológicas e apresentar suas práticas no Brasil.¹³³ Nesse período, o MPA estabeleceu cooperação com a Confederação Nacional Afro-Colombiana, para intercâmbio cultural com comunidades afro colombianas, camponesas e indígenas. O movimento brasileiro enviou um militante de Rondônia com conhecimentos sobre agroecologia e homeopatia para uma região do país vizinho com perfil minerador e foco de intensas fumigações aéreas com o objetivo declarado de combater plantações de coca.

Nas próximas páginas enfocarei, além da experiência na Venezuela, a cooperação com Moçambique (2012), fazendo apenas breve menção ao intercâmbio com o Paraguai (2014), por serem essas mais duradoras e aquelas em que fica mais evidente que, nessas práticas, o MPA vem estabelecendo associações baseado na cooperação entre organizações de camponeses, que têm como linguagem comum a solidariedade internacionalista. No cerne desse modo de compilar está a metodologia para multiplicação de sementes que o MPA vinha aplicando no Brasil. Nesses processos, estão sendo colocadas em relação pessoas e grupos que se articulam a partir de semelhanças políticas e culturais, em processos que são mais adequadamente captados pelo conceito de translocal do que pelo de transnacional.

Venezuela: o desafio da cooperação com governos

“Uma universidade camponesa, construída pelos próprios camponeses da América Latina”. Foi essa a proposta que levou o MPA a enviar oito militantes para participar da

¹³³ Entrevista concedida por Josineide Costa.

coordenação político-pedagógica e para estudar no curso de engenharia agroecológica no IALA Paulo Freire, a partir de 2007. Nos relatos sobre a experiência na Venezuela, são evidentes as oportunidades, as expectativas, as dificuldades de atuar em outro país, com outra cultura e idioma. Movidos pela possibilidade de cursar ensino superior – nem sempre acessível para jovens camponeses latino-americanos –, de ter um curso voltado para o campesinato, e ter contato com a experiência bolivariana na Venezuela, os militantes que chegaram para as primeiras turmas participaram, literalmente, da construção da escola e do seu projeto pedagógico, do trabalho de produção de alimentos, e enfrentaram os desafios da interação com pessoas e organizações de diversos países e práticas organizativas.¹³⁴

As referências teóricas para o projeto eram José Martí, Simón Bolívar, Simón Rodríguez e Paulo Freire, a partir dos quais se propunha, na construção dos movimentos contemporâneos, uma educação como “um instrumento de libertação dos povos e sua emancipação como sujeitos da própria história” (MPA, 2015, p.17). O IALA tem como base uma abordagem internacionalista, socialista e conectada ao pensamento latino-americano que é compartilhado, em linhas gerais, pelos movimentos da Via Campesina na região (VIEIRA, 2008). Esses elementos são interessantes porque deixam claras as vinculações teóricas estabelecidas pelos movimentos camponeses brasileiros e como essas conexões informam suas práticas internacionais.

Além da formação acadêmica, os estudantes desenvolviam trabalhos técnicos e políticos nas comunidades próximas: “visitar famílias, conhecê-las, discutir temas centrais da sociedade, com a luta por soberania, a defesa das sementes crioulas, a denúncia contra agrotóxicos. Em paralelo, buscavam reeducar parte do campesinato venezuelano que havia desaprendido a trabalhar na agricultura por causa da dependência do petróleo e que afirmava não ser necessário trabalhar no campo” (MPA, 2015, p.20).

Ali, formou-se uma “brigada internacionalista” da Via Campesina, da qual o MPA fez parte. O objetivo era “produzir alimento em transição agroecológica em escala e produzir sementes”. O grupo precisou de mais tempo do que havia previsto para se instalar no país e para começar a estabelecer diálogos com produtores locais, superando diferenças culturais e linguísticas, mas o desenvolvimento dos trabalhos proporcionou intenso processo de formação aos militantes envolvidos sobre como atuar em outros países.¹³⁵

¹³⁴ Entrevista concedida por Trairí Felipe.

¹³⁵ Entrevista concedida por Trairí Felipe.

Após alguns anos nessas primeiras experiências, os militantes do MPA estabeleceram contatos diretos com gestores públicos venezuelanos que buscavam fortalecer a produção de alimentos no país – que já tinha experiências importantes na produção de insumos para agricultura alternativa, mas via cair a produção nacional de alimentos, enquanto aumentavam as importações, levando para lá algumas das práticas dos camponeses da região.

Houve também uma visita de autoridades venezuelanas às experiências com sementes desenvolvidas pelo MPA na Cooperativa OESTEBIO (NIEMEYER, 2014, p.238)

Os aprendizados anteriores levaram o MPA a avaliar que, para realizar ações de cooperação internacional com governo, era essencial construir a interação antes, aos poucos, e de maneira mais formal. Foi construído um convênio internacional, informando o poder público brasileiro via Ministério das Relações Exteriores e via MDA. Em junho de 2011, por meio da OESTEBIO, o movimento forneceu 218 toneladas de feijão ao governo venezuelano e, no fim do ano, enviou militantes ao país para acompanhar a produção que, ao chegarem, descobriram que os carregamentos haviam ficado no porto, de forma que chegaram atrasados para o plantio no período de chuvas. Com isso, o feijão só pode ser plantado por quem tinha irrigação – a boa produtividade, porém, teria incentivado a continuidade dos processos.

Novo convênio foi assinado em abril de 2012, agora para que uma equipe coordenada por dois militantes do MPA coordenasse a produção de sementes e alimentos em áreas determinadas, fornecesse assistência técnica para acompanhamento da produção de 500 famílias e realizasse processo de formação. Porém, devido a uma mudança ministerial na Venezuela, e apesar da formalização do convênio, as condições de trabalho e o local oferecido eram muito diferentes do que o esperado. Os militantes permaneceram no local até a primeira colheita de arroz, milho, melancia, girassol e sorgo, mas acabaram regressando ao Brasil. A experiência foi uma primeira incursão do MPA para difusão de conhecimento técnico internacionalmente, para a realização de projetos produtivos.¹³⁶ Apesar das dificuldades, o MPA continuou por esse caminho, em experiências de menor porte que apresento a seguir.

Apoiando a produção de sementes por organizações camponesas de Moçambique e do Paraguai

A cooperação entre organizações camponesas também foi estabelecida a partir do interesse despertado pela metodologia do MPA para com recuperação, multiplicação e

¹³⁶ Entrevista concedida por Trairí Felipe.

melhoramento de sementes crioulas, possibilitando sua difusão internacionalmente. Essas experiências, igualmente, trouxeram enormes desafios políticos e organizativos ao MPA, mas foram compreendidas e justificadas como exercícios de solidariedade de classe, fortalecendo o campesinato internacional. Porém, ela também tem diferenças em relação àquela estabelecida com o governo da Venezuela, a começar pelo financiamento distinto, por meio de ONGs internacionais. Trata-se de iniciativas nas quais um – ou, no máximo, dois – militantes são destacados para a tarefa internacional, mas vêm gerando resultados visíveis e interessantes. Em síntese, nessas experiências, o MPA está estabelecendo relações bilaterais e promovendo associações entre práticas locais distintas.

A União Nacional de Camponeses, de Moçambique é membro da Via Campesina e vinha acompanhando o trabalho do MPA com produção de alimentos por meio das interações em encontros da Via Campesina e pela presença na 5ª Festa Nacional de Sementes Crioulas, em 2007. Eles procuraram o MPA porque estavam interessados em técnicas participativas que contribuíssem para a reorganização da agricultura no país, ainda em percurso pós-colonial após o socialismo e o colonialismo (NIEMEYER, 2014, p.240). Em 2008, Gilberto Schneider, de Santa Catarina, e Maria José da Costa (Maria Cazé), do Piauí, estiveram na capital do país, Maputo, para a V Conferência da Via Campesina, onde a UNAC lhes apresentou a demanda de apoio para produção e melhoramento de sementes locais, de maneira participativa. Os brasileiros aproveitaram a viagem para conhecer o distrito de Marracuene, na província de Maputo. Os contatos seguiram até 2010, quando a UNAC esteve no III Encontro Nacional do MPA, mas a cooperação só foi viabilizada de fato em 2012, por meio de um projeto com duração de 3 anos, financiado pela Oxfam no Brasil e em Moçambique, que teve como objetivo o “desenvolvimento de sistemas camponeses de produção de sementes crioulas” (MPA, 2015, p.22). O contato com a Oxfam foi estabelecido por meio da participação das duas organizações no CONSEA¹³⁷ – um desdobramento particular da interação propiciada pela presença em um conselho de direitos.

A proposta foi inserida no marco da campanha sobre sementes da Via Campesina, justificada no sentido de contribuir com a soberania alimentar local, articulada aos debates sobre a permanência e o fortalecimento do campesinato. O MPA se propôs a levar para Moçambique a metodologia com a qual trabalhava no Brasil, a partir das experiências em Santa Catarina. Trata-se, portanto, de uma experiência inédita de levar aquelas práticas para

¹³⁷ Entrevista concedida por Gilberto Schneider.

outro país, conectando diretamente dois locais. Os planos eram semelhantes aos levados pelo MPA à Venezuela, mas aqui eles de fato se concretizaram.

A UNAC é uma organização grande, que reúne mais de 80 mil membros por meio de diversas organizações locais. O projeto de cooperação trabalhou inicialmente com a União de Cooperativas Agrícolas de Marracuene (UCAM), onde envolveu diretamente 200 camponeses, e depois foi expandido para províncias do norte do país. O MPA enviou um de seus dirigentes, Gilberto Schneider, para atuar técnica e politicamente. O projeto, na avaliação de Schneider publicada em 2015, apresentou aos moçambicanos uma nova forma de reproduzir e melhorar sementes:

Até então, os camponeses produziam suas sementes, mas não diferenciavam um campo de cultivo de sementes de um campo de produção de alimentos. Essa forma de produção, principalmente as plantas de polinização aberta, como o caso do milho, causa danos genéticos graves. Podemos destacar a contaminação genética por outras variedades e o estreitamento genético, pois os camponeses tiram sementes de poucas plantas, causando uma queda do potencial produtivo da variedade (MPA, 2015, p.24).

A formação de campos coletivos de sementes foi facilitada pelas experiências locais de produção coletiva. Era, ainda, parte da metodologia a criação de casas de sementes para armazená-las e protegê-las em caso de intempéries que, eventualmente, prejudicassem a safra. A criação de grupos de estudos permitiu o debate político sobre o sentido do projeto. A partir do segundo ano, os trabalhos foram realizados pela equipe local, com monitoramento técnico do MPA, que retornou ao país duas vezes a cada ano, nos anos seguintes, e segue expandindo o trabalho para novas províncias. O trabalho inicial estendeu-se para período além do inicialmente planejado, dados os desafios técnicos envolvidos na cooperação:

Parte organizativa da ONAC era boa, mas foi difícil encontrar material genético para iniciar o trabalho. Tinha pouco, com certo cruzamento entre elas, dificultou, mas fizemos coleta, planejamos, foram engajadas cinco organizações em 5 campos: 2 de milho, 1 amendoim, 1 feijão e corda e 1 mandioca (Entrevista Gilberto Schneider, 10/02/2017).

Os intercâmbios técnicos, com a vinda de moçambicanos ao Brasil, também se mantiveram, e a UNAC participou dos cursos de sementes em 2013 e 2014, conectando, portanto, as estratégias de formação e cooperação do MPA. A interação é facilitada pelo uso da língua Portuguesa em ambos os países.

A proposta de resgatar, melhorar, reproduzir e conservar variedades crioulas existentes tem como pano de fundo uma situação distinta do Brasil, pois 90% das sementes usadas em Moçambique seriam crioulas, segundo dados oficiais (MPA, 2015). Essa situação, na avaliação do MPA, coloca Moçambique no circuito das empresas de tecnologia agrícola que

buscam expandir mercados, o que reforça a importância de difundir metodologias para fortalecer a produção de sementes pelos camponeses: “A primeira questão é a terra, e em Moçambique todo mundo praticamente tem terra, a segunda condição é ter sementes. É estratégica, fundamental. Não basta ter terra, lutar pela reforma agrária, se não tem controle do que vai produzir.”¹³⁸ Os agricultores da UNAC são de pequeno porte, e 80% são mulheres (NIEMEYER, 2014, p.241). Apesar disso, o projeto não teve um enfoque de gênero – situação que indica haver, ainda, um longo caminho, no interior das próprias organizações, para que a presença e as especificidades das mulheres camponesas, bem como as opressões que as atravessam, sejam tematizadas e orientem as ações desses coletivos.

No caso da cooperação com o Paraguai, ela se estrutura no diálogo do MPA com a Coordenadoria Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas do Paraguai (Conamuri), também da Via Campesina. Em 2014, após obterem financiamento via Oxfam Paraguai, um militante e técnico do MPA de Santa Catarina, Emelson Buonamigo, foi ao país para iniciar o trabalho de resgate e produção de sementes. Mantendo a metodologia definida pelo MPA, foram realizadas reuniões com grupos de base e de diagnóstico participativo com as famílias para identificar variedades crioulas e nativas por elas cultivadas. Essas variedades foram as bases para a estruturação de campos de sementes, cuja produção alimentou a criação de Casas de sementes comunitárias nos departamentos de São Pedro e Itapuã. A plantação em campos tem como objetivo melhorar a qualidade das sementes e a produtividade das culturas. Por meio das casas, as sementes ficam disponíveis para os camponeses e podem ser trocadas ou servir de base para novas culturas em casos de perdas com intempéries. Em outros locais, foram trabalhadas também técnicas de reprodução de plantas frutíferas, com vistas à soberania alimentar das famílias. Outra tentativa foi de aplicação da metodologia em um acampamento, mas os desalojamentos frequentes dificultaram a continuidade. Houve ainda problemas de contaminação de sementes de milho por transgênicos, dada a forte presença do agronegócio no país.¹³⁹

Após o esforço de apresentar suas formulações sobre agricultura camponesa, campesinato no Brasil e soberania alimentar, foi seu trabalho com sementes que ganhou centralidade – em mais um exemplo de que a ação nem sempre se desdobra exatamente das maneiras planejadas. Minha hipótese é que isso ocorreu porque o MPA apresentou jeito de lidar com sementes, um método, que pareceu útil para outros grupos, e a partir do qual acabou

¹³⁸Entrevista concedida por Gilberto Schneider.

¹³⁹Entrevista concedida por Emelson Buonamigo.

propondo formas particulares de construir conexões com atores/as provenientes de outros países.

Por meio das cooperações, o MPA difundiu sua metodologia para multiplicação e proteção de sementes crioulas para agricultoras e agricultores da Venezuela, de Moçambique e do Paraguai. Algumas das iniciativas prosperaram mais do que outras, mas de forma geral as experiências mostraram a viabilidade de serem reproduzidas em outros países. Para se engajar na disputa sobre sementes de forma propositiva, o MPA articulou-se com experiências locais de recuperação e multiplicação de sementes crioulas, e trabalhou para conectá-las às ações da Via Campesina, fortalecendo com isso suas relações no interior da rede transnacional da qual faz parte e estabelecimento laços com atores/as de outros locais.

Aqui, as sementes literalmente carregaram o MPA para novas regiões do planeta, estando no centro das relações estabelecidas. Elas estiveram, incessantemente, associadas à soberania alimentar e à valorização de um jeito camponês de produzir alimentos. Foram parte, portanto, de um esforço de construção e alternativas que intensifica o discurso crítico a empresas transnacionais. Em inúmeras traduções – da terra, para as casas de sementes, para os debates locais e internacionais, para os documentos, para a relação com financiadores, para novos projetos que permitem que o MPA contribua para que outras sementes cheguem novamente à terra – as sementes são, simultaneamente, materiais e semióticas. E, como objetos-discursos, a associação a elas permitiram ao MPA estabelecer articulações bilaterais com organizações de outros países, dando início, em suas práticas, a um novo modo de se inserir em articulações transnacionais: via cooperação.

Em meio a tentativas, dificuldades e acertos, o MPA foi pavimentando seu caminho para a internacionalização de sua experiência do MPA com a produção de sementes – uma prática que tem gerado outros convites, cuja viabilização em geral é demorada. A avaliação dos dirigentes do MPA entrevistados é que a cooperação entre movimentos se mostrou mais efetiva do que com governos, dada a proximidade política, apesar das diferenças organizativas, que sempre fazem da cooperação uma construção lenta e que precisa estar preparada para as dificuldades e imprevistos na construção do projeto.

6.3 Da cooperação à reação: o MPA na campanha Não ao ProSavana

A cooperação com Moçambique levou, ainda, a outro desdobramento: a inserção do MPA na campanha “Não ao ProSavana”, uma iniciativa de movimentos sociais e pesquisadores do Brasil, Japão e Moçambique que questiona o Programa de Desenvolvimento Agrícola e Rural para o Corredor de Nacala, em Moçambique, ou ProSavana.

Em 2013, quando o projeto já caminhava havia três anos entre Embaixadas e órgãos de cooperação dos países, organizações de camponeses de Moçambique tomaram conhecimento dos planos governamentais e, em uma Carta Aberta construída por diversas organizações locais apresentaram críticas e questionamentos, abrindo caminho para apoios internacionais. Foi ali que organizações do Brasil e do Japão se aproximaram. A filiação da UNAC à Via Campesina, seus contatos com a Marcha Mundial de Mulheres e com o Movimento de Atingidos pela Vale proporcionaram contatos cruciais para a organização da reação ao ProSavana. Contatos pontuais sobre o projeto foram estabelecidos durante a Cúpula dos Povos, na Rio+20. Justamente nesse período, o MPA estava atuando no país (FASE, 2016, p.20). Meses depois criou-se, no Brasil, um grupo de movimentos sociais em apoio aos camponeses africanos: MPA, MST, MMC, CONTAG, CPT e CONAQ, além de redes que atuam na segurança alimentar e ONGs FASE, INESC e PACS (FASE, 2016, p. 21).

A entrada do MPA se deu por meio de convite da FASE e da OXFAM Internacional, que financiava as primeiras ações, à Via Campesina, que indicou o MPA. Quando Gilberto Schnerider voltou do país africano, veio ao Brasil com a tarefa de animar as ações de apoio ao país e manter interlocução com o Moçambique. MPA e FASE assumiram a coordenação das atividades.¹⁴⁰ Foram centrais na articulação, criação de agendas, diagnósticos e identificação de lutas e visões comuns (FASE, 2016, p.30)

A presença dos movimentos brasileiros foi relevante porque eles traziam informações (e críticas) sobre uma iniciativa na qual o ProSavana é inspirado: o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), que a agência de cooperação do Japão financiou no Brasil, nos anos 1980, e introduziu a cultura agrícola em grande escala na região priorizando o pacote da revolução verde, sob a justificativa da produtividade e da geração de excedentes – discurso criticado pelos movimentos pelos impactos ambientais e pela concentração da renda em agricultores capitalizados, que acabou expulsando pequenos proprietários e comunidades rurais da região.

¹⁴⁰ Entrevista Gilberto Schneider.

A articulação de movimentos dos três países envolvidos promoveu, até 2017, três “Conferências Triangulares” que reuniram ativistas inicialmente para compartilhar informações e, nas edições seguintes, para apontar alternativas. Os movimentos brasileiros organizaram uma reunião com o Instituto Lula – que formulava sobre a presença do Brasil na África em meio a debates sobre superação da fome e estava envolvido na concepção do ProSavana que mais uma vez emerge como instância por meio da qual passam conexões transnacionais, buscaram Itamaraty, o MDA e o CONDRAF, questionando o risco de o ProSavana expulsar camponeses da terra no lugar de promover desenvolvimento.

As articulações tripartites também obtiveram a realização de consultas públicas em Moçambique, rapidamente criticadas pelas informações superficiais e pela ausência de real participação. Os governos reagiram às críticas, reformularam discursos e, nesse processo, houve discordâncias sobre como prosseguir entre as organizações de Moçambique. As organizações que entenderam como frustradas as tentativas de negociação e pressão deram início à Campanha Não ao ProSavana, em 2014, que logo depois ganhou perfil internacional (FASE, 2016, p.21) As gestões tiveram impacto sobre setores do (sempre em disputa) governo brasileiro que, na avaliação da FASE, contribuíram para atrasar os planos iniciais e para que os camponeses fossem ouvidos (ibid, p. 23).

De modo inédito, as organizações de Moçambique propuseram às brasileiras o adensamento da cooperação, que deveria ser vista em dois níveis: entre as organizações da sociedade civil, ou entre os “povos de Brasil e Moçambique”, e no nível da cooperação entre os governos - em relação à qual se posicionavam. (FASE, 2016, p.35)

Em 2016, os governos instituíram um Mecanismo de Coordenação da Sociedade Civil para o Desenvolvimento do Corredor de Nacala, proposto como meio para engajamento das organizações na finalização do Plano. Algumas organizações questionam a efetividade do mecanismo, mas o que se tem aqui é literalmente a criação de estruturas vinculadas ao poder público a partir da pressão e das demandas de camponesas e camponeses organizados, ou a ação política dos camponeses, sendo capaz de engendrar novas instituições, modificando o Estado e relações com atores/as da sociedade.

A III Conferência Tripartite, em 2017, ocorreu, na avaliação dos participantes, em um contexto de intensificação, pelo governo de Moçambique, do modelo que cria “corredores de desenvolvimento”, atraindo investimentos estrangeiros em agronegócio e extração mineral, via parcerias público-privadas traduzidas em outros projetos além do ProSavana, como o do corredor de Nacala e o programa Sustenta. Preocupados com o impacto desses projetos nos

territórios antes ocupados por camponeses, sem consultas ou com “consultas deficientes e contestadas”, rejeitando esse modelo e, especificamente, o ProSavana, as organizações dos três países propuseram, alternativamente, a aposta na agricultura camponesa, apoio ao uso de sementes nativas para que se alcance soberania alimentar. São evidentes, no discurso, a conexão com os conceitos e posturas das organizações da Via Campesina e a expressão do processo de usurpação da terra (*land grabbing*) que se intensificou na África (BORRAS JR; FRANCO, 2012)

É evidente, portanto, que a campanha Não ao ProSavana não deteve o projeto, que segue, mas que vem conseguindo alterar os planos iniciais dos governos e as narrativas governamentais sobre ele, e vem adiando a conclusão do seu plano diretor (FASE, 2016).

Recorrendo ao repertório de campanha transnacional, o que se viu nesse processo foi uma iniciativa de cooperação entre organizações de países do Sul, aliadas de forma a, a partir da experiência que já havia sido vivida em um país (com o PRODECER no Brasil), reunir informações e construir uma estratégia de questionamento para outra experiência (o ProSavana em Moçambique). Aqui, mais uma vez, as organizações foram responsáveis por transformar em uma disputa um tema que, sem sua ação, não seria controverso. Ao estruturar um discurso sobre o tema que lhes permitiu estabelecer uma controvérsia em torno de um projeto de cooperação intergovernamental, essas organizações adicionaram associações ao tema em disputa, transformando-o. Mesmo que não consigam ganhar nessa disputa – isto é, modificar ou barrar os termos do projeto – esses grupos já modificaram o que estava em questão, adicionando sentidos, objetos, corpos e ideias à contenda. Além de contribuir com a modificação da controvérsia, ao engajar-se nela o próprio MPA foi modificado, pelas novas associações que estabeleceu ou por aquelas que reforçou.

No caso concreto, o MPA se tornou referência para debates no Brasil sobre Moçambique após ter iniciado um trabalho de cooperação na área de sementes. Isso lhe abriu portas para participar de outros processos, agora fazendo frente a planos desenvolvidos por Estados nacionais. Na avaliação de Gilberto Schneider, isso foi relevante para o movimento na medida em que “Deu perspectiva internacional muito grande. Até então tinha diálogo, não tinha muito impacto. Foi desafiado a ocupar outros espaços na Via [Campesina].”¹⁴¹No interior da Via Campesina, é comum que organizações acompanhem com mais ênfase temas específicos. Enquanto o MST trabalha com reforma agrária e direitos humanos, o MPA se

¹⁴¹ Entrevista concedida por Gilberto Schneider.

estabeleceu como uma organização que lida com campesinato, produção de alimentos, soberania alimentar e na luta contra agrotóxicos.

Isso reforça, mais uma vez, a percepção de que a consolidação da atuação por meio e no interior da Via Campesina não é decorrência automática da afiliação, mas requer um processo de disputa de espaços, formulação de uma plataforma própria para ação a partir da organização internacional, e o empenho em construir as possibilidades de traduzir essa plataforma em ações.

Nesse capítulo, então, apresentei dois modos de compilar por meio dos quais o MPA agregou elementos e inseriu-se nas controvérsias sobre biodiversidade e sementes, que estiveram então no centro das redes de associações que estabeleceu ou nas quais se engajou.

No primeiro, o MPA articulou-se a organizações internacionais e tornou-se especialista em alguns dos debates da área, tornando-se com isso, capaz de associar novos elementos a esses debates, seja em traduções para disputas nacionais a eles relacionadas, seja levando suas próprias associações a debates internacionais. Ao longo desse processo, o MPA foi se consolidando como referência para questões e normas relativas a sementes e biodiversidade, em processos nos quais houve intensas trocas de informações. As dinâmicas, além disso, incluíram pressão aos países e às organizações intergovernamentais internacionais, mas não passaram apenas pelo poder público, como, aliás, vem sendo comum na prática da Via Campesina, que apresenta questionamentos contundentes e diretos a empresas transnacionais, a suas práticas e aos seus impactos na vida de camponeses e camponesas. As ações que resultam dessas associações foram no sentido de buscar meios para influenciar debates oficiais, organização de eventos paralelos a conferências internacionais, mas também protestos e campanhas. Este é, entre todos os modos de compilar identificados nessa Tese, aquele que mais se aproxima das dinâmicas mais estudadas de construção de articulações transnacionais por organizações de origem nacional.

Porém, o MPA encontrou, nessa mesma controvérsia sobre sementes e biodiversidade, um outro modo de reunir coisas, baseado na cooperação entre organizações originadas em diferentes países – ou diferentes locais – e que compartilham visões políticas e a identificação como camponeses, sob linguagem da solidariedade internacionalista. Nesse modo de compilar, as associações foram sendo produzidas a partir do compartilhamento de uma metodologia, aprendida e aprimorada pelos militantes desse movimento, de resgate, produção, conservação e multiplicação de sementes, sempre sob a linguagem da solidariedade internacionalista no interior da classe camponesa. Nos termos do próprio movimento, por

compartilhar (e produzir) a mesma experiência de classe, camponeses de diversos continentes têm a aprender uns com os outros. Daí a aproximação via articulações com organizações de outros locais.

As dinâmicas presentes nessas articulações são de tradução de conhecimentos e práticas – mais uma vez relevantes na prática do MPA – e de trocas de informação. Essas dinâmicas engendram ações que passam por projetos de cooperação e intercâmbio para o compartilhamento da metodologia, por cursos com conteúdo teórico e político, mas também pela produção de lavouras de sementes e estruturação de casas de sementes, entre outras. Assim, experiências desenvolvidas e aprimoradas nas interações locais e nacionais foram adaptadas e carregadas para práticas transnacionais. Das interações que proporcionaram, emergiram novas articulações nas quais o MPA pode assumir papel de protagonismo. Por meio delas, o MPA construiu um jeito próprio para o estabelecimento de associações transnacionais que tem lhe permitido consolidar sua inserção transnacional e vem, paralelamente, agregando elementos novos às práticas transnacionais de organizações de camponeses e camponesas.

CONCLUSÕES

No último capítulo, tratei da presença de lideranças do MPA e mencionei a inserção da Contag nas articulações com agricultores e agricultoras de Moçambique e na campanha Não ao ProSavana. Nessas atividades, ambas organizações se envolveram em questões que conectam Brasil e África, cerrado e savana, soberania alimentar e *land grabbing*. A inserção de ambas nessa controvérsia transnacional que envolve modelos de desenvolvimento e de agricultura, ao lado de organizações de Moçambique e do Japão, é uma boa síntese da expansão das associações estabelecidas pelas organizações brasileiras nas cinco décadas aqui estudadas. Se, em 1960, as conexões transnacionais da Contag se tornaram possíveis por meio da articulação com sindicatos internacionais com sede nos países do Norte global, em 2016 articulações com países da África, da Ásia e das Américas foram mais frequentes e passaram por um conjunto muito mais variado de atores/as: movimentos e sindicatos nacionais e suas organizações transnacionais, ONGs, financiadores, pesquisadores e pesquisadoras, organismos internacionais, setores de governos.

Registrar essa expansão das conexões, porém, não torna menos importante a percepção de que nem todos os lugares e pessoas se inserem da mesma forma nos processos chamados globais, um termo que esconde, sob a aparente inclusão de todo o planeta, um conjunto de diferenças, desigualdades e iniquidades. Assim, se é fato que as conexões se multiplicaram e que as organizações rurais brasileiras são atualmente conectadas a mais lugares, também continua sendo verdade que nem todos os grupos, pessoas e locais inserem-se ou são inseridos da mesma forma em processos globais, de forma que conexões com a África, por exemplo, ainda são muito mais raras do que conexões com países das Américas e da Europa.

Além disso, as articulações que questionam o Pró-Savana também dizem sobre as trajetórias das organizações aqui estudadas. O MPA chegou a Maputo por meio da Via Campesina, estabeleceu uma experiência de cooperação com organizações moçambicanas e enviou militantes para compartilhar sua metodologia de produção e conservação de sementes crioulas. O contato com camponeses do país lhe valeu papel de liderança na construção da resistência ao projeto proposto pelos governos brasileiro, moçambicano e japonês. Já a aproximação da Contag ao tema, além da sua relevância no campo discursivo de ação de

trabalhadores e trabalhadoras rurais, passou pela sua presença em instâncias de participação de agricultores e agriculturas no interior da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), à qual se engajou dada sua relevância no estabelecimento de espaço institucional de participação no Mercosul, que se tornou modelo reproduzido em outras instâncias intergovernamentais. Tem-se, disso, que, mesmo partindo do mesmo país, compartilhando debates e participando das mesmas articulações políticas, os percursos que fizeram para chegar até ali e os papéis assumidos foram distintos.

Ao longo dos capítulos da tese, enfatizei, sobretudo, as diferenças entre as trajetórias das organizações, preocupada que estava em como cada uma delas envolveu-se nas referidas controvérsias e, por meio delas, foi criando maneiras de reunir elementos por meio dos quais se associou a disputas transnacionais, no que foram transformando-se e transformando as disputas. Espero, com a identificação das disputas e das maneiras de reunir elementos em torno delas, ter caminhado na resposta à pergunta de pesquisa, sobre como organizações de origem nacional construíram sua inserção em debates transnacionais.

Na primeira parte da tese, apresentei uma visão geral das principais controvérsias que compõem a transnacionalização da Contag e do MPA, apontando, em seguida, que mesmo quando as controvérsias se sobrepõem, a maneira de formular, definir e justificar sua inserção no que está em disputa é peculiar à experiência de cada organização. Haverá, ao cabo, uma transnacionalização para cada organização que seja estudada, porque nesses processos os grupos articulam elementos diferentes de maneiras diferentes – daí a relevância de observar os modos de compilar, apresentados na segunda parte da tese. Entendo que, com isso, se explica porque grupos diferentes engendram transnacionalizações diferentes. E, conforme venho ressaltando, para além das transnacionalizações particulares, o que se constitui como transnacional em cada experiência também é específico, de forma que não há um único formato de transnacional, mas diversos transnacionais, parciais, em constante construção e reconstrução. Das sobreposições e encontros, tem-se elementos reforçados e que vão conformando, sempre provisoriamente, aquilo que entendemos – ativistas, pesquisadores, mídia, sociedades em geral – como “o transnacional”.

Orienta essa abordagem o entendimento de que nem atores/as, nem escalas, estão totalmente definidos previamente às ações, de forma que, nas narrativas, enfatizei como foram, ambos, sendo produzidos e transformados no decurso das ações. Esses pressupostos teórico-epistemológicos, entendo, dialogam com abordagens relacionais e interpretativas que

nas últimas duas décadas vêm ganhando espaço no estudo da ação coletiva e de movimentos sociais.

Porém, também aportam elementos peculiares, relativos sobretudo ao que se entende por ator/a ou actante e por ação. Em relação aos primeiros, caminha-se aqui na direção de que sejam compreendidos não como substâncias ou como dadas a priori, mas como conjuntos de elementos heterogêneos agregados e que são capazes de produzir novas associações. Ação, por sua vez, pode ser definida como agenciamentos, como o ato de colocar elementos em conjunto que vai constituindo “o mundo”, “a realidade”, que existem, têm materialidade, e são constantemente produzidos e reproduzidos. Sob esse entendimento, ação não é resultado da intenção humana somente, mas da agregação de um conjunto de elementos heterogêneos, nos quais o elemento que permite a aglutinação não é necessariamente humano, podendo ser conceitos, objetos ou ideias sem os quais a ação não teria sido possível, porque sem eles não teria sido possível a mesma reunião e articulação de elementos.

Nessa conclusão, busco retomar e sintetizar alguns dos argumentos centrais da tese, agora tentando ressaltar semelhanças e aproximações que indiquem, para além das experiências específicas, apontamentos mais gerais sobre os processos de transnacionalização e de produção do transnacional, a partir das abordagens aqui propostas. Em seguida, revisito a estrutura analítica aqui utilizada, discutindo brevemente o que ela me permitiu observar, mas também alguns dos desafios que trouxe à pesquisa e à redação da tese. Por fim, aponto agendas de pesquisa que podem emergir a partir das reflexões aqui realizadas.

Processos de transnacionalização: semelhanças

Neste item, aponto questões que, ao configurarem similaridades nos processos de transnacionalização das duas organizações estudadas, apontam para questões teóricas que merecem destaque.

1) Dinâmicas semelhantes para transnacionalizações consolidadas

Observados lado a lado, os processos de transnacionalização da Contag e do MPA apontam que *esses coletivos começam a se conectar com debates e aliados internacionais a partir de articulações que estão disponíveis por meio das associações prévias que mantinham com outros atores/as políticos*. No caso do MPA, a organização rural de camponeses Via Campesina, à qual se aproximou em consequência de sua proximidade política ao MST,

cumpriu esse papel, mesmo que, como vimos, a afiliação não tenha levado o MPA a assumir, automaticamente, um papel de relevância no grupo, tendo, ao contrário, sido necessária dedicação à construção de relações, alianças e propostas até que o MPA se estabelecesse como actante relevante em alguns temas específicos dentro daquele coletivo. No caso da Contag, o sindicalismo internacional foi a fonte primeira de associações, e foi a ele que a Contag recorreu quando precisou rearticular suas articulações transnacionais, já na década de 1990. Na experiência da Contag, foi necessário criar uma organização por meio da qual conseguiu se inserir de forma ativa em debates transnacionais que havia definido como relevantes. Seja por vias sindicais, seja por vias movimentistas, a existência de articulações e organizações internacionais prévias emerge como um elemento relevante para o estabelecimento de articulações transnacionais. Voltarei a esse ponto a seguir, mas, antes, gostaria de indicar que ambas as organizações aqui analisadas consolidaram sua inserção transnacional, quando:

a) formularam uma plataforma política própria, isto é, temas que pretendiam levar para os debates transnacionais ou sobre os quais pretendiam incidir, incluindo formulações sobre quais eram as disputas em questão e qual era sua contribuição para elas, e

b) conseguiram ter papel no estabelecimento e manutenção das organizações transnacionais com as quais se articulam. Entendo que isso ocorreu, nos casos estudados, quando as organizações formularam (ou foram relevantes para a formulação) de maneiras próprias de agregar elementos transnacionais, isto é, de modos de compilar peculiares. Quando fazem isso, eles se tornam centrais para as redes que estabelecem e sua transnacionalização muda de perfil: eles constroem mais articulações, independentes; carregam suas formulações para essas interações e são levadas por elas a novas articulações, de modo que conexões prévias passam a criar condições para que novos laços se estabeleçam, criando assim uma dinâmica transnacional mais intensa e com maiores efeitos sobre as próprias organizações.

2) A relevância das organizações transnacionais de agricultores e agricultoras

Emergiu com nitidez, na pesquisa, a relevância de organizações transnacionais, constituídas pelos sindicatos e movimentos rurais, por meio das quais as organizações nacionais passam a poder falar não apenas em seu nome, mas em nome de um coletivo cujas bases se assentam além de determinado país. Com isso, adicionado às gestões que fazem para que tais coletivos sejam reconhecidos internacionalmente, elas se tornam capazes de falar com

uma voz própria, e em geral unificada, e buscam conquistar legitimidade para se colocar em debates aos quais dificilmente teriam acesso falando apenas com sua voz nacional. A relevância das organizações parece ser uma característica do campo discursivo de ação em questão, mas pode dizer também das sedimentações que as décadas de ação coletiva transnacional proporcionam. A criação de organizações transnacionais fortes parece emergir como uma característica da ação transnacional na década corrente, compartilhada com as experiências feministas, nas quais a criação de organizações transnacionais de mulheres também ocorreu. Caberia pensar se outros grupos, aglutinados sob outras pautas, estariam passando por processos semelhantes, mas também como isso se relaciona com expressões mais fluidas de articulações transnacionais recentes, a exemplo dos *Occupy*: como convivem esses processos, até que ponto se influenciam e dialogam, são questões que a pesquisa deixa em aberto.

Para o que importa mais aqui, nos capítulos precedentes vimos como as organizações brasileiras não apenas se associaram a esses coletivos transnacionais, mas atuaram para sua criação e reconhecimento público, tendo também se esforçado para consolidar-se como actantes relevantes no interior delas. Ao conseguirem se referendar como a representação de conjuntos específicos de agricultores e agricultoras, essas organizações modificam as relações também entre os/as diferentes actantes não estatais, posto que retiram das organizações não governamentais o protagonismo registrado nas décadas recentes.

Passados 20 anos dos protestos transnacionais que renovaram o interesse de pesquisadoras e pesquisadores na ação coletiva transnacional, creio que os casos aqui estudados ratificam que não apenas as ONGs são relevantes nos processos internacionais, mas também tem havido uma multiplicação dos atores/as que têm acesso, conhecimento e sabem onde conseguir recursos para se envolver em debates transnacionais. Evidentemente, as ONGs seguem existindo e tendo papel relevante de formulação, de viabilização de atividades por meio de recursos financeiros e humanos, mas elas não estão mais sozinhas nessas tarefas. Agricultores e agricultoras aliam-se a elas em algumas situações, recorrem a elas para alianças em temas comuns e como fontes de recursos financeiros, mas construíram canais próprios para expressar suas preocupações e demandas. Entendo que a Via Campesina e a Coprofam são exemplos transparentes desse processo de construção de ferramentas próprias de agricultores e agricultoras para se colocar em debates internacionais.

3) Interações com o Estado brasileiro

Ao observar as articulações transnacionais ao longo de cinco décadas, no caso da Contag, e de duas, no caso do MPA, foi possível perceber transformações importantes na maneira como o Estado se relaciona com o (e por vezes participa do) campo discursivo de ação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. A literatura registra os impactos do período autoritário sobre as ações da Contag, bem como da redemocratização, mas muito menos se sabe sobre o impacto dessas relações para as articulações transnacionais. Na pesquisa, emergiram algumas pistas sobre esse tema.

Articulações transnacionais, como se sabe, podem ser relevantes recursos para se pressionar o Estado em situações nas quais há restrições ao contato direto entre as organizações da sociedade e a administração pública: essa é a base do modelo bumerangue de Keck e Sikkink (1998) e, já na década de 1960, esse padrão de atuação foi empregado pela Contag, a partir de conexões sindicais.

A redemocratização abriu espaço para novos formatos de “vinculações, articulações e trânsitos” entre atores/as da sociedade e Estado, ambos heterogêneos (ou entre sociedade civil e política, para manter as categorias usadas por Dagnino, Olvera e Panfichi, em 2006, p.15). É nessa chave que podem ser lidas as experiências de aproximações e alianças entre organizações de agricultores e agricultoras e setores da administração pública brasileira.

Essas interações ganharam novo ânimo entre os anos de 2003 e 2015, quando o governo Federal brasileiro foi ocupado pelo Partido dos Trabalhadores, em uma administração cuja chegada ao poder teve apoio de sindicatos e movimentos sociais rurais. Mesmo tendo sido, por vezes, avaliadas como “governos em disputa”, as gestões petistas estabeleceram canais inéditos de comunicação e pressão diretos com as organizações rurais, inclusive na área de política externa, conhecida pela ausência de mecanismos de participação e informação da sociedade sobre definições e princípios (FARIA, 2012). Isso ocorreu por dois caminhos.

No primeiro, houve aumento de situações nas quais sindicalistas e militantes puderam opinar sobre posicionamentos de governo Federal em questões internacionais. Um segundo caminho foi a abertura para a presença dos grupos aqui estudados nas delegações oficiais, sem direito a voto, mas com a possibilidade de interagir com agentes públicos, debater ideias, apresentar propostas e conhecer melhor os meandros das negociações. Com a participação nas delegações oficiais resolve-se, ao menos em parte, uma das questões de assimetria recorrentes do ativismo transnacional que são os recursos financeiros para viagens, estadias internacionais

e projetos internacionais. Nesse sentido, o governo brasileiro acabou assumindo um papel que, até então, era assumido sobretudo por organizações não governamentais (e que anteriormente, no caso sindical, foi cumprido por organizações sindicais internacionais ou por fundações a elas relacionadas), o que certamente teve impactos sobre a atuação das ONGs e contribuiu para a relevância da ação governamental na viabilização das articulações realizadas pelas organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Esses processos tiveram impactos não apenas no interior das organizações aqui estudadas, mas também no seu posicionamento em outros coletivos e eventos, na medida em que contribui para facilitar a presença física e o acúmulo de informações e de conhecimentos nos diversos temas em disputa.

As associações com setores do governo brasileiro, portanto, são relevantes para a notável expansão do papel internacional das organizações brasileiras de agricultores e agricultoras. Não é por acaso que isso coincide com governos petistas, dada a convergência de projetos políticos e certa circulação de militantes em funções de gestão pública. Se a ação foi, em alguns momentos, facilitada pela situação política nacional, é importante dizer que ela não foi, certamente, produzida por ela, senão pela própria capacidade das organizações de demandar e de fazer uso das possibilidades abertas.

Outra mudança relevante foi a ampliação das possibilidades de articulação com setores do Estado – em especial aqueles com menor peso político nas disputas internas – em processo que nacionalmente foi analisado por Abers, Serafim e Tatagiba (2014). Isso é evidente no caso do Mercosul, onde a busca de setores do Estado, como vimos em relação ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e setores do Ministério das Relações Exteriores, por maior influência em debates internacionais acabou facilitando a criação de instituições voltadas para o recebimento e processamento de demandas das organizações rurais. Houve, no início dos anos 2000, uma relevante convergência de interesses entre Contag e alguns ministérios, sobretudo, na difusão internacional de políticas públicas. Isso não ocorreu apenas em relação à Contag, mas também em temas de interesse direto do MPA, como foram propostas de difusão do Programa de Aquisição de Alimentos.

Nada disso significa, porém, que a relação entre organizações rurais e governo Federal foi isenta de tensões e disputas. Possivelmente foram as divergências sobre a liberação de transgênicos e de agrotóxicos, além de, recentemente, as disputas sobre a legislação relacionada à biodiversidade, as que tiveram maior potencial de conflitos e de gerar ações de confronto com o governo federal. Cada uma delas esteve relacionada a debates transnacionais.

Em suma, o Estado, sem deixar de ser objeto de pressão por meio das ações transnacionais, passou a ter também um papel de financiador das atividades – algo que, a partir de 2015, tendeu a ser novamente modificado.

4) A produção de coletivos híbridos

Conforme já indiquei no primeiro item dessa lista de convergências, MPA e Contag encontraram caminhos próprios para suas articulações transnacionais quando formularam modos próprios de reunir elementos transnacionais. No caso do movimento de camponeses e camponesas, isso passou pelas formulações sobre sementes e do compartilhamento, via projetos de cooperação internacional, de métodos de multiplicação e conservação de sementes crioulas. No caso da confederação sindical, passou principalmente pelas demandas por políticas públicas para agricultura familiar e pela participação institucional como caminho para obtê-las.

Se “ideias baseadas em princípios” já foram indicadas como centrais para as redes transnacionais de *advocacy* (KECK; SIKKINK, 1998), na abordagem aqui proposta as ideias continuam sendo relevantes, e integram as redes como qualquer outro actante (pessoas, organizações, objetos). Isso deve ter ficado evidente nos quadros apresentados nos capítulos 3 a 6, nos quais ideias são elos entre organizações de diferentes perfis. Nessas redes, cada um dos actantes não é apenas discursivo, mas simultaneamente material e semiótico. Os melhores exemplos disso seguem sendo o das sementes e o da agricultura familiar. Sementes são objetos na lavoura e nas casas de sementes, nos caminhões em que são transportadas, mas são também compostas por elementos discursivos que lhes modificam e que variam a depender das situações em que se tornam objeto de disputas políticas (e também científicas). A agricultura familiar, ou a agricultura camponesa, são igualmente práticas que reúnem determinadas pessoas, propriedades rurais, instrumentos de trabalho, e categorias de identificação e de disputas por políticas públicas. Se a política é discursiva, a política transnacional o é ainda mais evidentemente, e ainda assim a materialidade das coisas importa e não está separada do discurso. Os grupos aqui estudados simultaneamente fazem coisas com palavras e palavras com coisas (AUSTIN, 1990; LATOUR, 2000)

Para além disso, nas redes que narrei ao longo da tese, sementes e agricultura não só fazem parte das redes, mas organizam-nas, lhes conferem coerência, contribuem para a composição mesma de um coletivo que, sem elas, não poderia existir: “são parte da formação de uma certa ordem. Elas aproximam o que está disperso, estabelecem relações,

permitem a coordenação de práticas. Elas asseguram relações” (RODRÍGUEZ -GIRALT, 2011, p.28).

Para esse autor, a partir dessa perspectiva, a ação coletiva

não representa um grupo pré-definido. Ela não pode ser simplificada ou explicada como mobilização de recursos, ou como a expressão de uma identidade que existia previamente. Ela não pode ser reduzida a fatores sociais pré-existentes, a estruturas ou a sistemas. Ela não pode, também, ser entendida como a expressão de um ator nem como o reflexo de uma estrutura, ou como um potencial para o conflito que é estimulado ou induzido por uma ofensa ou situação particular.” (RODRÍGUEZ-GIRALT, 2011, p. 29).

Foi, portanto, da possibilidade de formação de coletivos híbridos, e dos efeitos desses coletivos, que se falou ao longo dessa tese. Com isso, retorno às questões teóricas e metodológicas que orientaram esse trabalho, com vistas a tecer considerações finais também sobre elas.

Uma síntese das controvérsias e modos de compilar

Ao longo das páginas precedentes, Contag e MPA nos levaram a reuniões de agricultores e agricultoras, a Fóruns Sociais Mundiais, a protestos e a iniciativas de cooperação, a feiras e festas, a unidades de beneficiamento e campos de produção de sementes, a reuniões do Mercosul e da FAO, a negociações salariais envolvendo multinacionais e organizações sindicais transnacionais, a cursos e intercâmbios. Entendo que essa multiplicidade de formas de ação (ou de performances) pode emergir das narrativas porque o que procurei, inicialmente, ao observar a transnacionalização, não foi um conjunto pré-definido de ações, de repertórios ou de mecanismos e processos; ao contrário, o que fiz foi partir das controvérsias – das disputas em que se envolveram – para no interior delas identificar modos de compilar – ou o modo como cada grupo estabelece relações e reúne elementos heterogêneos a partir dos quais se envolve nas disputas que prioriza. Só a partir daí, então, fui identificando os atores/as heterogêneos que são compilados, as dinâmicas e performances que conformam cada um dos modos de compilar.

A ferramenta das controvérsias permitiu afirmar que diversas disputas se desdobram simultaneamente, de forma que eu não propus uma periodização para sistematizar os processos de transnacionalização, mas um conjunto de controvérsias que se estabelecem e se esvaem ou se desdobram e se transformam, influenciando-se mutuamente ao longo do tempo. A partir disso, propus ser interessante adicionar, à definição de transnacionalização da qual

partir, o trabalho de formular sobre as disputas em curso ou de buscar estabelecer novas disputas como definidor desse processo. Mas, sobretudo, a ferramenta das controvérsias permite que não se parta das articulações com outras organizações, mas das disputas, das questões, dos temas que se mostram relevantes para a transnacionalização: isso faz parte do movimento, mais amplo, de trazer questões (*issues*) para o cerne da política (para além das normas e instituições).

Com isso, a transnacionalização é definida pelas formulações materiais-semióticas permeadas por disputas e que incluem referências e contatos com ideias, objetos, e com outros atores/as provenientes de diversos locais. Uma consequência dessa abordagem é que a existência de processos de transnacionalização não é medida em função da existência de mobilizações conjuntas ou da dimensão da escala para a qual se está observando, mas da capacidade de articular, de agregar elementos de diferentes origens (nacionais e transnacionais, mas também subnacionais, regionais, locais – os lugares de fato são vários, não dois). A consequência mais visível dessa definição é que, olhadas a partir das controvérsias e dos modos de compilar, foi possível adicionar algumas dinâmicas e performances (ou ações, ou, inclusive, repertórios de ação, a depender de como cada abordagem teórica as leria) que não estariam necessariamente visíveis em análises por meio de outras lentes teóricas. Procurei apresentar esse argumento nas considerações finais que encerram cada capítulo e aqui, brevemente, tento tratar do conjunto.

Os modos de compilar nos dizem sobre como foi possível construir relações transnacionais, estabelecendo relações com atores/as externos e agregando elemento heterogêneos às redes. É um desafio buscar sintetizá-los porque, como espero ter argumentado ao longo do texto, eles são produzidos no decurso das ações e tratam igualmente das maneiras como aqueles elementos heterogêneos foram reunidos e dos elementos em si. Nessa tentativa de síntese, acabo perdendo os elementos e me ateno às maneiras pelas quais criaram ou entraram nas controvérsias de forma mais direta.

No caso da Contag, elas passaram: a) pela articulação com organizações sindicais internacionais, em processo que mesmo quando disputado ocorre sob o signo da solidariedade internacional entre trabalhadores; b) pela articulação com redes transnacionais de ativistas (sindicalistas ou não); c) pela menção a normas internacionais como recurso para disputas nacionais; d) pelo estabelecimento de parcerias com organizações internacionais; e) pela demanda de atenção à agricultura familiar em negociações internacionais; f) pela demanda por políticas públicas para a agricultura familiar nos países, via participação institucional.

No caso do MPA, esses modos passaram por a*) pela tradução de conceitos para as plataformas políticas nacionais e para as práticas que engendram; b*) pela articulação com organizações ou coalizões internacionais e ; c*) pela articulação com organizações de outros locais ; d*) por tornar-se especialista em alguns temas, mas também pelo e*) compartilhamento de metodologias de produção, resgate e conservação de sementes crioulas, sob a linguagem da solidariedade e do fortalecimento de projetos comuns.

Por fim, apesar de não ter tratado diretamente de modos de compilar nas controvérsias sobre a inserção das mulheres no sindicalismo, em ambas a inserção passa pela associação de demandas por atenção ao gênero das ativistas e aos diferentes papéis que lhes são atribuídos, seja no interior das organizações, seja nos processos transnacionais nos quais se envolvem, seja fora delas, nas famílias, na divisão do trabalho, na destinação de políticas públicas. Porém, enquanto na Contag o foco passa sobretudo pela inserção das mulheres nas políticas públicas, no caso do MPA a compilação parece ir mais para as denúncias das desigualdades internas e externas e pela formulação para um jeito próprio de pensar o feminismo.

A articulação com organizações internacionais – cuja relevância para os processos de transnacionalização aponte há pouco – volta a aparecer aqui. Solidariedade internacional também é um elemento associado a ambas experiências – ratificando que para as organizações nacionais se mantém a relevância do internacionalismo já identificado por Vieira (2008) em relação à Via Campesina.

Acho relevante ressaltar como, para a Contag, a demanda por políticas públicas e participação institucional é absolutamente central, enquanto para o MPA as inserções em debates institucionais ganham um sentido de interferir nas normas internacionais que afetam o campesinato.

Algumas outras considerações podem ser feitas quando caminhamos para as dinâmicas e performances incluídas em cada modo de compilar. Sobre as dinâmicas:

Contag	MPA
Apoio político e econômico	
Troca de informações	Troca de informações
Pressão a Estado nacional Pressão a negociadores nacionais Pressão a Estado nacional e a organizações internacionais	Pressão a Estado nacional e a organizações internacionais

Pressão a empresas transnacionais por melhores acordos p/ trabalhadores(as)	
	Questionamento das práticas de empresas transnacionais
Uso de normas como argumento para debates nacionais	
Traduz debates para federações e sindicatos rurais	Conceitos, traduzidos, modificam plataforma política Busca meios para difundir essas traduções para outras organizações com as quais interage ou das quais faz parte Tradução de conhecimentos e práticas
Formação de redes de mulheres	Formação de redes de mulheres
	<u>Discutem e formulam conceitos</u>

Quadro 7 – Síntese das dinâmicas encontradas nas compilações de Contag e MPA

Fonte: elaboração própria

A justaposição das dinâmicas encontradas nos modos de compilar de ambas as organizações estudadas aponta para uma interessante convergência: ambas trocam informações, pressionam Estados e organizações internacionais, traduzem debates, formam redes.

Entre os sindicalistas, foi mais comum estabelecer dinâmicas que articulam de pressão e cooperação em relação ao Estado nacional e organizações internacionais, como vimos nas dinâmicas relacionadas ao trabalho decente (Figura 4) e na entrada da agricultura familiar no Mercosul (Figura 7). Houve também pressão e protestos, nos casos da Alca e da OMC, em dinâmica similar à encontrada nos debates sobre sementes transgênicas, em que o MPA se engajou paralelamente em protesto e na tentativa de pressão via interferência nos debates oficiais (Figura 13).

Cada uma das organizações aqui estudadas, em situações particulares, se engaja em processos de tradução: para o sistema sindical, no caso da Contag, facilitando o contato de federações e sindicatos com debates e práticas de origem internacional. Da prática do MPA, encontram-se práticas de tradução de ideias e conceitos para o interior de sua plataforma política, marcada pela criatividade e pela capacidade de formulação – algo que já tinha sido

identificado como uma das características da ação nacional desse coletivo, e que, portanto, é definidora também de suas práticas transnacionais (vide Figuras 8 e 9).

Do quadro acima, algumas dinâmicas presentes apenas nas práticas da Contag parecem indicar aportes à ação sindical transnacional que podem ser lidas como parte daquilo que a literatura da área vem denominando “novo internacionalismo sindical” (EVANS, 2015; VON BÜLOW, 2009). Entre elas, está a atuação das organizações nacionais e transnacionais sindicais em negociações sobre salários e condições de trabalho, de forma a aumentar a pressão sobre empresas transnacionais por melhores acordos. Há permanências entre as “novas” e “velhas” práticas internacionalistas sindicais, como o uso de normas como apoio político e econômico, trocas de informações, tradução de debates para instâncias subnacionais. Outras dinâmicas, como aquelas que incluem mulheres e, evidentemente, a pressão aos governos nacionais e negociadores internacionais também passaram a compor o internacionalismo sindical, mas não lhes são exclusivas, sendo compartilhadas com organizações de perfil movimentista.

Por fim, em relação às performances ou ações identificadas nas práticas de Contag e MPA, conforme se vê no Quadro 8, abaixo, o que se sobrepõe é justamente aquilo que mais se conhece como atividades transnacionais: campanhas, participação institucional, protestos, reuniões. Parece-me que, entre as sobreposições, a maior novidade reside nas práticas de intercâmbios.

Para o MPA, coerente com sua figuração como movimento social e com sua afiliação à Via Campesina, as singularidades passam pelas ações diretas, pela presença marcante em eventos paralelos a conferências internacionais. Mas, além disso, há elementos muito próprios à sua trajetória, como o fomento à criação de lavouras de sementes crioulas e casas de sementes, além de cursos que articulam conteúdo teórico e político. É interessante, por fim, notar que as ações que singularizam a prática da Contag tendem a ser, justamente, aquelas que têm relação com seu perfil sindical – o que indica, em meu entendimento, a relevância das associações sindicais para a sua transnacionalização. Mesmo lidas em conjunto, como partes do mesmo campo discursivo de ação, essas organizações guardam particularidades que, ao menos em parte, têm origem nas associações que as compõem desde a sua fundação.

Contag	MPA
Agrega temas a negociações sindicais	

Apoio a sindicalistas exilados	
Campanhas	Campanhas
Execução de projetos financiados por organizações internacionais	
Incidência em negociações	
Intercâmbios	Compartilhamento de práticas Projetos de cooperação e intercâmbio
Participação em atividades e visitas	
Participação institucional	Participação institucional
Participação de organização internacional sindical em negociações salariais	
Planejamento conjunto de ações locais	
Protestos	Protestos
	Ações diretas
Reuniões, seminários, debates (internos)	Reorienta debates e ações nacionais e internacionais Reuniões, seminários
	Eventos paralelos em conferência internacional
	Cursos teóricos e políticos
	Lavouras de sementes crioulas, casas de sementes

Quadro 8 – Síntese das performances ou ações encontradas nas compilações da Contag e do MPA

Fonte: elaboração própria

Nessas três sínteses que apresentei nessa seção, buscando aproximar os modos de compilar, das dinâmicas e das performances/ações identificados nas experiências da Contag e do MPA permitem retomar o argumento de que, a despeito de cada grupo produzir transnacionalizações específicas, articulando um conjunto sempre limitado de elementos que compõem o que se experimenta como transnacional, as sobreposições reforçam associações que, sendo compartilhadas por diferentes grupos, são aquilo que mais visivelmente denominamos “o transnacional”. Já o que é específico de cada grupo estudado, me parece, indica justamente o que de peculiar cada um deles, em sua prática, agrega ao que se chama de transnacional.

Reflexões sobre a proposta teórico-metodológica

A orientação metodológica de “seguir as associações” trouxe possibilidades e desafios. Seu maior valor, me parece, está na possibilidade que abre para uma pesquisa que, ainda que teoricamente orientada, não define a princípio as agências – quem age, como, por que, sob

quais justificativas. A simetria, como ponto de partida, cria condições para que as agências emergjam da investigação. Isso, porém, cria uma dificuldade adicional importante, que é uma possível falta de foco. Quando os atores agem em diversas frentes, as associações são muitas, os períodos são longos – como ocorre aqui e, possivelmente, na maioria das situações que pesquisamos nas ciências sociais –, essa abordagem gera um conjunto enorme de informação detalhada cuja apresentação, em forma de texto, tende a ser maçante, difícil e descritiva.

Apesar da minha insistência nessas descrições, fui convencida, pela orientadora e pela banca de qualificação, de que na redação do trabalho precisaria, além delas apontar, a possíveis leitoras ou leitores (haverá algum/a?), sentidos para aquelas questões, em comparação a outras pesquisas e situações. Confesso que, já tendo ouvido os comentários da banca, mas ainda sem saber como incorporar os questionamentos, foi em visita a um museu, no qual estava exposta uma obra inacabada e recém-restaurada, que me dei conta de que o trabalho de redação é, inevitavelmente, o de escolher o que vem para primeiro plano na narrativa e o que fica como pano de fundo, ajudando a compor a paisagem e a tornar o que importa inteligível.¹⁴²

Foi com isso em mente que optei por definir ferramentas analíticas que orientassem a construção de sentidos a partir das informações agregadas na pesquisa. Espero, com isso responder à provocação por “tornar o trabalho mais analítico”. Com as ferramentas em mãos foi possível retornar às narrativas apresentadas e observá-las não mais sob uma lente teórica geral, que passou a ser entendida como a base epistemológica da pesquisa, mas sob as lentes específicas oferecidas pelas ferramentas analíticas. Talvez por ter feito isso tardiamente, já no período da redação da segunda versão do texto, em alguns capítulos as amarrações analíticas possivelmente ainda precisassem de mais atenção do que chegaram a ter.

Disso decorre a reflexão de que, ainda que a “sociologia das associações” entenda o social como um conjunto de relações, e não como uma substância, e tenha a contribuir com os pontos-cegos da “sociologia do social”, em especial para observar processos em curso ou em

¹⁴² A anedota serve pra também para dizer, antes que a tese acabe, um pouco mais sobre quem é a pesquisadora atrás das páginas e explicitar algumas das minhas próprias associações além da academia, com arte e cultura, que, me parecem, também ajudam a explicar, se não a justificar, minhas escolhas teóricas pouco ortodoxas: movimentos artísticos e culturais há muito vêm incorporando noções de sujeito e agência que, à teoria social e política, ainda soam deslocadas. Raras foram as vezes em que consegui articular essas duas dimensões, de gosto pela arte e pela política, de forma que a menção aqui busca fazer essas pontes enquanto diz de quem escreve. Além disso, creio ser definidora para as questões de pesquisa escolhidas o fato de meu primeiro dia de trabalho formal, em 2002, ter sido num Fórum Social Mundial: as reuniões de indígenas de diversos países, a premência da luta pela terra, o esforço de comunicação em vários idiomas, as tendas multicoloridas, ainda me acompanham e transparecem na atenção a processos transnacionais, algo que ficou evidente pra mim na redação da tese.

constante transformação, a primeira dificilmente prescinde dos acúmulos da segunda, porque para fazer sentido dos processos é necessário observá-los face ao que já foi dito sobre eles, seja para ratificar ou para questioná-los, de forma que a sociologia das associações não prescinde da sociologia do social.

Mesmo que o ponto de partida metodológico seja a necessidade de rastrear as redes – dado que “o social”, ou o político, ou o transnacional, não estão dados a priori, sendo um efeito tanto das ações como do trabalho de descrevê-los – está colocada a dificuldade de seguir à risca a intuição metodológica da Teoria do Ator-Rede de que boas descrições são suficientes para chegar à compreensão sobre processos, dado que os sentidos em geral dependem de comparações e de análises frente a processos semelhantes ou que, mesmo diferentes, possibilitem comparações e conclusões. Assumir essa dinâmica não afasta a pesquisa aqui apresentada do seu perfil indutivo, ao contrário, mas deixa evidente o procedimento adotado.¹⁴³

De toda forma, mantém-se a percepção de que uma pesquisa, sob tais bases metodológicas, segue menos interessada em identificar padrões do que nas descrições complexas (ou densas) que permitem a emergência de efeitos diversos e as diferentes maneiras de dar existência à realidade (MOL, 2010).

Possíveis desdobramentos da pesquisa

A partir da pesquisa realizada, percebo três caminhos para possíveis desdobramentos relacionados ao tema desta pesquisa e às ferramentas analíticas aqui empregadas. O primeiro deles trata da possibilidade de se observar outros processos de transnacionalização de organizações rurais no Brasil, que permitiriam uma base de comparação mais ampla de forma a consolidar a percepção de tendências, mas também as particularidades das experiências. Nesse sentido, caberia pesquisar as articulações transacionais da organização de agricultores familiares, com perfil sindical, fundada nos anos 2000, atualmente denominada Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf Brasil). Entre as questões possíveis, figuram: quais são os laços transnacionais dessa organização, até que ponto são influenciados pelas ações da Contag ou se contrapõem a elas, quais caminhos foram priorizados, qual o impacto da proximidade maior com a CUT. Outras

¹⁴³ Agradeço à Camila Penna por comentários nesse sentido de identificar o perfil indutivo da pesquisa. Eventuais problemas de compreensão sobre os debates por ela apontados são, evidentemente, minha responsabilidade.

vertentes, nessa mesma direção, seriam analisar a transnacionalização de outros movimentos sociais rurais brasileiros, tais com o Movimento dos Atingidos por Barragens e o Movimento das Mulheres Camponesas, igualmente buscando semelhanças e particularidades em relação à experiência do MPA aqui descrita, e que poderiam indicar com mais clareza padrões e experiências específicas.

Por fim, há espaço para análises da construção de laços transnacionais por outros grupos, sejam eles rurais, como indígenas e quilombolas e, mais recentemente, de grupos agroecológicos, ou urbanos, ou organizados sob outros princípios, respondendo a questões como: quais são os canais para transnacionalização de cada um deles? Que modos de compilar são identificados, quais temas e debates são centrais? Quais as maneiras construídas para se relacionar com atores/as internacionais? Há organizações internacionais constituídas? Qual sua relevância dos grupos brasileiros em sua formação e manutenção? Essas ferramentas analíticas aqui propostas são adequadas para analisar essas outras experiências?

Um segundo caminho possível seria o de observar processos de transnacionalização de organizações de agricultores e agricultoras, trabalhadores e trabalhadoras rurais, camponeses e camponesas de outros países (especialmente do Sul global). Isso permitiria compreender melhor sobre o impacto das disputas e relações políticas nacionais nos processos de transnacionalização, e permitiria situar as experiências brasileiras em um conjunto mais amplo de contatos: o fato de o Brasil ter sediado os primeiros e maiores Fóruns Sociais Mundiais foi relevante para a transnacionalização das organizações? E o apoio a alguns processos, como se viu nos governos petistas, encontra paralelos em outros países latino-americanos que também viveram períodos de governos de esquerda ou centro-esquerda? Como outras organizações ligadas à Via Campesina, mas provenientes de outras experiências nacionais, vêm conseguindo estabilizar e fortalecer seus laços com a organização camponesa transnacional?

Por fim, mas não menos instigante, é a perspectiva de empregar algumas das ferramentas analíticas aqui reunidas para observar processos políticos outros, como já vem acontecendo em áreas de políticas públicas e administração pública. Entendo que elas podem ser também interessantes, por exemplo, para analisar projetos políticos e partidos políticos. Entendidos como atores-rede capazes de criar modos para compilar elementos heterogêneos cada um deles pode ser lido a partir das associações que os conformam e as transformações pelas quais passam poderiam ser entendidas como mudanças nessas associações. Assim, partindo da hipótese de que nos anos recentes estamos vivendo transformações nos três

projetos políticos identificados por Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) – democrático-participativo, autoritário, neoliberal – seria possível pesquisar quais são as associações contemporâneas, incluindo ideias, atores/as, objetos, etc., a cada um dos projetos políticos em questão, e como elas se comparam às características identificadas pelos autores. Caberia, em linha semelhante, pensar como esse entendimento via associações contribuiria para estudar temas clássicos da Ciência Política, tais como os partidos políticos, se, em vez de partir da adequação ou não aos tipos já conhecidos e estabilizados, eles fossem lidos a partir das conexões que os conformam, de modo a buscar compreender os efeitos das articulações peculiares e contingentes de elementos como bases ideológicas, projetos de poder, fontes de recursos, filiados, membros eleitos, alianças, entre outros, sempre a partir das disputas em curso.

REFERÊNCIAS

- ABERS, R. From ideias to practice: The PT and participatory governance in Brazil. **Latin American Perspectives**, v. 23, p. 35–53, 1996.
- ABERS, R.; KECK, M. E. Representando a diversidade? Estado, sociedade e ‘relações fecundas’ nos conselhos gestores. **Caderno CRH**, v. 21, p. 99–112, 2008.
- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. **Dados**, v. 57, p. 325–357, 2014.
- ABRAMOVAY, M.; SILVA, R. DA. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (Contag). In: ROCHA, M. I. B. (ORG). **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Ed. 34. ABEP, NEPO/Unicamp e Cedeplar/UFGM, 2000. p.347-366.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2 ed. Campinas: Hucitec, 1998.
- ALVAREZ, S. E. A globalização dos feminismos latino-americanos. In: **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Novas leituras**. Belo Horizonte: UFGM, 2000. p. 383–426.
- ALVAREZ, S. E. Construindo uma política feminista translocal da tradução. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 3, p. 743–753, 2009.
- ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil : reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, v. jan-jun, n. 43, p. 13–56, 2014a.
- ALVAREZ, S. E. et al. **Translocalities/translocalidades. Feminist politics of translation i the Latin/a Américas**. Durham and London: Duke University Press, 2014.
- ALVAREZ, S. E. et al. **Beyond Civil Society**. Durham and London: Duke University Press, 2017.
- ALVAREZ, S. E.; ESCOBAR, A. **The making of social movements in Latin America: identity, strategy and democracy**. Boulder: Westview Press, 1992.
- ALVAREZ, S. E.; ESCOBAR, A.; DAGNINO, E. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos – Novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFGM, 2000.
- ANDRADE, M. DE P. Conflitos agrários e memória de mulheres camponesas (MIQCB_MA). **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, p. 445–451, 2007.
- ANTUNES, R.; BATISTA, J. Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno CRH**, v. 28, n. 75, p. 511–528, 2015.
- ARMBRUSTER-SANDOVAL, R. Globalization and Transnational Labor Organizing: The Honduran Maquiladora Industry and the Kimi Campaign. **Social Science History**, v. 27, n. 4, p. 551–576, 2003.
- AROUCA, J. C. **Curso Básico de Direito Sindical**. 2a. edição ed. São Paulo: LTr, 2009.
- ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DOS PEQUENOS AGRICULTORES CATARINENSES. **Campesinato - política, valores e alternativas**São Miguel do Oeste: MPA, 2004.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- AVRITZER, L. Orçamento participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In:

Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BALETTI, B.; JOHNSON, T. M.; WOLFORD, W. “Late Mobilization”: Transnational peasant networks and grassroots organizing in Brazil and South Africa. **Journal of Agrarian Change**, v. 8, n. 2–3, p. 290–314, 2008.

BERRÓN, G. Identidades e estratégias sociais na arena transnacional. O caso do movimento social contra o livre comércio nas Américas. 2007a.

BERRÓN, G. De la lucha contra el ALCA a la “integración de los pueblos”: movimientos sociales y procesos de integración. **Res Diplomática**, n. 1, p. 6–23, 2007b.

BORRAS, S. M. La Via Campesina and its global campaign for agrarian reform. **Journal of Agrarian Change**, v. 8, n. 2–3, p. 258–289, 2008.

BORRAS, S. M. The Politics of Transnational Agrarian Movements. **Development and Change**, v. 41, n. 5, p. 771–803, 2010.

BORRAS, S. M.; EDELMAN, M.; KAY, C. **Transnational Agrarian Movements Confronting Globalization**. West Sussex: Blackwell, 2008a.

BORRAS, S. M.; EDELMAN, M.; KAY, C. Transnational agrarian movements: Origins and politics, campaigns and impact. **Journal of Agrarian Change**, v. 8, n. 2–3, p. 169–204, 2008b.

BORRAS, S. M.; FRANCO, J. C. Transnational Agrarian Movements Struggling for Land and Citizenship Rights. **IDS Working Papers**, v. 2009, n. 323, p. 01–44, 2009.

BORRAS JR., S. M.; EDELMAN, M. **Political Dynamics of Transnational Agrarian Movements**. Nova Scotia: Fernwood Publishing, 2016.

BORRAS JR, S. M.; FRANCO, J. C. Global Land Grabbing and Trajectories of Agrarian Change : A Preliminary Analysis. **Journal of Agrarian Change**, v. 12, n. 1, p. 34–59, 2012.

BRASIL. LEI Nº 8.974, DE 5 DE JANEIRO DE 1995.

BRASIL. LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996.

BRASIL. LEI Nº 9.456, DE 25 DE ABRIL DE 1997.

BRASIL. LEI Nº 10.711, DE 5 DE AGOSTO DE 2003.

BRASIL. LEI Nº 13.123, DE 20 DE MAIO DE 2015.

BRINGEL, B. Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. **Estudos de Sociologia**, v. 16, n. 2, p. 185–215, 2011.

BRINGEL, B.; CABEZAS GONZÁLEZ, M. A. Geopolítica de los movimientos sociales latinoamericanos: Espacialidades, ciclos de contestación y horizonte de posibilidades. In: PRECIADO, J. A. (Ed.). **Anuario de la integración latinoamericana y caribeña 2011**. [s.l.] University Press of the South; Ediciones de la Noche, 2011. p. 496.

BRINGEL, B.; FALERO, A. Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial. **Caderno CRH**, v. 21, p. 267–286, 2008.

CADENA, S. M. **Más de 15 años de lucha por el reconocimiento del campesinado dentro del sistema internacional de derechos humanos**. Disponível em: <<http://www.eurovia.org/es/mas?de?15?anos?de?lucha?por?el?reconocimiento?del?campesinado?dentro?del?sistema?internacional?de?derechos?humanos/>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

CAMPOS, A. V. DE. **Milho crioulo: sementes de vida**. Frederico Wesphalen: Editora URI, 2007.

CARLOTO, A. F.; ATIYEL, C. **Políticas sociais no meio rural: a conquista do programa nacional de habitação rural**. Toledo, Paraná: [s.n.].

Carta Aberta de Recomendações da Sociedade Civil Brasileira ao Itamaraty. Brasília: Várias organizações, 2016.

Carta “O que está em Jogo na Cop 8 e na MOP 3?” Organizações e Movimentos Sociais participantes da Oficina, 2006. Disponível em: <www.terrasedireitos.org>

CARTER, M. **Combatendo a desigualdade social. O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

CARVALHO, H. M. **O Campesinato no Século XXI - Possibilidades e condicionantes para o desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005a.

CARVALHO, P. D. DE. **Ação coletiva transnacional e Mercosul: organizações da sociedade civil do Brasil e do Paraguai na Reaf**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2011.

CARVALHO, P. D. DE. **Quando movimentos sociais e Estado aliam-se: as associações que possibilitaram a criação da Reaf/Mercosul**. Caxambu: [s.n.].

CARVALHO, P. D. DE. **O MPA além da forma-movimento: anotações para uma história** *Anais do 40o. Encontro Anual da ANPOC* Caxambu, 2016.

CASTRO, E. G. DE. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. [s.l.] Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

COACCI, T. **Conhecimento precário e conhecimento contra-público: um estudo sobre a relação entre o Movimento Trans brasileiro e a produção de conhecimento**. [s.l.] Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2018.

CONTAG. **Anais do 2º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais**. Brasília: Contag, 1973.

CONTAG. **Anais do 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais**. Brasília: Contag, 1979.

CONTAG. **Anais do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais**. Brasília: Contag, 1985.

CONTAG. **Anais do 5º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais**. Brasília: Contag, 1991.

CONTAG. **Anais do 6º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais**. Brasília: Contag, 1995.

CONTAG. **2º Congresso Latino-Americano de Organizações do Campo - CUT e CONTAG contribuição ao debate** Brasília: Contag, 1997.

CONTAG. **Anais do 7º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais**. Brasília: Contag, 1998.

CONTAG. **Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: Contag, 1999.

CONTAG. **Anais do 8º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais**. Brasília: Contag, 2001.

CONTAG. **A OMC e o sistema mundial de alimentação - uma abordagem sindical**. Brasília: Contag, 2002.

CONTAG. **CONTAG 40 Anos de lutas ao lado do homem e da mulher do campo**. Brasília: Contag, 2003.

CONTAG. **Anais do 9º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais**. Brasília: Contag, 2005.

- CONTAG. **Nós e a OMC** BrasíliaContag, , 2006.
- CONTAG. Por uma política internacional construtiva. **Jornal da CONTAG**, v. Ano I V, n. 38, 2007.
- CONTAG. **De Pai para Filho: Herança do Trabalho Infantil na Zona Rural**. Brasília: Contag, 2008a. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/f1817de_pai_para_filho_heranca_do_trabalho.doc>
- CONTAG. **OMC : as últimas cartadas não evitaram o Fracasso** BrasíliaContag, , 2008b. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2008/julho/omc-as-ultimas-cartadas-nao-evitaram-o-fracasso/>>
- CONTAG. **Anais do 10º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais**. Brasília: Contag, 2009.
- CONTAG. Confirmam as principais reivindicações do GTB 2010. **Jornal da Contag**, v. Ano VII, n. 68, 2010.
- CONTAG. **Relatório anual de atividades da vice-presidência e relações internacionais**. Brasília: Contag, 2011.
- CONTAG. **Relatório anual de atividades da vice-presidência e relações internacionais**. Brasília: Contag, 2012.
- CONTAG. **Anais do 11º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais**. Brasília: Contag, 2013.
- CONTAG. **Relatório anual de atividades da vice-presidência e relações internacionais**. Brasília: Contag, 2015.
- CONTAG. **Documento base e plano de lutas - 12º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares**. Brasília: Contag, 2017.
- CONWAY, J. **Edges of Global Justice The World Social Forum and its “others”**. London: Routledge, 2012.
- CONWAY, J. M. **Concept paper on assemblage thinking for Symposium on Global Movement Assemblages: Continuities, Differences and Connectivities**, 2016.
- COPROFAM. **Antecedentes, objetivo y estructura organizativa, directiva y associadas, realizaciones y logros** Coprofam (Arquivo Contag), [s.d.].
- COPROFAM. **Declaração de Brasília**. Seminário sobre Agricultura Familiar e Negociações Internacionais, 2003a.
- COPROFAM. **Carta de Montevideo_ proposta de la Coprofam al Consejo del Mercosur** Coprofam, 2003b.
- COPROFAM. **Relatorio de la Gestión 2003-2005**. Montevideo: Coprofam, , 2005.
- CORRÊA, C. MMA e entidades parceiras promovem plenária para debater COP - 10. **Página do Ministério do Meio Ambiente**, 30 mar. 2017.
- COSTA, C. DE L. Lost (and found?) in translation: Feminisms in Hemispheric Dialogue. In: ALVAREZ, S. E. et al. (Eds.). . **Translocalites/translocalidades**. Durham and London: Duke University Press, 2014a. p. 483.
- COSTA, C. DE L. Feminist Theories, Transnational Translations, and Cultural Mediations. In: **Translocalites/translocalidades**. Durham and London: Duke University Press, 2014b. p. 133–148.

- COSTA, H. A. O sindicalismo, a política internacional e a CUT. **Lua Nova**, n. 64, p. 129–153, 2005.
- COSTA, M. J. **Construção do Plano Campones: experiências de políticas públicas de desenvolvimento para o campo brasileiro**. [s.l.] Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2014c.
- CPDA. **Breve perfil biográfico de Lyndolpho Silva**. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/cpda/als/biografia.htm>>.
- CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Rev. Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002.
- CUNHA, M. C. DA. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 36, p. 147–163, 1999.
- DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; ALDO PANFICHI. **A disputa pela construção democrática na América Latina**. Campinas e São Paulo: Unicamp e Paz e Terra, 2006.
- De onde Brotam as Sementes. Recomendações da Sociedade Civil ao Itamaraty**. Brasília Biodiversidade, Gt- Agricultores, Pequenos Brasil, Via Campesina Biol, Diversidade Lumpur, Nagoya Kuala Brasileiro, Estado Biol, Diversidade Rural, Estudo Sindical Brasil, Via Campesina Agricultores, Pequenos Rurais, Trabalhadores Terra, Sem Negras, Comun, , 2014.
- Declaração do Encontro Nacional Unitário de Trabalhadores e trabalhadoras, povos do campo das águas e das florestas**. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://encontrounitario.wordpress.com/declaracao-do-encontro/>>
- Declaração do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Sobre o Caráter da Reforma Agrária**. , 1961. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/index.htm>>
- DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 175–204, 2004.
- DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, VI. P. M. DE A. Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 18, n. 1, p. 127–157, 2010.
- DELLA PORTA, D.; DIANI, M. **Social Movements: An Introduction**. Oxford: Blackwell, 1999.
- DELLA PORTA, D.; TARROW, S. **Transnational protest and global activism**. Oxford: Rowman&Littlefield Publishers, Inc., 2005.
- DESAI, M. **Gender and the Politics of Possibilities**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2009.
- DESMARAIS, A. A. **A Via Campesina**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.
- DIAP. **Convenção n.87** DIAP, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.diap.org.br/images/stories/OIT/convencao087.pdf>>
- DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: ANPOCS : Relume Dumará, 1995.
- DUARTE, P. R. **Correspondência de Pedro Renaux Duarte ao secretariado da UISTAF, Roma (Itália), 9/9/1959, 3fls.** Arquivo Lyndolpho Silva (UFRRJ), , 1959.
- EDELMAN, M. Linking the Rights of Peasants to the Right to Food in the United Nations. **Law, Culture and the Humanities**, v. 10, n. 2, p. 196–211, 2012.

EDELMAN, M.; JAMES, C. Peasants' rights and the UN system: quixotic struggle? Or emancipatory idea whose time has come? **Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 1, p. 81–108, 2011.

EDWARDS, B.; MCCARTHY, J. D. Resources and Social Movement Mobilization. In: SNOW, D. A.; SOULE, S. A.; KRIESI, H. (Eds.). . **The Blackwell Companion to Social Movements**. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2004. p. 116–152.

Entrevista Gerardo Iglesias. **Jornal da Contag** 100, p. 12, jun. 2013.

ESTRELLA, B. Aprovação da lei de Biossegurança leva Movimento dos Pequenos Agricultores a deixar Consea. **Agência Brasil**, 31 mar. 2005.

EVANS, P. Movimentos nacionais de trabalhadores e conexões transnacionais: a evolução da arquitetura das forças sociais do trabalho no neoliberalismo. **Caderno CRH**, v. 28, n. 75, p. 457–478, 2015.

FANTASIA, R.; STEPAN-NORRIS, J. The labor movement in motion. In: SNOW, D. A.; SOULI, S. A.; KRIESI, H. (Eds.). . **The Blackwell Companion to Social Movements**. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2004. p. 555–574.

FAO. **Informe de la 31ª Conferencia Regional de la FAO para América Latina y el Caribe**Cidade do PanamáFAO, , 2010. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/meeting/019/k8392s.pdf>>

FAO. **Informe de la 32ª Conferencia Regional de la FAO para América Latina y el Caribe**Buenos AiresFAO, , 2012.

FAO. **Informe de la 33ª Conferencia Regional de la FAO para América Latina y el Caribe**SantiagoFAO, , 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/americas/noticias/rss/es/>>

FAO. **CGRFA-15/15/Report Fifteenth Regular Session of the Commission on Genetic Resources for Food and Agriculture**. Roma: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-mm660e.pdf>>.

FAO. **Informe de la 34ª Conferencia Regional de la FAO para América Latina y el Caribe**Cidade do MéxicoFAO, , 2016.

FARIA, C. A. P. DE. O Itamaraty e a Política Externa Brasileira: Do Insulamento à Busca de Coordenação dos Atores Governamentais e de Cooperação com os Agentes. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 34, n. 1, p. 311–355, 2012.

FASE. **A cooperação Sul-Sul dos povos do Brasil e de Moçambique**. Rio de Janeiro: FASE, 2016.

FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 62, p. 27–44, 2006.

FERNANDES, B. M. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, M. (Ed.). . **Combatendo a desigualdade social. O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 2010. p. 161–197.

FETAG RS. **Fetag discute rumos da fumicultura**. Disponível em: <<http://www.fetags.org.br/site/noticias.php?id=382>>.

FIDA MERCOSUR. **Políticas de apoyo a la agricultura familiar en el Mercosur - Informe Preliminar**. Montevideo: FIDA, 2003.

FLEURY, L. C. O conflito em torno da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte sob o idioma da coprodução. **Anais do 38o. Encontro Anual da ANPOCS**, 2014.

FÓRUM DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA SOCIAL; MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **A ÁGUA, MÃE DA VIDA, NÃO PODE SER PRIVATIZADA!**Brasília, 2017. Disponível em: <<http://caritas.org.br/movimentos-sociais-divulgam-nota-e-mocao-sobre-crise-hidrica>>

e-luta-dos-atingidos/37697>

FÓRUM RURAL MUNDIAL. **PROVISIONAL LIST OF MEMBERS OF THE WORLD COORDINATION COMMITTEE OF THE IYFF+10**Fórum Rural Mundial, 2014.

FREIRE, S. Camponesas debatem necessidade do feminismo se tornar um modo de vida em áreas rurais. **Brasil de Fato**, 15 out. 2015.

FURLIN, N. A categoria de experiência na teoria feminista. **Estudos Feministas**, v. 20, n. 3, p. 967–969, 2012.

FYFE, A. El trabajo infantil en la agricultura. **Protección de los niños en el mundo del trabajo**, v. 3, n. 108, p. 49–51, 1997.

GALVÃO, A. **O sindicalismo enquanto movimento social: enfrentando rupturas e dicotomias**38o. **Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu: [s.n.].

GALVÃO, A. A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro. **Revista Crítica Marxista**, v. 38, n. 2010, p. 103–118, 2014b.

GERCHMANN, L. Mulheres depredam fábrica de celulose no RS. **Folha de S. Paulo**, 9 mar. 2006.

GERRING, J. The Case Study: what it is and what it does. In: BOIX, C.; STROKES, S. (Eds.). . **The Oxford Handbook of Comparative Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

GLASS, V. Movimentos reúnem 6 mil em ato contra a OMC, em Curitiba. **Agência Carta Maior**, 29 mar. 2006a.

GLASS, V. Biodiversidade foi “ trocada ” por negócios, avaliam ONGs. **Agência Carta Maior**, 30 mar. 2006b.

GO, J. For a postcolonial sociology. **Theory and Society**, v. 42, n. 1, p. 25–55, 2013.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, M. (ORG.) **O lugar da mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GOODWIN, J.; JASPER, J. Caught in a winding, starling wine: the structural bias of politica process theory. **Sociological Forum**, v. 14, n. 1, p. 27–54, 1999.

GÖRGEN, S. A. (FREI). **Os novos desafios da agricultura camponesa**. [s.l.] Edição independente, 2004.

Greve por tempo indeterminado na Veracel. Disponível em: <<http://site.contag.org.br/indexdet.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=101&id=8613&mt=1&nw=1>>. Acesso em: 5 maio. 2018.

GRISA, C.; SCHNEIDER, C. G. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **RESR**, v. 52, n. 1, p. S125–S146, 2015.

GUIMARÃES, J. R. O cristianismo e a formação da moderna questão agrária brasileira. In: PAULA, D. G. DE; STARLING, H. M. M.; GUIMARÃES, J. R. (Eds.). . **Sentimento de reforma agrária, sentimento de república**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006a. p. 198–234.

GUIMARÃES, S. P. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006b.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 07–41, 1995.

HARDIE, I.; MACKENZIE, D. **Assembling an economic actor: the agencement of a Hedge Fund**. Workshop New Actors in a Financialised Economy and Implications for Varieties of Capitalism.

Anais...London: Institute of Commonwealth Studies, 2006

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**, v. 25, n. 3, p. 469–483, 2013.

HOBBSBAWM, E. J. Working class internationalism. In: E.J.BRILL (Ed.). . **Internationalism in the labour movement (1830-1940)**. Leiden: [s.n.]. p. 3–16.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Brasília: IBGE, 2009.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Brasília: IBGE, 2010.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICOS E SOCIAL. **Política de reconversão: critérios e parâmetros para a formulação de um projeto de reconversão**. Brasília: IPEA, 1994. v. 19

IPEA. **Marcha das Margaridas: perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta - Relatório de pesquisa**. Rio de Janeiro: Ipea, 2013.

ISRAEL DA SILVA, V. **Histórico e Organicidade do MPA**, 2011.

JELÍN, E. **Más allá de la nación: las escalas múltiples de los movimientos sociales**. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.

JÚNIOR, I. R. Utopia reelaborada. **Boletim UFMG**, 2010.

KAGEYAMA, ÂNGELA; BERGAMASCO, S. M. P. **Novos dados sobre a produção familiar no campo**. Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Economia E Sociologia Rural. **Anais...**Piracicaba: SOBER, 1989

KECK, M. E.; SIKKINK, K. **Activists beyond borders**. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

LATOUR, B. On actor-network theory. A few clarifications plus more than a few complications. **Soziale Welt**, v. 25, n. 3, p. 1–16 (369–381), 1996.

LATOUR, B. The berlin key or how to do words with things. In: GRAVES-BROWN, P. (Ed.). . **Matter, Materiality and Modern Culture**, Disponível em: London and New York: Routledge, 2000. p. 10–21.

LATOUR, B. From Realpolitik to Dingpolitik: or how to Make Things Public. In: LATOUR, B.; WEIBEL, P. (Eds.). **Making Things Public: Atmospheres of Democracy**. Cambridge, MA: MIT Press, 2005. p. 4–31.

LATOUR, B. **Reensamblar lo social. Una introduccion a la teoría del actor-red**. Buenos Aires: Manantial, 2008a.

LATOUR, B. Se falássemos um pouco de política? **Política & Sociedade**, v. 3, n. 4, p. 11–40, 2004.

LAW, J. Notes on the theory of the actor-network: Ordering, strategy, and heterogeneity. **Systems Practice**, v. 5, n. 4, p. 379–393, 1992.

LAW, J. **After Method. Mess in social science research**. New York: Routledge, 2004.

LAW, J. Actor Network Theory and Material Semiotics. In: **The New Blackwell Companion to Social Theory**. West Sussex: Blackwell Publishing, 2009.

LAW, J.; CALLON, M. The life and death of an aircraft: a network analysis of technical change. p. 21–52, 1994.

LONDRES, F. **A nova legislação de sementes e mudas no Brasil e seus impactos sobre a**

agricultura familiar. [s.l: s.n.].

“Mãe das Ligas Camponesas ainda existe” - Entrevista de Pedro Renaux. **Terra Livre** n.112, p. 5, jul. 1962.

Maior Unidade Mundial dos Trabalhadores Agrícolas - Entrevista de Lindolfo Silva secretário da Ultab. **Terra Livre**, p. n. 83, 2, dez. 1958.

MARTINS, S. A. As contribuições teórico-metodológicas de E . P . Thompson: experiência e cultura. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 4, p. 113–126, 2006.

MASSEY, D. A Global Sense of Place. In: **Space, Place and Gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994. p. 146–154.

MATOS, M. MOVIMENTO E TEORIA FEMINISTA: É POSSÍVEL RECONSTRUIR A TEORIA FEMINISTA A PARTIR DO SUL GLOBAL? **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, 2010.

MATOS, M. O campo científico-crítico-emancipatório das diferenças como experiência de descolonização acadêmica. In: BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. (Eds.). . **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012. p. 47–101.

MCADAM, D.; MCCARTHY, J. D.; ZALD, N. M. **Comparative Perspectives on Social Movements**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. **Dynamics of Contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MCKEON, N. **Food Security Governance: Empowering Communities, Regulating Corporations**. New York: Routledge, 2015.

MDA. **Reunião especializada sobre agricultura familiar no Mercosul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

MEDEIROS, L. S. DE. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, L. S. DE. Sem terra, assentados, agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACA, N. (Ed.). . **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: Clacso, 2001.

MEDEIROS, L. S. DE. O sindicalismo rural nas últimas décadas: mudanças e permanências. In: OLIVEIRA, R. V. DE; BRIDI, M. A.; FERRAZ, M. (Eds.). . **O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2014. p. 247–282.

MELO JÚNIOR, J. A. C. DE C. **O Conceito de Experiência Histórica em Edward Thompson**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. **Anais...**São Paulo: 2011

MELUCCI, A. **Challenging Codes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MERCOSUL. **MERCOSUL/GMC/RES No. 11/04**, 2004.

MEURER, L. D.; RAMALHO, A. I. M.; KRAUSER, R. R. A trajetória histórica das mulheres no Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA e suas contribuições ao Plano Camponês. In: **Diversidade produtiva das mulheres do MPA**. Ed. Expres ed. São Paulo: [s.n.]. p. 11–18.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Base Compilada do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais – CNES**BrasíliaCNES/MTE, , 2015.

MOL, A. **The Body Multiple: Ontology in Medical Practice**. Durham and London: Duke University Press, 2002.

MOL, A. Actor-Network Theory: sensitive terms and enduring tensions. *Zeitschrift für Soziologie*, v. 50, n. 1, p. 253–269, 2010.

MONTÓN, D. **Una declaración de los Derechos Campesinos**. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/index.php/temas?principales?mainmenu?27/derechos?humanos?mainmenu?40/recursos?sobre?los?derechos?de?los?campesinos>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

MOTA, M. D. DE B. Margaridas nas ruas. As mulheres trabalhadoras rurais como categoria política. In: WOORTMANN, E. F.; HEREDIA, B. . M. (Ed.). **Margarida Alves: Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 356p.

MOTTA, R. **Social Mobilization, Global Capitalism and Struggles over Food**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2016.

MOUFFE, C. Por uma política da identidade nômade. In: **Debate Feminista. Edição Especial**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1999.

MPA. **A luta do povo planta um Brasil novo** Porto Alegre MPA, , 2003.

MPA. **MPA e a resistência camponesa** Brasília MPA, , 2005.

MPA. **Cartilha de Resultados do V Congresso da CLOC** Brasília MPA, , 2010.

MPA. **Plano Camponês: construindo o novo caminho da roça II. Seminário nacional de planejamento do MPA**. [s.l.] MPA, 2011.

MPA. **Plano Camponês: construindo o novo caminho da roça IV. Plano Nacional de Ações para a Soberania Alimentar desde uma Perspectiva de Gênero**. Brasília: MPA, 2013a.

MPA. **O campesinato e a agricultura camponesa no Brasil. Caderno de Estudo II**. Brasília: MPA, 2013b.

MPA. **O campesinato e a agricultura camponesa no Brasil. Caderno de Estudo III**. Brasília: MPA, 2013c.

MPA. **Movimiento de los Pequeños Agricultores - su historia, luchas y logros**. Brasília: MPA, , 2013d.

MPA. **Caderno de estudos n.1 - I Congresso Nacional do MPA**. Brasília: MPA, 2014a.

MPA. **Elementos para a transição agroecológica**. Brasília: MPA, 2014b.

MPA. **MPA conquista o prêmio ODM Brasil**. Disponível em: <<http://www.mpabrasil.org.br/noticias/mpa?conquista?o?premio?odm?brasil>>. Acesso em: 8 maio. 2018c.

MPA. **Internacionalismo y solidaridad entre los pueblos! Cooperación campesina Un Lazo de reciprocidad**. Brasília: MPA, 2015a.

MPA. **Internacionalismo y solidaridad entre los pueblos! Cooperación campesina un lazo de reciprocidad** Brasília MPA, , 2015b.

MPA. **Campesinato Guardião da Biodiversidade : Inicia ontem a I festa capixaba das sementes crioulas**. Disponível em: <<http://www.mpabrasil.org.br/noticias/campesinato?guardiao?da?biodiversidade?inicia?ontem?i?festa?capixaba?das?sementes?crioulas>>. Acesso em: 8 maio. 2018.

MPA. **Escola de formação aborda a presença histórica das mulheres camponesas na luta e a construção do feminismo camponês e popular**. Disponível em: <<http://mpabrasil.org.br/escola-de-formacao-aborda-a-presenca-historica-das-mulheres-camponesas-na-luta-e-a-construcao-do>>

feminismo-campones-e-popular/>.

MST e Contag prometem reagir a acordo na OMC. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/mst-e-contag-prometem-reagir-a-acordo-na-omc-d4c3/>>. Acesso em: 6 maio. 2018.

MÜLLER, A. L.; KUNRATH SILVA, M.; SCHNEIDER, S. A Construção das Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: o Caso do Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)**, v. 20, p. 139, 2012.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Eds.). . **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211–270.

NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (ORGS. . **Mulheres Camponesas - trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013a.

NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (ORGS. . **Mulheres Camponesas - trabalho produtivo e engajamentos políticos**. [s.l.] Alternativa, 2013b.

NIEMEYER, C. B. DE. **Movimentos sociais como produtores de conhecimento: a Soberania Alimentar no Movimento de Pequenos Agricultores (MPA)**. Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2014.

NIERDELE, P. A. A construção da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) do Mercosul: sociogênese de uma plataforma de diálogos entre Governos e Movimentos Sociais. **Estudos Sociedade e Agricultura (UFRRJ)**, v. 24, p. 539–603, 2016.

NOVAES, R. Continuidades e rupturas no sindicalismo rural. In: ARMANDO, B. J. et al. (Eds.). . **O sindicalismo brasileiros nos anos 1980**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1991. p. 171.

NYE, J. S.; KEOHANE, R. O. Transnational Relations and World Politics: An Introduction. **International Organization**, v. 25, n. 3, p. 329–349, 1971.

OBSERVATÓRIO BRASIL E O SUL. **Articulando Resistências no Sul Global: Experiências de Movimentos Camponeses, Sindicatos Rurais e Organizações Não Governamentais**. São Paulo: Centro de Estudos e Articulação da Cooperação Sul-Sul, 2016.

OIT. **Trade union action against child labour- Brazilian experience**. Brasília: OIT, 1997.

OIT. **Boas práticas de combate ao trabalho infantil**. Brasília: OIT, 2003.

OIT. **Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI**. Brasília: OIT, 2006.

PALMEIRA, M. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 7, p. 87–108, 1989.

PAULA, D. G. DE; SOARES, P. E. Uma história recôndita. A orientação socialista nas lutas do campo brasileiro. In: PAULA, D. G. DE; STARLING, H. M. M.; GUIMARÃES, J. R. (Eds.). . **Sentimento de reforma agrária, sentimento de república**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 161–197.

PAULA, D. G. DE; STARLING, H. M. M.; GUIMARÃES, J. R. **Sentimento de reforma agrária, sentimento de república**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

PENNA, C. **Conexões e controvérsias no Incra de Marabá. O Estado como um ator heterogêneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

- PHILLIPS, J. Agencement/Assemblage. **Theory, Culture & Society**, v. 23, n. 2–3, p. 108–109, 2006.
- PIANTA, M. Parallel summits of global civil society. **Global Civil Society 2001**, n. October, p. 169–194, 2001.
- PIANTA, M. **UN World Summits and Civil Society. The State of the Art**. Genebra: United Nations Research Institute for Social Development, 2005.
- PIANTA, M.; SILVA, F.; ZOLA, D. Global Civil Society Events : Parallel Summits , Social Fora , Global Days of Action. **Global Civil Society**, v. 2001, 2005.
- PICOLOTTO, E. L. Movimentos sociais rurais no sul do Brasil : novas identidades e novas dinâmicas. **Revista Ideas - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 60–77, 2007.
- PICOLOTTO, E. L. As Mãos que Alimentam a Nação : agricultura familiar , sindicalismo e política. **Tese de Doutorado**, p. 289, 2011a.
- PIMENTA, S. D. C. Participação, poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. In: SILVA, E. M. DA; SOARES, L. B. (Eds.). **Políticas públicas e formas societárias de participação**. Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 2013. p. 153.
- PJR. **III Seminário Internacional de Feminismo Camponês e Popular: A luta das mulheres camponesas da América Latina contra o Capitalismo, o Patriarcado e o Racismo**. Disponível em: <<https://pjrbrasil.org/2017/10/04/iii-seminario-internacional-de-feminismo-campones-e-popular-a-luta-das-mulheres-camponesas-da-america-latina-contra-o-capitalismo-o-patriarcado-e-o-racismo/>>. Acesso em: 30 maio. 2018.
- PLEYERS, G. **Alter-Globalization. Becoming Actors in the Global Age**. Cambridge: Polity, 2010.
- Posição da Sociedade Civil para 9ª Conferência de Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica**. Brasília, DF. Via Campesina Brasil, Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), CONTAG, Terra de Direitos, Articulação Pacari de Plantas Medicinais, ACBANTU, Secretaria de Cidadania Cultural/MINC, Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades, 2010.
- PROGRAMA REGIONAL FIDA MERCOSUR CLAEH. **Plataformas de diálogo político sobre agricultura familiar campesina - La estrategia y experiencia de FIDA en el Mercosur ampliado**. Montevideo: FIDA, 2013.
- PUTNAM, R. D. Diplomacy an domestic politics: the logic of two-level games. **International Organization**, v. 42, n. 3, p. 427–460, 1988.
- QUINTO, B. **Campanha salarial de trabalhadores da Veracel segue com reforço de entidades**. Disponível em: <<http://www.nossacara.com/noticias/geral/10073/campanha-salarial-de-trabalhadores-da-veracel-segue-com-reforco-de-entidades-16-10-2013/#>>. Acesso em: 5 maio. 2017.
- RAMOS, Á. et al. El desarrollo institucional de la agricultura familiar e el Mercosur: La experiencia de la REAF Mercosur. In: **La agricultura familiar en America Latina y el Caribe. Recomendaciones de Política**. Santiago: FAO Chile, 2014. p. 474–497.
- Recomendações da Sociedade Civil à COP 11 e MOP 6**. Brasília Via Campesina Brasil e pela Terra de Direitos, , 2012.
- REIS, M. R. **Tecnologia Social de Produção de Sementes e Agrobiodiversidade**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, 2012.
- RICARD, J. F. **Movimento sindical internacional**(Nota técnica).UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

- RICCI, R. **Terra de Ninguém. Representação sindical rural no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- RODRIGUES, I. J. TRABALHADORES E SINDICALISMO NO BRASIL: para onde foram os sindicatos? **Caderno CRH**, v. 28, n. 75, p. 479–491, 2015.
- RODRIGUES, I. J.; LADOSKY, M. H. G. Paradoxos do sindicalismo brasileiro: a CUT e os trabalhadores rurais. **Lua Nova**, n. 95, p. 87–142, 2015.
- RODRÍGUEZ-GIRALT, I. Social movements as actor-networks: Prospects for a symmetrical approach to Doñana's environmentalist protests. **Convergencia**, v. 18, n. 56, p. 13–35, 2011.
- ROOTES, C. A Limited Transnationalization? The British Environmental Movement. In: DELLA PORTA, D.; TARROW, S. (Eds.). **Transnational protest and global activism**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2005. p. 21–43.
- ROSA, M. Para além do MST: O impacto nos movimentos sociais brasileiros. In: CARTER, M. (Ed.). **Combatendo a desigualdade social. O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 2010. p. 461–447.
- ROSA, M. C. **O engenho dos movimentos sociais. Reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- ROSA, M. C. A journey with the Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) across Brazil and on to South Africa. **Études Rurales**, v. 196, p. 43–56, 2015a.
- ROSA, M. C. **Sociologies of the South and the actor-network theory: Possible convergences for an ontoformative sociology** Caxambu, 2015b.
- RUBBO, D. I. A. **Campesinos cosmopolitas: um estudo sobre a atuação política internacionalista do MST na América Latina**. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2013.
- RUESCHEMEYER, D. Can One or a Few Cases Yield Theoretical Gains? In: **Comparative Historical Analysis in the Social Sciences**. Nova Iorque e Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 305–336.
- RÜTTERS, P.; ZIMMERMANN, R. **On the History and Policy of the IUF**. Bonn: FES, 2003.
- SALGADO, R. J. DOS S. et al. Focalização e Cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): avaliação de sua eficácia nas regiões brasileiras 1. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 4, p. 661–678, 2017.
- SALVARO, G. I. J.; LAGO, M. C. DE S.; WOLFF, C. S. Limites e possibilidades da militância política em um movimento social rural de mulheres. **Rev. Estud. Fem.**, v. 22, n. 1, p. 51–70, 2014.
- SANTOS, B. DE S. The World Social Forum: where do we stand and where are we going? In: M. GLASIUS, M. K. AND H. A. (EDS) (Ed.). **Global Civil Society 2005/06**. London and Thousand Oaks: Sage, 2006.
- SANTOS, W. G. DOS. **A democracia impedida – O Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.
- SASSEN, S. **A Sociology of Globalization**. Nova Iorque: W.W.Norton & Company, Inc., 2007.
- SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 109–130, 2006.
- SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K. .; MARQUES, P. E. M. (ORG.). **Políticas públicas e participação social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

SCIPES, K. **AFL-CIO's Secret War Against Developing Country Workers: Solidarity Or Sabotage?** Lanham, MD: Lexington Books, 2011.

SCIPES, K. Theoretical Reflections on the Emergence of Global Labor Solidarity. **The Journal of Labor & Society**, v. 17, n. June, p. 145–154, 2014.

SCOONES, I. Mobilizing against GM crops in India, South Africa and Brazil. **Journal of Agrarian Change**, v. 8, n. 2–3, p. 315–344, 2008.

SCOTT, J. W. Experiência. In: SILVA, A. L. DA; LAGO, M. C. DE S.; RAMOS, T. R. O. (Eds.). **Falas de Gênero**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p. 21–55.

SEOANE, J.; ALGRANATI, C. **Cloc - Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo**, [s.d.]. (Nota técnica).

SEOANE, J.; TADDEI, E. **Resistencias mundiales. De Seattle a Porto Alegre**. Buenos Aires: Clacso, 2001.

SIGAUD, L. A forma acampamento. Notas a partir da versão Pernambucana. **Novos estudos CEBRAP**, v. 58, p. 73–92, 2000.

SIGAUD, L. Debaixo da lona preta: legitimidade e dinâmica nas ocupações de terra na mata pernambucana. In: **Combatendo a desigualdade social. O MST e a reforma agrária no Brasil**. Carter, Mi ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2010. p. 237–255.

SIGAUD, L.; ERNANDEZ, M.; ROSA, M. C. **Ocupações e acampamentos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SILIPRANDI, E. C. Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. **Revista Brasileira De Agroecologia**, v. 4, n. 3, 2009.

SILVA, M. L. T. (ORG.). **Projeto Alimergia**. Candiota: Instituto Cultural Padre Josimo, 2016a.

SILVA, S. DE A. M. E. **“Ganhamos a batalha, mas não a guerra”: A visão das Campanha Nacional contra a ALCA sobre a não-assinatura do acordo**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2008a.

SILVA, V. I. **Caminhos da afirmação camponesa. Elementos para um Plano Camponês**. Tupanciretã: Instituto Cultural Padre Josimo, 2009.

SILVA, V. I. **Classe camponesa: modo de ser, de viver e de produzir**. 1a. ed. Porto Alegre: [s.n.].

SILVA, V. I. **Plano Camponês e a relação campo e cidade**. Disponível em: <<http://mpabrazil.org.br/2106-2/>>.

SILVA, B. G. DA. **A Marcha das Margaridas: resistências e permanências**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2008b.

SILVA, J. G. DA. **A nova dinamica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

SILVA, P. M. DA. **Processo identitário da rede de sementes agroecológicas Bionatur: a experiência na percepção dos agricultores**. [s.l.] Universidade Federal de Pelotas, 2015.

Somente lutando outro mundo é possível. **Jornal Sem Terra**, p. 11, fev. 2001.

SOTO, F.; RODRÍGUEZ, M.; FALCONI, C. **Políticas para la Agricultura Familiar en América Latina y el Caribe**. Santiago, Chile. Santiago: [s.n.].

STEDILE, J. P. Prefácio à edição brasileira. A historia da formação da Via Campesina Internacional. In: **A Via Campesina**. São Paulo: Editora Expressão Popular; Editora Cultura Acadêmica, 2007.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente - A trajetória do MST e a luta pela terra no**

Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

STEPAN-NORRIS, J.; ZEITLIN, M. **Left Out: Reds and America's Industrial Unions.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

TARROW, S. **New Transnational Activism.** Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TARROW, S. **O poder em movimento.** Petrópolis: Vozes, 2009.

TAVARES, J.; COSTA, J.; FAGUNDES, M. **Diversidade produtiva das mulheres do MPA.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2016.

TERRA DE DIREITOS. **CARTA DE NOTÍCIAS Nº 05 – Reunião do SBSTTA termina com 36 pontos de divergências** Curitiba Terra de Direitos, , 2016.

THAYER, M. **Making Transnational Feminism: Rural Women, NGO Activists, and Northern Donors in Brazil.** Nova Iorque e Cambridge: Routledge, 2010.

TILLY, C.; WOOD, L. J. **Social movements 1768-2012.** London: Paradigm Publishers, 2013.

TOLEDO DA SILVA, M. **La construcción de la agroecología en el Movimiento de los Pequeños Agricultores.** [s.l: s.n.].

UITA. **Carta ao presidente da Veracel Celulose SA.** Disponível em: <<http://www.reluita.org/sindicatos/carta-ao-presidente-da-veracel-celulose-sa/>>. Acesso em: 5 maio. 2018.

UITA; COPROFAM; CONTAG. **Convite - Seminário Internacional sobre Violência no Campo. Cenários, Vítimas e Agressores,** 2013.

VEIGA, J. E. DA. Agricultura familiar e sustentabilidade. v.13, n. 3,. **Cadernos de ciência e tecnologia**, v. 13, n. 3, set/dez, 1996.

VENTURINI, T. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. **Public Understanding of Science**, v. 19, n. 3, p. 258–273, 2010.

VIA CAMPESINA. Via Campesina na COP-8 – 20/3. **Centro de Mídia Independente (CMI Brasil)**, 24 mar. 2006.

VIA CAMPESINA et al. **Roma : Están destruyendo el Tratado sobre Semillas.** Via Campesina, 30 set. 2015.

VIA CAMPESINA. Feminismo campesino y popular. **Página da Via Campesina na Internet**, 2017a.

VIA CAMPESINA. Comprender el feminismo en la lucha campesina. **Página da Via Campesina na Internet**, 1 ago. 2017b.

VIEIRA, F. B. **Dos proletários unidos à globalizaçãod a esperança: um estudo sobre articulações internacionais de trabalhadores.** Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

VIGEVANI, T. Globalização e regionalização do Mercosul: a intervenção dos sindicatos no processo de integração. **Cadernos Cedec n.53**, p. 60, 1996.

VOGT, G. A.; JOSÉ, I. J.; CANCI, A. Uso e manejo de variedades locais de milho em Anchieta (SC). **Agriculturas**, v. 4, n. 3, p. 36–39, 2007.

VON BÜLOW, M. Networks of Trade Protest in the Americas: Toward a New Labor Internationalism? **Latin American Politics and Society**, v. 51, n. 2, p. 1–28, 2009.

VON BÜLOW, M. **A batalha do livre comércio.** São Paulo: Editora Unesp, 2014.

VON BÜLOW, M.; CARVALHO, P. D. DE. Entre o nacional e o transnacional - O caso das

organizações da Agricultura Familiar no Mercosul. In: GOHN, M. DA G.; BRINGEL, B. (Eds.). . **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 229–246.

WANDERLEY, M. DE N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **O Campesinato no Século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 26–46.

WATERMAN, P. et al. For the global emancipation of labour : new movements and struggles around work , workers and precarity. **Interface**, v. 4, n. November, p. 1–14, 2012.

WELCH, C. A. **A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924 - 1964**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2010.

WOORTMANN, E. F.; HEREDIA, B.; MENASHE, R. Margarida Alves: Coletânea sobre estudos rurais e gênero. **MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasil**, n. NEAD Especial, p. 356p., 2006.

YEHIA, E. Descolonización del Conocimiento y La Práctica: Un Encuentro Dialógico Entre el Programa de Investigación Sobre Modernidad/Colonialidad/Decolonialidad Latinoamericanas y la Teoría Actor-red. **Tabula Rasa**, v. 6, p. 85--114, 2007.

ANEXO 1 – SÍNTESE DOS CONGRESSOS, PRESIDENTES E VICE-PRESIDENTES, ESTRUTURA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ASSESSORES(AS) DA CONTAG

Período/CNTR	Presidente/Estado/Central	Debate RI	Assessor/a
5º CNTR 1991	Pres: Francisco Urbano Filho/RN Pol. agrícola – Italo Cielo	Começa a estabelecer estratégias e prioridades para ação articulada internacionalmente	
6º CNTR 1995 (Filia à CUT)	Pres: Francisco Urbano Filho (RN). SVP: Avelino Ganzer (PA) S.Política Agrícola: Alberto Ercílio Broch (RS)	Debate em vários temas de RI e cria-se a Secretaria de RI, na gestão do Avelino Ganzer	Aldo Faleiro
7º CNTR 1998	Pres: Manoel José dos Santos (PE) SVPRI: José Gerônimo Brumatti (ES)	Vice-presidência assume área Cria coletivo de RI Comissão temática no Congresso Congresso Extraordinário – debate sobre estrutura e RI (1999)	Adriano Campolina de Oliveira Soares, por nove meses. Substituído por Eugênio Conoli Peixoto
8º CNTR 2001	Pres: Manoel José dos Santos (PE) Vice: Alberto Ercílio Broch (RS)	Comissão Temática de RI no CNTR, Reestabelece as ações da CO	Eugênio Conoli Peixoto de 2001 a 2003 (assume Secr. de Reordenamento Agrário do MDA) Março de 2003 assume Luiz Vicente Facco
9º CNTR 2005	Pres: Manoel José dos Santos (PE) SVPRI: Alberto Ercílio Broch (RS)		Luiz Vicente Facco até maio de 2009
10º CNTR 2009 (Desfilia da CUT)	Pres: Alberto Ercílio Broch (RS) - CTB SVPRI: Alessandra Lunas (RO) - CUT	+ 2008 coletivo de RI com diretoria Contag e coordenadores regionais	Edson Campos até outubro de 2012. Luisa Margarita Salinas Borjas assume.
11º CNTR 2013	Pres: Alberto Ercílio Broch (RS) CTB SVPRI: Willian Clementino da Silva Matias (TO) - CUT	+ 2013 coletivo de RI vice-pres. e/ou outra pessoa da Federação + diretoria + coord. reg.	Margarita Salinas até maio de 2014. Léia Oliveira assume.
12º CNTR 2017	Pres: Aristides Veras (PE) CUT VPSRI: Alberto Broch (RS) CTB		Luiz Vicente Facco

Quadro 9 – Congressos, presidentes e vice-presidentes, estrutura de relações internacionais e assessores(as) da área na Contag

Fonte: Elaboração própria, com informações dos anais dos CNTR e da assessoria da presidência da Contag (2017)

ANEXO 2 – SISTEMATIZAÇÃO DO PLANO CAMPONÊS

Plano Camponês	Produção	<i>Sistemas Camponeses de produção</i>	<i>sementes, oleaginosas, leite, agroflorestas, alimentos, adução verde e orgânica, etc.</i>	
		<i>Agro industrias</i>	<i>leite, mel, mandioca, café, óleos, erva mate, derivados da cana, embutidos e defumados</i>	
		<i>Desenhos Organizativos</i>	<i>grupo de base, associações, condomínios, cooperativas, grupos de consumidores</i>	
	Educação Formação	<i>Escola</i>	<i>locais, contextualizadas, desenvolvimento local</i>	
		<i>universidade</i>	<i>nossa realidade, acesso aos camponeses</i>	
		<i>informal</i>	<i>reuniões, debates, práticas, dias de campo, etc.</i>	
	Vida de Qualidade	<i>moradia</i>	<i>casa, pomar, horta, sombra, jardim, auto estima, paiol, local de trabalho, ...</i>	
		<i>esporte</i>	<i>futebol, vôlei, bochas, etc.</i>	
		<i>cultura</i>	<i>teatro, música, capoeira, mutirão, partilha, alimentos, conhecimentos novos,...</i>	
		<i>lazer</i>	<i>festas, bailes, torneios, encontros,</i>	
		<i>saúde popular</i>	<i>alimentação saudável, ervas, saneamento, formação nutricional, etc.</i>	
	Comunidade Camponesa	<i>Elos Unific. Fator de Resistência</i>	<i>alauma estrutura comunitária</i>	
			<i>escola na comunidade</i>	
			<i>troca de dias de trabalho, mutirões</i>	
	Soberania	<i>Alimentar</i>	<i>comida é local, vinculada a cultura, modo de vida</i>	
			<i>produzir de tudo um pouco</i>	
			<i>sem veneno, buscando o equilíbrio ambiental</i>	
		<i>Energética</i>	<i>Produção, controle e auto consumo de energia</i>	
			<i>Mudança na matriz energética</i>	
			<i>Biomassa, ventos, sol, bioqás, etc.</i>	
		<i>Genética</i>	<i>Recuperar nossas sementes, raças e mudas</i>	
			<i>Buscar técnicas de recuperação, armazenagem e melhoramento</i>	
			<i>Divulgar as experiências já existentes</i>	
		<i>Hídrica</i>	<i>Recuperar nossas nascentes</i>	
			<i>Implementar técnicas de coleta e armaz. de água</i>	
			<i>Desenvolver pequenos sistemas de irrigação</i>	
			<i>Recuperar as matas ciliar</i>	
		<i>Territorial</i>	<i>Material e Imaterial</i>	<i>espaco de vida</i>
				<i>espaco produção</i>
				<i>espaco disputa</i>
	Contradições	<i>Agronegócio</i>	<i>Multinacionais</i>	
			<i>Latifundiários</i>	
			<i>Estado Brasileiro</i>	

Quadro 10 – Síntese do Plano Camponês do MPA

Fonte: MPA, 2014

ANEXO 3 – LISTA DE ENTREVISTAS

#	Nome	Organização	Meio	Data
1	Francisco Urbano	Contag	Presencial	1/12/2016
2	Amarildo Carvalho de Souza	Contag - assessor	Presencial	01/12/2016
3	Alberto Broch	Contag	Presencial	02/12/2016 09/03/2018
4	Elias D' Angelo	Contag	Presencial	02/12/2016
5	William Clementino	Contag	Presencial	08/12/2015 23/09/2016
6	Luiz Vicente Facco	Contag – assessor	Presencial	23/09/2016
7	Carmem Foro	CUT	Presencial	11/10/2016
8	Alessandra Lunas	Contag	Skype	17/06/2016
9	Ricardo Farani	Contag – assessor	Presencial	23/09/2016
10	Nestor Bonfante	FETAG-RS	Presencial	22/09/2016
11	Maria Elenice Anastácio	Contag (ex)	Presencial	01/12/2016
12	Holf Hackbart	FAO	Skype	16/02/2017
13	Laura Lorenzo	FRM	Skype	29/11/2016
14	Gerardo Iglesias	UITA	Skype	04/10/2016
15	Eryka Galindo	Contag – assessora	Skype	16/04/2016
16	Mazé Moraes	Contag	Presencial	10/02/2017
17	Marilene Faustino	FETAEMG	Presencial	25/02/2016
18	Maria Alves	FETAEMG	Presencial	18/02/2016
19	Ronaldo Ramos	Contag – assessor	Presencial	1/12/2016
20	Alaíde Lucia Bagetto	FETAEMG	Presencial	21/nov/2016
21	Marcus Vinícius	CTB/ FETAEMG	Presencial	21/nov/2016
22	Suylan Midlej e Silva	UnB	Skype	15/12/2016
23	Sara Pimenta	Contag – assessora	Presencial	9/08/2016
24	Mario Ahumada	Ex-CIP-AL	Skype	01/02/2017
25	José Wilson de Sousa Gonçalves	Contag	Presencial	08/12/2015
26	Claudia Castro	Recmuri- Centroamerica	Presencial	15/03/2017
27	Luisa Mele	UATRE- Argentina	Presencial	15/03/2017

28	Patricia Molina	MUCHECH-Chile	Presencial	16/03/2017
29	Fernando Lopes	CNFR/ Coprofam	Presencial	16/03/2017
#	Nome	Organização	Meio	Data
1	Marciano Toledo da Silva	MPA	Presencial Skype	9, 10 e 11/05/2016 01/04/2017
2	Trairí Felipe	MPA/Oestebio	Presencial	9 e 11/05/2016
3	Alcione Seguetto	MPA	Presencial	9/05/2016
4	Julio Draszewski	Oestebio	Presencial	9/05/2016
5	Anderson Munarini	Oestebio - técnico	Presencial	10/05/2016
6	Daniele Nerling	MPA /Oestebio	Presencial	10/05/2016 e 11/05/2016
7	Normélio Triaca Maria Triaca	Agricultor Agricultora	Presencial	10/05/2016
8	Marcos Joni Oliveira	Cooperbio/MPA	Presencial	11/05/2016
9	Débora Valeska Varoli	Cooperbio/MPA	Presencial	11/05/2016
10	Leila Santana da Silva	MPA	Skype	10/06/2016
11	Valter Israel da Silva	MPA	Escrita	15/02/2016 06/09/2016 20/02/2016
12	Jozelita Tavares (PE), Denilva Araújo (BA) e Flavia Bandeira (RO)	MPA	Presencial	20/06/2016
13	Gilberto Schneider	MPA	Presencial	10/02/2017
14	Emelson Buonamigo	Ex-MPA	Skype	14/02/2017
15	Josineide Costa	MPA	Presencial	20/03/201